

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: SUBJETIVIDADE, POLÍTICA E EXCLUSÃO SOCIAL

LUCAS DONHAUSER

**Travessias no assombro: modulações de um Brasil fascista entre a
ditadura e a democracia**

Niterói
Mai 2022

LUCAS DONHAUSER

Travessias no assombro: modulações de um Brasil fascista entre a ditadura e a democracia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: subjetividade, política e exclusão social.

Orientador: Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Rosane Neves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eduardo Henrique Passos Pereira (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Agradecimentos

Estar só é uma tarefa impossível, mesmo que se fale de um sentimento de solidão. Assim ocorre no ato de escrever, onde os gestos de outros comparecem em cada leitura, sugestão, crítica, apoio, amizade. Os gestos são marcas indeléveis, rastros intensivos. Ei-los aqui: Hedo Donhauser, Clariane Donhauser, João Donhauser, Bruna Mohr, Tibúrcio, Pichugi, Danichi Mizoguchi, Paula Azevedo, Mauro Silva, Juliana Cecchetti, Lais Amado, Tainá Oliveira, Mário Morel, Paulo Scott, Bruna Pinna, Ricardo Amaral, Ana Paula Duarte, Carol Sarzeda, Cecília Coimbra, Heliana de Barros Conde Rodrigues, Marcelo Santana Ferreira, Rosane Neves, Grupo de pesquisa *Da subjetividade à coragem*, Grupo de pesquisa *Madame Satã*, em especial Beatriz Adura, Céu Cavalcanti, e Sara York. À Casa e os moradores. À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

Antes e durante a ditadura militar, e posterior conquista do Estado Democrático de Direito, uma força de entristecimento e aniquilação da vida, que não podemos nomear de outro modo a não ser fascismo, vem sendo tecida, tornando-se cada vez mais presente. Se falamos hoje em fascismo e acendemos o alerta para os seus perigos, é preciso primeiramente dizer que a tarefa de pensá-lo estará incompleta sem que atravessemos as paisagens que constituem a cena brasileira atual, e isso implica uma retomada de nossa história, percorrendo as diversas camadas que a compõem: da ditadura à redemocratização; da redemocratização à virada do século e passando pela presença do Partido dos Trabalhadores na gestão do Estado; as jornadas de junho de 2013; o golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff; e a ascensão de Bolsonaro à presidência da República como expressão maior de nosso assombro tropical. O termo “travessias” remete ao conceito de experiência de Walter Benjamin (*erfahrung*), no sentido de percorrer, de atravessar uma região. Eis por que a escolha, privilegiando as experiências menores, os acontecimentos marginais e pouco presentes nas narrativas oficiais de nossa história e que passam pela literatura, o Cinema Novo, a música popular brasileira, a arte engajada, os movimentos contraculturais das décadas de 60 e 70, os saberes médico e *psi*. Tais experiências, retomando os antecedentes do golpe militar de 1964, nos levam a questionar o que está em jogo, e de que maneira, na produção de nosso assombro tropical? Se o que está em questão para nós é a produção histórica do fascismo, uma produção que diz antes de um campo social e dos investimentos de desejo que por ele circulam, há um problema que se coloca também para a esquerda: não estaríamos sendo agidos pelas mesmas forças que pretendemos combater?

Palavras-chave: Brasil. Ditadura Militar. Democracia. Fascismo.

RESUMEN

Antes y durante la dictadura militar, y posterior conquista del Estado Democrático de Derecho, se ha tejido, cada vez más presente, una fuerza de tristeza y aniquilamiento de la vida, que no podemos denominar de otra manera si no fascismo. Si hablamos de fascismo hoy y alertamos sobre sus peligros, primero es necesario decir que la tarea de pensarlo estará incompleta sin recorrer los paisajes que constituyen la escena brasileña actual, y esto implica una reanudación de nuestra historia, atravesando las diferentes capas que la componen: de la dictadura a la redemocratización; de la redemocratización al cambio de siglo ya través de la presencia del Partido de los Trabajadores en la gestión del Estado; los días de junio de 2013; el golpe institucional sufrido por Dilma Rousseff; y el ascenso de Bolsonaro a la presidencia de la República como la mayor expresión de nuestro asombro tropical. El término “cruces” se refiere al concepto de experiencia (erfahrung) de Walter Benjamin, en el sentido de atravesar una región. Por eso la elección, privilegiando las experiencias menores, los hechos marginales y poco presentes en las narrativas oficiales de nuestra historia y que pasan por la literatura, el Cinema Novo, la música popular brasileña, el arte comprometido, los movimientos contraculturales de los años 60 y 70, la medicina y conocimiento psi. Tales experiencias, volviendo a los antecedentes del golpe militar de 1964, nos llevan a cuestionarnos ¿qué está en juego, y de qué manera, en la producción de nuestro asombro tropical? Si de lo que se trata para nosotros es de la producción histórica del fascismo, una producción que habla primero de un campo social y de las inversiones de deseo que circulan por él, hay un problema que también se le plantea a la izquierda: ¿no estaríamos siendo actuado por las mismas fuerzas que tenemos la intención de luchar?

Palabras clave: Brasil. Dictadura militar. Democracia. Fascismo.

Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.

Michel Foucault
(*Arqueologia do Saber*)

Mesmo num sólido muro de concreto ou num chão coberto por grossa camada de cimento, a vida encontra a brecha e se expressa em delicadas formas verdejantes. Com ela, eu já não era mais uma presa incomunicável: eu era um musgo acariciado pelos raios de sol. Mesmo nos territórios mais endurecidos, áridos e tristes, apesar da escassez de porosidade, a vida insiste.

Cecília Coimbra
(*Fragmentos de memórias malditas*)

Sumário

1. Para começo de conversa	9
2. A traição das imagens	15
2.1 Quem narra e age?	16
2.2 Arquivo, memória e tempo	27
3. A hipótese não repressiva.....	35
3.1 Retomando Foucault.....	36
3.2 A ameaça produzida	42
3.3 O poder biomilitar	51
3.4 Cúmplices.....	57
4. Um mergulho no silêncio	63
4.1 Guardiã da ordem, guardiã da memória.....	64
4.2 Não conte a ninguém	65
4.3 O lobo, o carneiro	67
5. Eu sou <i>Ur</i>	82
5.1 1962 – CPC e a arte engajada.....	83
5.2 1968 – A esquerda à esquerda da esquerda.....	88
5.3 1976 – A margem à margem da margem.....	93
5.4 1978 – Patrulhas ideológicas.....	102
6. Prólogo da redemocratização.....	117
6.1 O que diz <i>uma</i> psicologia?	118
6.2 O que dizem alguns economistas, e outros?	125
6.3 Um só ou vários delírios? Crônica de uma repetição anunciada.....	145
7 – <i>Fascis</i> , feixe.....	153
7.1 Fascismo histórico e neofascismo	154
7.2 Micropolítica do fascismo.....	160
7.3 Microfascismo tropical	166
8. Novo milênio (Parte II)	173
8.1 Crônica de uma repetição anunciada?	174
8.2 Vertigem da democracia	176
8.3 Maria, Maria, Maria.....	181
8.4 Onde tudo (supostamente) começou.....	188
9. Novo milênio (Parte I).....	199
9.1 Sintomas.....	200

9.2 Acontecimento Lula.....	208
9.3 Mudança de regime, constância de natureza.....	212
Permanecer com o problema	229
Referências	232

1. Para começo de conversa

Homo sovieticus. É assim que Svetlana Aleksievitch se refere, em seu livro *O fim do homem soviético*, a essa espécie humana peculiar, forjada por mais de setenta anos no laboratório marxista-leninista da antiga União Soviética. Ela tem a impressão de conhecê-lo, de ter estado junto dele, convivido com ele por anos, e conclui: o *homo sovieticus* sou eu. São também seus pais, vizinhos e amigos. Pessoas que compartilhavam uma única e mesma memória comunista: o Ideal, a Grande História, Lênin, Stálin... Eram todos vizinhos de memória, como ela mesmo diz.

Em 1985, Gorbachov se torna secretário-geral do Partido Comunista e propõe uma série de reformas políticas, econômicas e constitucionais. Os arquivos sobre a história da União Soviética, que até então estavam sob a tutela do Partido, se tornariam públicos. E foram. Eis que sob o tacho da grande História desvela-se um heroísmo funesto até então inimaginável. Conta Svetlana que, a partir de então, quando as pessoas liam os jornais e as revistas, elas emudeciam. O horror mostrou sua face oculta; um horror que permaneceria como uma sombra. Como viver com tudo isso? Sob os escombros, fragmentos de memórias silenciadas: o exílio forçado dos inimigos, dentre eles os camaradas daquele Outubro glorioso, a fome como estratégia política, os *gulags*, os fuzilamentos, os hospitais psiquiátricos transformados em prisões para presos políticos.

Em 1989 o Muro de Berlim cai, e a bandeira da União Soviética é baixada pela última vez dois anos depois, marcando o fim do regime. Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia e os demais países que outrora compunham uma Grande e Única nação se tornam Estados independentes. O mundo havia mudado irreversivelmente, não apenas o soviético. As décadas de 1980 e 1990 marcam um período de grandes transformações políticas, a mudança do modelo de desenvolvimento econômico do pós-guerra para o modelo neoliberal, e, especialmente, as transformações ao nível dos modos de subjetivação em escala planetária.

O mundo mudou, mas não que Svetlana assim o quisesse. Há um tom nostálgico no seu modo de narrar alguns dos fragmentos de sua infância, de sua escola, quando a classe inteira se organizava para desbravar terras virgens, o desprezo pelos que se recusavam e o choro e o lamento pelo fato de que a Revolução, a Guerra Civil, haviam acontecido antes de sua geração – e talvez fosse reconfortante viver ali, na nostalgia pueril. E percebendo as mudanças de um mundo em ruínas e das memórias em vias de desaparecer, ela percorrerá a antiga União Soviética, recolhendo fragmentos de histórias, grãosinhos e migalhas narradas por diferentes gerações em diferentes países que outrora formavam aquela grande nação. “Tenho pressa para

gravar seus rastros. Rostos conhecidos. Não faço perguntas sobre o socialismo, mas sobre o amor, o ciúme, a infância, a velhice. Sobre música, danças, penteados. Sobre os milhares de detalhes de uma vida que vai desaparecendo”¹. Para Svetlana, interessa menos uma disputa sobre os fatos, e a história, diz ela, tem se interessado muito mais pelos fatos do que pelas emoções; estas estariam à margem.

O que é a liberdade? Essa pergunta, nada óbvia, vai acompanhar os seus registros. As respostas são as mais diversas, pondo em disputa não só a narrativa hegemônica da história, mas também a do presente. Não há *uma* verdade, ela dirá, mas uma infinidade de verdades. Infinidade de verdades que só podem ser assinaladas como tais no exato instante em que passam a fazer parte da paisagem, a disputar a paisagem, mesmo a contragosto, mesmo na contracorrente.

Mas o nosso interesse aqui não é falar sobre liberdade, embora ela esteja presente. Tampouco sobre a antiga União Soviética e as aspirações socialistas, o *homo sovieticus*, seus ídolos e ideais, seus inimigos, suas dores e suas alegrias, embora isso também se faça presente. Nosso problema é outro: o Brasil. Este é o ponto de partida; este será o ponto de chegada. Mas então por que a União Soviética? Talvez esse seja um problema menor; talvez a questão a ser colocada seja: por que Svetlana?

Há uma correlação íntima e profunda entre as memórias presentes em *O fim do homem soviético* e aquelas que pretendemos narrar sobre o Brasil; correlação também dos problemas que nos interpelam e que nos inquietam. O primeiro deles circunscreve-se a partir da década de 1980, momento de grandes expectativas sobre o novo tempo por vir. Para os soviéticos e para nós, aqui nos trópicos, esse novo tempo marca a renovação das esperanças, a conquista, ou suposta conquista, do Estado Democrático de Direito, do direito de escolha de nossos representantes, da liberdade de expressão e de imprensa; em suma, o poder de volta às mãos do povo. Finalmente havíamos deixado para trás aqueles longos vinte e um anos sombrios de torturas, perseguições, assassinatos, legado funesto da Ditadura Militar. Nas ruas, cantamos vitória, festejamos. “Multidões enormes de gente com rostos felizes. Li-ber-da-de! Todos aspiravam isso. Os jornais passavam de mãos em mãos. Era uma época de grandes esperanças: a qualquer momento estaríamos no paraíso”².

Mas esse paraíso era ainda demasiado humano, e há fortes motivos para desconfiarmos do modo como se processou o fim da ditadura militar. Não houve resistência do governo, pelo contrário, e tudo foi muito pacífico. Era como se houvessem outras forças por detrás disso tudo.

¹ ALEKSIÉVITCH, S. *O fim do homem soviético*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 24.

² *Ibid.*, p. 37.

E talvez a democracia possa ter sido muito mais a condição necessária para determinar *o mesmo* outra vez; condição pela qual nos esforçamos para legitimar sem sabermos o que nos aguardava em um futuro não muito distante. Não nos causa espanto quando paramos para pensar, como diz Krenak, que “o estado de mundo que vivemos hoje é exatamente o mesmo que os nossos antepassados recentes encomendaram para nós”³. Mas exatamente o mesmo talvez queira dizer algo mais, isso porque é evidente que muita coisa mudou. Trata-se, na realidade, de um curioso paradoxo em que tudo parece mudar, ao passo que tudo parece permanecer o mesmo.

Para sermos honestos, não houve revolução que nos conduzisse à democracia, e se o presente nos força a atualizar um mesmo passado, será que não estamos, ainda, sob a persistência de uma mesma memória e de uma mesma tradição? Que respostas temos dado a isso que jamais nos abandonou? Será que, para fazer frente a uma tradição, seria suficiente, de igual modo, invocarmos outra? Em tempos de cólera, as flores continuam a nascer nas fissuras das ruas, a irromper nos asfaltos mais soturnos. Frágeis, miúdas, delicadas, elas sobrevivem, nutridas por afagos clandestinos, salvas pelo melhor de nós. A tristeza e o ressentimento não deveriam ter sido o melhor de nós, não deveriam ser o melhor de nós.

Assim como Svetlana sente que há algo frustrado e frustrante nessa nova experiência, nós também sentimos, e assim como ela tem pressa para recolher os fragmentos de memórias, nós também temos; não para julgarmos e condenarmos o passado, nem mesmo encontrarmos culpados, mas para fazermos um balanço do presente e pôr em jogo outros problemas que possam nos levar a pensar aquilo que não está posto, que não está dado nesse plano em disputa que é o Brasil.

Em nosso passado recente, a democracia foi a nossa maior esperança, e talvez a nossa maior decepção. Temos falado com certa frequência em retrocessos, na ascensão do fascismo; datamos esses acontecimentos com o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016, alguns a partir das jornadas de junho de 2013, e depois, em 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro como mais novo chefe de Estado e do Executivo da República Federativa do Brasil. Isso nos tem feito questionar se, tal como o fim do *homo sovieticus*, não estaríamos agora diante do fim do *homo democraticus*. A esperança democrática haveria sucumbido? Afinal, ela realmente existiu?

³ KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 33.

O recuo que fizemos vai além do período da redemocratização, até o início daqueles tempos sombrios, nos antecedentes do golpe militar. É daí que partimos, atravessando o assombro brasileiro, escavando e pondo em evidência as forças que insistem em permanecer atuantes na disputa e na produção dessa paisagem chamada Brasil.

Se falamos hoje em fascismo e acendemos o alerta para os seus perigos, é preciso primeiramente dizer que a tarefa de pensá-lo estará incompleta sem as travessias pelas paisagens que constituem a cena brasileira atual. O termo “travessias” remete ao conceito de experiência de Walter Benjamin (*erfahrung*), no sentido de percorrer, de atravessar uma região. Eis por que a escolha, privilegiando as experiências menores e os acontecimentos marginais e pouco presentes nas narrativas oficiais de nossa história, e que passam pela literatura, o Cinema Novo, a música popular brasileira, a arte engajada, os movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 70, os saberes médico e *psi*.

Enquanto acontecimento maior, nossa travessia será da ditadura à redemocratização; da redemocratização à virada do século, passando pelos seus desdobramentos: a presença do Partido dos Trabalhadores na gestão do Estado, as jornadas de junho de 2013, o golpe institucional sofrido por Dilma Rousseff, e a ascensão de Bolsonaro à presidência da República como expressão maior da radicalização de nosso assombro tropical. Este último momento é talvez o mais decisivo, pois é ele quem nos tem forçado à retomada da história ao ponto de colocarmos o fascismo brasileiro como ponto nodal de nossas inquietações. Esse Brasil fascista, tal como tem se apresentado em sua configuração molecular, manifestando-se muito mais como uma força de contágio do que como uma forma, muito mais como uma posição de desejo do que uma identidade – portanto mais difícil de ser localizável –, não é um fenômeno que começa com as eleições presidenciais de 2018, embora seja evidente a sua radicalização, mas algo que vem sendo gestado há muito mais tempo do que possamos imaginar, inclusive na redemocratização – e muito antes dela.

O fascismo não é algo que ficou no passado, mas efetivamente aquilo que nunca nos abandonou, mesmo que em sua dimensão virtual. Todavia, não cremos que ele seja o mesmo, e nem que nos deparamos com a mesma história, como se tivéssemos retrocedido ao tempo das fardas e botinas ou mesmo que dela nunca tivéssemos saído. Os jogos de saber e de poder em cada momento histórico produziram seus efeitos específicos de subjetivação. Por outro lado, não há como negar que uma ruptura radical com nosso passado sombrio não foi realizada na sua radicalidade. Alguns laços insistem, outros se rompem – mais uma vez, o paradoxo.

Desde que começamos a nos debruçar sobre a nossa história e suas memórias, essa inquietação, ou melhor, esse campo problemático tem sido colocado da seguinte maneira: antes e depois do fim da ditadura militar e posterior conquista do Estado Democrático de Direito, uma força de entristecimento e aniquilação da vida que não podemos nomear de outro modo a não ser fascismo, vem sendo tecida, tornando-se cada vez mais presente e perigosa. Isso nos leva a questionar, então, de que maneira e o que está em jogo nessa produção do assombro tropical? Se o que está em questão para nós é a produção histórica do fascismo, uma produção que diz antes de um campo social e dos investimentos de desejo que por ele circulam, há um problema que se coloca também para a esquerda: não estaríamos sendo agidos pelas mesmas forças que pretendemos combater?

O problema do fascismo desde a esquerda está presente antes mesmo da ditadura militar, perpassa todo regime e organiza os modos de enfrentamento a ele: de um lado, uma esquerda nacionalista, que via o Estado como centro de poder e dominação e que acreditava que a tarefa primordial deveria ser, através da conscientização e da arte engajada, criar as condições para a tomada do poder; do outro lado, uma esquerda tida como cirandeira, que entendia que a disputa deveria ser feita antes nos modos de vida, tensionando os vetores de subjetivação e de sustentação do próprio capitalismo – a sexualidade, a experimentação da droga, o racismo. Será o caso do movimento tropicalista e do movimento black Rio – esse último um grande acontecimento das décadas de 1960 e 70 de reivindicação da subjetividade negra e, ao mesmo tempo, de enfrentamento ao racismo, pouco referenciado e quase apagado das narrativas oficiais.

Prosseguindo com nossa argumentação, nosso interesse aqui é poder proliferar os problemas sobre a realidade brasileira, operando uma inversão de sinal, para que possamos colocar em jogo outros modos de disputa, pois se o problema do fascismo, como o entendemos, está colocado em termos de posição de desejo e não de identidade ou de representação, seja ele o Estado ou o fantasma de um Duce qualquer, isso implica dizer que podemos investi-lo a despeito de o estarmos combatendo. E é a partir dessa reconfiguração do problema que também reconfiguramos a direção da investigação: o fascismo não concerne e nunca concerniu a um outro propriamente, mas precisamente a esse outro que somos nós. Um nós que diz muito mais de uma direção desejante que a atualidade tem tomado que da reunião dos indivíduos de uma sociedade.

Se para Svetlana há uma preocupação em narrar histórias menores, pedrinhas miúdas, podemos encontrar essa mesma preocupação em pensadores como Walter Benjamin, Conceição Evaristo, Michel Foucault e tantos outros que nos acompanharão e que serão nossos

intercessores. Eles também nos dão pistas para a montagem singular do texto; linhas que se interpolam, sobrepõem-se: uma linha argumentativa diríamos mais convencional, e uma outra onde são introduzidos enxertos narrativos, numa aposta singular de construção ficcional que passa por gêneros outros da literatura, como a crônica e o conto. Isso se faz por uma preocupação não só com o conteúdo, mas também com a forma, pois não basta apenas escrever, a forma como se escreve é de igual importância e corresponde a uma aposta política no modo de narrar.

Em tempo: há que se ter em vista que nem sempre somos nós que perseguimos um problema – e seus desdobramentos. Na maioria das vezes nós é que somos perseguidos por ele. Seria um erro pensar que o interesse pelo problema, a inquietação que nos arrebatam, seja ela qual for, emerge exclusivamente do sujeito. É justo o contrário, o sujeito é que é lançado em um dado campo problemático, por ele tomado, investido, maquinado. O *problema* é sempre o interpelante, e o sujeito – se é que podemos falar em sujeito –, o interpelado. Geralmente isso se processa de uma forma muito estranha e muito particular. São sempre fluxos entrecortando outros fluxos: pedaços de infância, retalhos de livros, frases de não sabemos quem e que nos levam não se sabe bem para onde, que nos levarão.

É esse campo problemático, formado por linhas de todas as densidades, vindas de todos os lugares e muitas vezes difíceis de serem mapeadas e nomeadas, quem tem nos interpelado, olhado para dentro de nós, muito mais do que nós para ele, tal como o abismo nietzschiano. Talvez seja esse o motivo de o problema do fascismo brasileiro inquietar com tamanha intensidade nesse instante que chamamos de presente. Ele tem sinalizado que o perigo está muito mais perto que imaginávamos. Essa é a advertência nietzschiana: o abismo; essa é a advertência benjaminiana: o perigo. E talvez será preciso lançarmo-nos em um perigoso abismo de memórias para poder dar à luz uma estrela dançante.

2. A traição das imagens

2.1 Quem narra e age?

Contar histórias é um ato arriscado, requer coragem. Arriscado porque impõe ao escritor muitas vezes ter que abandonar o leme e deixar a narrativa conduzir o curso incerto da navegação. Há timoneiros que não suportam ser arrancados dos seus lugares, temem que a embarcação não se manterá na rota; à espreita está sempre o angustiante temor de ser lançado em alto-mar e não regressar ao ponto de partida; o angustiante temor da deriva; o angustiante temor da morte. Muitos nem sequer arriscam pôr o pé na água, terra firme é sinônimo de estabilidade, segurança e paz. É por isso que a literatura desperta tanto fascínio. Podemos ver bem como se dá o curso incerto de uma navegação: o autor toma o leme, parte alegre contando seus causos, e quando se apercebe, os causos assumiram a dianteira. Agora ele é somente um espectador; as velas obedecem apenas ao sopro de outras vozes e aos corpos que como ondas se chocam contra o casco do navio.

E o leitor? Este é uma sentinela do poente. Quando os navios atracados partem, a única certeza que ele tem é de que o seu horizonte ocular é limitado. Para continuar acompanhando os percursos da navegação e seus desvios, ele terá que deixar sua posição de observador e tomar coragem para também se lançar ao mar. Ele então folheia a primeira página. Dali em diante, não é mais possível demarcar as fronteiras que separam um do outro. Chamar o escritor de escritor e o leitor de leitor é apenas uma formalidade, “es trivial y fortuita la circunstancia de que seas tú el lector de estos ejercicios, y yo su redactor”¹. O que importa mesmo é o curso da viagem, ou melhor, da narrativa; e são muitas, inesgotáveis. Leitor e escritor se tornam cúmplices e confidentes um do outro; firmam um pacto que permite concordâncias, discordâncias e traições, e celebram suas núpcias.

Dentre tantas histórias de navegação, *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, é formidável. É um livro que se arrisca em mar aberto e águas profundas, em memórias profundas. O ponto de partida são as memórias de infância, e o que a narrativa coloca em jogo são duas coisas muito importantes: o tempo e a experiência. A esses dois acrescentemos mais dois, que assinalam o nosso modo de compreensão do texto e a nossa posição performática: a primeira é a recusa de qualquer pretensão de remeter a narrativa ao escritor, ao autor, como se se tratasse de uma representação de sua história particular; a segunda é a aposta no delírio: narrar é delirar. A narrativa é delírio puro, condição necessária à emergência do real; o próprio real em seus transbordamentos.

¹ BORGES, J. L. **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1978. p. 15.

No prefácio à terceira edição, Conceição Evaristo faz a seguinte afirmação: “Foi o meu primeiro experimento em construir um texto ficcional con(fundindo) escrita e vida, ou melhor dizendo, escrita e vivência”². Ela denominará esse modo de narrar a história e de ficcioná-la, de *escrevivência*. O livro, portanto, poderia ser lido como uma ficção de memórias, pois se a memória esquece, surge sempre a necessidade de inventar. Invento, sim!, dirá Conceição, e inventa sem o menor receio, afinal, as histórias são inventadas, mesmo aquelas que se convencionou chamar de reais. “Nada que está narrado em *Becos da memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da memória* é mentira”³. A operação ficcional que Conceição estabelece conjuga memória, experiência e tempo na produção narrativa, em um movimento de fabulação criadora do próprio real, no paradoxo que lhe é próprio: nada que se narra é verdade, nada que se narra é mentira.

Além disso, há outro personagem importante nesse processo ficcional: o leitor. Conceição sabe que ele não é somente passivo no processo, e deixa isso muito claro: “Quanto à aparência de Maria-Nova, comigo, no tempo do meu eu-menina, deixo a charada para quem nos ler resolver”⁴. Não que o leitor tenha que desvelar qualquer coisa não dita na narrativa, algo que esteja sob a guarda da Esfinge de Édipo, tal como na tragédia de Sófocles. As charadas contêm enigmas, certamente, e muitas vezes ironia também. Na realidade, tudo está dito, e muito bem dito. O leitor é invocado como sujeito ativo no processo de navegação, ou melhor, do jogo narrativo; ele ficciona a narrativa – portanto, a realidade – à medida que por ela é ficcionado. Poderíamos aqui acrescentar também que o historiador ficciona o arquivo à medida que por ele é ficcionado. É por isso que ler e narrar histórias nos aproxima do jogo performático da literatura; encontramos ali uma aposta na possibilidade de intervenção, de invenção. Uma aposta clínica, certamente – desde que se tome a clínica como uma operatória sinuosa e desviante.

Dois personagens de *Becos da memória* são emblemáticos nesse sentido: Negro Alírio e Maria-Nova. Negro Alírio é um operário, trabalhador da construção civil. Sabia ler, e isso o tornava diferente dos demais. Por onde quer que passasse, incentivava todos a aprender a decifrar o universo das palavras. Era preciso aprender a ler as palavras para saber ler a realidade. Era preciso aprender a ler as palavras para saber ler a realidade e tomar consciência. Negro Alírio se identificava com a causa operária e por ela lutava, onde quer que fosse. Quando havia greve, estava ele lá, na linha de frente.

² EVARISTO, C. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. p. 09.

³ *Ibid.*, p. 11.

⁴ *Ibid.*, p. 12.

Negro Alírio tinha aprendido a ler as palavras e ler, e saber ler as palavras implicava a um só tempo conseguir ler a realidade. “Ele acreditava que, quando um sujeito sabia ler o que estava escrito e o que não estava, dava um passo muito importante para a sua libertação”⁵. Mas apesar de saber ler, não tinha tempo para narrar; ele lia muito, palavra a realidade, mas aquelas que os outros contavam, e era sempre uma história maior. Talvez pensasse que as suas histórias poderiam esperar o futuro da revolução para serem contadas.

Maria-Nova, a menina Maria-Nova, não possuía a vivência de mundo de Negro Alírio, pelo contrário, tinha somente as suas experiências, do reduto onde vivia, e as histórias que ouvia pela boca do grande contador de histórias, o velho Bondade; eram histórias tristes e alegres, embora ela preferisse quase sempre as tristes, porque mais verdadeiras. Maria-Nova, que conhecia Negro Alírio, reconhecia nele o esforço e o desejo de construir uma nova e outra história. Esse era o ponto em comum entre os dois, o único, e por mais que tentasse uma aproximação, algo os separava, como se houvesse ali um grande abismo. Maria-Nova queria muito mais que somente saber ler a realidade, queria poder narrar a sua história e explicar todas aquelas que em seu corpo se *complicavam*⁶. Maria-Nova sentia visceralmente todas as memórias remanescentes de outras épocas, se entristecia, sangrava por dentro, e as lágrimas escorriam pela sua pequenina face.

Para Maria-Nova, narrar suas histórias era o radical contraste de uma aposta política que a distanciava de Negro Alírio. “Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo”⁷. E assim o livro termina.

Em uma entrevista no ano de 2018 para o jornal Norueguês Klassekampen, intitulada *Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe*, o filósofo camaronês Achille Mbembe chamará a atenção para um problema urgente no contemporâneo: a

⁵ *Ibid.*, p. 146.

⁶ Complicar e explicar não são termos triviais. No latim, encontramos as palavras *complicatum*, que significa “dobrar”, e *explicatio*, “ação de desdobrar”. Em português, temos a palavra *plissar*, embora menos usual, mas que possui como radical latino a palavra *pli* (dobra). No francês, a tradução de dobra é *pli*, e no espanhol *pliegue*. Há aqui um jogo com os termos e suas etimologias, dobrar/desdobrar, isto é, as forças que se complicam (se dobram) em nós e a operação de explicar (desdobrar) essas forças. Ora, certamente que desdobrar não significa planificar; não se trata de termos opostos um em relação ao outro. Explicar, desdobrar, quer dizer precisamente produzir novas dobraduras, novas torções, ou, se quisermos, novas complicações.

⁷ EVARISTO, C. **Becos da memória**. *Op. cit.*, p. 177.

experiência. Preocupado com as formas de enfrentamento à escravidão moderna que, diferentemente do período colonial, opera agora pelo enredamento dos sujeitos com a tecnologia, tornando a todos artefatos de um capitalismo algorítmico, ele aponta para uma mudança aparente da política da razão para a política da experiência, a qual denomina política da visceralidade, ou política visceral. Tal política, que estaria centrada nas sensibilidades, nos faria crer que as nossas emoções, nossos afetos, percepções e sentimentos são a matéria real de nossa subjetividade, e que no interior de nossas experiências subjetivas poderíamos encontrar um lugar de salvaguarda, um espaço seguro, livre do racismo e da intoxicação neoliberal. Nas suas palavras: “muito comumente, se presume que nossas interioridades íntimas, nossos humores, nossos estados mentais seriam ‘espaços seguros’, os únicos espaços imunes ao racismo e à intoxicação neoliberal”⁸.

Ao apresentar essa noção de política da visceralidade, Mbembe faz uma inversão radical, assumindo uma postura crítica em relação a ela, nos advertindo de que nas condições atuais, não haveria mais nenhuma zona de ser livre de qualquer contaminação. Essa política da visceralidade, que privilegiaria a fronteirização da experiência do sujeito como condição de acesso ao real e forma de enfrentamento contemporâneo, esbarraria em alguns problemas, dentre eles, o de reconduzir a todos para uma armadilha que é própria do neoliberalismo: a crença na ideia de que só é possível pensar formas de resistir e criar assumindo uma posição a partir de si, ou melhor, de *sua* própria experiência – ou de seus semelhantes. Nessa perspectiva, a agência radical seria nada mais que uma operatória relacional que fundamentaria a existência de zonas de discernibilidade. A política da visceralidade, sustentada pelas sensibilidades do sujeito, produziria uma agência radical enquanto modo de relação e singularização nos limites da fronteirização, tal como uma bolha que mantém afastada a espuma.

Na entrevista, curiosamente Mbembe fala em “mudança aparente” da política da razão para a política da experiência. É que, no limite, parece haver uma recentralização do imperativo “razão” pela agência radical fundamentada na fronteirização da experiência. Assim, se a razão pode ser considerada uma tecnologia de poder, e tecnologia de poder como sendo o meio que permite ao biopoder exercer-se, tal como considera Foucault⁹, podemos dizer, nesse sentido, que a experiência passa a ganhar uma centralidade cada vez maior também como tecnologia de

⁸ MBEMBE, A. **Outras fitas**: Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe. A Fita, 2019. Disponível em: <<http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/>>. Acesso em: 10 jan. 2022. Originalmente a entrevista ocorreu na Noruega e foi publicada na revista **New Frame**, em 14 de setembro de 2019: <<https://www.newframe.com/thoughts-on-the-planetary-an-interview-with-achille-mbembe/>>

⁹ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

poder. E se a razão, como tecnologia, foi capaz de operar uma cisão entre aqueles que detinham a faculdade racional daqueles que não detinham, entre racionais, portanto civilizados, e irracionais, em um estado inferior da evolução humana, parece que nossas lutas contemporâneas seguem no mesmo lastro, porém, com um deslocamento para a experiência, em que o seu exercício passaria a habilitar certos sujeitos e grupos a enunciar um saber verdadeiro sobre aquilo que o outro não experienciou e jamais poderá experienciar, pois os marcadores molares que os constituem – e portanto constituem a sua experiência –, não permitem.

A partir do momento em que a experiência produz zonas-limites, há uma verdade que só pode emergir dela, isto é, um saber verdadeiro e grau de pureza dessa verdade. Assim, haveria uma espécie de lugar de fala mediado pela experiência que emergiria não menos que uma propriedade privada, e conseqüentemente o direito de posse dessa propriedade privada. E mais do que isso, o que estaria em jogo seria novamente a razão, isto é, uma razão pura que ressurgue – talvez nunca nos tenha abandonado – mediada pela agência radical (experiência) e que só pode se manter através dela.

Embora teça críticas e esse modo de conceber a política da visceralidade, e por isso mesmo à noção de agência radical, Mbembe sustenta sua aposta nela, mas a partir de uma inversão não menos radical: “o que é político não pode ser reduzido ao meticuloso gerenciamento de espaços emocionalmente seguros e atmosferas compartilhadas. A agência radical não tem nada a ver com o compartilhamento de fronteiras. É a respeito da desfronteirização”¹⁰. Nesse sentido, a política visceral marcaria a passagem da sensibilidade individual ou compartilhada entre semelhantes para a sensibilização coletiva. E ele acrescenta: “simplesmente não é verdade que, a não ser que eu tenha passado pela exata mesma experiência do outro, que eu não saiba nada sobre a sua dor e deveria simplesmente me calar”¹¹. Em suma, se no primeiro caso a agência radical é pensada no limite da fronteirização, no limite do *eu*, no limite do semelhante, no segundo caso – é esta a aposta – a agência radical passa a ser pensada no limiar da desfronteirização, no limiar do *eu* em relação à diferença, ao dessemelhante.

Além disso, o pensador camaronês recusa a filiação a qualquer tradição essencialista, e é por esse motivo que sua crítica é tão contundente em relação à concepção de agência radical ou política da visceralidade – portanto, à concepção de identidade, no sentido de um identitarismo. Em uma outra entrevista, ao ser questionado sobre o lugar em que se situa no debate sobre o uso estratégico do essencialismo, do uso tático da identidade, Mbembe

¹⁰ Mbembe, A. **Outras fitas**: Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe. *Op. cit.*

¹¹ *Ibid.*

responderá que costumam aparecer momentos em que as lutas atravessam um certo essencialismo, quando se procura retraduzir positivamente atributos que até então condenavam grupos à condição de objeto. O problema residiria menos no uso estratégico e mais no instante em que esse uso restringiria outras possibilidades de enunciação e impediria a continuidade do caminho rumo a uma nova condição: “*a passagem da indiferença à diferença*”¹². E isso só aconteceria no instante em que o interdito da experiência passasse a impedir a transposição das zonas-limites às zonas-limíares; a passagem da semelhança à dessemelhança, da fronteirização de um *nós* à desfronteirização rumo a um *comum*.

Essa sinalização é aqui importante, especialmente para que possamos tomar o cuidado de não pensarmos a política visceral como condição que anularia as singularidades e que reduziria a experiência ao indivíduo, mas como necessária e urgente aposta na produção de modos de vida que tenham como ponto de partida e de retorno o comum na diferença, pois se aceitarmos como imperativo a noção de agência radical como fronteirização, e do essencialismo como garantia de acesso ao real e garantia do direito de enunciar a verdade, de reivindicar a verdade, teremos dificuldades em situarmos a posição daquele que acessa as experiências que não são propriamente suas. Não estaríamos condenando-o à impossibilidade de narrar a história? Certamente isso não será um problema, desde que ele se mantenha restrito à sua zona-limite e atento às leis de garantia da propriedade privada, dado que aquele não é o seu lugar, muito embora isso tenha implicações diretas sobre quem possui o direito de narrar a história, que histórias podem ser ou não contadas, e qual a verdade e o grau de pureza da narrativa.

Não há dúvidas de que o problema evocado está para além de uma questão judicativa, embora isso esteja patente. De todo modo, trata-se de colocar o problema não para polemizar sobre quem tem ou não o direito de enunciar uma verdade, mas sim para sustentar uma posição ética daquele que se coloca em relação com as experiências de outrora.

Experiência é um tema sensível que aparece no decorrer do trabalho de outro pensador, Walter Benjamin – e que por isso encontra ressonâncias com o pensamento de Mbembe –, quando ele se depara com um problema que começa a emergir precisamente com a primeira Grande Guerra – a segunda Guerra só intensificará esse processo –, com a ascensão da modernidade e do capitalismo: a impossibilidade de narrar a história. Uma das maiores

¹² MBEMBE, A. **Poder brutal, resistência visceral**. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 22.

pensadoras contemporâneas da obra de Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin¹³, ao se debruçar sobre o conceito de experiência, nos mostra como ele aparece de duas formas distintas para o filósofo alemão. Ela retoma especialmente dois textos: *Experiência e pobreza* e *O narrador*, em que é possível compreender essa distinção fundamental – e seus desdobramentos – entre *Erfahrung* (Experiência) e *Erlebnis* (Vivência).

Tanto *Erfahrung* – palavra derivada do radical *fahr*, usado no alemão antigo com o sentido de percorrer, de atravessar uma região – quanto *Erlebnis*, são modos distintos de se tomar a experiência, de ser tomado por ela. No primeiro caso, a experiência pressuporia um modo de relação que se abriria à dimensão do comum, bem como suas implicações no modo de transmissão dessas experiências através da narração; no segundo caso, ela estaria circunscrita à dimensão do particular, do privado, implicando, ao mesmo tempo, um fechamento sobre esse particular que comprometeria a narração. Tal distinção é estabelecida, portanto, não para colocar em oposição o comum ou coletividade à individualidade, mas para apresentar as implicações em termos de experiência e narração.

Algo que vai se tornar cada vez mais habitual no seio da sociedade burguesa da Europa será a reordenação do espaço como interioridade privada – a casa e seus assessorios – capaz de oferecer segurança e proteção contra um mundo exterior inóspito e hostil. A partir de então, tudo passará a ser do sujeito e da ordem do privativo, deslocando a experiência – e a narração – da dimensão do comum à medida em que a restringe; o problema passa a corresponder, assim, aos pronomes possessivos: “suas experiências inefáveis (*Erlebnisse*), seus sentimentos, suas mulheres, seus filhos, sua casa e seus objetos pessoais”¹⁴.

Se Mbembe constata, no começo da primeira metade do século XXI, o problema da fronteirização da experiência nas lutas minoritárias como perigo de se manter a ordem neoliberal e seus atributos: privativo e individualidade, Walter Benjamin, por outro lado, antevê esse mesmo problema na primeira metade do século XX, com o surgimento desse novo tipo de experiência (*Erlebnis*) baseada na valorização da propriedade privada, a qual se tornará dominante no seio da sociedade capitalista industrial da Europa.

¹³ GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

¹⁴ *Ibid.*, p. 59.

Em uma conversa com Michel Foucault, Deleuze faz a seguinte pergunta – e na sequência responde: “Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos”¹⁵. Não existe sujeito que fala, isto é, um *eu* enquanto essência, mas há algo que faz falar, que faz fazer: uma maquinaria, onde o sujeito é apenas um vetor, um indutor. Há, portanto, uma posição de sujeito e uma posição de fala que são sempre metaestáveis, ficcionais, passíveis de serem desmontadas se tomadas em determinadas sínteses.

Tomemos as *Memórias de um doente dos nervos*, de Daniel Paul Schreber, para colocar alguns problemas: como é possível ao presidente Schreber, sendo ele homem, branco, europeu e juiz, acariciar seus seios femininos, sentir-se mulher e oferecer-se a Deus para dar à luz uma nova humanidade? Qual é o lugar de fala de Schreber no preciso instante em que é tomado em seu devir-mulher? Não haveria um *eu sinto* que descentralizaria o *eu sou*: intensidades que atravessam e maquinam o seu corpo e que não se limitam às coordenadas prepostas, isto é, às marcações, aos códigos histórico-sociais, mas que os explodem de dentro?¹⁶ Certamente o que está em jogo não é, de modo algum, um delírio possessivo, mas a perturbação de determinada ordenação ficcional do real através da ficção de uma nova realidade perturbadora.

Pegando a contrapelo, a quem poderia interessar, ao contrário, não saber quem sou *eu*? Quais as implicações do abandono do *eu* na produção da escrita, e da narrativa, respectivamente? Se por um lado há uma preocupação em pôr em questão a identidade para escapar de certas determinações ligadas à ideia de fronteirização que perigam estar a serviço da reiteração do funcionamento do capitalismo neoliberal, uma vez que se trataria da experiência e do discurso como propriedades privadas, por outro lado, não haveria o perigo de recairmos em uma homogeneização que excluiria a diferença, reiterando práticas de silenciamento pela via da suposta desfronteirização? A operatória não se caracterizaria pela negação e bloqueio da diferença, negação essa a serviço da subsunção às determinações de um modo hegemônico de experienciar o mundo e ao mesmo tempo de esmagar a produção da narrativa, a produção da vida? Não nos colocaríamos em uma certa redundância, rasgando uma máscara colonial para em seguida vestir outra, quiçá um pouco mais palatável, porém não menos violenta? Como bem colocado por Silvio Almeida no prefácio ao livro de Asad Haider, *Armadilha da identidade*,

¹⁵ DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 130.

¹⁶ “Essa ideia [de tornar-se mulher] era tão alheia a todo o meu modo de sentir que, permito-me afirmar, em plena consciência eu a teria rejeitado com tal indignação que de fato, depois de tudo o que vivi nesse ínterim, não posso afastar a possibilidade de que ela me tenha sido inspirada por influências exteriores que estavam em jogo” (SCHREBER, D. P. **Memória de um doente dos nervos**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021. p. 63).

“há uma esquerda ‘anti-identitária’ que pode ser tão ou mais benéfica ao neoliberalismo como os mais convictos identitaristas”¹⁷.

Não é porque estamos tecendo críticas a um certo modo de tomar, de ser tomado pela experiência, e a um certo modo de produção da narrativa – a qual parece assumir o postulado de política identitária, marcando um lugar de exclusividade e afirmando a verdade enquanto propriedade –, que estamos defendendo a homogeneização das diferenças. Entender o processo dessa maneira é colocar para si um falso problema; problema esse da ordem do silogismo disjuntivo: *ou* defendo isso, *ou* defendo aquilo; se defendo isso, logo me oponho àquilo – disjunção exclusiva, excludente.

Evidentemente que cada um de nós passa por uma série de determinações – marcações, códigos sociais que nos são anteriores, efeitos de uma longa história – que nos localizam e nos distinguem no tempo e no espaço de modos distintos, e embora haja um *socius* que necessite dessa produção de reprodução das identidades (disjunções exclusivas) para operar a extração de mais-valor maquínico e produzir sua própria reprodução, é preciso lembrar que esses modos de experienciar o mundo e de narrá-lo não estão restritos às determinações molares e nem mesmo referem-se às particularidades de cada um.

Se estamos sustentando que a experiência não se restringe unicamente aos códigos histórico-sociais e nem aos pronomes possessivos, podemos dizer que há sempre uma produção do sujeito que fala – e também do seu lugar –, que segue as diretrizes de uma processualidade nômade, de uma disjunção sempre inclusiva: *e, e, e depois*. É por isso que podemos pensar a experiência enquanto experimentação intensiva; um plano comum em que ocorre o embaralhar das vozes, dos códigos – eu sinto que de venho – capaz de transgredir as fronteirizações que são anteriores ao sujeito e que em certa medida o constituem. Daí que eu posso dizer, com muita segurança, que o cu do presidente Schreber como estado intensivo atravessa meu corpo, o toma, para em seguida abrir-se aos raios do céu que fecundarão minha escrita: eu sinto algo, produzo algo, e sou capaz de fazer a teoria disso. Mas o *eu* não passa de um resíduo dessa maquinaria diabólica, a devorar estados intensivos e a ser por eles devorado – lei do antropófago: “só me interessa o que não é meu”¹⁸. Aqui nos deparamos com uma imagem curiosa, que certamente alegraria Glauber Rocha: Schreber e o Diabo na terra do Sol, ou melhor, em terras Tupinambás. É disso que se trata, de um procedimento esquizo-antropofágico, é a isso que nos referimos.

¹⁷ ALMEIDA, S. L. Prefácio. In: HAIDER, A. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019. p. 15.

¹⁸ ANDRADE, O. de. **Manifesto antropófago e outros textos**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017. p. 50.

Mais uma vez a questão se desloca: de que modo podemos tomar a narrativa da história em tal processo esquizo-antropofágico? O que ela tem a nos oferecer enquanto preparação e portanto prática de perturbação e invenção de modos de singularização? Qual o método, isto é, como fazer?

Do mesmo modo que não basta dizer viva o múltiplo, mas sim fazê-lo, também não é mais suficiente repetirmos aos ventos que toda escrita é polifônica, ou que a multiplicidade de vozes nos força a escrever; corremos o risco de assentar essa polifonia, essa multiplicidade, em coordenadas narcísico-edipianas, nos tornando devotos e juízes do *eu*. E como parece ser preciso cada vez mais dizer *eu, eu, eu!*, como se os estados intensivos fossem propriedade de um sujeito.

E se não houvesse o *eu*, que espírito receberia toda glória e que carne seria objeto de confissão, culpa e expiação? É que a propriedade autoral, como bem observou Foucault¹⁹, corresponde a um problema antes jurídico-penal que civil, na medida em que o autor, assim identificado ao texto, ao livro, a sua obra, passa a ser passível de punição. Em todo caso, faz-se necessário danar o *eu* enquanto propriedade autoral, e um modo de se fazer isso é através da aposta na experimentação narrativa. É a performance narrativa uma das possibilidades de abrir espaço a outras forças, dar passagem a outras vozes – até mesmo deslocar o narrador de sua posição habitual, de seu lugar de direito, como faz Conceição Evaristo.

Em *Becos da memória* há pelo menos quatro momentos em que a condução da narrativa passa do narrador para o personagem, e do personagem ao narrador – experimentação performática da narração que provoca uma vertiginosa confusão no leitor. Acompanhem uma dessas passagens, que se inicia com o narrador contando o que o personagem Tio Totó teria contado a Maria-Nova: “Os filhos cresciam arrebetando o ventre de Nega Tuína”²⁰. A narração segue normalmente até que, no meio do parágrafo, quem passa a conduzir a narrativa é Tio Totó: “Um dia, não consegui nem sentar na cama. Olhei para a barriga dela, deitada ela parecia uma montanha”²¹. A mudança é sutil, percebida apenas pela forma com que emerge o verbo *olhar*. Nesses deslocamentos, em que o narrador é forçado a dar passagem ao outro no fluxo da

¹⁹ FOUCAULT, M. O que é um Autor? In: **Ditos e escritos**. v. III: Estética: literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

²⁰ EVARISTO, C. **Becos da memória**. *Op. cit.*, p. 131.

²¹ *Ibid.*

narrativa por meio do discurso indireto livre, opera-se uma descentralização do *eu*, e a narrativa passa a responder somente a si, dissolvendo o lastro que a vincula ao autor. A noção de polifonia do texto é performatizada através de deslocamentos, rupturas, ao ponto de nos perguntarmos: quem narra e age? A quem pertence a memória narrada, ao narrador ou ao personagem narrado – e que também narra? Como delimitar isso? Não se trataria de uma diferença fundamental e uma ruptura decisiva entre o autor-sinatário, que assina a obra, e o autor-narrador, que dá consistência e textura à narrativa através da multiplicidade de vozes?

Se Conceição Evaristo procede pelo absurdo de passar do narrador-onipresente ao personagem-narrador, não é simplesmente por pilhéria; ela faz explodir de dentro da própria narrativa o sujeito de enunciação e a propriedade autoral, o *eu* que fala. É que, “na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer”²². Em todo caso, importa menos saber por que Conceição Evaristo lança mão em determinados momentos do texto, e não em outros, do discurso indireto livre, mas o que isso implica em termos de narração de experiências e da construção de memórias, e, além disso, do impacto político que tal performance ficcional opera.

Vemos bem como a narrativa de Conceição está muito próxima do problema narrativo que perpassa Walter Benjamin. Nesse ponto, podemos retomar o problema: como é possível narrar uma experiência historicamente situada (*um* passado) se essa mesma experiência não lhe pertence de direito? Em outros termos: como narrar a história da qual não se experienciou diretamente?

Uma passagem importante de *O narrador* nos ajuda a prosseguir com o problema; diz Benjamin: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”²³. Há uma dimensão da experiência que dura na narração daquele que não a vivenciou diretamente. Para além da vivência direta do sujeito, o processo narrativo opera sempre pelo meio, não sendo possível localizar, no mais das vezes, a quem a história pertence ou pertenceu de direito. Se o narrador é capaz de fazer com que as memórias narradas sejam incorporadas às experiências dos ouvintes e leitores, é porque a história narrada, em primeiro lugar, não pode dizer, não diz mais de uma propriedade exclusivamente sua. É por isso que preferimos chamar o ato de

²² FOUCAULT, M. O que é um Autor? In: **Ditos e escritos**. v. III: Estética: literatura e pintura, música e cinema. *Op. cit.*, p. 268.

²³ BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 201.

narração que envolve a transmissão da experiência através do gesto da escrita, do gesto literário, de *escreriência*, pois recoloca como fundamental a esse problema da transmissão da memória, da transmissão da experiência, a dimensão impessoal daquilo que será narrado, daquilo que será transmitido.

Em segundo lugar, essa viagem de travessia (*fahr*) da história narrada que acontece na relação entre narrador e ouvinte, escritor e leitor, faz com que se opere uma contração do espaço e do tempo. Uma experiência, localizada historicamente, ao ser narrada, sai de seu enclausuramento temporal para reivindicar outras temporalidades: ao narrar *um* passado, atualizo sempre *um* presente – ou o contrário. O artigo indefinido marca o caráter inconcluso; restos que reverberam através da narrativa. Portanto, o que nos interessa na narração é a ressonância desses tempos e dessas experiências no presente, mas não o presente ou o passado cronológico.

2.2 Arquivo, memória e tempo

O moribundo à beira do abismo presente algo e precipita o derradeiro gesto, e depois, o avalia. Poderia ter ido mais, dito mais? É a partir do derradeiro gesto de Foucault em seu último curso, *A coragem da verdade*, o qual estava programado para começar em janeiro de 1984, mas que se iniciou mais tarde em decorrência de seu estado de saúde – Foucault morreria em junho daquele ano –, que Mizoguchi e Souza farão uma interessante leitura, e necessária, sobre o tempo da urgência, da inadiável urgência, “a estranha temporalidade de quem, à beira da morte, se vê impelido a enunciar um modo de veridicção no qual a verdade implica-se à coragem – e esta, por fim, a sempre inadiável tarefa de inquietar-se consigo”²⁴. Entre o mais tarde e o tarde demais, um instante fugaz; o tempo urge, é preciso arriscar-se, ter coragem para dizer, mesmo no lamento de não ter podido ir mais longe.

Das últimas palavras proferidas no curso – “bom, olhem, eu tinha algumas coisas a dizer no âmbito geral dessas análises. Mas já está tarde demais. Então, obrigado” –, partem os autores em sua labuta, removendo as camadas de sedimentos, ou como o anatomista que percorre o cadáver com seu bisturi, fazendo incisões precisas – é bem verdade que muitas vezes o cadáver parece gritar, como se ainda estivesse vivo –, até chegarem à análise do derradeiro gesto de

²⁴ MIZOGUCHI, D. H.; SOUZA, A. de M. P. de. A urgência das inquietações: uma improrrogável militância. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 25-48, abr. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Sócrates: renunciar àquilo que havia dito ou beber a cicuta. Seus discípulos haviam preparado um plano de fuga para salvá-lo, bastava dar o sinal. Mas entre o cálice e o cale-se, Sócrates não recuará nem mesmo diante da morte, e escolherá o primeiro; encarará sua sentença com coragem e altivez. Eis Sócrates, o verídico. Eis Sócrates, o parresiasta.

Em uma carta datada do início de maio de 1940 a sua amiga Gretel Adorno, companheira de Theodor Adorno, Walter Benjamin conta-lhe sobre o texto que acabara de escrever, *Sobre o conceito de história*, o qual tinha a pretensão de publicar mais tarde; havia alguns pontos a serem trabalhados, principalmente sobre o problema do lembrar e do esquecer, e, sem fazê-lo, poderia acarretar mal-entendidos. Em junho do mesmo ano, o exército nazista ocupa Paris, e Benjamin, que se encontrava refugiado na cidade desde 1933, inicia sua fuga rumo à Espanha, de onde embarcaria para os EUA. Adorno e Horkheimer estavam a sua espera e mantinham no exterior o instituto de pesquisa (Escola de Frankfurt). Na fronteira entre França e Espanha, a fuga clandestina fracassa. Por ser judeu-alemão e de esquerda, refugiado no país, o governo não lhe concedeu o visto. Em 26 de setembro de 1940, em Portbou, ele se suicida. Para ele, já era tarde demais. Talvez Benjamin, assim como Foucault, anteviesse o seu fim, e como último gesto, além do cálice de morfina, o texto e a carta à amiga.

A partir da carta e do fim trágico de Walter Benjamin, Gagnebin colocará um problema, o qual buscaremos com ela perseguir, como quem pretende habitar essa temporalidade ora ocupada pelo moribundo, ora pelo suicida: “qual teria sido o desenvolvimento da questão do lembrar e do esquecer em seu pensamento?”²⁵. Essa questão vem acompanhada de algumas advertências, entre elas, o fato de que todo problema deve levar em consideração o *presente do narrador*, isto é, ser historicamente situado. Assim, como pensar o problema do lembrar e do esquecer a partir da nossa história atual e da nossa conjuntura política? Que efeitos políticos carregam o lembrar e o esquecer no curso dessa nossa história? Dito de outro modo, quais as implicações de se colocar os fragmentos de memórias e a narração para jogo em um tempo histórico como o nosso, marcado pelo fascismo e sobretudo pelas disputas de narrativas?

A imagem do moribundo é importante para Benjamin e Gagnebin, porque coloca em questão a finitude da existência e a tarefa da narração, tarefa essa necessariamente dos mortais – os deuses, por serem imortais, não sentem a necessidade de narrar histórias; para eles, não há passado, presente ou futuro, tudo é como sempre foi e sempre será. “Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa

²⁵ GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014. p. 218.

substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível”²⁶. O moribundo, ao se deparar com o limiar da morte, é forçado a avaliar se teria algo a transmitir, se algo mereceria ser transmitido às futuras gerações para além da sua vivência.

É por esse motivo que é dada a incumbência, àquele que se aventura nas tortuosas trilhas do passado, de percorrê-los e de regressar, altivo, para forjar dos sussurros anônimos da história, memória de futuro. Flertar com a dimensão trágica da existência para extrair dali a alegria. E isso só pode acontecer se pudermos habitar essa temporalidade que nos faz vacilar permanentemente entre o mais tarde e o tarde demais – que memórias pretende-se transmitir? Que relevância há nisso que está sendo transmitido no leito de morte? Sim, no leito de morte, pois a narração é também um ato de morte, de desmoronamento da própria existência; uma dissolução que é própria não do sujeito, mas da zona ou temporalidade que ele habita e se desfaz permanentemente; uma zona ou temporalidade moribunda, suicida e trágica, ao mesmo tempo que necessariamente alegre e altiva.

A transmissão da narração, diferentemente da herança e da tradição, convoca a todos para um jogo de repetição e diferença: repetição e diferença no ato mesmo de sua transmissão. É que, com efeito, nada nos chega de forma pura e neutra, e nada partirá da mesma forma. E mesmo aquilo que nos chega só nos chega como fragmentos não totalizáveis de uma suposta unidade originária; ladrilhos estilhaçados que buscamos reconstituir na colagem com estilhaços de outros ladrilhos. Além disso, os fragmentos de passado que nos chegam devem ser apreendidos como velocidades, e como tais, capazes ou não de acelerar algo, a própria história, para frente e para trás.

Esse jogo de repetição e diferença nos coloca diante de pelo menos três problemas relacionados ao lembrar e o esquecer, o qual se articula necessariamente com o passado e o presente: a relação entre o lembrar e a transmissão da história; o esquecer como condição necessária à diferença; a atualização do passado e a relação com a teologia do nosso tempo, o capitalismo – como dirá Benjamin.

O primeiro problema, relacionado ao lembrar, refere-se ao modo como muitas vezes se concebe a história: como tradição e herança. Nesse sentido, o nosso presente seria nada mais,

²⁶ BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. *Op. cit.*, p. 207.

nada menos, que o resultado de uma acumulação de “bens” culturais imutáveis, e até mesmo a narração estaria a serviço da tradição e da herança desse conjunto de valores culturais acumulados ao longo do tempo.

A crítica a esse modo de conceber a história e portanto de narrá-la, vem em tom de denúncia – “Benjamin denuncia uma concepção de cultura – comum tanto ao historicismo quando a uma certa historiografia de esquerda – que a entende como um conjunto de bens armazenados nos aposentos da memória humana universal”²⁷ –, isso porque se a história for essa acumulação de cultura, então a concepção que temos implícita é, por um lado, a de um fardo que teremos que carregar para todo o sempre, como também de um progresso em marcha e de um tempo homogêneo e vazio; por outro lado, a de uma história burguesa, em que o espírito capitalista se faria presente e na qual essa história seria cúmplice – o burguês com o seu inventário de bens acumulados ao longo da história, e a historiografia com o seu inventário de saberes acumulado ao longo da história; cada qual possuidor de suas respectivas propriedades.

Além disso, haveria a crítica a um certo otimismo presunçoso que pressuporia “a marcha inevitável da humanidade para um futuro glorioso, uma sociedade sem exploração”²⁸, otimismo esse que levantaria outros problemas. Em primeiro lugar, a história, nesse caso, já estaria pronta, formatada, cabendo a nós apenas nos esforçarmos para atualizá-la – todas as lutas se concentrariam na realização do ideal. Esses valores canônicos de uma história universal que foram herdados, impossibilitaria que qualquer outra narração menor escapasse dessa determinação – elas seriam esmagadas. A outra implicação é que, supondo que cheguemos a esse estágio ideal, teleológico da história, teríamos paradoxalmente que decretar o seu fim, uma vez que toda narração e transmissão da experiência se tornariam irrelevantes. Essa concepção, um tanto cristã da história, poria fim a ela.

O segundo problema, relacionado ao esquecer, é que ele não pode ser concebido separadamente do lembrar: para esquecer é preciso lembrar. Há, nesse caso, uma força ativa no próprio esquecer. Só podemos esquecer um certo prolongamento do passado, uma certa repetição, a partir do momento em que possamos nos lembrar. Mas esse esquecimento não é algo simples, tampouco se trata de uma amnésia ou anistia. Trata-se antes de algo que se adquire a duras penas. Esquecer ganha o sentido não mais de recalcar, mas desviar, bifurcar, descontinuar, diferenciar.

²⁷ GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. *Op. cit.*, p. 212.

²⁸ *Ibid.*, p. 210.

Proust e Bergson são autores importantes para Benjamin, isso porque colocam o problema da memória involuntária na relação entre o lembrar e o esquecer, a sua emergência e o modo como é possível, a partir dessa emergência, apreendê-la para fazer disso um trabalho de elaboração e de esquecimento. Em Benjamin, a noção de memória involuntária é envolvida pela imagem do relampejo: “o passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”; “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”²⁹.

Longe de pensar o esquecimento como algo involuntário ou inconsciente, e o lembrar como atividade voluntária, como meio de tornar consciente o inconsciente, pensamos o esquecer como ação consciente. Existem fragmentos do passado que só serão possíveis de serem lembrados por meio da memória involuntária, e há, por outro lado, um trabalho de apreensão desse passado para que se possa operar um esquecimento ativo. É evidente que sabemos da importância da função do esquecimento involuntário que muitas vezes está a serviço da preservação do próprio sujeito. O que queremos dizer é que há uma posição ética e política em relação ao lembrar e ao esquecer, de poder retomar o passado, o qual é atualizado de forma involuntária pelo presente que vivemos, como condição de possibilidade para que se possa produzir uma abertura temporal, o tempo de *kairós*, capaz de nos fazer fugir do tempo, isto é, de nos fazer desviar do eterno retorno do mesmo. Desse modo, na mesma medida em que lamentamos o fato de sermos surpreendidos por um passado que há muito acreditávamos superado, há uma oportunidade alegre de apreendermos essa ocasião que se nos apresenta para fazermos disso uma nova história.

O terceiro e último problema diz respeito à relação entre o passado e o futuro mediado pela teologia do nosso tempo: o capitalismo. Haveria, segundo Benjamin, um ideal de progresso na esquerda que negligenciaria o processo de mercantilização inclusive do passado. As memórias, quando atualizadas, correriam o risco de se transformarem em mais um produto na prateleira do mercado – nada estaria a salvo da reificação, nem mesmo as aspirações socialistas e as utopias de outrora.

Talvez possamos situar um quarto problema: o risco de regressarmos ao passado movido pelo ressentimento com o presente, buscando em um suposto tempo perdido a solução para nossos problemas contemporâneos. É inegável que há sempre o risco de sermos conduzidos a

²⁹ BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura.** *Op. cit.*, p. 224.

isso; o risco de nos tornarmos devotos de tempos idos e niilistas da tragicidade que nossa época nos reservou. E não é incomum ouvirmos, por vezes de pessoas muito próximas, que em outros tempos, no seu tempo ou ainda em tempos mais distantes, as coisas eram bem diferentes, como quem diz, com um certo desdém do presente e uma nostalgia do passado, que a sua geração e as precedentes sempre guardarão algo sacro que a atualidade perdeu ou deixou que se perdesse e, por isso mesmo, por essa falta primordial, ela se encontraria também perdida. Haverá sempre o risco de nos encontrarmos sob a filiação platônica, tal como nossa tradição ocidental nos relegou, e igualmente o risco de lançarmos um olhar culpabilizador ou até mesmo ao presente. O risco reside, também, quando voltamo-nos para o passado na tentativa de reviver os mortos e de consagrá-los como deidades, e será sempre uma tarefa necessária destruir os ídolos – a golpes de martelo, ou do bisturi.

Geralmente os ídolos de ontem não mais serão os mesmo de amanhã, e como confrontá-los é e sempre será tarefa difícil, por vezes impossível, porque se trata, antes de mais nada, de uma questão de fé. E tanto direita quanto esquerda, progressista ou conservador, não têm cessado de produzir seus messias. Construimos caricaturas de heróis e o munimos de poderes divinos, ao passo que enfraquecemos toda força que o povoa pelas bordas, na multidão. Vemos deuses onde deveríamos encontrar não mais que eleitos de matilhas; não mais que os efeitos das forças que os envolvem.

Eis a pergunta que todos deveríamos fazer: quais as condições de emergência do eleito da matilha e qual a sua posição em relação a ela? Pois se é verdade que a matilha produz seus eleitos, ao qual num segundo momento se estabelecerá uma relação de devoção, não podemos perder de vista que até mesmo uma caricatura de fascista é efeito de matilha, portanto índice das forças que povoam o campo social.

Parodiando Foucault, quando diz, ao analisar as obras de Magritte³⁰, que em nenhum lugar há cachimbo, dizemos, à nossa maneira, que em nenhum lugar há método. Essa afirmação pode soar um tanto absurda num primeiro momento, e talvez até paradoxal: como é possível enunciar um método sem que ele exista prévia e efetivamente?

³⁰ Trata-se da análise realizada por Foucault, em seu livro *Isto não é um cachimbo*, das duas pinturas-caligramas feitas por René Magritte: *A traição das imagens*, de 1929, e *Os dois mistérios*, de 1966.

Em uma mesa-redonda sobre Proust, alguém na sala dirige uma pergunta aos integrantes: o narrador tem um método? Quem primeiro responde é Deleuze: “a meu ver, o narrador tem um método, que no início ele desconhece, e depois aprende seguindo ritmos diferentes, em ocasiões muito diferentes, e esse método, literalmente, é a estratégia da aranha”³¹. O interlocutor, não satisfeito com a resposta, faz uma série de investidas, procurando entender esse paradoxo: como é possível que alguém como Proust, que em sua obra *Em busca do tempo perdido* escreve um tratado sobre os signos, não tenha tido um método para dar consistência a sua escrita e voz ao seu pensamento? O método só poderia ser descoberto ao final?, pergunta o interlocutor ao filósofo, que retruca, com uma certa advertência: “que o narrador diga no fim ‘mas é isso’ não significa que, bruscamente, tudo se reúne”. E completa: ele não é universal, “portanto, não se deve dizer: era o bom método; é preciso dizer: era o único método capaz de funcionar de tal jeito que essa obra fosse produzida”³².

O método nunca é posto primeiro; ele não é um *a priori*. Proust não sabe como e o que fará, ele não tem nem objetivos e nem mesmo objetos a serem perseguidos, e tudo será traçado no próprio percurso da escrita, estará sujeito à variação conforme outros componentes passarem a fazer parte da trama. O que Proust faz é mais ou menos o que faz a aranha: constrói uma teia. A mosca não existe para a aranha até ela ser capturada pela armadilha. São essas forças exteriores à teia e à aranha, esses objetos, mas que não podem ser concebidos como objetos e sim como emissores de sinais, como signos, que fazem com que ela, a aranha, seja forçada a sair da inércia. É pelo modo como a mosca se prende à teia e se debate, que a aranha saberá como proceder, naquela situação, para devorar a sua presa. A aranha está sempre atenta às vibrações: “sem olhos, sem nariz, sem boca, a aranha responde unicamente aos signos e é atingida pelo menor signo que atravessa seu corpo como uma onda e a faz pular sobre a presa”³³. A *Recherche*, diz Deleuze, foi construída como uma teia, e Proust é o narrador-aranha, sempre à espreita da menor vibração para poder se mover.

Que as aranhas de modo geral teçam, isso é verdade, como é igualmente verdade que cada uma encontra, a seu modo, um meio de proceder. Não porque possuem uma individualidade que as diferencia uma das outras por causa de seus atributos de tecelãs (síntese exclusiva) – não se trata de essencialismo –, mas precisamente porque a composição com o mundo torna a operação sempre singular. O mundo da aranha é um frágil e inconcluso fragmento de mundo: um canto de parede, uma estante, entre um galho e outro podem fazer

³¹ DELEUZE, G. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 49.

³² *Ibid.*

³³ DELEUZE, G. **Proust e os signos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 173.

nascer o emaranhado de fios; um espanador, uma chuva forte, ou um vento desmedido podem igualmente desfazer a trama e arrastar para longe o pequeno aracnídeo.

O método é isso, não uma prescrição de como fazer, pois todo fazer é singular e só pode ser construído na relação com o campo – que também não existe *a priori*. Ele serve como pista ou advertência à montagem do problema a ser perseguido e quando muito pode servir como pista ou advertência à montagem de outros problemas. Até mesmo a composição da escrita, a estilística do que será narrado, é uma aposta que exige a experimentação e a prudência do gesto: um romance, crônicas, contos, *proesia*, diário de bordo, cartas? Tudo é fabricado no percurso e nada é garantido. O perigo espreita. Tudo pode ruir, ser arrastado pela correnteza. Isso é também um bom sinal.

3. A hipótese não repressiva

3.1 Retomando Foucault

Quando colocamos em questão a ditadura militar brasileira, o que comumente se evidencia é um certo consenso de que se trata de um período repressivo de nossa história, e de um poder que se exercia do centro às margens em termos de uma hierarquização – esse centro de poder, o Estado; ali se poderia localizá-lo. À medida em que os fluxos cada vez mais desterritorializados ameaçavam a coesão interna do *socius* – e da máquina capitalística –, a principal tarefa dos militares teria sido a de impedir, via Estado (centro de poder), que essa proliferação persistisse. Assim, pôde-se pensar, num primeiro momento, que o regime militar lançou mão de um aparato repressivo: restringir a circulação, bloquear, suprimir as liberdades, silenciar, exilar, prender, torturar, matar.

Isso tudo é verdadeiro, certamente, mas não haveria, talvez, algo mais sutil e que se desdobra, num primeiro momento, aquém desses procedimentos? E no caso brasileiro, seria possível colocarmos o período que atravessamos sob o regime militar sob outra perspectiva que não apenas a da repressão, algo que se tornou consensual em muitas das leituras? De saída, queremos dizer que a colocação desse problema de modo algum tem por pretensão deslegitimar ou mesmo diminuir as histórias de lutas, nem mesmo apagar a memória daqueles que tombaram durante o regime militar sem ter a oportunidade de ver nascer dias melhores.

É ponto pacífico que a ditadura agiu de forma repressiva e violenta, e não há motivo para duvidar disso: mais de vinte mil pessoas foram torturadas; entre mortos e desaparecidos políticos no Brasil e no exterior, a Comissão Nacional da Verdade reconheceu, em 2014, o número de 434 vitimados entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Os integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), por sua vez, falam em 475; durante o regime, mais de oito mil indígenas perderam suas vidas em massacres, remoções forçadas, torturas, contágio por doenças infecciosas, enfim, perderam suas vidas em decorrência de uma política de extermínio; em 1998, o Movimento da Luta Antimanicomial denunciou a existência de trinta mil covas em cemitérios psiquiátricos clandestinos, todas elas com cinco ou seis esqueletos. Não temos dúvidas, portanto, de que os assassinatos de opositores e daqueles indesejados pelo regime passam da casa dos milhares e estão à margem das contagens oficiais.

Mas temos razões para crer que o regime fez funcionar ao mesmo tempo que a repressão, um determinado modo de produção de subjetividade. É esse o fio que queremos acompanhar. Nesse caso, a repressão seria um dos elementos de um sistema de outra natureza que não fundamentalmente repressiva, e que funcionou incitando e proliferando discursos, em que as

técnicas de confissão, isto é, o fazer falar, foram talvez mais importantes que o fazer calar; e o poder, nesse sentido, muito mais uma força que se espalhava pelo campo social, entrelaçando-se aos corpos, controlando as populações.

A verdade é que não basta silenciar, mas antes lançar mão de estratégias e procedimentos que tenham por finalidade primeiramente a produção de subjetividade que a sua repressão. Nesse sentido, seguimos a tese de Foucault em relação ao dispositivo de sexualidade, e sendo assim, somos convocados a entender o período militar numa ultrapassagem da caricatura militar, tanto em termos do poder localizado e centralizado, quanto em termos unicamente de uma força repressiva.

Em 1976 será publicado o primeiro volume de história da sexualidade: a vontade de saber. Nele, Foucault apresentará, num primeiro momento, a hipótese repressiva da sexualidade, hipótese essa que conceberá o sexo como algo a ser vigiado, contido, reprimido, encerrado no interior de cada casa, no íntimo de cada família, autorizado por quem de direito: os pais. A repressão tornada reguladora e ordenadora da sociedade. É ali que se encontraria o poder.

No convívio social, tratar-se-ia de outro conjunto de códigos, muito bem elaborados, distribuídos e regulados segundo a moral burguesa. Haveria decoro em tudo: na fala, no andar, no cumprimento, nas vestimentas, no cuidado com o corpo, tudo isso para manter silenciada, afastada, domada a sexualidade. E se impossível conter os impulsos, que se tenha lugares bem distantes do convívio social para o desejo ilegítimo, a palavra impudica, os trejeitos vulgares e a promiscuidade – o prostíbulo, tentador e ao mesmo tempo morada dos libertinos; onde se pode, em troca de alguma pecúnia, experimentar a transgressão, dar vazão àquilo que os códigos não mais conseguiram regular. Tudo devidamente autorizado – na surdina; é ali que se pode fazer do ilegítimo aceitável, e também alguma fonte de lucro.

As crianças, para os vitorianos, não têm sexualidade, e por isso precisarão ser interditadas, proibir que dela se fale – que se feche os olhos, a boca e os ouvidos. E depois com Freud, provando o contrário, que as crianças possuem sexualidade, a tese da repressão permanece descansada em seu trono. A criança, esse polímorfo perverso, precisará passar pelo interdito como condição de constituição de si e acesso ao real – as inevitáveis consequências disso: as neuroses; e o tratamento: o divã, outro lugar autorizado à sexualidade, para que se fale

daquilo que não se fala, para que se torne consciente aquilo que tanto esforço fora despendido para encobrir, silenciar, recalcar.

Sob essa perspectiva, a repressão teria seu apogeu precisamente no século XVIII, nesse novo mundo onde a exploração da força de trabalho seria a matéria-prima do capitalismo e sob a qual dissipá-la na sexualidade seria já um problema e um entrave, devendo, portanto, ser reduzida ao mínimo possível, isto é, à reprodução da *prole*. Até mesmo a resistência política a esse sistema repressor viria a ser colocado da seguinte maneira: quanto mais se reprime, mais se deve falar, pois é aí, no ato da fala, na confissão, que se forjará um *ethos* combativo, transgressivo, libertador, aquém e além dos tentáculos da repressão.

Mas o que intriga Foucault não é propriamente o problema da repressão, e por isso, depois de apresentar a hipótese repressiva, ela é contestada. Para ele, trata-se de afirmar que a repressão, a censura, ocupam um lugar menor nessa trama histórica, e devemos nos perguntar, antes, por que dizemos, com tanta paixão e tanto rancor, do nosso passado e do nosso presente, e contra nós mesmo, que fomos e somos reprimidos. O que o filósofo sustentará, portanto, é que nos últimos três séculos, o que se pôde ver não foi propriamente o estabelecimento de uma ordem repressiva em torno do sexo, mas alguma coisa que se coloca aquém dessa ordem: uma verdadeira incitação e excitação discursiva, uma furiosa incitação e excitação confessional.

Foucault mostra como, desde a Idade Média, a Igreja colocou o sexo, e a sua confissão, no cerne da ordem dos poderes civis e religiosos – até os nossos dias. Tudo deverá ser expiado e confessado, e tudo terá a carne como origem e destino do pecado. Eis o poder pastoral: prática de confissão e da direção espiritual, onde o sexo será dito com prudência. Num primeiro momento, a confissão propriamente dita da carne; depois, o deslocamento às suas correlações, aos seus efeitos: os desejos, os pensamentos, os gestos, os sonhos etc. Não mais a obrigação de confessar as infrações às leis do sexo, mas de dizer a si e a outrem tudo aquilo que tem relação com o sexo, seja por meio do corpo ou da alma. É a colocação do sexo em discurso; fazer de todo desejo um discurso, forma mais antiga do que se possa parecer.

Nessa sutil operação, quanto mais se fala, quanto mais se confessa, mais se poderá controlar, gerir, administrar. Sendo assim, o poder de ação se encontra menos do lado daquele que fala, pois este será incitado a falar, mas do lado daquele que ouve, interroga, ignora, cala; o discurso opera seus efeitos de subjetivação incidindo muito mais naquele que é incitado a falar, que é extorquido, do que sobre aquele que ouve. É por isso que Foucault vai dizer, e com muita razão, que a verdade sobre o sujeito está no outro que sabe, ou, se quisermos, a verdade sobre aquele que fala transfere-se ao outro que, complacente, escuta, interroga, ignora e cala. O sexo se torna então questão de polícia: “polícia do sexo, necessidade de regular o sexo por meio

de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de sua proibição”¹. Questão de polícia não porque pretende-se julgar, não porque deve-se reprimir, mas antes porque atua como força ordenadora.

Tanto na confiança íntima, pudica e sutil, quanto no interrogatório forçado e humilhante, o que se impõe é a obrigação de falar. Se necessário, a tortura – e com prazer. Nesse caso, o estabelecimento da relação entre confissão e tortura: fazer falar pelo suplício, e não fazer calar. “Confessa-se – ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo”². Até mesmo a repressão, nesse sentido, não está em oposição ao dispositivo de fazer ver e falar, mas nele opera, faz parte do próprio jogo; não o impedimento, mas a condição para que se fale – inclusive o segredo faz parte da trama.

Mas se num momento o discurso sobre a sexualidade pertenceu ao poder pastoral, pouco a pouco ele vai sendo deslocado para outros domínios: a medicina e a psiquiatria. Cada vez mais a medicina e a psiquiatria, a partir do século XVIII e XIX, passarão a se interessar pelo sexo. Nesse sentido, a sexualidade passa de um exercício individual, reservado, para estar, pouco a pouco, inserida numa trama complexa que envolve um conjunto de saberes e instituições: a família, a polícia, o juiz, o médico, o psicólogo, o psiquiatra, o Estado; uma trama que se estende por toda superfície social e que vai dar consistência a essa superfície. E o sujeito, no Ocidente, se tornará cada vez mais um animal confessional.

Ali está a vontade de saber: registrar, classificar, distribuir o discurso, fazê-lo circular. Uma verdadeira economia política do discurso verdadeiro sobre o sexo, penetrando as instituições, a arquitetura, os corpos, a história, as ciências. Construção, ao redor do sexo, de um imenso aparelho de produção de verdade. Uma vontade de saber e as relações de poder incidindo na mais absoluta tranquilidade mundana, sutilmente presente em nossos hábitos cotidianos, tornados tão naturais e autômatos quanto o movimento das pálpebras ou a contração e expansão dos pulmões. Um anátomo-poder – um poder sobre os corpos em termos de subjetivação –, e um biopoder – um poder que se exercerá sobre as populações em termos de controle populacional.

O sexo vai ser produzido como objeto de verdade, do qual se poderá dizer a verdade do sexo: *scientia sexualis*. A título de exemplo, Charcot e o hospital Salpêtrière: um grande aparelho de observação, com seus exames, interrogatórios, experiências com o corpo feminino – a histérica. Mas ao mesmo tempo uma maquinaria de incitação à fala: a relação médico-

¹ FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 28.

² *Ibid.*, p. 66.

paciente, as exposições públicas e as crises manifestas diante desse público, a observação atenta e a tomada de notas dos espectadores. Em suma, um lugar de visibilidade e todo um regime de dizibilidade: fazer ver e falar. Eis o dispositivo de sexualidade.

É nesse procedimento de submeter o sexo a uma vontade de saber, que se pôde organizar e distribuir sobre o campo social e sob os corpos as linhas de estratificação e divisão entre o certo e o errado, bom e mau, lícito e ilícito, normal e patológico, e, portanto, introduzir a falta: sexualidade incompleta, desviada, periférica, marginal, que deverá ser corrigida, medicada, internada, tratada, submetida ao eletrochoque, ao castigo, à readequação. Intrigante procedimento que buscará identificar o sexo não legítimo e no qual o sujeito do sexo legítimo se constituirá. Será preciso que exista o contraventor, o doente mental, o perverso, como condição para a existência do sujeito normal, condição sem a qual ele não poderá advir.

E o duplo efeito: o poder que se expande à medida em que se exerce; mas também a excitação, o gozo que cabe a cada corpo onde ele se exerce, uma parte que lhe cabe nesse jogo; um prazer extraído do poder e um poder que se exerce pelo prazer. “Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abraça por ter de escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo”; de igual maneira, “poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”³.

Jogo poder-prazer, prazer-poder, um interpenetrando o outro, confronto e reforço recíprocos – tudo é já parte da maquinaria do dispositivo, seja intentando a fuga ou celebrando as núpcias. Na rebeldia ou na resignação, resistindo ou aceitando, fugindo ou abraçando, tudo já faz parte, está implicado no próprio funcionamento do dispositivo de sexualidade e refere-se à trama de saber e de poder. E é aí que a noção de poder se sofisticava, uma vez que não pertence propriamente a alguém ou a um grupo, e tanto o mais revolucionário quanto o mais conservador são investidos por essa maquinaria, de tal modo que já não percebemos que não é a repressão, mas sim a própria confissão, aquilo que nos coage. E será necessário que estejamos, ainda, “muito iludido com esse ardil interno da confissão para atribuir à censura, à interdição de dizer e de pensar, um papel fundamental”⁴.

O que Foucault diagnostica e apresenta no primeiro volume de *História da sexualidade* é que, fora dessa malha, um tanto assustadora e da qual somos agidos e coagentes, não será mais possível qualquer resistência. Daí a frase tão célebre: onde há poder há, também,

³ *Ibid.*, p. 50.

⁴ *Ibid.*, p. 68.

resistência. É talvez esse o ponto mal compreendido pela crítica, qual seja, o de pensar o poder fora do domínio da interdição, da coerção, do privado e da representação. Na reformulação da noção de poder, o seu exercício passa a ser entendido como uma ação sobre as ações dos outros, e que por isso mesmo podemos encontrá-lo em toda parte. Não foram poucas as contestações, pois se o poder perpassa todo campo social, então não haveria mais espaço para a liberdade, o que na verdade é justo o contrário: é por haver relações de poder em todas as esferas da vida que há efetivamente o exercício da liberdade. Foucault recusa a noção da qual o poder seria um sistema de dominação que buscaria, pelo seu exercício, a supressão das liberdades⁵.

Mas se as relações de poder só podem efetivamente se dar na medida em que há liberdade – e por isso essas relações são sempre móveis, reversíveis e instáveis –, como pensar então os momentos em que essa liberdade parece estar totalmente suprimida? Como aceitar essa noção de poder, uma vez que a liberdade seria a condição para a reversão do modo como as relações vão sendo tecidas e significadas, quando o que está em jogo são as práticas de tortura? Será preciso, a partir dos problemas colocados, fazer uma distinção entre as relações de poder, os estados de dominação e o exercício da violência, e essa distinção implica um salto: de 1976, quando o primeiro volume de *História da sexualidade* vem a público, para dois momentos seguintes, 1982 e 1984⁶.

Como vimos, as relações de poder são sempre móveis, reversíveis e instáveis, percorrem todo campo social, e a liberdade funciona como suporte para a emergência dessas relações; é a condição para que elas efetivamente se deem – onde há poder há, também, liberdade. No estado de dominação, por outro lado, o que predomina é a impossibilidade da reversão de certos estados de coisas, de certas significações; é onde se formam certas estruturas. Nesse caso também há relação de poder, porém, elas estão de tal modo cristalizadas que as resistências não são capazes de operar uma reversão dos efeitos produzidos. É o exemplo da estrutura ou instituição conjugal dos séculos XVIII e XIX. Ali não havia somente o poder do homem, “a mulher podia fazer uma porção de coisas: enganá-lo, surrupiar-lhe o dinheiro, recusar-se sexualmente. Ela se mantinha, entretanto, em um estado de dominação, já que tudo isso não

⁵ “Não é possível me atribuir a ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade”. (FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017. p. 271).

⁶ Nos referimos ao texto O sujeito e o poder, escrito por Foucault em 1982 para a revista **Critical Inquiry**, da Universidade de Chicago, e que compõe o livro *Foucault, uma trajetória filosófica*; e a uma entrevista que compõe o volume V da coleção **Ditos e escritos**, concedida em janeiro de 1984, intitulada “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”.

passava finalmente de um certo número de astúcias que jamais chegava a inverter a situação”⁷. Haveria uma dessimetria das relações, em que a liberdade seria extremamente limitada, limitando assim a capacidade de ação. São também exemplo de estados de dominação as prisões e os manicômios.

A terceira distinção é em relação ao exercício da violência: onde não há liberdade, não haverá relação de poder; ou, o que é também verdadeiro: onde não houver relação de poder, não haverá liberdade. A condição que suprime a possibilidade total de ação do outro, como no caso da tortura, não é outra coisa a não ser o exercício da violência. “Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder”⁸. A esse respeito, Foucault dá o exemplo da escravidão. “Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar”⁹.

É aqui, acreditamos, que deva ser situada a análise sobre o período da ditadura militar: entre as relações de poder e os estados de dominação, embora a repressão e o exercício da violência foram fundamentais para o regime – e são fundamentais para as análises do período –, pois foi através de toda uma tecnologia de tortura, de toda uma ciência, que se pôde extrair confissões, reduzir o corpo à condição de coisa, de objeto, tirar-lhe sua dignidade, seu estatuto de cidadão, suprimir sua liberdade, cindi-lo, aniquilá-lo física e emocionalmente.

3.2 A ameaça produzida

Como ponto de partida, retomamos uma leitura muito singular do período brasileiro que vai das décadas de 1960 até 1980, e que tem se colocado como linha mestra do problema que fora anteriormente enunciado. Refiro-me ao livro *Guardiães da ordem*, de Cecília Coimbra, que busca situar e pensar os acontecimentos históricos na articulação com os saberes e práticas *psi*.

O problema ali perseguido refere-se ao modo como serão engendrados os processos de subjetivação no período que ficará conhecido como milagre econômico; quais as relações se

⁷ FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. *Op. cit.*, p. 271.

⁸ *Ibid.*, p. 270.

⁹ *Ibid.*, p. 244.

estabelecerão entre ditadura militar e produção de subjetividade, ou melhor, que subjetividades estão emergindo no período da ditadura militar e como isso se conecta ao modo de produção e reprodução do capitalismo. Embora em alguns momentos a noção de poder pareça passar pela leitura do Estado, poder ser ali localizado, há outros em que ele se coloca como uma força que se espalha pelo campo social, como se houvesse ali um duplo entendimento, assinalando – e é isso que nos tem interessado – o exercício do poder através das práticas as mais cotidianas, as mais descentralizadas do aparato de Estado propriamente dito e também da repressão.

Contextualizando os antecedentes do golpe, no Brasil, em 1962, a economia está passando por problemas de crise e recessões, e uma grande instabilidade política toma conta do país, desde que Jânio Quadros, um ano antes, renunciara ao cargo de Presidente da República, vindo a assumir seu vice, João Goulart, não muito bem quisto pelos militares e pelas elites. Esse é também o período da modernização do Brasil e surgimento, que começa a acontecer a partir do governo Juscelino Kubitschek, de uma nova classe média urbana, a qual encontrará, na industrialização e urbanização, terreno profícuo para sua ascensão econômica e social.

Somado à recessão, a ameaça comunista, que passou a ser enxertada através de campanhas desde a década de 1950, é outro perigo, talvez o mais terrível deles – antes e depois do golpe, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, juntamente com a Igreja Católica, denunciarão a comunização e exigirão um governo forte; era preciso estar atento à família, à propriedade privada, aos valores cristãos. O golpe que, anos antes, nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, havia fracassado, ocorrerá como medida de contenção e resolução tanto dos problemas econômicos que haviam se agravado, quanto da terrível ameaça comunista que rondava o país. As forças armadas ocuparão o Estado, todavia, muito mais que estabelecer uma hierarquia de comando e de preocupar-se com a ordem e a disciplina, o Estado será um ponto específico nessa malha organizada. Embora haja a hierarquia, as Forças Armadas se organizam de modo reticular, distribuindo-se e recobrando a geografia brasileira. É o que possibilitará, naquele momento, uma intervenção mais rápida, em qualquer lugar, de qualquer foco insurgente.

Paralelo a isso, uma série de movimentos contraculturais pululam mundo afora. Deseja-se alguma outra coisa em termos de uma nova experimentação e percepção de mundo. Contestam-se a sexualidade e a monogamia; as relações pais e filhos e o poder do patriarca em relação aos filhos e esposa; a reprodução e o direito ao aborto, o uso do anticoncepcional; a crítica à religião, vista como “ópio do povo”, e ao triângulo Deus, Pátria, Família; a moda contesta os valores com o surgimento do biquíni e da minissaia; a experimentação-droga e a alteração das coordenadas perceptivas. Em suma, são modos de subjetivação que, em maior ou menor grau,

causam pavor à ordem estabelecida e ao regime capitalista – a máquina não estaria preparada, naquele momento, para recolher os cacos da diferença que começam a se fragmentar pelo campo social e a fragmentar a própria coesão subjetiva existente. Toda uma desterritorialização está em curso no ocidente, e no Brasil não seria diferente.

Desse modo, as questões que passam a ser colocadas pelo regime são: “por que os filhos da classe média, da pequena burguesia, que têm tudo para ascender socialmente e se tornarem, inclusive, ideólogos do capitalismo, estão indo para o caminho da contestação a este sistema? Por que se tornam ‘terroristas’, negando suas origens de classe?”¹⁰. Essa mudança geracional emplaca uma crise da subjetividade e precipita uma fragmentação dos modos hegemônicos de subjetivação; fragmentação de uma unidade bem disposta e bem distribuída e um risco não só ao valores cristãos, não só à casta à qual se pertence, mas, principalmente, ao próprio funcionamento da máquina capitalística que, a bem da verdade, não possuía a capacidade, naquele momento, de absorver e acomodar toda força desterritorializante, marginal, para o interior do seu próprio funcionamento.

O perfil da militância que passa a preocupar o regime militar, sobretudo os movimentos de resistência armada, será aquele formado em grande parte por jovens de classe média e classe média alta, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 – AI-5. E é interessante assinalar que essa juventude teria tudo, naquele momento, para ser a nova vanguarda do progresso que a política desenvolvimentista do Regime Militar projetava. Era a essa expectativa que a juventude classe média deveria corresponder.

Há algo de inquietante nessa juventude, algo como que uma perturbação em um nível que tanto o Regime Militar quanto o capitalismo não estavam preparados para enfrentar, isso porque não era suficiente, naquele momento, simplesmente dar as condições materiais e econômicas para que pudessem figurar como a nova burguesia brasileira, arauto do progresso; ela questionava lá onde ninguém poderia dar-lhes respostas e ocupava uma zona perigosa, onde a certeza e a segurança perdiam sua legitimidade.

Diferentemente do que se pode imaginar, a ditadura, num primeiro momento, de 1964 a 1969, praticamente não intervira nas produções teóricas e culturais, hegemonicamente sob o domínio da esquerda – “nunca se leu tanto como nesses anos. Há, em 1968, um verdadeiro *boom* editorial, e tanto Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, como Marcuse e Norman Mailer são devorados”¹¹ –, muito embora, por outro lado, controlasse o fluxo de

¹⁰ COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995. p. 198.

¹¹ *Ibid.*, p. 13.

circulação de determinadas produções, distribuindo-as por uma rede que envolvia o teatro e o cinema, espaços poucos acessíveis às camadas populares. Além da produção teórica e dos movimentos de luta armada que começam a se formar, teremos a emergência da contracultura, em especial o movimento tropicalista, que será precursor de uma série de transformações na música popular brasileira, nas artes plásticas, cinema, teatro, literatura etc. Esse é também o período dos festivais de música popular brasileira transmitidos pela TV Record; tudo isso formando um enorme caldeirão prestes a explodir.

No ano de 1968, ano do assassinato do estudante secundarista Edson Luiz e da passeata dos 100 mil em protesto a sua morte, será decretado o Ato Institucional nº 5 – AI-5, de 13 de dezembro de 1968, o mais duro dos dezessete Atos Institucionais, que cassou os direitos políticos daqueles considerados subversivos, fechou o Congresso Nacional, suspendeu o direito de *habeas corpus*, e instituiu a censura prévia de toda produção cultural que fosse considerada subversiva.

Os partidos serão extintos e apenas dois estarão na legalidade: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Todos os demais serão integrados a esses dois, e aqueles que quisessem permanecer como Partido só poderiam na ilegalidade. Foi o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que resistia na ilegalidade desde 1947. Mais do que um ato repressivo, essa é uma estratégia que permitirá a circulação do discurso sobre o comunismo e conseqüentemente sobre o inimigo do Brasil; será preciso que aquele, posto na ilegalidade por estar envolvido com o Partido, fale, confesse; só aí haverá o exercício do poder, sem o qual nem mesmo a repressão pode funcionar. É essa a matriz de produção de subjetividade tanto do patriota, o brasileiro que ama a pátria e, portanto, está disposto a embarcar na jornada pelo progresso da nação através dos seus esforços individuais, quanto do inimigo que se opõe à nação e ao seu progresso, e por isso mesmo deve deixá-la ou morrer. Não é por acaso que o emblema do período será: Brasil, ame ou deixe-o.

Nesse momento da história brasileira, a subversão passa a ser objeto das ciências médica e *psi* (psiquiatria, psicanálise e psicologia); uma aliança entre regime militar e os saberes médico e *psi* está em vias de se estabelecer, conferindo uma nova singularidade ao modo como o elemento subversivo passará a ser encarado. A partir da década de 1970, os movimentos de resistência serão enfraquecidos, e muitos aniquilados em decorrência dessa nova relação que está se dando entre, por um lado, aparato de informação e contrainformação constituído pelas Forças Armadas e, por outro, os saberes médico e *psi*.

O Serviço Nacional de Informação – SNI, criado em 1964, vai estar conectado, formando uma extensa e acurada rede que envolve as Forças Armadas e seus centros de

Informações (Exército – CIE, criado em 1967; Aeronáutica – CISA, criado em 1969; e Marinha – CENIMAR, criada em 1947 e reorganizado em 1955 e 1971), os governos estaduais e municipais, as polícias federal e estaduais, Corpo de Bombeiros, empresas privadas e grupos paramilitares como CCC – Comando de Caça aos Comunistas, e a sociedade civil como um todo, ocupando papel fundamental nesse processo, pois se infiltrará nos círculos mais restritos, onde a fala subversiva circula de um modo mais aberto e livre. E é curioso que quando as infiltrações aconteciam, nunca o interesse imediato era reprimir, só num segundo momento isso poderia ou não ocorrer; o objetivo principal era participar, se envolver, fazer parte, instigar a falar, em suma, monitorar e controlar¹².

O SNI, articulado e preocupado com o discurso subversivo, não cansou de registrar em calhamaços e mais calhamaços de relatórios, com enorme precisão e detalhes, cada fala, cada material clandestino encontrado, panfleto apreendido etc. – e embora não perdesse tempo em sumir com os vestígios desses materiais quando a redemocratização se aproximava, paradoxalmente o que sobrou, e não foi pouca coisa, vai servir para mostrar como operava o próprio regime. O sistema de inteligência produziu, conseqüentemente, o registro histórico que permitiu aos restos da história, em partes, permanecer vivo, situação que talvez não ocorresse caso houvesse tanto rigor para destruí-los quanto se teve para registrá-los.

Não é que os dispositivos de inteligência impedirão a circulação do discurso. Pelo contrário, o discurso será incitado a proliferar cada vez mais. Infiltrar agentes¹³, acompanhar as movimentações dos subversivos, registrar cada passo, o número de pessoas que formam o grupo e o nome de cada um, seus codinomes, como essa rede se organiza, quem são os contatos de outros grupos, quais os horários de maior atuação, os lugares de encontro, a função que cada um exerce; produção de relatórios, organização de mapas, deslocamento de equipes, controle; as prisões em massa – estas, absolutamente necessárias, pois não basta acusar de ser um subversivo, é preciso submetê-lo a um efeito de subjetivação, a uma transformação incorporal

¹² A esse respeito, o depoimento do psicólogo e militante Marcus Vinícius, o Matraga, é muito interessante: “O relatório dos registros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) aponta que fui sendo monitorado, me dão conta de que algumas coisas eu achava que eram clandestinas, mas estavam sendo monitoradas, documentadas. Impressiona que eles capturavam apelidos pessoais que eu só usava em círculos muito restritos, o que significa que potencialmente tinha gente infiltrada nos círculos em que eu tinha confiança”. (OLIVEIRA, M. V. Entrevista com Marcus Vinícius Oliveira. In: **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília: CFP, 2013. p. 70).

¹³ Segundo o médico e psicanalista que participou na militância junto ao Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Adail Lemos, dentre os agentes infiltrados, que não eram apenas militares das Forças Armadas, havia muitos médicos. “Todos eles trabalhavam para o Exército e, portanto, fazem parte do grupo dos médicos delatores. Mas houve também um subgrupo de médicos que colaborou sem ‘trair’. Simplesmente porque previamente não fizeram parte de organizações de esquerda. Ao contrário, possuíam um perfil acadêmico e eram ligados à universidade”. (LEMOS, A. I. **Desafia o nosso peito**: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. p. 19).

via instituição prisão; fazer a passagem da condição de cidadão para a condição de subversivo. Há excitação e prazer nisso tudo, um gozo perverso imanente a toda essa prática.

O poder só poderá ser exercido e se capilarizar por todo campo social à medida em que se confessa, que se delata, ou que o dispositivo de informação e contrainformação capturar o conteúdo de cada confissão. Os delatores, por mais estranho que possa parecer, são aqueles de quem menos se desconfia, e, nesse sentido, importa menos quem exercerá o poder: os vizinhos, os familiares, os colegas de trabalho ou faculdade, desafetos, agentes infiltrados etc. Não há dúvidas de que o efeito disso tudo será a difusão de um incontornável estado paranoico: o inimigo pode ser qualquer um e igualmente o seu delator.

As organizações clandestinas, os grupos revolucionários, mantinham entre si o mínimo de contato; entre um contato e outro (o ponto), falava-se o básico, de modo codificado na maioria das vezes; usava-se codinomes, evitava-se saber e falar da família um do outro, e um esforço era feito para que ninguém soubesse o sobrenome do companheiro; isso tudo para impedir, caso fosse capturado, que se lograsse êxito quanto à extração das informações. Nas palavras de Brilhante Ustra – aquele que no processo de impeachment de Dilma Rousseff recebeu homenagem de Jair Bolsonaro –, “quando ‘caía’ um terrorista, o tempo era precioso e a incomunicabilidade indispensável, pois, de acordo com as normas de segurança estabelecidas pelas organizações subversivas, todo o terrorista possuía uma ‘hora teto’ para retornar ao seu ‘aparelho’”¹⁴. As prisões, nesse sentido, são menos para reprimir e muito mais para fazer falar; fazer falar o subversivo ali produzido e de saída tido como inimigo.

Detidos, não falar era evitar que o poder pudesse ser exercido não só a si, mas a toda rede da qual se fazia parte, e quando se falava, dava-se o mínimo possível de informações, muitas delas trocadas, pistas falsas¹⁵. “Por isso, o preso deveria ‘segurar’ ao máximo os seus encontros e ganhar maior tempo possível, mentindo e nos conduzindo a um ‘ponto frio’ ou a um ‘ponto de polícia’. O interrogador tinha de ser bastante hábil e inteligente para não se deixar

¹⁴ USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2016. p. 345.

¹⁵ Submetidos a um estado de dominação e à violência, eram dois os métodos utilizados pelos presos políticos para resistir à extração da confissão: o *turco* e o *francês*. “O primeiro consistia em negar sempre e falar o menos possível, incluindo informações falsas. O método ‘francês’, ao contrário, adotava a tática de despistamento. O preso político deveria contar muitas histórias, semear contrainformações, abrir pontos ‘frios’ e simular uma colaboração. O método ‘turco’ é mais simples e o indivíduo se contradiz menos nas perguntas subsequentes. No entanto, enraivece mais os torturadores e pode levar à morte ainda no auge do interrogatório. O método ‘francês’ finge ser um diálogo, embora possa levar a ambiguidades e contradições. Porém, tem a vantagem de propiciar interrupções durante o interrogatório e saídas para falsos encontros” (LEMONS, A. I. **Desafia o nosso peito**: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro. *Op. cit.*, p. 208).

enganar”¹⁶. Aquele que não conseguia suportar as torturas e acabava por delatar seus companheiros, por vezes era tido como traidor do grupo, e quando recebido na cela com os demais, debatia-se se ele seria posto “no gelo”, isto é, excluído do círculo, não mais falar nem se dirigir a ele, ou se agir-se-ia com naturalidade.

Se por um lado temos os efeitos dos discursos que têm por meta a produção do inimigo, por outro temos a emergência progressiva do seu oposto, o cidadão de bem e patriota. A consequência disso é que cada vez mais se produzirá o indivíduo que busca conquistar a sua ascensão social, desligando-se de toda e qualquer discussão política. Quando muito, se aproximará dela na medida em que isso permita manter-se dela afastado, exatamente para poder ocupar-se de sua vida privada. Tal processo de produção de determinado modo de subjetivação vai ter como consequência direta e necessária a sua articulação com o capitalismo – “esse modelo de família que compra, investe, viaja, ascende socialmente é o modelo que se fortalece com o ‘milagre brasileiro’”¹⁷. E não será por acaso que no período que mais se persegue, que mais se tortura, sequestra, assassina, é também o momento em que acontecerá o milagre econômico brasileiro.

Assim, está sendo explicitado, nesse momento, de forma inequívoca, que não haverá desenvolvimento econômico, o milagre brasileiro, sem a produção de um determinado modo de subjetivação dos corpos, tanto do sujeito quanto da família, a qual se tornará cada vez mais privada, lugar de refúgio contra os terrores do mundo exterior e suas influências perigosas. O regime de saber-poder não atinge somente o elemento subversivo, e será preciso encontrar as causas para além dele próprio, isto é, na família – a família desestruturada, a família em crise. É que, para ser mais eficiente, para ser exitoso, o poder precisa ser exercido em cada canto, penetrar o íntimo das relações familiares, torná-las cúmplices do regime e responsáveis moralmente pela delinquência de seus filhos e pelo dano causado à sociedade, ao progresso, à pátria. O efeito disso, como anteposto e norma à família disfuncional, será a emergência da família funcional, que não é cúmplice e nem responsável, isto é, que não produz o delinquente; é a família que trabalha, que busca ascender socialmente, que se afasta das disputas e das armadilhas do jogo político.

Trata-se de cuidar daqueles que estão saudáveis, e o especialista *psi* estará ali para bem servir, desde que se esteja disposto, indivíduo e família, a falar. É preciso encontrar cada qual

¹⁶ USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. *Op. cit.*, p. 345.

¹⁷ COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. *Op. cit.*, p. 32.

a sua verdade, verdade essa que estará do lado não daquele que fala, mas precisamente daquele que escuta. A subversão torna-se, portanto, muito mais do que um problema moral, isto é, a do transgressor da ordem e dos valores: a religião, a família, a pátria, a propriedade privada; mas um problema de ordem psicopatológica, e que será preciso lançar mão de todo um conjunto de saberes para poder explicitar suas causas, fazer a distinção entre os que são passíveis de cura e os que não são, prescrever o tratamento, aumentar ou diminuir a pena etc. Tanto o subversivo mais radical – aquele que integra a luta armada – quanto o menos perigoso – aquele da contestação contracultural, do desbunde, da festividade e da extravagância – serão pegos por essa teia discursiva, considerados doentes. E embora houvesse formas de combate distintos no próprio campo da esquerda, para o regime a natureza subversiva de ambos era a mesma; o que poderia variar, nesse caso, seria o grau de periculosidade.

Então temos um deslocamento do subversivo propriamente dito para a família como um dos fatores decisivos do seu surgimento. Por extensão, não somente o subversivo e a família serão alvos, mas toda a sociedade, e o processo se prolonga de tal maneira que em determinado momento se tornará imanente, exercendo-se, inclusive e necessariamente, sob os corpos que aparentemente não apresentam riscos. O discurso sobre a família passa a ser cada vez maior no rádio e na televisão, tomará a cena pública; pesquisas científicas serão realizadas e comprovarão a tese, ou simplesmente a reforçarão. Mas se há produção de um determinado modo de subjetivação que emerge com a ditadura em estrita relação com o neoliberalismo em ascensão, na modulação específica desse contexto, e que podemos apreender muitos desses discursos no presente, precisamos entender que a psicologia, quanto saber, estará implicada nesse processo de produção subjetiva emergente no Brasil durante todo o período ditatorial. Por isso, para além de explicitar a relação entre ditadura militar e capitalismo, produção de subjetividade e capitalismo, precisamos ser mais incisivos e dizer que foi antes pelo exercício do saber e do poder, e do papel fundamental dos saberes *psi*, dentre eles a psicologia, que se pôde produzir as condições para que o regime militar se mantivesse por mais de vinte anos. São os saberes *psi* que nos interessam em particular, para além das discussões sobre ideologia de segurança nacional, ideologia e dominação imperialista – apesar de sua incontestável participação nas ditaduras latino-americanas –, e sobre os processos de alienação midiática – embora as missivas da propaganda sejam também inquestionáveis, tendo em vista o lugar que a televisão passa a ter na vida cotidiana da família brasileira.

Seguido do milagre, virá a queda, e em 1983 o Brasil terá de realizar empréstimos com o FMI. Inaugura-se, no Brasil – assim será no restante do mundo –, o “governo do homem

endividado”, para usar a expressão de Lazzarato¹⁸. É que, no mundo todo, veremos surgir, em paralelo à modulação subjetiva que ocorre na América Latina com os governos ditatoriais, uma reorganização financeira planetária. Nesse momento, cruza-se a dívida financeira das economias do terceiro mundo com a produção de subjetividade. É esse, portanto, um dos nós que sustentarão essa nova alteração interna do capitalismo e que passaremos a chamar, mais tarde, de neoliberalismo. Essa dívida imanente ao próprio regime de subjetivação do capitalismo provocará uma crise, mas essa crise, que num primeiro momento é exterior ao próprio funcionamento do capitalismo, passará rapidamente para o seu interior. Da crise do capitalismo nascerá o capitalismo de crise, em que “‘a crise’ significa: o governo cresce”¹⁹. Dívida econômica e regime de subjetivação se conjugarão de tal forma que a dívida se tornará imanente à vida, algo muito semelhante, porém distinto, ao que o cristianismo introduziu através do pecado original e da culpa.

Simbolicamente, a consolidação efetiva da modulação neoliberal do capitalismo se dá com a queda do muro de Berlim e da União Soviética. Nesse momento, um novo regime econômico, político e social, em suma, um novo regime de subjetivação viceja plenamente. A abertura democrática não será mais uma ameaça, mas exatamente a condição para que esse novo regime possa operar. Nesse sentido, a abertura não pode ser lida sem levar em consideração a relação existente entre redemocratização e capitalismo, redemocratização e fascismo, redemocratização e neoliberalismo.

Explicitar essa curiosa conjugação que está acontecendo no período da redemocratização não é diminuir e nem desprezar as lutas por sua conquista. De maneira alguma estamos desmerecendo os combates pelo fim do regime militar e de toda forma de opressão encampados principalmente pelos movimentos sociais. Como dissemos anteriormente, onde há poder, as resistências proliferam. O que estamos chamando a atenção é justamente para que nos atentemos à modulação do próprio capitalismo e da sofisticação das disputas, as quais se concentrarão muito mais nas sutilezas dos gestos do que no inimigo a ser identificado e combatido, e para que não permaneçamos com a falsa ideia, ou melhor, a ideia verdadeira do falso movimento em que a democracia, somente ela, seria a saída redentora dos nossos problemas contemporâneos.

¹⁸ LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

¹⁹ Comitê invisível. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 Edições, 2016. p. 27.

3.3 O poder biomilitar

O interrogatório, muito mais que um procedimento de extração da verdade, era um procedimento de produção de verdade, na carne e no espírito. Não importava, em relação à confissão, a verdade fatídica, e os procedimentos de extração de confissão eram realizados extrajudicialmente; ali encontrava-se o suporte tanto das acusações quanto da passagem do preso político, no ato de confissão, à condição de subversivo. E mesmo que a acusação fosse inconsistente, mesmo que não houvesse provas, *in dubio* pró condenação²⁰. A fim de cessar as sevícias, os réus em muitas ocasiões inventavam, ou melhor, diziam o que fosse necessário. Mas certamente que, entre a confissão e o cessar das torturas, uma longa *via crucis* era percorrida. Em outros casos, assinava-se a confissão que já vinha pronta, sem sequer poder ou ter condições para ler o conteúdo.

Nas extrações de confissão, o uso da tortura obedecia a critérios rigorosos e contava com a participação direta de médicos e enfermeiros que assessoravam o trabalho dos carrascos. Verificar o pulso, avaliar a carne supliciada, marcar os lugares com menor risco de morte e maior eficácia em termos de produção de dor, costurar, fazer massagem quando necessário na região machucada do corpo, receitar medicamento para a dor e psicotrópicos para os surtos psicóticos e as histerias de conversão, avaliar as condições de resistência de cada subversivo, fazer ingerir relaxante muscular quando o corpo tornava-se insensível aos golpes – era preciso recuperar, ao menos um pouco, a sensibilidade –, aplicação do soro da verdade (pentotal), as injeções de adrenalina e glicose para reanimar o corpo semi-morto²¹. E também os laudos falsificados: atropelamento, suicídio, morte em tiroteio; laudos que corroboravam com a narrativa oficial.

Toda uma eficácia médica e o uso da linguagem técnica própria da psiquiatria para diagnosticar, categorizar os efeitos daquele ritual. Os exames mentais: comportamento maníaco-depressivo; ausência total de sentimento; estado confusional e impossibilidade de deambulação; estado confusional agudo; perda do senso de realidade; hiperemotividade;

²⁰ “O professor Guilherme é condenado, assim, a um ano de reclusão, num contexto em que a situação de dúvida era reconhecida na sentença, ao tratar dos demais artigos em que o réu fora denunciado”. (Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 184).

²¹ “Alguns médicos que trabalhavam para as FFAA faziam um *check-up* inicial para adequar o quadro clínico do preso ao melhor tipo de tortura. Aproveitavam-se de eventuais deficiências físicas como, por exemplo, lesões cardíacas para ameaçar o prisioneiro com a possibilidade de uma parada cardíaca durante a aplicação de eletrochoques. Nos processos prolongados de suplício, auxiliavam o preso a se manter consciente com injeções de glicose, e, quando desmaiavam, aplicavam compressas de amoníaco para que recobrasse os sentidos”. (LEMOS, A. I. **Desafia o nosso peito**: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro. *Op. cit.*, p. 186).

hipomnésia para fatos recentes; reações primitivas de regressão e conversão histérica; agorafobia; amnésia lacunar parcial; quadro depressivo reativo em remissão progressiva; ideação suicida. A avaliação médica, os exames mentais e principalmente o diagnóstico cumprem uma função prescritiva não para o diagnosticado – isso não tinha serventia nenhuma para o sujeito naquelas condições –, mas para o torturador; é uma espécie de ofício de alta patente que deve ser respeitado na hierarquia de comando e seguido à risca²², e isso para que a maquinaria pudesse permanecer operante. É precisamente o saber médico, os saberes *psi*, que determinam, de modo específico e rigoroso, a conduta do torturador: o tempo de tortura, a cadência, os intervalos entre uma sessão e outra, as áreas de maior vulnerabilidade. Não se trata de coadjuvante do processo, mas sim dos maestros da orquestra dos horrores.

E será no período da ditadura militar que acontecerá a radicalização da cultura manicomial. No posfácio do livro *O Canto dos Malditos*²³, fica muito evidente a relação entre a psiquiatria e o regime: “naquela época, havia 79 hospitais psiquiátricos no Brasil. Em 1985, este número aumentou para 453, sendo apenas 10% públicos, que consumiam a maior verba do país destinada à saúde, ultrapassando por anos, décadas, mais de um bilhão de dólares por ano”²⁴.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 ocorriam, em média, 600 mil internações por ano em hospitais psiquiátricos e cerca de 15 a 20 mil mortes por ano. O regime militar fornecia toda infraestrutura necessária ao funcionamento dos hospitais psiquiátricos enquanto a vontade de saber da psiquiatria fornecia as condições para o diagnóstico, categorização e internação de opositores políticos do regime. E apesar da redemocratização, a lógica manicomial continuou e continua perdurando. Trata-se de uma vontade de saber e de poder que ainda exerce uma força poderosa de desarticulação dos movimentos de luta e afirmação da diferença.

Não foi só no treinamento de torturadores e na participação das torturas que os saberes *psi* atuaram. Contribuíram, também, para o levantamento do perfil psicológico dos presos políticos através de pesquisas. A esse respeito, o torturador Brilhante Ustra conta, em um trecho

²² “Nem mesmo um superior hierárquico possuía o poder de interromper uma sessão de tortura. O *médico conselheiro* era o único com poder sobre os torturadores e outros militares capazes de intervir no processo” (LEMOS, A. I. **Desafia o nosso peito**: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro. *Op. cit.*, p. 192).

²³ O livro é de autoria de Austregésilo Carrano Bueno, em que conta suas experiências em hospitais psiquiátricos, e inspirou o filme *Bicho de sete cabeças*.

²⁴ CARRANO, A. **O canto dos malditos**. ed. rev. e alterada pelo autor. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 170.

de seu livro, como a psicologia servia de instrumentalização ao regime militar: “Enquanto os dias se passavam, oficiais do Exército, alguns com curso de Psicologia, iam entrevistando esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a subversão, o terrorismo e suas consequências”²⁵.

As pesquisas, que serão realizadas entre 1969 e 1970, a pedido do então chefe do Estado Maior do Exército, Antônio Carlos da Silva Muricy, apontarão para duas categorias de subversivos: os recuperáveis, aqueles que estariam sendo feitos de inocentes úteis do terrorismo internacional, que haviam sido cooptados pela ideologia comunista mas que, no fundo, não tinham muito entendimento do que estavam fazendo, nem mesmo noção das consequências que suas ações poderiam ter; a segunda categoria de subversivos, os irrecuperáveis, eram as peças-chaves, os grandes mentores, aqueles que conscientemente e ardilosamente tramavam contra a nação, inclusive cooptando, para suas práticas subversivas, jovens inocentes, inocentes úteis, em sua maioria estudantes. O que se coloca aqui é toda uma interpretação psicopatológica do subversivo; aquele que desvia da norma, que precisa passar por uma série de tratamentos correccionais para que se possa ajustá-lo, recuperá-lo, ressocializá-lo. O subversivo passa a ser entendido cada vez mais a partir dos saberes médico e *psi*.

Duas dessas pesquisas serão apresentadas por Cecília Coimbra. A primeira, no Rio de Janeiro, realizada em 1969²⁶ com 260 estudantes – desses, 80% eram do 1º ano do ensino superior, 15% do segundo e 5% dos demais períodos. Dentre as causas do aliciamento dos jovens estariam presentes o desajuste, o descaso dos pais em relação aos problemas enfrentados no período da adolescência, a politização do meio escolar por estudantes e professores – estes últimos, hábeis em fazer proselitismo político. A segunda pesquisa, realizada em 1970 com cerca de 500 presos políticos, foi apresentada pelo general Muricy em conferência realizada no Palácio da Cultura aos professores cariocas, convidados pela Associação Brasileira de Educação – a íntegra da fala será publicada mais tarde no jornal *O Globo*²⁷. Esse estudo realizado com terroristas presos no Rio de Janeiro será de grande interesse para os educadores,

²⁵ USTRA, C. A. B. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editerra, 1987. p. 273.

²⁶ A pesquisa foi publicada no **Jornal do Brasil**, em edição de 19-20/07/1970, com o título: “Muricy aponta aliciamento de jovens para o terror”. (MURICY aponta aliciamento de jovens para o terror. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970. Caderno 1, p. 5. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700720&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 12 de jan. 2022).

²⁷ A pesquisa foi realizada em 1970, mas apresentada na edição de 12/11/1971 do jornal **O Globo**, com o título: “Muricy: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa”. (MURICY: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1971. p. 10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019711112>>. Acesso em: 12 jan. 2022).

pais e responsáveis, isso porque a família e a escola precisariam ser a trincheira contra os desvios da moral e da conduta social.

A fala inicial é um prelúdio àquilo que irá se desenrolar na matéria: entre os presos por ações ideológicas ou terroristas, a grande maioria pertence ao mundo estudantil, às classes econômicas mais favorecidas. Uma guerra ideológica travada pelo uso da força, mas, no mais das vezes, de forma muito silenciosa e muito próxima de cada um de nós, sem que, todavia, pais, professores e governantes, percebam. Um perigo ronda, sutil, quase imperceptível; é uma guerra que procura se apoiar nas massas populares, conduzida sempre por uma minoria atuante, por meio de artifícios os mais diversos, seja a propaganda ou ação de guerrilha, tangenciando um ponto crucial: a degeneração moral.

O que seria a degradação moral a que se prestaria o comunismo? O general invoca Lênin e Stálin, citando-os: “Moral comunista é tudo o que serve para destruir a antiga sociedade exploradora e para unir os trabalhadores em termos de proletariado... Não acreditamos na moral eterna”; “nossa tarefa é destruir toda espécie de religião e moral, pois para nós é moral o que é útil ao comunismo”. E continua: os comunistas agem, portanto, fora dos padrões éticos; “como normas, a ação subversiva procura criar instabilidade e insegurança, destruir os valores morais e desorganizar a sociedade, enfraquecer o Estado antes de destruí-lo”²⁸. A ação psicológica viria antes da subversiva e é nas mentes que o trabalho de catequese se dá, principalmente entre os jovens, sobretudo os estudantes.

Mas não é qualquer estudante, é o estudante das universidades o foco principal dos terroristas. E por quê? Trata-se de uma elite intelectual que está sendo preparada para governar nos mais variados segmentos da sociedade, e, por isso, por essa distinção primordial, está de certo modo separada do restante da massa amorfa. Seria esse um dos motivos, senão o principal, para que os jovens das universidades despertassem o interesse de seus aliciadores. “É compreensível, dessa forma, que a subversão queira ir buscar para si os que, pelo seu estatuto atual, suas qualidades culturais e pelas possibilidades intelectuais tendem a se tornar, caso possuam as condições básicas de liderança, nos verdadeiros orientadores da renovação”²⁹.

O general segue sua elocução. São quatro bases para o aliciamento dos jovens: 1) a desilusão com o capitalismo que, segundo os comunistas, gerariam as guerras e a depressão, assim como o desemprego; 2) a filosofia materialista que levaria à descrença de Deus; 3) a vaidade intelectual do jovem que, descobrindo um novo mundo, julga como errado esse em que

²⁸ *Ibid.*

²⁹ *Ibid.*

vive; 4) a tendência religiosa insatisfeita que o faz estar em dúvida quanto a sua vida e a finalidade elevada que ela possui, fator que produz, no jovem, tanto a amoralidade quanto a imoralidade.

Ora, evidentemente que, se o perfil estudantil é mais visado pelos agentes do terror, o aliciamento se dá majoritariamente nas escolas e faculdades, pelos companheiros e professores. A tática seria a de criar um clima de simpatia e amizade entre as vítimas e seus futuros dominantes. Para lograr êxito, elas seriam empregadas de diversas formas de sedução e aliciamento, e o papel das jovens mulheres é destacado pelo general, seja através do apelo ao sexo ou à técnica do namoro. Todo artifício consistiria em quebrar os laços do jovem com a sua tradição e, ao se dar conta, já estaria envolvido em uma célula revolucionária. Mas não é só o estudante universitário que está em perigo; o poder de aliciamento se dobra, também, aos secundaristas, especialmente no final dos cursos preparatórios para o vestibular. E mais, o inimigo é difuso, pode estar em qualquer lugar e necessita de uma constante vigilância. Nenhum lugar é seguro e qualquer um é um agente subversivo em potencial.

Depois de uma exposição minuciosa sobre o artil subversivo, o general apresenta os dados da pesquisa com os presos políticos à disposição do exército que, nesse período, eram pouco mais de 500. Uma das primeiras constatações apresentadas ao público atento é que, além de pertencentes à classe média alta, “praticamente não existiam pretos entre os presos”³⁰. Podemos nos questionar se seria realmente verdade a constatação sobre o perfil padrão do subversivo descrito por Muricy, e de que praticamente não existiam pretos entre os presos políticos – a sua fala em certo sentido leva a crer nisso. Se trata menos da verdade fatídica e mais de sua produção. A fala pública de Muricy busca produzir um efeito sobre o público, e revela a preocupação do regime militar com a classe média branca, os verdadeiros orientadores da renovação. A partir da constatação revelada ao público, a posição do regime será a seguinte: precisamos recuperar o jovem, a elite futuro da nação. A ameaça comunista e o inimigo são difusos, figuras um tanto abstratas, mas o objetivo pretendido da subversão estaria muito bem traçado: a juventude classe média branca, os verdadeiros orientadores da nação, portanto, do progresso, e que o regime terá de buscar, a partir de então, meios de proteger.

Alguns presos políticos foram submetidos ao teste de personalidade de Rorschach – embora o general afirme que todos se submeteram de forma voluntária –, aplicados por oficial com curso de especialização no Centro de Estudos de Pessoal do Exército. Os resultados: dificuldade de relacionamento, ou escasso interesse humano e social, ou ainda de difícil

³⁰ *Ibid.*

comunicação social; eram sujeitos difíceis, imaturos, inseguros e instáveis. Segundo o general, os resultados foram examinados por psicólogos civis que desconheciam os testes e a razão pela qual os testes haviam sido aplicados. Eis o perfil, ou pelo menos os traços de personalidade do subversivo em questão e do subversivo em potencial. São esses fatores, de ordem psicológica e emocional, condicionantes para que os jovens se voltassem contra a sociedade e o meio em que vivem.

Segundo o general, os testes e as entrevistas puderam evidenciar a fragilidade emocional, a promiscuidade dos subversivos, mas também que existia, no fundo, o desejo de constituir família e contribuir para o progresso do país por meio do trabalho digno. Deseja-se ser normal, mas algo corrompe e degrada: a subversão e o comunismo. Com muita segurança daquilo que fala e demonstrando compaixão, o general fará um apelo: “Acreditamos que a primeira condição para o sucesso de qualquer atuação nesse sentido seja: – amar ao jovem”³¹.

Ainda em 1970, uma terceira pesquisa será realizada³², mas somente no Rio de Janeiro: um questionário de cinco páginas datilografadas é aplicado, com perguntas dissertativas que visam saber não diretamente sobre o ato subversivo, mas tudo aquilo que, de uma maneira ou de outra, implica-se à subversão: pergunta-se sobre a infância, adolescência, relacionamento familiar, idade, sexo, grau de instrução, escolha profissional, como se envolveu na política, quantos namorados tivera, as experiências homossexuais na infância e adolescência, se fez ou já fez uso de drogas e quais, o que pensa em fazer após a liberação. Os que se negam a responder o questionário são levados novamente para o Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI/RJ, como forma de intimidação, ou são torturados.

Na segunda parte dessa pesquisa será aplicada uma bateria de testes de aptidão, interesses e nível mental (Raven), e também de personalidade (Rosenzweig e Rorschach). Ao todo, 44 examinados. O resultado apontará claramente para as suspeitas; a causa está posta, analisada, esclarecida: trata-se de problemas de ordem psicopatológica. Entre os recuperáveis e os irrecuperáveis, o que está em jogo é a estruturação da personalidade que, por não estar totalmente consolidada, torna possível a efetivação do trabalho *psi*. Mas o cinismo e a dissimulação dessa vontade de saber é também a de poder, através de um discurso sub-reptício, estar ao mesmo tempo presente e ausente na produção do subversivo enquanto doente do qual

³¹ *Ibid.*

³² Essa pesquisa é também apresentada pelo General Muricy na conferência realizada no Palácio da Cultura aos professores cariocas, e publicada nessa mesma edição de 12/11/1971 do jornal **O Globo**, com o título: “Muricy: recuperar jovens que se desviam é a grande tarefa”.

ela será capaz de diagnosticar, entender as causas e prescrever o tratamento. Ao final, esse corpo tornado subversivo por consequência de uma série de falhas, negligências e complexos que dizem dele enquanto elemento perigoso, anormal, desajustado, será objeto de uma vontade de saber que determinará as condições e os procedimentos de tratamento, as regras de conduta, e que deverá ser vigiado pela família, monitorado pela escola e pelo Estado.

É assim que o triângulo Deus, Pátria, Família – que também pode ser lido como Religião, Pátria, Família –, encontra como seu correspondente três estratégias de saber-poder: a confissão, o racismo, e a sexualidade. Essa correspondência entre religião e confissão, pátria e racismo, família e sexualidade, funcionará como suporte ou matriz para a emergência de um determinado modo de subjetivação durante o regime militar que se conectará ao capitalismo. Mas é preciso fazer uma ressalva: a confissão está submetida não ao poder pastoral e sim ao saber científico. O capitalismo é sem dúvida a nova religião, mas os procedimentos de incitação à confissão estão submetidos aos saberes médico e *psi*, os novos padres.

E será essa junção específica que a família, a escola e o Estado estarão encarregados de operar, ao ponto de o general tornar explícita a ligação existente com o progresso econômico. Os resultados da Revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, diz ele, começam a ser colhidos: “A melhoria das condições econômicas, o melhor equacionamento dos problemas sociais, a certeza que todos nós possuímos de que estamos no caminho certo, tem permitido fazer a abertura de novos horizontes e nos obriga a tudo fazer por nossa terra e pelo homem brasileiro”³³.

Se foi possível falar tanto no aliciamento dos jovens pelos terroristas subversivos, é porque o regime militar não parou um instante sequer de fazer exatamente isso, de uma maneira já dita e repetida várias vezes: não pela repressão, pela censura – embora elas estivessem presentes no cotidiano da época –, mas pela incidência dos saberes médico e *psi* sobre os corpos e sobre a população brasileira, e é inegável que tanto a sexualidade quanto o racismo se colocam como unidades estratégicas desse dispositivo que passaremos a chamar de dispositivo biomilitar, e que não se confunde, por seu turno, com o exercício da violência militar.

3.4 Cúmplices

Em 1971, no auge da violência propalada pelos órgãos do governo, vemos surgir uma relação muito forte entre a psicologia e a psicanálise. Nesse mesmo ano será fundada a

³³ *Ibid.*

Sociedade de Psicologia Clínica – SPC, constituída à imagem e semelhança das instituições psicanalíticas oficiais, mas sendo de formação exclusiva para psicólogos; é o momento em que a psicologia passa a ser, em grande medida, tutelada pela psicanálise. Nesse contexto, estar a ela vinculado era dar credibilidade ao próprio trabalho como psicoterapeuta, além de poder gozar, como psicólogo, do prestígio social tal como a psicanálise gozava. Essa influência é tão forte que, em 1990, a SPC se tornará Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, e passará a aceitar não só psicólogos. É nesse mesmo momento que surgirá, também em 1971, a Associação de Psiquiatria e Psicologia da Infância e da Adolescência (APPIA) – curiosamente o interesse pela infância e adolescência crescerá no período militar, a ponto de uma associação ser constituída.

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, a psicanálise não vai estar restrita ao consultório, disponível à classe média alta e ao governo militar. Atento ao prestígio que ela passa a exercer nesse momento da história, o psicanalista Sérvulo Figueira escreverá sobre essa influência em um texto de 1988 intitulado *Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica*. O texto de Sérvulo foi inicialmente publicado na revista *Religião e Sociedade*, em 1985, e é interessante que o autor cite diversos trabalhos que tiveram como problemática de investigação, poucos anos antes, na passagem da década de 1970 para a década de 1980, a tentativa de desvendar a influência que a psicanálise passou a ter socialmente, em especial nos anos de chumbo da ditadura e do milagre econômico, ao ponto de se poder falar em uma cultura psicanalítica.

Segundo Sérvulo, no caso do Brasil, embora naquele momento não houvesse uma forte consolidação como instituição de renome e reconhecimento internacional, em termos de difusão cultural, a psicanálise já fazia parte da vida cotidiana, penetrando e sendo incorporada de tal maneira à vida social que era possível encontrar o discurso psicanalítico em quase todos os meios de comunicação, em anúncios, nas entrevistas dadas por artistas e atores famosos, nos textos de capas de discos, nas novelas, nas brigas entre pais e filhos, separação de casais, e, curiosamente, não era incomum que no *curriculum vitae* as pessoas mencionassem estar em análise com um psicanalista – para dar ainda mais credibilidade, por vezes o nome do analista era mencionado.

Essa situação chamou a atenção do psicanalista de tal maneira que ele chegou a dizer que, aqui no Brasil, explicitar a vinculação com a psicanálise, fosse na circunstância que fosse, conferiria certo *status* social. E para além disso, era como se houvesse um desejo de confessar os mais íntimos desejos e de interpretar o inconsciente alheio.

O problema da cultura psicanalítica toca um ponto bem específico e que aparece de forma explícita: a psicanálise como saber que se difunde na vida cotidiana, e que só pode se difundir pelo desejo de confissão. Confissão e psicanálise celebram, portanto, um interessante pacto no período ditatorial – interessante, porém não novo. Como epígrafe do texto de 1988, Sérvulo apresenta o poema de uma americana de quinze anos, escrito em 1916, e que tem como fundamento a confissão³⁴. Não é por acaso que esse poema está ali, como abertura de um texto que faz uma análise de um período histórico muito específico.

Para explicar esse desejo de confissão, Sérvulo vai fazer um estudo comparativo da situação da Inglaterra, pondo-a em contraste com o Brasil. Um dos traços distintos que o psicanalista destaca é o fato de que lá, ser paciente, seria algo visto como altamente estigmatizante e fonte de angústia pelo temor de se ter a privacidade violada, tendendo, portanto, a manter a análise em segredo; não é algo que conferira *status* social, como aqui. Por isso, esse desejo de confissão, ao ponto de se ter a necessidade de explicitar a relação com a psicanálise, não se colocaria como uma realidade, tal como se colocava no Brasil, sendo possível, aqui, falar em uma cultura psicanalítica. Lá, onde os ingleses seriam mais reservados, falar em psicanálise era algo também pouco conhecido pela população.

Mas essa distinção entre um país e outro, entre uma cultura e outra, daria conta propriamente de explicar esse desejo de confissão tão presente no cotidiano brasileiro durante o período militar? Se há um desejo de confissão, em que a psicanálise vai dar sustentação como saber difuso, é porque essa seria uma característica da cultura brasileira, lugar em que a psicanálise encontraria terreno profícuo? Nos parece, para além dos traços distintivos de cada cultura, que esse desejo está sendo incitado e produzido, e de uma forma muito específica naquele momento histórico, de tal modo que explicitar o vínculo, confessar a relação com a psicanálise, era tornar visível e dizível, a quem quer que fosse, a verdade existente sobre o sujeito que com esse saber mantinha-se vinculado. A psicanálise será o salvo conduto do sujeito a ela vinculado; tornar-se-á garantia e legitimação de um determinado modo de vida, um modo de vida não subversivo, ordeiro e comprometido com o progresso e o bem-estar social.

³⁴ “Gostaria que houvesse alguém que ouvisse minha confissão: não um padre – não quero que me digam meus pecados; não minha mãe – não quero causar tristeza; não uma amiga – não entenderia bastante; não um amante – seria parcial demais; não Deus – ele é tão distante; mas alguém que fosse ao mesmo tempo o amigo, o amante, a mãe, o padre, Deus e ainda um estranho – não julgaria nem interferiria, e quando tudo já tivesse sido dito desde o início até o fim, mostraria a razão das coisas, daria força para continuar e para resolver tudo à minha própria maneira.” (FIGUEIRA, 1988, p. 131). O poema foi publicado em uma revista americana chamada **The Little Review**. O nome da jovem poetisa não consta. (FIGUEIRA, S. A. Psicanalistas e pacientes na cultura psicanalítica. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). **A influência da psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 131-149).

A manchete estampada na primeira página do Caderno B do *Jornal do Brasil*, em 23 de outubro de 1985, diz: “A psicanálise foi tão autoritária quanto o regime”. Era a declaração do presidente do 10º Congresso de Psicanálise, organizado pela Associação Brasileira de Psicanálise, Dr. Paulo Roberto Sauberman. Na entrevista concedida à jornalista Mara Caballero, Sauberman rompe o silêncio em relação ao tema que até então era tabu para as sociedades psicanalíticas: a relação entre a psicanálise e a ditadura militar. “As sociedades psicanalíticas brasileiras, nos últimos 20 anos foram tão autoritárias quanto o regime sob o qual vivíamos”³⁵. A questão toca o ponto da cumplicidade que se estabelecera, mesmo no silêncio mais sepulcral, ao nível das posições autoritárias e conservadoras que os psicanalistas adotavam, inclusive entre si.

Enquanto instituição, afirma Sauberman, a psicanálise se fechou em si mesma, oclusa ao diálogo com a sociedade e aos problemas de seu tempo. Os psicanalistas eram tão autoritários que não sofreram nenhuma restrição nesse período, diferentemente dos psicanalistas argentinos, que foram presos e torturados; muitos tiveram que fugir do país. A ditadura militar nunca foi um problema em que a psicanálise devesse se meter, e de igual modo, as instituições psicanalíticas nunca foram um problema em que a ditadura precisasse intervir. Havia uma harmoniosa sintonia entre o regime e o funcionamento institucional, uma cumplicidade de suas posições autoritárias e conservadoras em relação à sociedade³⁶.

Mas essa cumplicidade não se define somente pelas posições autoritárias e conservadoras, nem mesmo por ter tido membros participando diretamente das torturas, da linguagem própria da psicanálise, e de outras disciplinas psi, aparecer nos resultados das pesquisas sobre o perfil psicológico dos jovens e presos políticos, mas por ter, também, perseguido e expulsado quem ousou denunciar, como foi o caso da psicanalista Helena Vianna, e pelo silêncio, pela falsa justificativa, ou cômoda, de que não se podia, como campo científico, imiscuir-se em assuntos políticos, como foi o caso do psicanalista Hélio Pellegrino que, em

³⁵ A psicanálise foi tão autoritária quanto o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 out. 1985. Caderno B, p. 31. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851023&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

³⁶ Em uma entrevista, o psicanalista Chaim Katz revelará algo pouco dito a respeito das instituições ligadas à IPA naquele momento histórico: “Um psicanalista que para ser aceito numa das sociedades ligadas à IPA (International Psychoanalytical Association) deve responder se foi militante na época de estudante, ou se teve experiências com drogas ou atividades homossexuais: só pode entrar se responder que não”. (PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Chaim Samuel Katz. In: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 213).

1969, ao ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso, enviará uma carta à SPRJ, com o pedido – que será negado pela instituição – para que seus pacientes fossem avisados de sua prisão, a fim de evitar um quadro ansiogênico devido a sua ausência inesperada.

Quatro dias depois da entrevista com Sauberman, será a vez de cinco psicanalistas, de orientações diferentes, aparecerem no jornal. Retomando a entrevista do dia 23 e a afirmação de que a psicanálise brasileira teria sido tão autoritária nos últimos anos quanto o regime militar, os jornalistas perguntam aos entrevistados: “Teria outra razão ou explicação para a psicanálise nesses 20 anos de ditadura ter se isolado tanto, enquanto todo segmento da sociedade procurava de uma maneira ou de outra uma participação política, não de militância, mas uma participação de defesa?”³⁷.

A declaração de Zusman, à época representante da IPA para a América Latina, um tanto desconexa da realidade fatídica à qual a psicanálise se encontrava no período da ditadura, chama a atenção. Em uma resposta ampla ao problema colocado pelos entrevistadores, ele dirá: “Quando o regime inicia o seu caminho pelo autoritarismo, os psicanalistas se tornam perseguidos, os consultórios fechados, e eles são banidos do território”. Nesse caso, poderíamos crer que no Brasil não houve ditadura militar, já que em relação aos consultórios eles não foram fechados, nem mesmo as instituições ligadas à IPA sofreram com as perseguições, a violência e a repressão.

Sobre a participação direta da psicanálise em casos de tortura, teve apenas um caso, diz Zusman, e isolado, longe de ser a regra geral. Na verdade, foi a exceção à regra, nada que pudesse ser ligado às instituições. O interessante é que os entrevistados não se sentem confortáveis com as perguntas. As respostas que vão sendo dadas, tanto as anteriores quanto na sequência da de Zusman, são um tanto escapistas. Percebendo as evasivas, a pergunta é recolocada, num tom mais direto: “A psicanálise gerou ou não gerou reflexões sobre o período de medo, de repressão como instrumento de saber?”³⁸. Quem responde é Octávio: imagine, diz

³⁷ A matéria foi publicada no Caderno B, páginas 04 e 05, em 27 de outubro de 1985, “O país e seus problemas: prato para os analistas”, e realizada pelos jornalistas Zuenir Ventura, Roberto Benevides, André Ervilha e Roberto Mello. Os psicanalistas entrevistados foram: Betty e Octávio de Souza, lacanianos; Waldemar Zusman e Sérvulo Figueira, kleinianos; Marcos Gebara, junguiano. (EM questão a psicanálise. O país e seus problemas: prato para os analistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 out. 1985. Caderno B. p. 04-05. <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851027&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

³⁸ *Ibid.*

ele, que uma pessoa é acusada injustamente, perseguida por policiais, seus familiares perseguidos, que não consegue viver em decorrência disso. O que o psicanalista pode fazer em relação a isso? “Ele não pode fazer nada. O que pode dizer de muito brilhante sobre uma situação onde o valor humano foi totalmente abandonado?”³⁹.

A última fala, a título de encerramento da entrevista, é de Sérvulo. Ele dirá o seguinte: o que se pode dizer da instituição psicanalítica é que, nos últimos 20 anos, especialmente a partir de 1968, 1970, ela vicejou. Enquanto as organizações de esquerda estavam sendo fechadas, a psicanálise estava ganhando cada vez mais proporções, uma coincidência funesta.

É muito curioso que ao longo da história o esquizo tenha sido acusado de vivenciar um mundo cindido, enquanto o neurótico, bem ou mal, conseguiria aceder ao real. Vemos bem, quando esse real nos cobra com o peso dos acontecimentos históricos, quando ele nos exige, nos demanda, de que lado está a cisão; e ela é tão significativa que a psicanalista Helena Vianna irá assinalar a falta de trabalhos ou referências sobre os acontecimentos políticos durante o período da ditadura. “No Brasil, por exemplo, durante a década de sessenta, os trabalhos psicanalíticos não apresentam nenhuma análise ou referência aos acontecimentos políticos que, de forma ainda velada e embrionária, se refletiam na instituição psicanalítica”⁴⁰.

Mas é evidente, no fim das contas, que não estamos tratando de nenhuma cisão; a questão, isso sim, refere-se antes ao modo como a psicanálise, sobretudo as instituições psicanalíticas, era investida e investia um modo de desejar, a nível dos investimentos inconscientes, próprio da ditadura militar.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ VIANA, H. B. **Não conte a ninguém...: Contribuições ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imago, 1994. p. 33.

4. Um mergulho no silêncio

Assim sendo, eram muitas as oportunidades de Eichmann se sentir como Pôncio Pilatos, e à medida que passavam os meses e os anos, ele perdeu a necessidade de sentir fosse o que fosse. Era assim que as coisas eram, essa era a nova lei da terra, baseada nas ordens do Führer, tanto quando podia ver, seus atos eram os de um cidadão respeitador das leis. Ele cumpria o seu *dever*, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia *ordens*, ele também obedecia à *lei*.

Hannah Arendt
(*Eichmann em Jerusalém*)

4.1 Guardiã da ordem, guardiã da memória

Mergulhar no arquivo não é e nunca será tarefa fácil, muito menos pacífica. Desacomoda, perturba. Nos últimos meses isso tem me ocupado como nunca antes. Há sempre uma convocação de ordem afetiva, e é possível acessar, através dos ecos da história transformados em traçados sob a superfície lisa do papel, uma pequena, por vezes frágil, experiência de outrora.

Desde que minha imersão nas memórias do período da ditadura começou, uma tristeza tem me acompanhado, e poucos são os momentos em que tenho podido me alegrar. As noites são as piores, pois um terror se abate sobre mim através de sonhos. Sinto visceralmente as perseguições e o desespero, as tentativas de fuga malsucedidas; as armas que apontam e buscam o meu corpo, o meu rosto; a captura e a sensação de que agora está tudo acabado, é o fim, serei morto. A morte, como uma sombra, se faz presente o tempo todo. Tem dias que prefiro não dormir e outros em que acordo mais cansado do que quando me deitei.

Nesse processo de imersão, os momentos mais terríveis são talvez aqueles em que me deparo com os depoimentos das torturas: os espancamentos, os eletrochoques, os estupros. E digo talvez porque não consigo mensurar o que é mais violento e mortífero nisso tudo. Há tanta dor, tanto desespero que muitas vezes se torna difícil prosseguir com a leitura e a escrita. A percepção que tenho é de que estamos ainda distantes de fazer de toda essa dor a nossa dor, e tenho me perguntado se seremos capazes de encarar e suportar essas memórias.

As memórias, muito mais do que representar a particularidade de quem as vivenciou, pertencem, ou pelo menos deveriam pertencer, à história de todos nós, mesmo as que nos causam espanto e nos fazem estremecer, como aquelas narradas do ponto de vista do algoz; e não há memória boa ou má, nem as que devem ser narradas e as que deveriam ser lançadas ao mar. As memórias, seja dos algozes, seja de seus sobreviventes, nos interessam na medida em que nos permitem colocar em cena o que por muito tempo ficou ocultado, nebuloso, e podermos acompanhar, quando se trata do algoz, até que ponto se é capaz de defender como uma mera banalidade os atos pelos quais se participou e aqueles que se cometeu.

Precisamos reclamar a necessidade e o direito que essas memórias têm de pertencerem não só à história da geração que as vivenciou, mas também das gerações que depois dela vieram e as que futuramente virão. Esta é certamente uma das tarefas mais urgentes a ser feita, e somos a todo instante convocados a isso. Esta é uma tarefa pela qual teremos que assumir como nossa responsabilidade; tarefa de revolver os horrores da ditadura, transformá-lo e nos transformar nesse presente que insiste como passado. Trata-se aqui de uma posição geracional de quem não

carrega as marcas sulcadas no corpo, as feridas que as vivências de outrora deixaram, mas que insiste em experienciá-las através da leitura e da escrita, como quem tateia a carne seveciada da história. Trata-se aqui de uma inversão de sinal, ou melhor, de direção: ao invés do passado fazer pressão sobre o presente e acorrentá-lo em um eterno retorno do mesmo, é preciso, ao contrário, fazermos o presente exercer pressão sobre o passado, para que a repetição, quando retornar, possa ser sempre a da diferença.

Enquanto alguns tentam pensar e projetar o futuro de nossa história através de uma redenção heroica para daqui algum tempo, nós nos distanciamos desse futuro e retornamos cada vez mais para o passado, pois alguma coisa nos diz que ali encontraremos algo, não certamente respostas, mas a robustez do material que nos permitirá forjar melhores problemas para o presente e para o futuro. Por esse motivo e por essa convocação da história neste presente que não é qualquer presente, somos impelidos a percorrer alguns restos e gestos.

O esforço de apresentar alguns fragmentos de memórias é o esforço de reivindicar à psicologia o lugar de guardiã da memória. Sabemos que por muito tempo a psicologia foi a guardiã da ordem, e se ela contribuiu com protagonismo para que esse longo dia durasse vinte e um anos, também foi importante para que esse mesmo dia chegasse ao seu ocaso, sem deixar, no entanto, que em seguida os acontecimentos caíssem no esquecimento, mas acendendo o alerta e sinalizando que eles continuam tão vivos quanto antes.

4.2 Não conte a ninguém

Era um domingo de outono em Paris, naquele ano de 1993. Na primeira hora da manhã o telefone toca. Ela atende. Do outro lado, uma voz rouca pergunta pelo senhor Helena Vianna: *monsieur* Vianna, *S'il vous plaît* – por algum motivo ele erra o pronome de tratamento. Em seguida se identifica: aqui é Ares; e faz um pedido: não conte a ninguém, é melhor que eu não saiba de nada do que está acontecendo. O diálogo é breve, soa mais como um imperativo a sua subordinada do que o pedido de um amigo. O membro do Conselho Executivo da IPA se despede e desliga o telefone, sem que Helena tivesse tempo de dizer algo ou mesmo se despedir.

Mas o que seria isso que Helena havia contado ao membro executivo da IPA e que o havia deixado tão desconfortável a ponto de pedir discricção, silêncio, a ponto de olvidar-se, embora impossível, daquilo que lhe fora confiado quase como uma íntima confissão? Na noite anterior, Helena lhe havia contado sobre a situação da América Latina e da psicanálise no Brasil durante o período da ditadura militar, as denúncias envolvendo psicanalistas e a tortura, a perseguição e o assassinio daqueles que se opuseram ao regime.

Em 1973 uma denúncia é publicada no jornal clandestino *Voz operária*, e que expunha, naquele momento, o nome de alguns torturadores, dentre eles, o médico psiquiatra e psicanalista Amilcar Lobo Moreira, que, à época, era aluno do Instituto de Psicanálise, candidato a psicanalista da SPRJ (Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro) e analisando do presidente da mesma instituição, Dr. Leão Cabernite – relação essa que desde a denúncia de 1973 já durava dois anos.

O clima que havia se instaurado desde que Amilcar fora denunciado era de perseguição. A Sociedade Psicanalítica sentia-se frontalmente atacada e defendia-se, sob a alegação de estar sendo difamada. Foi inclusive assim que respondeu ao presidente da IPA, Serge Lebovici, quando este endereçou carta à SPRJ solicitando que fossem apuradas as investigações sobre as atividades nada psicanalíticas de um de seus membros. Amilcar Lobo havia sido caluniado e, por extensão, a instituição psicanalítica também.

Não era de desconhecimento da SPRJ que Amilcar servia como tenente-médico no 1º Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, onde permaneceu de 1970 a 1974. Qualquer cidadão residente no Rio de Janeiro saberia, afirma Helena Vianna, que o quartel do 1º Batalhão, sediado na Rua Barão de Mesquita, não era uma simples unidade que abrigava presos civis. Era uma unidade do Exército, bem conhecida, porém muitas vezes negada por muitos, onde eram mantidos e “tratados” os presos políticos.

Em 1974, Amilcar fará uma solicitação à SPRJ, solicitando provas de identidade de pessoas ligadas ao movimento psicanalítico que estariam propalando boatos sobre sua participação em casos de tortura. A diretoria da Sociedade atende o seu pedido.

Quando a denúncia contra Amilcar foi publicada no jornal *Voz operária*, o jornal argentino *Questionamos* recebe uma cópia da matéria e a republica. Nessa cópia endereçada ao jornal argentino havia, no rodapé, três anotações feitas à próprio punho: *Candidato da Soc. Psicanalítica do Rio de Janeiro – seu analista: Leão Cabernite – Seu endereço: Rua Gen. Miguel Ferreira, 97 Jacarepaguá (Catalogado no roster da Associação Bras. de Psicanálise)*. A terceira anotação, que fazia referência à sociedade psicanalítica, denunciava que ela só poderia ter sido feita por um analista de uma das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro.

Naquele momento, Helena Vianna levantava suspeitas entre os membros, e decidiu-se então submeter as anotações de rodapé presentes no jornal argentino a uma perícia grafotécnica. As suspeitas se confirmaram. No parecer técnico datado de 15 de julho de 1974, lê-se: “Da

análise efetivada o perito logrou encontrar nos espécimes confrontados, elementos de convergência gráfica, tudo a indicar a unidade de punho”¹.

Helena era candidata a membro psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ, instituição irmã da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – SPRJ, à qual Amilcar fazia parte. Com isso, o Conselho da SBPRJ decidirá, por unanimidade, indeferir o seu pedido de ingresso na categoria de membro titular. Somente mais tarde essa decisão será revista e Helena poderá ingressar como membro titular.

Provada a sua atuação nos porões da ditadura, Amilcar perderá sua licença médica. Olhando para o passado e fazendo um balanço sobre sua participação nos anos de chumbo, Amilcar tentará dar a sua versão dos acontecimentos; escreverá sua autobiografia *A hora do lobo, a hora do carneiro*², em que remonta a cronologia daqueles anos em que serviu como tenente-médico.

Em 1993, o Comitê Executivo da IPA, mesmo com o silêncio de alguns de seus membros, como no caso do diretor executivo, endereçará uma carta à Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, formalizando o pedido de exclusão imediata do Dr. Leão Cabernite de sua condição de membro da instituição e conseqüentemente sua filiação a IPA. Em 1994, o Comitê de Ética da SPRJ realizará uma investigação para apurar a participação de Leão Cabernite no caso Amilcar Lobo.

4.3 O lobo, o carneiro

Como de hábito, o Dr. Amilcar Lobo havia chegado no consultório com bastante antecedência. Gostava de organizar a agenda, repassar as consultas, verificar os retornos, calcular o número de atendimentos e o tempo de intervalo entre um paciente e outro. Depois de tudo organizado, reservava pelo menos meia hora para poder ficar ali, em silêncio, numa espécie de suspensão de si antes de iniciar seu trabalho. No fim do dia, despedindo-se do último paciente, seguia, solitário e taciturno, para sua casa. Quem acompanhasse a rotina que o nosso médico levava agora, tão pacata, jamais imaginaria as turbulências e agitações que anos antes tivera que enfrentar. Mas, naquele dia, uma tarde de primavera de 1981, não seria assim. Depois de despedir-se de seu paciente e acompanhá-lo até a porta do consultório, nosso médico se

¹ Cópia do parecer técnico do exame grafotécnico encontra-se anexo ao livro. VIANNA, H. B. **Não conte a ninguém...: contribuição ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro.** *Op. cit.*, p. 201.

² A autobiografia de Amilcar Lobo foi publicada em uma coleção, da editora Vozes, chamada “Memória dos vencidos”. LOBO, A. **A hora do lobo, a hora do carneiro.** Petrópolis: Vozes, 1989.

depara com uma cena inusitada: três pessoas, um homem e duas mulheres sentados esperando o momento oportuno para abordá-lo. Uma delas, sem nem esperar as formalidades, interpelava-o:

– *Dr. Lobo, o Sr. não me conhece? Sou Inês, Inês Etienne Romeu*³.

Nosso médico para, olha aquela mulher convicta de saber quem era a pessoa a quem dirigia a palavra, esforça-se para resgatar na sua memória – durante o intervalo de tempo que se formou entre a pergunta e a resposta – o nome que não lhe parecia familiar. Faz sinal negativo com a cabeça, sem dizer palavra. Embora não se lembrasse e tivesse respondido com uma negativa, alguma coisa tocou lá no fundo. O modo como essa mulher lhe dirigiu a palavra: “Dr. Lobo”, despertou-lhe as memórias de um tempo que buscava esquecer. Dr. Lobo era o seu nome de guerra no exército.

No silêncio que se formou depois da negativa de nosso médico, uma atmosfera de tensão povoou aquela sala de recepção dividida pelo médico, o trio, e alguns pacientes que aguardavam atendimento. A mulher insiste, na esperança de que ele recobrasse a memória:

– *O Sr. me atendeu em Petrópolis, não se recorda?*

Algo relampeja e ele então se recorda de ter atendido uma moça, em 1971, na chamada “Casa da Morte”, um “aparelho” do Centro de Informações do Exército, localizado em Petrópolis, e que apresentava diversos ferimentos e estava emocionalmente deprimida. Mas aquela mulher, tão diferente da imagem que tinha em sua mente, poderia ser a mesma?

– *A mulher que se dirigia a mim naquele momento era uma pessoa totalmente diferente, física e emocionalmente, e poderia encontrá-la mil vezes sem ligá-la sequer a esta moça que atendi em Petrópolis.*

As outras duas pessoas que acompanhavam Etienne eram uma repórter da *IstoÉ*, e um deputado. Eles queriam fazer algumas perguntas sobre sua participação, a participação do Dr.

³ Inês Etienne Romeu foi a única sobrevivente da Casa da Morte, e foi graças a ela que muitos torturadores puderam ser identificados e que o aparelho de tortura localizado em Petrópolis pôde vir à público. Durante todo o tempo em que ficou presa, sofreu os mais diversos tipos de tortura, a mais comum era o estupro, além de ter que cozinhar e fazer tarefas domésticas para seus algozes.

Amilcar Lobo, no período em que serviu no exército como tenente-médico. Muitas acusações foram feitas, acusações que tentavam, de um modo ou de outro, macular a imagem do nosso médico.

Muito embora aqueles anos tivessem ficado para trás, uma sombra sempre o acompanhava, e a partir daquele instante, ela se tornaria cada vez mais presente. A rotina pacata e anônima dava lugar ao temor da exposição, de novas investidas da imprensa, de políticos ou de alguém que pudesse exigir, por algum motivo, que o nosso médico a reconhecesse. E isso que era apenas um temor não tardou em se tornar realidade, e para além da imprensa, dos políticos e antigos presos políticos, o exército agora também queria conversar, mas, diferentemente dos outros que pediam para que o nosso médico falasse, o pedido, em tom cordial e ao mesmo tempo ameaçador, era para que silenciasse, a fim de evitar problemas, ainda mais por se tratar de um momento de transição para a democracia.

Recluso e pensativo, nosso médico passou a viver os dias embalado por memórias que pensava nunca mais ter que se confrontar, e com calúnias que não tinha tido até então a oportunidade de se defender e apresentar a sua versão. Com coragem, colocará para si um questionamento, o qual perseguirá em uma árdua jornada de construção de seu testemunho, a sua autobiografia:

– Por que um médico, psicanalista, que cuida das cabeças tortas, frequentou os porões da tortura durante quatro anos e atendeu pessoas tão selvagememente torturadas e, até mesmo, assassinadas no PIC e na “Casa dos Mortos”?

Isso aconteceu em 1970, e é a primeira memória da terrível experiência que Amilcar, mais conhecido como Dr. Carneiro, teve que suportar; a primeira de muitas outras. No seu primeiro dia de serviço como médico dos presos políticos, uma cena de tortura se desenrola diante dos seus olhos, uma cena atroz, horrível, inimaginável, mas que era encarada por aqueles que lá estavam com a maior naturalidade. Incrédulo diante do que havia presenciado no seu primeiro dia, pensou em desertar, fugir, mas algo o deteve.

– Surgiu-me, então, a ideia de desertar e me evadir para outro país, ideia que logo abandonei, pois isto desarticulava totalmente meu esquema de vida, familiar e profissional, por um tempo que não poderia prever.

Amilcar sabia, desde que o regime havia se consolidado, que as pessoas eram presas e sofriam maus bocados nas mãos das Forças Armadas, mas jamais imaginou que se tratava de torturas “hediondas”. Uma vez ali, fazendo parte de algo que até então desconhecia, o caminho era sem volta. Não havia como recuar.

– A quem poderia denunciar este estado de coisa? Que autoridade neste país me ouviria e tomaria alguma providência? Pensei, pensei e voltei a pensar, sem encontrar uma resposta satisfatória.

Era quase insuportável ter que ouvir, da boca dos próprios presos, a crueldade cometida pelo regime: a moça que sofreu paralisia nas pernas depois de três dias no pau-de-arara levando pauladas, socos e chutes; a outra que teve infecção urinária, eczemas internos e contraiu DST depois de ter sido violentada sexualmente no interrogatório.

Mas, apesar daquele pesadelo ter ficado, talvez tenha sido a melhor das escolhas. Seu trabalho, embora em uma situação da qual não esperava, era ao mesmo tempo bálsamo para aquelas pessoas que se encontravam em deplorável estado físico e mental. Nas visitas às celas, que ocorriam três vezes por semana, aquelas pobres almas podiam encontrar na figura do médico um pouco de acalento, um pouco de amor, um pouco de amparo, tão escassos naqueles tempos difíceis.

Naquele lugar e sob aquelas condições nada era fácil. Ter que suportar toda a dor que a ele era projetada exigia muita coragem; era penoso e um empreendimento quase sobre-humano conseguir encontrar forças, apesar da raiva, uma raiva que vinha se acumulando desde o seu primeiro dia. Somente a análise com o seu analista-didata, Leão Cabernite, à época presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, para não sucumbir. Havia pavor e desespero em seu olhar, uma angústia que não era possível dissimular, nem mesmo dos presos.

– Minha cabeça novamente dá mil voltas e nem sei o que pensar a respeito daquele novo pesadelo. Vera me olha aturdido e ri, como se percebesse toda angústia que eu vivia naquele momento.

Quando podia, infringia ordens, movido pela compaixão com aquelas vítimas, especialmente os casais que, presos em celas separadas, não podiam se encontrar. E foi com uma desculpa qualquer, utilizando de sua autoridade médica, que promoveu uma noite de lua-

de-mel entre aquela moça de nome Efigênciã e seu esposo. Ela estava na enfermãria, recuperando-se do estupro praticado pelos militares; seu esposo encontrava-se na cela. À noite, com o pretexto de levar o rapaz para uma avaliação médica, nosso médico o levou para um encontro romântico, e a enfermãria foi o local onde o encontro pôde acontecer.

Um dia, foi chamado às pressas para examinar um preso. Ao vê-lo, estava com equimoses pelo corpo todo, o abdômen duro, indicando um estado hemorrágico, provavelmente do baço ou fígado. Sem forças e delirando, o preso, deitado no chão e com a voz embargada, gemendo, repetia sem parar: “Rubens Paiva”, “Rubens Paiva”. Ele precisava de internação hospitalar urgente, do contrário, iria morrer dentro de muito pouco tempo. Mas os militares não pareciam interessados em acolher a urgente recomendação do nosso médico.

– Doutor, não dá pra gente conversar mais um pouquinho com ele? Ele é muito quente, doutor, se dá com gente do Chile.

Depois do atendimento feito às pressas, os militares, que não quiseram seguir as suas recomendações, o dispensaram. Naquela noite ele não conseguiu dormir. Era a primeira vez que examinava uma pessoa tão ferida por causa de torturas tão bárbaras e desumanas. Aquela homem não teria sorte, infelizmente. Morreria lá mesmo, sem que nosso médico pudesse fazer algo. E o que fariam com o corpo? A família seria avisada? Aquilo só podia ser um pesadelo. O corpo seria esquartejado e os restos levados para serem enterrados na Rio-Santos.

– Após este episódio tão chocante e brutal que assisti como médico, uma revolução se desencadeou em minha cabeça, com força enorme e inusitada. Dali em diante, buscava me fazer frio, distante, imune a qualquer sentimento. Foi uma decisão muito amarga e me consumiu, tenho certeza, amor de vida.

Frio, distante, imune a qualquer sentimento. Nosso médico teria de agora em diante manter essa postura, ao menos em aparência. Era necessário. Mas por dentro, isso o consumia. Não era fácil suportar o ambiente, andar pelos corredores daquele lugar. Dar acalento, cuidar, medicar, e saber que aquelas pobres almas retornariam ao tratamento sádico. Tudo cheirava a violência, dor e morte. Estamos na Idade Média, pensava consigo mesmo.

A que ponto o ser humano é capaz de chegar? Aquela sadismo todo era realmente incompreensível, inacreditável, doentio! E o que fazer, como escapar dessa engrenagem mortífera que poderia acabar arrastando qualquer um que tentasse se opor, se indispor, objetar?

– Denunciar este estado de coisas que ocorria no quartel a quem? Seria o momento propício? Na minha cabeça soava uma negativa terminante e intransponível.

Essas eram perguntas que nosso médico não tinha respostas, não porque não conseguia respondê-las, mas porque elas iriam e deveriam ficar sem respostas e sem resolução, guardadas no íntimo do seu ser. E ele repetia, de si para si, como um mantra, que deveria manter-se frio para poder manter-se forte.

– Mantinha-me muito frio emocionalmente, às vezes até mesmo apático e incólume aos sofrimentos constatados nas minhas visitas ao PIC. Esta era a defesa que desenvolvi para fazer frente a uma atividade que contrariava frontalmente toda a estrutura do meu ser.

Mais tarde nosso médico viria a saber que o Centro de Informações do Exército – CIE, órgão subordinado ao Ministério do Exército, mas ao mesmo tempo acima do DOI/CODI, tinha ordens expressas do próprio ministro para executar todos os subversivos presos que, após as confissões, dissessem que pretendiam deixar o país rumo ao Chile.

– Ouvi silenciosamente aquele relato, tão franco e aberto, mas me mantive na posição adotada anteriormente – frio e calculista diante de verdades tão amargas e brutais.

Em seus atendimentos, nosso médico se deparava não só com as torturas físicas, mas também com quadros psicóticos que necessitavam de sua atenção, muitos deles desenvolvidos em decorrência das torturas. Os delírios e as alucinações também eram uma constante. As estruturas de personalidade ainda não tão bem consolidadas daqueles jovens, às vezes de 14, 15 anos, não suportavam tamanha violência. Sempre era difícil saber, praticamente impossível, se nesses casos se tratava de uma pré-disposição de estrutura psicótica ou não. Foi o caso de um jovem rapaz, alto, magro, cabelo claro, com sardas pelo rosto e peito, e que respondia por Papaleo – Eu sou Papaleo, ele dizia, sou Papaleo. Apresentava ideias delirantes, alucinações visuais e auditivas, era bastante agressivo. A conclusão do nosso médico e psiquiatra foi a de que se tratava de um quadro de esquizofrenia, uma doença mental muito séria.

Papaleo se encontrava na Casa da Morte, outro aparelho de tortura, localizado na cidade de Petrópolis, RJ. Nosso médico e psiquiatra atendia lá também, requisitado por seus superiores hierárquicos. O jovem rapaz, que se encontrava detido na Casa da Morte, seria levado de

Petrópolis para Goiás, com a intenção de poder identificar seus companheiros subversivos, mas para isso precisava se recuperar. O superior do nosso psiquiatra queria, a todo custo, que ele melhorasse o quadro clínico de Papaleo o mais depressa possível.

Onde o nosso psiquiatra trabalhava havia uma sala com algumas poltronas em que os militares costumavam repousar. Num dia qualquer, estavam ali sentados o nosso psiquiatra, o Dr. Teixeira e Papaleo. O jovem mantinha o olhar fixo nos dois homens, mas seus pensamentos estavam em outro lugar, talvez no tigre que o aguardava no jardim de sua casa em cima do parapeito. Eles falavam a seu respeito, sem que Papaleo se importasse, quando o Dr. Teixeira calmamente põe a mão direita dentro do casaco, saca uma pistola e dispara. Um só disparo, certo, na cabeça de Papaleo.

– Neste momento, lágrimas desciam pela minha face e senti dentro de mim um vazio enorme.

A ameaça de sucumbir espreitava o nosso psiquiatra, e ele temia não suportar. Temia o destino cruel que poderia estar reservado para si como o daquele jovem menino, não a morte propriamente – esta talvez fosse um íntimo desejo e certamente um alívio para o nosso psiquiatra –, mas a perda da sanidade.

– Acabarei, em pouco tempo, esquizofrenizando também.

Naquele ambiente tomado pela violência, pelo sadismo e pela desumanidade, era comum que nos momentos de descanso todos partilhassem com orgulho os seus feitos e instruissem os menos experientes. Nosso psicanalista, embora não presenciasse os atos, ouvia tudo e silenciava. Aquilo era um cenário de guerra, não havia outra explicação.

Em um desses momentos de trocas, os militares descreviam um episódio que tinha acontecido horas antes. No pau-de-arara, o homem nu; no seu cu enfiavam um cassetete, enquanto batiam violentamente na sua cabeça e costelas. Socos e chutes, e mais socos e mais chutes. O cassetete sujo de merda e sangue passava de um para o outro e enquanto ele gritava e chorava e suplicava, o ritual continuava. Aquilo tudo excitava a meia dúzia de fardas que se exprimiam numa das salas de tortura escura, sem janela e sem ventilação. É só confessar que a gente para, eles diziam. Mas não importava o que aquele homem confessasse; as informações nunca eram boas o bastante, convincentes o bastante, verdadeiras o bastante.

Teve uma vez em que foi chamado para atender um caso de um preso que apanhara de fuzil. Ele tinha uma enorme abertura na cabeça devido à coronhada que tomara e que precisava

ser suturada. Mas não havia jeito de fazer o trabalho. O homem, se assim podemos chamar aquele farrapo humano, temia que a anestesia fosse soro da verdade, e suplicou desesperadamente pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, para que o nosso médico fizesse sem aplicar nada – não aplica nada, não aplica nada, pelo amor de Deus.

Pasmado, nosso médico não podia crer naquele pedido. O desespero do moribundo e a força que fazia para resistir era tamanha que foi preciso ceder. Mesmo explicando que o procedimento seria extremamente doloroso e muito demorado, ele assim o quis – sem anestesia, doutor.

– Tive que fazer a sutura sem anestesia e ele aguentou firme, sem dizer um ai sequer.

Além da condição física deplorável, o homem apresentava um severo quadro de paranoia. E por um instante o nosso médico compreendeu a condição daquele desafortunado, como se tivesse sentido no fundo de sua alma. No fim das constas, o que seria a dor para alguém que não se podia sequer reconhecer o semblante?

Os métodos de tortura eram muito violentos, fisicamente deixavam os presos muito debilitados, e além disso, eram pouco eficazes. Resolveu-se alterá-los. As reformas começaram a ser feitas no Pelotão e Investigações Criminais (PIC), para se adequar à nova sofisticação da prática.

Um belo dia, o nosso psicanalista foi convocado para comparecer à sala do quartel-general. Lá, dois homens de trajes civis e sotaque norte-americano o aguardavam. Na conversa, eles apresentavam preocupação em relação às violências cometidas durante os interrogatórios dos presos políticos, porque utilizava-se técnicas muito primitivas e que deixavam muitas sequelas, deformações físicas irreparáveis, além de serem pouco eficazes. O nosso médico ouvia tudo em silêncio, avaliando onde eles queriam chegar com aquele papo todo. De repente, os dois falaram de novas técnicas, mais eficazes: salas refrigeradas com condicionado, totalmente escuras, sem janelas e com ruídos sonoros de alta frequência, uso de medicamentos hipnóticos de ação ultrarrápida, salas de interrogatório totalmente pintadas de branco e fortemente iluminadas, e tantas outras coisas. E a conversa não parou por aí. Como o nosso médico era especializado em psiquiatria e fazia formação em psicanálise, ele teria o perfil ideal para ministrar aulas sobre técnicas de interrogatório.

– Ouvi a explanação destes dois oficiais estrangeiros sem dizer uma única palavra e, no final, firmemente e com voz segura discordei frontalmente da proposta oferecida, agradecendo e me despedindo em seguida.

Não bastasse ter que lidar com a situação envolvendo os militares brasileiros, agora teria que fazer malabarismos para se ver livre do aliciamento daqueles dois, provavelmente militares norte-americanos. Mas independentemente do declínio do nosso psiquiatra, os métodos passaram a ser aplicados.

– Os torturadores passaram a utilizar aquele hediondo método de interrogatório dos presos políticos, com que resultados não sei.

Havia um jogo com a palavra “preso” que só podia ser feito no caso de ser mulher. Os homens eram chamados de presos, mas no caso das mulheres, a palavra sofria uma inflexão de gênero e de preso passava a ser presa. A presa do torturador, a presa a ser examinada, a presa a ser interrogada, a presa a ser domada, a presa a ser castigada, a presa a ser abatida, a presa a ser estuprada. A presa é sempre o troféu que o caçador ostenta, e naquelas condições, não era diferente.

O nosso psiquiatra foi convocado, já depois de ter sido implementado os novos métodos de interrogatório, para atender uma presa com paralisia nas pernas. Ao examiná-la, percebeu que a causa da paralisia era puramente emocional. Tratava-se de uma crise histérica. O tratamento com psicotrópicos que deveria dar bons resultados não funcionava.

E foi então que nosso psiquiatra decidiu utilizar o recurso do eletrochoque. Quando comunicou aos seus superiores que precisaria fazer uso da técnica, todos queriam assistir, participar. Pareciam lobos atrás de carne. Não entendiam que aquele era um método convencional para recuperação da saúde mental da sua paciente. Com muita relutância, somente três oficiais puderam estar presentes; os demais foram dissuadidos, com muito esforço, de estarem no local. Nosso psiquiatra explicou que para os resultados serem eficazes, deveria ser assim, e foi taxativo. Foram cinco aplicações apenas, mas já na terceira a paciente levantou-se e andou. Os três oficiais que ali assistiam, olhavam-se, incrédulos.

No final de 1971 um novo tempo de paz começava a se instalar. As torturas haviam cessado no PIC, e isso em função da intervenção do general Sílvio Frota, um homem humano, que puniu três oficiais por práticas de tortura, transferindo-os para lugares muito distantes do Rio de Janeiro. Foi então que o nosso psicanalista resolveu tomar coragem e pedir o seu

desligamento, alegando que precisava dedicar-se mais ao consultório e à sua formação na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

Esse era um momento que julgava oportuno, pois com a mudança no tratamento dos presos graças à intervenção do general, a demanda de trabalho poderia ser muito bem suprida pelo seu colega, Dr. Fayard. O pedido foi feito para o comandante, que o recebeu de forma muito afável e prontamente atendeu.

Em novembro, um mês da conversa que teve, o nosso psicanalista deveria entregar o pedido por escrito. Mal podia conter a alegria. Depois de tudo que presenciara, estaria livre em pouco tempo. Mas tudo parecia bom demais para ser verdade. Dias depois de ter feito o pedido de desligamento de suas funções, um capitão do batalhão, capitão Brito, homem de respeito e que muito estimava o nosso médico, o alertou.

– Você já teve contato com vários subversivos, assistiu a uma série de coisas desagradáveis aqui na PE. Um dia desses descubrem onde você mora ou trabalha e é bem provável que façam alguma coisa contra você ou sua família, seus filhos, sei lá.

O conselho do capitão foi para que, por ora, o nosso psicanalista não fizesse isso. Poderia ser assassinado. Aceite meu conselho de amigo, disse o capitão Brito. O conselho mais parecia um recado de um grupo de dentro das Forças Armadas.

– Foi por isso que, em novembro, quando deveria fazer o pedido de baixa ao Comando, procurei novamente o coronel e lhe comuniquei que, depois de pensar muito, decidia permanecer mais um ano no serviço ativo.

O ano de 1972 estava sendo o terceiro do nosso doutor integrando o exército como médico-tenente. Na ocasião, só pensava em quanto tempo mais duraria aquele inferno ao qual estava submetido, forçado a cumprir ordens e a obedecer a lei. Aquilo era uma prisão.

Embora não sofresse as sevícias físicas, era vitimado pelas torturas psicológicas e pelas ameaças veladas à sua família, como no dia em que seu filho mais velho fora sequestrado e levado para o alto de um prédio, sozinho. O menino conseguiu chamar a atenção das pessoas que o soltaram e o ajudaram a voltar para casa; o homem que havia sequestrado seu filho o fez a pretexto de levá-lo para arrumar o rádio-gravador de seu pai e que logo retornariam – foi com esse pretexto que ele convenceu a sogra e avó da criança.

Com os sentidos aguçados de um psicanalista, isso bastou para juntar o quebra-cabeça.

– Sabia, como médico e psicanalista, que bem podia ser vítima de uma ideia de perseguição depois dos momentos críticos e extremamente desagradáveis que vivi durante este período de serviço militar.

Sem possibilidade de poder sair, pois seu último pedido de desligamento – outro que interpôs após o acontecimento envolvendo seu filho – havia sido negado, só lhe restava agarrar-se na esperança de que cedo ou tarde um novo amanhã haveria de nascer.

– Por esta esperança estava disposto a enfrentar tudo e conseguir o melhor para minha família e eu próprio.

Além do seu nome de guerra, Dr. Lobo, nosso psicanalista tinha um codinome, Dr. Carneiro, que lhe foi conferido em Petrópolis, onde funcionava a Casa da Morte. Lá, todos usavam codinomes, era ordem expressa e seria preciso que o nosso psiquiatra seguisse. O codinome “Dr. Carneiro” foi pensado premeditadamente pelos oficiais que lá comandavam; ele deveria saber que, nas mãos de seus superiores, não passava de um carneiro que poderia ser sacrificado quando e como bem lhes aprouvesse.

Mais tarde, uma série de eventos fizeram com que o nosso psicanalista suspendesse sua análise pessoal e a sua supervisão na Sociedade Psicanalítica; fora acusado não só de estar participando do regime militar, mas também de torturas, fato que não era verdadeiro, e isso ele podia provar.

Na ocasião em que trabalhava no PIC atendendo os presos políticos, participava também de um grupo de estudos com os colegas da Sociedade Psicanalítica. Por várias vezes comentou sobre os acontecimentos pelos quais tivera que passar. Era uma carga muito pesada e que o nosso psicanalista sentia que somente a análise com seu analista-didata e presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro não seria suficiente. Precisava desabafar, dividir o fardo, e não foram poucas as vezes em que os colegas riram, como se se tratasse de uma brincadeira de mau gosto.

– Lembro-me, inclusive, de uma frase que Jorge Ernesto utilizava com frequência entre risadas: “lá vem mais uma história dos ‘macacons’. Conta lá, Amilcar” – e ria gostosamente.

Um dos amigos, que sabia do que se tratava tudo aquilo e não descreditou, um dia chegou a lhe pedir um favor: verificar se o seu sobrinho, que estava desaparecido, talvez não se encontrava no PIC. E realmente lá estava o pobre jovem, havia sido severamente torturado.

Quando a denúncia contra o nosso psicanalista aconteceu, em 1973, no jornal *Questionando*, isso não foi nenhuma surpresa para a Sociedade Psicanalítica. O que ninguém esperava era que o teor fosse calunioso, acusando nosso psicanalista de também ser um dos torturadores. E embora fosse descoberta a responsável pela calúnia, a Dra. Helena Besserman Vianna, que pertencia à Sociedade Brasileira de Psicanálise, em nada alterava o profundo pesar que sentiu em relação a ela.

– As feridas ainda sangravam muito e o conhecimento, puro e simples, da autora daquela infâmia nem sequer estancaria por um breve tempo aquela hemorragia.

Um pesar que se agravou no dia da conferência do Dr. Bion, na ocasião de sua vinda ao Brasil, quando o nosso psicanalista fora acusado pela Dr. Helena de ter-lhe ameaçado de morte. Era notória a perseguição de uma pessoa de caráter duvidoso contra o nosso psicanalista.

– Uma pessoa com ideias políticas de esquerda e, soube posteriormente, que durante a queda do ex-presidente João Goulart invadiu uma emissora de rádio para divulgar manifestos políticos.

Com tudo isso pesando contra si, nosso psicanalista resolveu se desligar de seu objetivo em se tornar membro da Sociedade Psicanalítica. Entrou em férias e quando retornou estava decidido a abandonar a psicanálise, retirar-se em seu sítio e permanecer recluso – ao menos teria tranquilidade e paz de espírito.

Já era o ano de 1981, a abertura democrática havia começado dois anos antes e agora faltava pouco para o fim daquele terror. O ano tinha transcorrido bem, nosso psiquiatra havia recuperado a tranquilidade e sentia que as coisas iriam melhorar. Depois de ter sido alvo de dois atentados por parte do Exército, que temia a sua confissão, os militares o haviam deixado em paz e os rumos que o Brasil tomava muito o agradavam, embora não fosse algo que comentasse abertamente e nem um assunto tratado à mesa. Quem passa por uma situação como essa que o nosso médico teve que passar, sendo envolvido em torturas, mortes, coação, um clima de medo e paranoia, mesmo com a calma, a desconfiança permanece. Não que ela seja de todo ruim, é mais uma condição instintiva.

Naquele ano, o nosso médico havia retomado também suas atividades no consultório, e foi no começo de dezembro que teve a surpresa: um homem do Serviço Nacional de Informação o procurava em seu consultório. Alertou o nosso psiquiatra que provavelmente haveria outra investida da mídia envolvendo o seu nome. Era, na verdade, uma ação conjunta da mídia com alguns subversivos. Naquele momento, as denúncias envolvendo o seu nome circulavam e o seu envolvimento tinha se tornado público, embora sem muita notoriedade. A recomendação, em um tom amigável e ao mesmo tempo intimidador, foi para que se mantivesse neutro e discreto.

A preocupação do governo em manter o silêncio era grande, especialmente por se tratar de um período delicado da história: a redemocratização, e alguns oficiais receberam ordens direta do presidente Figueiredo para cuidar – se é que se possa entender assim – do nosso médico; havia muitos revanchistas por aí. Justo ele, que tanto cuidou ao longo de sua carreira profissional, precisava agora de cuidado. E além disso, ele havia se tornado uma pessoa muito importante naquele processo todo.

Depois de tanto tempo no convívio com os militares, nosso psicanalista pôde concluir que o modo como eles agiam se devia a um peculiar modelo familiar. A figura da mãe era substituída pela Pátria amada, idolatrada, gentil, e a figura paterna representada por cada superior hierárquico. Isso explicaria a defesa tão assídua da Pátria, uma luta, na realidade, contra o desamparo, o abandono. A figura do pai, tão poderosa que cada subordinado era capaz de obedecer a qualquer ordem de seu superior, mesmo que essa ordem implicasse no assassinato de alguém próximo, caso isso ameaçasse a Pátria. As Forças Armadas constituíam-se, assim, em uma grande família.

No ano de 1984, o nosso médico conheceu o Pastor Jonas Resende, ex-professor de sua esposa Helena, do curso de direito da SUESC. Jonas era uma pessoa admirável e foi por essa razão que nosso psiquiatra resolveu procurá-lo para contar sua história de vida, especialmente o período que passou no Exército. Não era tarefa fácil ter que suportar em silêncio.

E assim foi feito. Após o encontro com o Pastor, que para ele foi um divisor de águas, nosso médico estava decidido a tornar público os horrores daquele período. Estava cansado de se esconder nas sombras, ceder a todo instante ao silêncio e às ameaças. O pastor Jones ponderou, dizendo que era ainda um período muito delicado e que havia risco. Citou o caso do jornalista e escritor Alexandre von Baumgarten, assassinado em 1982, e que o nosso médico conhecia muito bem, exatamente porque estaria investigando um caso de contrabando de urânio para o Iraque envolvendo políticos e o alto escalão do Exército, e, dizem, ele tinha uma peça

em mãos, um livro que seria publicado⁴. Se a decisão de tornar públicas as suas vivências fosse precipitada, o seu fim poderia ser como o de Baumgarten, sem vida e sem poder dar a conhecer ao mundo o fardo que tanto carregava em silêncio.

Em 1986 o Conselho Regional de Medicina acolhe a denúncia contra o nosso médico. Na primeira audiência, uma pergunta de um jovem médico que lá estava acompanhando o seu relato, um jovem médico que certamente não havia vivenciado diretamente, ou muito pouco, aqueles horrores, um jovem médico que talvez não tivesse, por isso mesmo, condições de avaliar e julgar o contexto daquela época, época de medo, de coação, de terror. O jovem médico, inocente quanto à realidade dos fatos e ao mesmo tempo acusatório em sua fala e seu olhar, lança uma pergunta ao nosso médico: por que não abandonou o serviço militar?

– Naquela época, em plena ditadura militar, tendo como presidente da República o general Médici, quando a força bruta sobrepujava a razão, acredite, eu não estaria aqui hoje conversando com vocês.

Nosso médico foi acusado pelo CRM de ter infringido vários artigos do Código de Deontologia Médica. Mas o que o Conselho talvez não quisesse entender é que ele apenas cumpria ordens.

– Como 2º tenente médico, apenas obedeci ordens superiores.

Ordens que o próprio Conselho, que mais tarde iria julgá-lo, estava ciente quando nosso médico enviou, em duas ocasiões, 1974 e 1981, relatório expondo os fatos e admitindo estar cumprindo, com zelo e profissionalismo, a função médica na Polícia do Exército. Nessas duas ocasiões, o Conselho foi omissivo e silenciou. E nada foi levado em consideração, nem mesmo a sua defesa e os relatos das duras lutas travadas internamente contra os horrores e o silêncio imposto pelo poder militar, externamente quando procurou as duas instituições, a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro e o Conselho de Medicina.

Naquele julgamento, condenavam um homem, mas certamente jamais condenariam as instituições, pois, se assim o fizessem, todos que lá estavam presentes teriam que se declarar cúmplices e culpados.

⁴ O livro, chamado *Yellow Cake*, viria a público somente no ano de 1985.

– Diante deste fato, comprovei definitivamente o cunho puramente político que o Conselho tomava no meu julgamento e decidi não mais ler o conteúdo de minha defesa. Levantei-me, despedi-me de todos e saí.

A crucificação do nosso médico, do nosso psiquiatra e do nosso psicanalista, ocorreu em 1988, quando o Dr. Laerte Vaz de Melo, presidente do Conselho Regional de Medicina, incorporando a figura de Pôncio Pilatos, lavou suas mãos para aquele cruel julgamento, impedindo-o de exercer a profissão.

– Sabemos, no entanto, que, segundo as escrituras, Jesus Cristo ressurgiu dos mortos ao terceiro dia. É neste fato que planto minha esperança.

5. Eu sou *Ur*

Para o Ur-Fascismo, os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos, e “o povo” é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime “a vontade comum”. Como nenhuma quantidade de seres humanos pode ter uma vontade comum, o líder se apresenta como seu intérprete.

Umberto Eco
(*O fascismo eterno*)

Nunca dantes os povos estiveram tão sedentos de autoridade, direção e ordem quanto agora. Se é verdade que cada época tem sua doutrina, inúmeros sintomas indicam que a doutrina da nossa era é a fascista.

Benito Mussolini
(*A doutrina do fascismo*)

5.1 1962 – CPC e a arte engajada

De 1961 a 1964, no período que precede o golpe, o Brasil se define por uma atmosfera instável, um barril de pólvoras prestes a explodir. O clima de tensões vai desde a renúncia do presidente da República, a tentativa de tomada do Estado pelas Forças Armadas – que depois será concretizada em 31 de março de 1964 –, até a resistência ao golpe através da famosa Campanha da Legalidade iniciada em Porto Alegre, sob o comando do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Naquele 25 de agosto de 1961, menos de oito meses após ser empossado 22º presidente da República Federativa do Brasil, Jânio Quadros renunciava ao cargo. A decisão, um tanto esquisita, pegou a todos de surpresa. Dizem que a intenção era blefar a vacância de presidente, confiante de que o povo clamaria sua volta; seria uma redenção messiânica e a legitimidade de um poder supraterrâneo. O tiro saiu pela culatra. Nem o povo e muito menos os militares fizeram questão de sua recondução ao posto.

A imagem emblemática que marcará esse momento da história foi registrada pelo fotógrafo Erno Schneider, quando, meses antes da renúncia, Jânio se encaminhava para encontrar o presidente da Argentina, Arturo Frondizi. Ele caminha na ponte que liga Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a Libres, na Argentina, mas algo o faz vacilar. Sua perna esquerda dobra-se para a direita, enquanto a perna direita mantém-se projetada para frente e o rosto vira-se para a esquerda. Indeciso, ele não sabe qual rumo tomar. O close captura magistralmente a indecisão daquela personalidade.

Dias antes da renúncia, João Goulart, então vice-presidente, foi mandado para a China em uma missão diplomática, e é nesse momento que Jânio tomará a inusitada decisão, sob a estranha alegação de que forças terríveis se insurgiam contra ele. Desde Porto Alegre, seu cunhado, o então jovem governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, convocando a sociedade civil e a ala legalista das Forças Armadas, resistirá ao golpe que estava sendo tramado. Surge a Campanha da Legalidade, permitindo que Jango, até então impedido pela ala golpista das Forças Armadas e do Congresso de assumir o posto de presidente, regressasse ao Brasil em segurança. Depois de muitas negociações, no dia 07 de setembro de 1961, será oficialmente empossado presidente. A efetivação do golpe precisou ser adiada.

Enquanto as atenções estavam todas voltadas para o que acontecia no Congresso, nas Forças Armadas e com o recém-empossado João Goulart, em março de 1962 será publicado o Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura sobre a arte popular revolucionária, a arte engajada. Esse foi um acontecimento menor na cena pública e que certamente passou batido

naquele momento. Cópia do Anteprojeto será publicada por Heloísa Buarque de Hollanda como anexo em seu livro *Impressões de viagem*. Trata-se de um singular registro histórico às gerações futuras, como se a autora quisesse lançar uma flecha a um futuro por vir.

A leitura do CPC sobre os artistas indicava para três posturas que estavam ou que poderiam vir a ser adotadas através de suas produções: conformista, inconformista, e a atitude revolucionária. Na visão do CPC, a arte só poderia ser engajada, e nesse sentido, servir como instrumento da ação política, porque faria parte da superestrutura social, juntamente com um conjunto de outros aparelhos e instituições jurídicas e políticas. Por esse motivo, uma arte que não estivesse engajada à transformação social, não passaria de um instrumento de alienação política, pois em nada contribuiria para mudar a realidade concreta das relações de produção, e, portanto, da sociedade de modo geral. Assim, a arte não engajada seria a um só tempo uma arte alienada e alienante, e aqui estaria a posição conformista de certos artistas e de uma parcela da própria esquerda – como também a posição inconformista –, uma vez que não bastaria, desses mesmos artistas e de parcela da esquerda, uma atitude apenas negativa ou repulsiva em relação à realidade social.

Por conseguinte, a passagem do inconformismo à posição revolucionária só poderia se dar assumindo a posição de “povo”. O povo, o apelo ao povo, alimentam, nesse momento, o ideário populista e nacionalista de parte da esquerda e do CPC; será considerado o *leitmotiv* da revolução: o povo brasileiro, capaz de reunir a todos numa só paixão e luta revolucionária. É esse o lugar do intelectual e do artista da época, imbuídos de um compromisso revolucionário, devem integrar a massa e suas produções se tornar instrumento da revolução.

No último romance do escritor gaúcho Michel Laub, *Solução de Dois Estados*¹, que vai percorrer a cena política contemporânea, três personagens ganham centralidade: os irmãos Alexandre e Raquel, entrevistados por uma jornalista alemã, Brenda Richter, que tem a intenção de produzir um decálogo documental sobre a radicalização do ódio e intolerância, elementos irremovíveis do nosso cotidiano e onde o Brasil figuraria como grande analisador. Para construir a trama, Laub utilizará como recurso de montagem textual uma interessante política narrativa, organizada em “material pré-editado”; “extras/material a inserir”; “material bruto”. Esse recurso narrativo refere-se ao modo como o material das entrevistas (as falas decupadas

¹ LAUB, M. *Solução de dois Estados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

das personagens e os recortes de jornais de cada década) será organizado e distribuído ao longo do romance.

Apresentaremos o anteprojeto do manifesto do CPC, publicado como anexo no livro *Impressões de Viagem*², nos fazendo valer dessa interessante política narrativa de Michel Laub. Todas as citações que se seguem foram extraídas do anexo.

Material pré-editado:

O artista que pratica sua arte situando seu pensamento e sua atividade criadora exclusivamente em função da própria arte é apenas a pobre vítima de um logro tanto histórico quanto existencial.

[...]

O que distingue os artistas e intelectuais do CPC dos demais grupos e movimentos existentes no país é a clara compreensão de que toda e qualquer manifestação cultural só pode ser adequadamente compreendida quando colocada sob a luz de suas relações com a base material sobre a qual se erigem os processos culturais de superestrutura.

[...]

Perdido em seu transviamento ideológico, não se dá conta que a arte quando vista no conjunto global dos fatos humanos não é mais do que um dos elementos constitutivos da superestrutura social, juntamente com as concepções e instituições políticas, jurídicas, científicas, religiosas e filosóficas existentes na sociedade.

[...]

O caso do artista a serviço dos interesses antipopulares pode ser além do mais agravado na medida em que não é nem sequer necessário que o artista concorde subjetivamente com as ideias que em sua obra propõe e consagra.

[...]

As consequências práticas da criação artística se realizam independentemente da vontade e das convicções pessoais do criador e produzem seus efeitos letais sem precisar para isso do consentimento do artista que em sua incompetência ideológica não foi capaz de compreender sua obra.

[...]

² HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem**: cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Em nosso país, a todo artista ou intelectual pertencente à reação cultural encontra-se hoje permanentemente aberta a possibilidade de reexaminar sua posição e renunciar ao ponto de vista de *classe* que consciente ou inconscientemente veio a assumir.

[...]

Assim, via de regra ocorre que o artista do CPC embora pertencendo ao povo não pertença à classe revolucionária senão pelo espírito, pela adoção consciente da ideologia revolucionária.

[...]

É preciso, no entanto, indagar de quem parte a imposição de limites. Não é do CPC que ela procede, mas do próprio artista. O criador engajado é quem se proíbe a si mesmo de trair a classe revolucionária, é ele que por coerência com seus próprios princípios vê suas imperfeições e desfalecimentos um mal que não pode ser tolerado e assim é sempre ele quem se proíbe a si mesmo, quem se investiga e se policia.

[...]

Feitas as contas, a troca de uma liberdade vazia de conteúdo por uma atividade consciente e orientada a um fim objetivo é feita a favor dos interesses do próprio artista em sua qualidade de criador.

[...]

A quem nos disser que isto representa um cerceamento da liberdade criadora, responderemos que sim; a quem nos disser que não deveria ser assim, responderemos igualmente que sim.

[...]

Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no front cultural é esta opção fundamental que produz no espírito dos artistas e intelectuais que ainda não a fizeram alguns equívocos e incompreensões quanto ao valor que atribuímos à liberdade individual no processo de criação artística e quanto à nossa concepção da essência da arte em geral e da arte popular em particular.

[...]

Os artistas e intelectuais do CPC escolheram para si outro caminho, o da *arte popular revolucionária*. Para nós tudo começa pela essência do povo e entendemos que esta essência só pode ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e a conseqüente privação de poder em que se encontra o povo enquanto massa dos governados pelos outros e para os outros.

[...]

Eis porque afirmamos que, em nosso país e em nossa época, *fora da arte política não há arte popular*. Com efeito se o povo é um universal ele só pode estar presente como povo e, portanto, como universal, nas obras que versam sobre as questões humanas analisadas à luz de uma perspectiva política.

[...]

Ao homem do povo, entretanto, não basta que seja rico e diferenciado o seu saber do mundo sobre o qual fará incidir sua atividade transformadora: nossa arte precisa oferecer-lhe também os motivos que forjam e impulsionam a ação revolucionária.

[...]

Em nosso país não há nada mais fácil do que descobrir a presença ativa do novo. Ele encontra-se a cada momento operando transformações de todas as ordens em todos os níveis da realidade nacional. Os que não o encontram e por isso se perdem na angústia e na impotência sem remédio são os artistas e intelectuais que se recusam a compreender que o novo é o próprio povo e que há o novo onde está o povo e só onde está o povo.

[...]

Como órgão cultural do povo, [o CPC] não poderia surgir antes mesmo que o próprio povo tivesse se constituído em personagem histórico, não poderia preceder o movimento fundador e organizativo pelo qual as massas se preparam para a conquista de seus objetivos sociais.

[...]

Em toda esta discussão para nós o que está em jogo é uma só questão, a de saber o que vale mais: se o deleite estético pessoal ou se a integração com o povo.

[...]

Não reconhecer o caráter hierárquico do real pode-se dizer que é o pecado máximo da arte alienada.

[...]

A arte revolucionária desqualifica toda e qualquer arte que leva ao público o desentendimento dos quadros reais da existência, que em lugar de fornecer a definição das verdadeiras forças motrizes que põem em movimento os povos e sua história, que em lugar de detectar tudo que é ação decisiva operando no sentido de transformações globais, só tem a oferecer, como sucedâneo da própria perplexidade em que está afundada, a mentira vital e as alucinações da imaginação que não têm suas raízes fincadas no solo concreto.

5.2 1968 – A esquerda à esquerda da esquerda

Em 1968, ano em que entrará em vigor o Ato Institucional nº 5, o problema da arte engajada retornará com mais força. Quem conta o que aconteceu naquele momento é o tropikaoslista Rogério Duarte³, que foi coordenador do setor de artes visuais do Centro Popular de Cultura e membro do Partido Comunista. Ele será preso e brutalmente torturado pelo Regime Militar.

No dia 10 de junho de 1968 foi realizado, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o debate “Cultura e Loucura”; um momento em que a inteligência brasileira havia sido convocada para discutir os rumos da cultura brasileira. Um dos pontos era justamente o da arte revolucionária e de como ela poderia contribuir como instrumento de luta contra a ditadura militar. Durante as falas que se sucediam uma após a outra, Rogério, que compunha a mesa, se levanta e toma a palavra, num gesto que muito lembraria Diógenes, o cínico⁴: acho que todo mundo aqui está cego, diz ele. Obra de arte não precisa de museus para ser vista. Lá no túnel novo, por exemplo, tem um enorme anúncio de alistamento militar; um cara passou e jogou uma lata de tinta vermelha em cima. Depois de ter dito isso, fita a plateia por alguns instantes, em silêncio, e volta a se sentar, como quem espera estrategicamente o tempo oportuno para um arremate desconcertante. A incompreensão do público cria uma atmosfera de tensão, e ninguém mais falará de outra coisa a não ser da imagem contrastante, o gesto enigmático apresentado por Rogério: a tinta vermelha sob o anúncio militar verde. Ferreira Gullar então intervém, pronto para fazer a defesa da arte como instrumento da revolução, pois era isso que estava sendo pleiteado: a obra de arte tem... – nesse momento, Rogério interrompe o poeta – tem sacanagem? A obra de arte tem sacanagem? E continua: eu não estou aqui discutindo o gesto político de afronta, de desafio popular, o anonimato de quem jogou a lata de tinta sobre um anúncio militar. Eu estou discutindo a estética, a teoria da cor, a relação singular do verde com o vermelho. A partir daí o debate incendeia.

Para Rogério, a arte não tinha outro fundamento a não ser transformar a si mesmo; não servia a qualquer propósito a não ser esse, um propósito alquimista-materialista. “Mas não que

³ Na época de militância política, fazia os cartazes para o Sindicato de Estivadores, Petrobrás e UNE. Participou do movimento tropicalista e foi grande amigo de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Hélio Oiticica, Glauber Rocha e outros. A sua arte foi parte importante da produção cultural dessa geração. Preso e torturado pelo regime militar, após sua soltura, passou por diversas internações em hospitais psiquiátricos devido aos traumas sofridos. Sua vida nunca mais seria a mesma. A esse respeito, ver documentário *Rogério Duarte – o Tropikaoslista*. (ROGÉRIO Duarte, o Tropikaoslista. Direção de José Walter Lima. Belo Horizonte: VPC Cinema Vídeo, 2016. [88min.]).

⁴ A despeito do sentido que se possa atribuir hoje, *cínico* era aquele que latia como um cão – uma filosofia a golpes de latido.

ela [a arte] seja um fim em si mesmo. O objetivo fundamental da alquimia não era materialista de transformar chumbo em ouro, era transformar a si próprio”⁵.

A década de 1960, no pós-golpe, constituiu-se como uma anomalia, diz Heloísa Buarque de Hollanda. Houve muito pouca repressão em relação aos grupos artísticos e intelectuais de esquerda, e é nesse contexto que surgirá a assim chamada esquerda cirandeira, esquerda festiva, ou geração Paissandú, uma referência aos cinemas da moda (Paissandu), local de encontro dessa esquerda um tanto à margem.

Essa esquerda marginal será alvo de críticas no próprio campo da esquerda. Como ela poderia ser festiva, colocar a festa, a alegria no coração de suas expressões culturais e intelectuais quando o momento era de tristeza, desespero e impasse, com o sonho da aurora redentora cada dia mais distante e cada vez menos possível? “O princípio da festa e sua identificação como subversão provavelmente não estavam sendo percebidos quando a ‘velha esquerda’, ortodoxa, julgava de forma pejorativa e moralista a prática da ‘nova esquerda’ que se formava”⁶.

O ponto de contração maior dessa esquerda festiva talvez seja o movimento tropicalista. Esse ponto de contração é também o ponto de bifurcação que marcará dois modos distintos de luta contra o regime militar. No caso dos tropicalistas, eles lançarão mão de uma estética antropofágica, devorando as influências dos movimentos culturais que pululavam pelo mundo, especialmente nos EUA e Europa, como os movimentos hippies, o cinema de Godard, os Beatles, Bob Dylan etc. A alegria é a marca e a marcha do movimento, mas não a alegria enquanto sentimento, enquanto emoção; a alegria como força de ação, como posição de desejo frente a um momento tomado pela tristeza e pelo ódio.

Toda estética tropicalista passa ao largo da música de protesto, elemento cultural politicamente engajado. O histrionismo é pujante: os cabelos compridos, as roupas coloridas e extravagantes; as performances também: a bunda rebolando para lá e para cá e sendo transmitida na televisão para o desespero do telespectador – esquerda cirandeira, esquerda Paissandu. A lógica da fragmentação, ou lógica fragmentária, aparece como uma nova sensibilidade que investe a vida, que tem como meta a vida. “A identificação não é mais

⁵ ROGÉRIO Duarte, o Tropikaoslista. Direção de José Walter Lima. *Op. cit.*

⁶ HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem**: cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70. *Op. cit.*, p. 33.

imediatamente com o ‘povo’ ou ‘proletariado revolucionário’, mas com as minorias: negros, homossexuais, *freaks*, marginal de morro, pivete, Madame Satã, cultos afro-brasileiros e escola de samba”⁷. O binômio arte/sociedade, com o qual a esquerda tradicionalmente se identificava, se defronta com outro: o binômio arte/vida. Isso não é nada trivial, já que consolida uma nova aposta em uma nova estética que preconiza a fragmentação como condição constituinte de si e do mundo, à margem da ideia de conscientização e da tentativa de congregar, sob o signo *povo*, forças contra um inimigo sempre exterior e de um poder localizado em alguma instância alheia a si.

A posição do intelectual, da música de protesto, deveria traduzir os anseios do povo, coloca-se frente a ele como espelho onde seria possível identificar-se e não desidentificar-se. Uma posição um tanto perigosa, porque teria como consequência forjar um sentimento totalizador, uma paixão movida pelo desejo de construção de uma unidade; desejo esse que sempre esteve presente nas ditaduras militares e nos regimes fascistas. No caso da esquerda cirandeira, do desbunde, da contracultura, o problema não é posto em termos de identificação; o problema não seria o de *fazer como*, de ser o povo, mas o de desidentificar-se.

Essa descentralização operada pelo movimento tropicalista despertará não só a ira de uma esquerda que se pretendia única e verdadeira, mas também dos militares. Em 1968 Caetano e Gil serão presos, e não foi por acaso que, depois de terem ficado por muito tempo sem saber o porquê daquela prisão, Caetano será levado até um capitão que lhe revelará o real motivo: o insidioso poder subversivo dos tropicalistas de *desestruturar* o Brasil⁸. Para os militares, o entendimento era de que o que Gil e Caetano faziam era muito mais perigoso do que aquilo que faziam os artistas de protesto e de engajamento ostensivo. E tudo o que o Brasil não podia tolerar era a desestruturação, ou melhor, a fragmentação; esse era um perigo iminente ao próprio capitalismo.

Caetano e Gil aparecerão pela primeira vez na cena nacional em outubro de 1967, no III Festival de Música Popular Brasileira, da TV Record. Naquele festival, a música apresentada por Caetano, juntamente com um grupo de rock argentino, os Beat Boys, foi *Alegria, alegria*. Num primeiro momento, a canção foi alvo de vaias, mas, posteriormente, durante a

⁷ *Ibid.*, p. 66.

⁸ VELOSO, C. **Verdade tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

apresentação, conquistou o público, que ao final aplaudiu de pé. Gilberto Gil, por sua vez, apresentou *Domingo no parque*; a sua grande aposta foi em um arranjo feito por seu amigo Rogério Duprat, compositor-arranjador. O arranjo era composto por uma orquestra completa, a banda de rock Os Mutantes, da qual Rita Lee fazia parte, um percussionista tocando berimbau, e Gil ao centro, em pé, com um violão nas mãos.

Todos os músicos que se apresentavam passavam pela avaliação do júri ali presente, podendo ou não se classificar para a próxima etapa do Festival, que aconteceria no mesmo dia. A Música de Gil foi classificada e ele então retorna para apresentá-la. A plateia vaiava enquanto ele pedia para que todos esperassem: espera aí, espera aí... Ele se deixa levar por alguns comentários do público e responde na sequência: Rogério? O melhor arranjo? Vocês deram? As vaias comem e ele pede novamente para esperar, num gesto de quem suplica calma ao público: espera aí, espera aí. Ele então tenta mais uma investida, na tentativa de dialogar: Olha... Mal pôde pronunciar a primeira palavra. Foi pego de surpresa por Duprat que, ao fundo, virado de costas para a plateia, faz uma precisa intervenção: ele movimenta a batuta e a orquestra começa a tocar seu instrumental; os Mutantes e o percussionista o acompanham. Gil se recompõe naquele instante, o instante preciso que o faz soltar a voz e cantar *Domingo no parque*. A atmosfera do festival muda imediatamente e o público começa a cantar em coro, abafando as vaias que ainda persistiam ao fundo.

Alguns meses antes do III Festival de Música, houve um evento promovido pela Frente Ampla da Música Popular Brasileira, que reunia artistas da música popular brasileira. Para compor o corpo de artistas a se apresentar no evento, que ocorreu em julho daquele ano no Teatro Paramount, Geraldo Vandré convida a cantora negra carioca Clementina de Jesus. O público presente no teatro, jovens paulistas, majoritariamente estudantil e de esquerda, não a conheciam, e “ao vê-la surgir no palco, murmurou assustado e, ao ouvi-la cantar, vaiou, sendo que de alguns jovens presentes (de ambos os sexos) ouvi gritos de ‘fora, macaco’!”⁹.

A Frente Ampla também promoveria, no dia 17 de julho, a marcha contra a guitarra elétrica, o símbolo do imperialismo ianque. Inclusive Gil participou da passeata, e será Caetano quem lhe dará o toque sobre o *gérmen* fascista ali presente. “Nara e eu assistimos, assustados, de uma janela do Hotel Danúbio, à passagem da sinistra procissão. Lembro que ela comentou: ‘Isso mete até medo. Parece uma passeata do Partido Integralista’”¹⁰. No ano seguinte, em 1968, aconteceria o Festival Internacional da Canção, no Teatro da Universidade Católica de São

⁹ *Ibid.*, p. 164.

¹⁰ *Ibid.*, p. 161.

Paulo, o Tuca. Diferentemente dos demais festivais, desse não há quase nenhum registro de imagem e som; não há arquivo da gravação feita no dia, e o que nos chega são fragmentos, como o áudio da fala franca de Caetano ao público que lotava o teatro. A reconstrução desse momento se fez pelos relatos de quem lá esteve.

Gil apresentaria a canção *Questão de ordem*, um número de rock em estilo soul, com guitarras elétricas. Enquanto se apresentava, o público, em sua maioria estudantes de esquerda, jogava lixo no palco. O júri ali presente desclassificaria sua música do festival, pelo motivo de ter se desviado ostensivamente das normas da música popular brasileira. Depois, foi a vez de Caetano, com seu *É proibido proibir*. O nome da canção fazia referência a um dos tantos *slogans* daquele maio de 68 francês. No meio da apresentação, os estudantes começaram a jogar objetos no palco, repetindo a cena de momentos antes. Então, em um gesto de coragem, Caetano toma a palavra e se dirige ao público: Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos!

Gil e Caetano serão presos em dezembro daquele ano, e em janeiro de 1969 partirão para o exílio em Londres, até 1972. Mas antes de chegarem ao destino, farão uma parada em Portugal. Um amigo de Caetano pede que ele o acompanhe até a cidade de Sesimbra, onde tinha um encontro marcado com um senhor português tido como alquimista. Eles chegam até o lugar, encontram o alquimista, e lá pelas tantas o amigo pede para que Caetano cante a música “Tropicália”. O alquimista, que escutava atento, dá sua interpretação, para espanto de Caetano, positiva; ele não via na música nenhum dos horrores infernais que se vivia no Brasil naquele momento e nem o monstro que Caetano queria fazer ver através da canção. Diante do protesto de Caetano, o velho ri e lhe dá uma inusitada resposta: o que sabem as mães sobre seus filhos? A canção do tropicalista certamente tinha uma independência em relação a ele, compositor e cantor, e um sentido positivo a ser redescoberto que nem ele era talvez capaz de alcançar naquele momento. “Mas que aquele homem não quisesse levar em consideração que na minha canção eu descrevia um monstro e que esse monstro confirmara sua monstruosidade agredindo-me a mim era algo que à medida que ia acontecendo ia-se-me tornando mais fascinante do que irritante”¹¹.

Contrariamente do que se possa imaginar, o movimento tropicalista estava, à época, mais próximo de um pessimismo ativo. E tal pessimismo pressupunha uma descida aos infernos como estratégia de iniciação ao grande otimismo. “Assim, digam o que disserem, nós, os

¹¹ VELOSO, C. *O mundo não é chato*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 53.

tropicalistas, éramos pessimistas, ou pelo menos namoramos o mais sombrio pessimismo”¹². Por exemplo, a canção-manifesto “Tropicália”, que receberia esse nome por sugestão do cineasta Luiz Carlos Barreto – ele veria uma afinidade com a obra do artista Hélio Oiticica, *Tropicália*, exibida um ano antes, em 1967, na mostra Nova Objetividade Brasileira do Rio de Janeiro –, dizia sobre uma criança sorridente, feia e morta que estendia a mão. Não havia nada de alegre nessa imagem, uma imagem de dor sem esperança. Era preciso denunciar a fase sombria que segundo Caetano se iniciara efetivamente a partir de 1967, e essa denúncia implicava uma descida ao inferno, ou melhor, um salto. Não seria possível contornar o que de sombrio insistia como característica nacional sem um mergulho nas sombras, uma decida estratégica ao inferno para um retorno otimista.

5.3 1976 – A margem à margem da margem

Um outro acontecimento menor na cena pública brasileira foi o movimento black Rio, um movimento de massa que surge entre os anos 1960 e 1970 de modo espontâneo nos subúrbios cariocas – cada baile chegava a reunir de 10 a 15 mil pessoas –, sob grande influência da cultura afro norte-americana e de líderes negros como Martin Luther King e Jesse Jackson, Malcom X, Panteras Negras; um movimento que ansiava por um novo estilo musical, cultural e intelectual, mas também político; um movimento acima de tudo dançante, acima de tudo alegre.

Em uma escavação de matérias de jornais, depoimentos e outras fontes, o livro *1976: movimento Black Rio*, fará o resgate desse acontecimento. Serão apresentados os fragmentos de memórias de um importante momento marcado pela influência do black norte-americano e da música soul, e o modo como se produziu um impacto profundo na cultura brasileira – o black Rio deixará marcas na cultura carioca e nacional, como o hip-hop Rio e o funk, embora estivesse à margem do que se poderia naquele momento considerar como militância e luta contra o regime militar. O movimento terá penetração inclusive nos tropicalistas, especialmente pela criação de um estilo muito próprio, por mais que a crítica insistisse com a pecha de cópia ou imitação – por onde passavam, eram confundidos com negros norte-americanos. Zezé Motta¹³ conta que Caetano Veloso se inspirou no seu estilo, um visual meio andrógino, com cabelo curto, batom e unhas negras, para compor a música Tigresa.

¹² VELOSO, C. **O mundo não é chato**. *Op. cit.*, p. 49-50.

¹³ LIMA PEIXOTO; SEBADELHE, Z. O. **1976 Movimento Black Rio**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

A reivindicação e luta do movimento era antes estética, e por isso mesmo, política. O propósito político do movimento, manifesto em sua estética, era o de conquistar o direito, isto é, a possibilidade diante da impossibilidade, de se expressar livremente, poder absorver e criar cultura e se divertir. A busca por um novo estilo era traço marcante; “jovens negros, na sua maioria, que buscavam uma afinidade estética e filosófica de novos tempos, com cabelos à lá *black power* e roupas modernas (macacões de brim da marca Lee ou calças nergas; sapatos e camisas coloridas)”¹⁴. Em uma atmosfera sombria, fria e terrificante, saturada pela tristeza, a diversão parecia ser um grande perigo. E se a esquerda cirandeira era considerada marginal em relação à luta contra a ditadura, o black Rio certamente estava à margem da margem. Por um lado, uma direita insistia em dizer que o movimento era a importação do extremismo afro-americano – e por isso, perigoso; por outro, uma esquerda dizia que o black era nada mais, nada menos, que um produto da colonização, uma vez que a influência profunda era norte-americana, portanto, alinhado ao imperialismo.

Em 1976, no dia 17 de julho, o Caderno B do *Jornal do Brasil* trazia estampada na primeira capa “O orgulho (importado) de ser negro no Brasil”. A matéria começava com a seguinte constatação: uma cidade de cultura própria desenvolve-se dentro do Rio. Uma cidade que o Rio desconhecia; uma cidade móvel e descentralizada, capaz de surgir na mesma medida que desaparecer – “ora está em Colégio, onde fica o clube coleginho, considerado um dos primeiros templos do soul, ora em Irajá, ora em Marechal Hermes ou em Rocha Miranda, ora em Nilópolis ou na Pavuna”¹⁵. São bailes itinerantes, fluxos que se deslocam sob a paisagem encouraçada da metrópole.

O enunciado “importado”, uma crítica sutil a todos aqueles que se sentiam orgulhosos de que na realidade esse orgulho não seria propriamente seu, mas de um outro, um outro estrangeiro, diz também, quase que paradoxalmente, que alguma coisa desse orgulho importado não ficava a ele circunscrito. Na realidade, tratava-se de outra coisa, cujos gestos copiavam e, sobre a cópia, algo de original emergia. O orgulho importado falava precisamente disso, da cópia e da imitação, mas que a elas não se reduziam. O pente-garfo, acessório importante e

¹⁴ *Ibid.*, p. 46.

¹⁵ O orgulho (importado) de ser negro no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1976. Caderno B, p. 01-06. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&hf=memoria.bn.br&pagfis=75343>. Acesso em: 12 jan. 2022.

moda entre os blacks norte-americanos, vai ser copiado pela rapaziada daqui; não tendo dinheiro para ter um em mãos, improvisavam com aros de bicicleta fixados em uma base de madeira. Do pente-garfo ao ouriçador, como ficou conhecido. O instrumento virou ao mesmo tempo que uma febre, um grande problema, pois passou a ser incluído pela polícia como arma branca – e um pretexto para se realizar abordagens violentas e levar qualquer um detido à delegacia.

A cópia e a imitação não aludiam a meras reproduções dos produtos estrangeiros, por isso devemos colocar o problema de outra maneira, qual seja, o da afirmação mesma da cópia e da imitação como condição à diferença. Nesse sentido, avançamos um pouco em termos de análise, para pensar e sustentar a condição positiva da cópia e da imitação implicadas na constituição do movimento black Rio. Esse avanço só é possível pelo desvio, um desvio que nos afasta um pouco do black Rio, mas que nos aproxima de outros domínios: a loucura e a filosofia. Esses dois planos, acreditamos, compartilham com o movimento black Rio o mesmo eã político e revolucionário. Duas discussões nos ajudam: a primeira, do Antônio Lancetti; a segunda, do filósofo Gilles Deleuze.

Em sua experiência de trabalho com grupos, o psicanalista argentino radicado no Brasil, Antônio Lancetti, perceberá uma coisa muito intrigante: a imitação é uma unidade mínima necessária ao grupo, à formação do tecido coletivo e ao seu funcionamento. Dialogando com Freud e Gabriel Tarde a respeito da formação e consistência das massas, Lancetti passou a entender que a noção de identificação de Freud não era suficiente para compreender o modo como um grupo é formado e cria coesão. Recorrendo a Gabriel Tarde, sustentará que, no fenômeno massa, o elemento mimético ocupa uma posição importante; ele estaria aquém da formação identificatória com o líder. A imitação, como unidade mínima, faz ressoar microcontágios: aquele que imita, antes de se identificar com o outro e fazer como o outro, é arrebatado por um campo intensivo que introduz, no ato de repetição, uma diferença. “A imitação ou microcontágio é o que se repete de maneira diferente. Quando um sujeito imita um gesto de outrem introduz um desvio diferencial”¹⁶.

Uma discussão muito semelhante está presente no trabalho de Gilles Deleuze em relação à reversão do platonismo – e certamente é do trabalho de Deleuze que o psicanalista extrai os elementos de sua formulação. No capítulo apêndice de *Lógica do Sentido* chamado *Simulacro e filosofia antiga*, Deleuze toma para si o problema – e igualmente a tarefa – da reversão do

¹⁶ LANCETTI, A. Clínica grupal com psicóticos: a grupalidade que os especialistas não entendem. In: LANCETTI, A. (ed.). **Saúde e loucura: grupos e coletivos** 4. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 163.

platonismo: o que significa reversão do platonismo? A fórmula parece querer dizer o seguinte: abolição tanto do mundo das essências quanto do mundo das aparências.

No platonismo, segundo o filósofo, a tarefa consistia em saber distinguir a “coisa” mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro. A dialética com a qual Platão opera sua filosofia joga com a divisão de linhagens – a linhagem do puro e do impuro, do verdadeiro pretendente e do falso –, e onde o que se coloca não é a contradição, mas a rivalidade. É, pois, como define Deleuze, uma dialética da rivalidade, que traz consigo, como tarefa, a tarefa seletiva. Em Platão, há que se fazer a distinção não só entre a Ideia e a cópia, mas selecionar a boa linhagem da má, ou, em outros termos, a boa cópia da má cópia; aquela que guarda uma relação de similitude interior com a Ideia, e aquela que mantém uma relação de dissimilitude. A cópia seria uma imagem provida de semelhança, e o simulacro, por sua vez, uma imagem sem semelhança.

Para explicar a rivalidade existente entre cópia e cópia de cópia – ou simulacro –, ninguém melhor que o cristianismo. “Deus fez o homem à sua imagem e semelhança, mas, pelo pecado, o homem perdeu a semelhança embora conservasse a imagem. Tornamo-nos simulacros, perdemos a existência moral para entrarmos na existência estética”¹⁷. Eis por que o simulacro estaria mais próximo do demoníaco que do divino; ele não é mais definido, não pode sê-lo, em relação ao modelo do mesmo donde derivaria a semelhança das cópias. E se no platonismo a boa cópia, aquela que guarda semelhança com a Ideia, ganha prevalência, na reversão do platonismo é juto o contrário – aqui se encontra o cerne da abolição do mundo das essências e do mundo das aparências. É nesse sentido que podemos dizer, juntamente com Lancetti e Deleuze, que é da imitação que se imprime uma singularidade, é pelo simulacro que se introduz no *mesmo* a diferença.

Retomando nossa discussão, percebemos bem em que sentido parte significativa da esquerda rechaçava aquilo que se importava dos EUA, sobretudo a influência cultural. A esquerda nacionalista – me refiro aqui à boa cópia, à cópia fiel – nunca suportou a ideia de introduzir na Ideia a dessemelhança, a diferença, e se ela foi capaz de vociferar com tanto ódio e rancor contra toda manifestação contracultural, é porque sempre se arrogou como cópia fiel à Ideia de cultura, à Ideia de política, à Ideia de militância, à Ideia de Brasil. É este um dos pontos pelo qual toda dessemelhança foi sempre considerada uma heresia, punida severamente pelo tribunal da Inquisição.

¹⁷ DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015. p. 263.

O rechaço ao imperialismo norte-americano e a todo produto cultural tido como sua expressão simbólica esquecia-se, por cegueira, do prefixo desse produto cultural, que em nada se assemelhava ao imperialismo norte-americano. O movimento é afro, afro-norte-americano. A deglutição da potência do movimento afro-americano não pode ser confundida nem com um mimetismo ingênuo e nem com a reprodução do suposto poder imperialista. Isso seria desqualificar toda luta por libertação black tanto lá quanto aqui. E era exatamente isso que acontecia, ou pelo menos tentava-se fazer acontecer.

Se o movimento black Rio esteve à margem da margem, é justamente porque nunca passou de uma cópia de cópia, um simulacro. Sua posição política era outra, esteticamente outra, eticamente outra. E se o simulacro abre passagem à diferença, temos que introduzir aí um outro elemento constitutivo dessa diferença. É que aquilo que se imita, aquilo que se copia, é também aquilo que se incorpora, ou melhor, que se devora. A imitação ou cópia é incorporação, aquilo que é capaz de tornar mais forte, mais potente, mais vivo, mais pulsante, enfim, mais alegre. Quando falamos de *diferença* desde terras tupinambás, não podemos nos furtar ao elemento devorativo. É o black, certamente, mas é o black-Rio, feito à imagem e dessemelhança: operatória antropófaga, onde o que me interessa é precisamente aquilo que não é meu, e o que se torna meu é precisamente aquilo que não me pertence. Eis o paradoxo da devoração na constituição de si e do mundo.

Se o movimento não possuía as credenciais para estar na vanguarda da disputa pelo Brasil, o que era isso que ameaçava tanto o poder biomilitar, a ponto de a polícia marcar presença ostensiva? A presença dos *canas* – enquadrar, revistar, reter os discos das bandas, levar detido – tinha evidentemente função intimidatória e repressiva, mas não só. Não nos enganemos, antes da repressão há que necessariamente se produzir os corpos alvo da repressão.

Em 1971, Elis Regina, em show no ginásio do Maracanãzinho, interpretava a música *Black is beautiful* e fitava sem parar Toni Tornado, grande nome do black carioca, que estava na plateia. Ele então sobe no palco e, após abraçar Elis, levanta o braço esquerdo com o punho cerrado, gesto simbólico dos Panteras Negras. Ao descer do palco, foi conduzido à Polícia Federal para prestar esclarecimento pelo ato subversivo. A *Folha de São Paulo* publicará uma matéria em que Toni e Elis eram alvos diretos, e a canção, considerada perigosa – poderia causar uma onda racista, um conflito entre negros e brancos.

Um ano antes desse episódio, em 1970, ocorrerá a prisão do maestro Erlon Chaves. Ele se apresentava na 5ª edição do festival, ao som do hit *Eu também quero mocotó*, levando a multidão a um intenso frenesi. No final da música, resolve fazer uma performance ao lado das dançarinas loiras: “Agora vamos fazer um número quente, eu sendo beijado por lindas garotas.

É como se eu fosse beijado por todas aqui presentes”¹⁸. O resultado foi sua prisão, após interrogatório na Censura Federal. “Segundo consta, por influência das esposas de alguns generais da ditadura que ficaram extremamente afrontadas com o episódio”¹⁹. Depois de solto, o maestro foi proibido de exercer a atividade profissional por trinta dias e aconselhado a sair do Brasil.

Os bailes, que podiam acontecer em qualquer lugar, tinham como animadores as equipes de som e seus dançarinos. A preciosidade de cada equipe consistia no quão eclético eram seus discos, as batidas inéditas que aportavam por aqui. O sucesso de cada equipe era medido pela capacidade de ostentar as alturas dos decibéis com seus paredões de caixas de som – é daí que surge, por exemplo, o fenômeno Furacão 2000. Cada equipe tinha lá seu público, que se identificava com um ou outro ritmo do soul – o foco era reunir decibéis. E imaginem o que poderia acontecer se cada pequena máquina de decibéis fosse reunida em uma outra mais complexa.

Em depoimento, alguém conta como era a atmosfera dos eventos: “‘E o couro come!’ Não tinha como não se arrepiar. Para completar, no pé do volante, em letras miúdas, uma mensagem: ‘Prepare-se, a reviravolta vem aí... Aguardem!’ As mensagens aumentavam a ansiedade dos frequentadores”²⁰. A Avenida Brasil parava com aquela reunião de 15 mil pessoas que brotava não se sabia bem de onde, mas se sabia bem para quê. A cidade era o lugar privilegiado para dar a ver o black; a calçada e a rua, palco político. O soul, palavra de ordem dessa estranha militância marginal ecoando nos corpos dançantes; uma curiosa máquina infernal precipitava-se sob o luar da metrópole, movida pela intensidade do som. Sem dúvidas uma direta ameaça ao Brasil oficial, à Ideia de Brasil.

A presença e função do *corpus* policial funcionava como um canhão de luz apontado para os corpos suspeitos, delinquentes, subversivos. Mas não que eles fossem suspeitos, delinquentes ou subversivos, é que a presença dos policiais cumpria a função distributiva dos discursos sobre quem ali participava. Muitas vezes era impossível saber quem era ou não um agente do governo infiltrado; não era possível identificá-los pelos signos habituais como a farda ou coturno. Uma atmosfera paranoica povoava os bailes, desconfiava-se de alguns, de todos. Algo se passava em termos de constrangimento, de suspeita, de medo; o afeto próprio da

¹⁸ LIMA PEIXOTO; SEBADELHE, Z. O. **1976 Movimento Black Rio**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. p. 42.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ LIMA PEIXOTO; SEBADELHE, Z. O. **1976 Movimento Black Rio**. *Op. cit.*, p. 72.

paranoia era sentido como real, muito embora impossível saber se aqueles de quem se desconfiava eram também reais.

Se no panóptico de Jeremy Bentham era preciso um lugar muito bem planejado, com uma arquitetura muito bem projetada para ver e não ser visto, e onde a distância entre aquele que vê e aquele que é visto deveria ser considerável – assim eram as prisões que Foucault descreve em *Vigiar e punir* –, a astúcia do poder biomilitar será a de transformar o lugar de visibilidade em lugar de visualidade, operando na movência e itinerância do movimento, e onde a distância entre aquele que vê e aquele que é visto não mais existe; um panóptico molecular, molecularizado, em que a incidência do poder acompanha os trânsitos e deslocamentos, circunscrevendo o espaço da festa. Uma vez na mira do canhão de luz emergido não se sabe muito bem de onde, algo de dizível propaga-se, de modo que cada um ali presente é capaz de sentir visceralmente a incidência das significações, quase como sendo suas, quase como se partisse de si. E temos que notar, além do mais, que antes o panóptico fazia emergir um estado constante de vigilância em que aquele que é objeto de vigilância poderia localizar o lugar onde o vigilante encontrava-se, mesmo sem vê-lo: a torre central – a arquitetura era peça fundamental na constituição desse dispositivo. No segundo caso, a estrutura arquitetônica do panóptico é menos importante, e o vigilante – no caso o policial, o agente infiltrado –, pode ser qualquer um e estar em qualquer lugar; é impossível vê-lo e também localizá-lo, e esse jogo mais molecular e menos formal implica a difusão de um estado paranoico constante que percorre todo tecido social. O inimigo está em toda parte, em qualquer lugar, ali mesmo onde menos se espera.

Somente no ano de 2015 os arquivos do regime militar serão abertos e será possível entender melhor o risco que o movimento black representava. “De acordo com os documentos apresentados pela Comissão da Verdade, de 2015, o Movimento Black Rio foi monitorado minuciosamente pelos órgãos de repressão como uma manifestação perigosa e temerária”²¹. Mas o relatório do DOPS, por outro lado, não deixa dúvidas de que no Movimento não havia qualquer sinal de ameaça direta ao Regime Militar, nem “guerra racial” ou “discriminação contra os brancos”, nem “propaganda comunista”, nem “uso de drogas”. Certamente que não era preciso nenhum relatório para saber disso, e mesmo assim a vigilância não parou de ser ostensiva, nem as buscas por qualquer indício suspeito. Na verdade, nunca foi essa a real intenção das investidas; o objetivo direto nunca foi encontrar indícios de possíveis crimes, mas fazer do próprio ato, da própria manifestação cultural, a prova de que aquilo configurava-se

²¹ LIMA PEIXOTO; SEBADELHE, Z. O. 1976 **Movimento Black Rio**. *Op. cit.*, p. 90.

como crime. O movimento era o signo ameaçador sendo produzido como ameaçador, a despeito dos signos ameaçadores nunca encontrados. Daí a necessidade de vigiar, infiltrar agentes, deter, submeter à confissão, passar pela liturgia jurídica, pela prisão.

Na sequência da reportagem do Caderno B do *Jornal do Brasil*, uma outra matéria estampa: “A invasão aos doces bárbaros”. Ao centro, na foto em preto e branco do palco do show que aconteceu em Florianópolis, capital catarinense, pode-se ver Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa e Maria Bethânia. Dois dias antes da publicação do jornal, em 15 de julho de 1976, Gilberto Gil será pego com maconha no hotel, e Caetano com um vidro de Valium. Nem mesmo o pó de Pemba de Maria Bethânia escapou de ser confiscado para análise do seu conteúdo um tanto suspeito.

Detido, Gil será julgado e condenado pelo artigo II da lei de antitóxicos nº 5.726, de 20 de outubro de 1971, que dizia que o indivíduo poderia ser recolhido a um hospital psiquiátrico por tempo indeterminado, porém suficiente para sua recuperação. O Dr. Pedro Laguna, médico psiquiatra designado para o caso, foi favorável à sentença do juiz; ele era, à época, diretor do manicômio judiciário de São José, localizado próximo à capital catarinense. Gil permanecerá sob seus cuidados por quinze dias. Esse é um caso emblemático do modo como o poder nada faz sem uma estrita relação com o saber. E aqui é menos o poder judicativo, a figura do juiz e a liturgia discursiva de quem faz cumprir a ordenação da lei, mas o poder do saber psiquiátrico.

O que conecta, na matéria do jornal – e na vida –, os doces bárbaros, especialmente Gilberto Gil, ao movimento black Rio, no ponto de incidência do saber e do poder, é justamente o close – que primeiro é produzido para depois ser capturado, tal como se capta a imagem artificial, cenográfica, com o close de uma câmera. É a periculosidade: de um lado a periculosidade dos blacks, por ter como inspiração a luta black norte-americana; de outro, a periculosidade de Gil, com seu cabelo dread e sua irreverência singular. Alguma coisa de perigoso a esse Brasil oficial precisará ser vigiado, controlado; precisará ser alvo do poder e mais radicalmente da dominação e da violência.

Na matéria sob o movimento black Rio é um tanto curiosa a necessidade de explicitar, num gesto confessional – e que dá o tom sobre a imagem, o close, a verdade ela também quase íntima, um quase segredo –, que os bailes soul são para dançar, curtir; uma curtição que não envolve nenhum tipo de droga, nem mesmo o álcool. “O pessoal não bebe, não queima fumo, não usa droga, não usa pico. Nada. O negócio deles é dançar. O que se bebe muito é Coca-Cola

e guaraná”; “mas eu acabei descobrindo que o rock que eu curtia muito acabava conduzindo a vícios, e isso é coisa de branco”²².

Se no seu *Verdade Tropical* Caetano conta que sua prisão e a de Gil se deu como medida de contenção à ameaça desestruturante e fragmentária que o tropicalismo representava ao Brasil, anos mais tarde, recordando os episódios marcantes de sua prisão para o documentário *Narciso em Férias*, e depois de ler um trecho das acusações a ele dirigidas pelo regime que o acusava de ser cantor de música de protesto de cunho subversivo e desvirilizante, que ataca o sistema e exalta os regimes socialistas, ele dirá, em um tom brincalhão mas muito preciso, que subversivo e desvirilizante era uma boa combinação, mas que exaltar regimes socialistas era algo que nunca havia feito em nenhum momento de sua vida.

O comportamento desvirilizante da trupe era perigoso; um perigo que precisava ser também explicitado quanto aos bailes soul nos subúrbios cariocas. “Nenhum casal misto e – outro dado observado em todos os bailes *black* – ninguém com aspecto indefinido ou sexualmente dúbio”²³. Desvirilizar, fragmentar a coesão interna do campo social era mais perigoso e ameaçador que qualquer canção de protesto ou palavra de ordem. O perigo da desestruturação, ou melhor, o medo paranoico da fragmentação, da desvirilização das forças fascistas desse Brasil maior, fica muito evidente quando o problema do racismo é colocado para os entrevistados: o Movimento *Black* teria características racistas? “Acho que sim, e acho isso imbecil, porque tem branco fazendo *soul* e a música não tem cor”. “Aqui no Rio tem racismo, é claro que tem, mas é assim muito disfarçado, quer dizer, está tomando certas proporções, mas racismo mesmo – eu sei que isso vai ferir muita gente – somos nós negros mesmos que estamos fazendo, eu acho”²⁴.

Partindo do pressuposto de que vivíamos numa democracia racial, era de se esperar que um fenômeno de massa tal como o *black* Rio tivesse que lidar com essas acusações, mesmo internamente. Mas esse discurso, tanto da esquerda que insistia em dizer que o movimento reabilitava a ordem colonial, quanto aquele que dizia ser racista, é também um índice de uma importante ruptura a uma certa disposição estabelecida. Se vivíamos na harmonia da democracia racial, mesmo sob um regime ditatorial, qualquer passo à margem seria rapidamente significado como uma distensão, uma fragmentação.

Diferentemente do que se possa pensar, o racismo não produz nenhuma ruptura, ao contrário, ele faz funcionar a coesão. Isso não significa, por outro lado, que não há um mundo

²² A invasão aos doces bárbaros. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1976. Caderno B. *Op. cit.*

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

cortado em dois, ou em vários, como observou Fanon em relação ao mundo colonizado²⁵ – a cisão entre zona sul e zona norte do Rio de Janeiro é um belo exemplo; cortada pelas linhas da Central do Brasil, os trens têm um único objetivo: levar os trabalhadores para o centro do Rio e depois trazê-los de volta ao final do dia. Tanto o racismo quanto a sexualidade funcionam como ligaduras de coesão interna desse Brasil maior, desse Brasil que insistimos em chamar de fascista, e isso nos mostra como esse Brasil maior, fascista, por sua vez, é a ligadura de coesão interna de uma ordem superior, divina: o capitalismo. O medo paranoico da fragmentação e da desvirilização é ao mesmo tempo o medo paranoico do estilhaçamento e da perda de força da máquina capitalística; esse é o limiar, a distensão limite da qual ela não suportaria, e vemos bem a importância do racismo e da sexualidade para a sobrevivência tanto de um quanto do outro. Racismo e sexualidade estão articulados – e já apontamos isso – tanto à ideia de nação, de pátria, quanto de progresso, isto é, à economia e ao Capital.

5.4 1978 – Patrulhas ideológicas

Quatro momentos da história brasileira que atravessa o pré-golpe de 1964 até a anistia nos fornecem elementos para entendermos o problema da arte engajada e a preocupação da esquerda, especialmente a esquerda nacionalista, a esse respeito. Dos quatro momentos, o primeiro foi em 1962; o segundo em 1968, após quatro anos do golpe militar; o terceiro em 1976; o quarto em 1978. Como os demais, este último refere-se a um acontecimento menor na cena pública, mas que dessa vez contou com a participação ativa dos jornais, que encontraram uma oportunidade de transformar o debate em uma polêmica.

Em 31 de agosto de 1978, o jornal Estado de S. Paulo publica uma entrevista com Cacá Diegues, cineasta brasileiro e um dos fundadores do Cinema Novo. O tom polemista do jornal, que não estava na fala de Cacá e sim na propaganda da imprensa, deu o que falar, e muito pelo título da matéria: “Por um cinema popular sem ideologias”. O alvoroço foi ainda maior quando outros jornais resolveram reproduzi-la em seus editoriais – nada era vendido tão bem quanto uma boa polêmica. O tema, catalisado pela imprensa, fez com que muitas personalidades se sentissem convocadas a sair do anonimato e a se posicionar, fosse a favor, fosse contra – pois na polêmica o que está em jogo é a prévia defesa deste ou daquele ponto de vista. Em pouco tempo os desdobramentos foram se dando, passando pela literatura, artes plásticas, música popular brasileira, psicanálise etc.

²⁵ FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015.

Eu sou patrulheiro, sou patrulhado? Esse seria um falso problema? A arte deveria ser engajada politicamente? Qual seria a distinção entre arte engajada e aquela não engajada? Como determinar a verdadeira arte engajada, como auferir o nível de engajamento das expressões artísticas? De um modo ou de outro, a entrevista vai operar um efeito catártico, jogando luz sob as forças reativas ali onde talvez menos se podia esperar: a esquerda.

Na entrevista, Cacá resolve dizer o que pensa sobre o Cinema Novo brasileiro, do qual foi um dos expoentes, e das teorias cinematográficas discutidas no Brasil. Se por um lado havia toda uma impossibilidade de produzir e fazer passar as expressões culturais devido à censura imposta pela ditadura, por outro, no campo da esquerda, essa mesma força de constrangimento se colocava em termos de proposta engajada, isto é, da adesão prévia e direcionadora da produção cultural a determinado projeto ou programa político unificador. Qual seria, nesses termos, pergunta Cacá, a diferença entre aquele que cassa os direitos políticos e aqueles que cassam o direito de poder produzir algo que escape à normatividade imposta por quem se declara democrático e progressista? Não à toa, ele será acusado de ter traído a proposta do Cinema Novo, ou melhor, de ter traído uma certa ideia de Cinema Novo, acusação essa de que se defende: “Eu não me sinto comprometido com nenhuma ideia de Cinema Novo. Acho que Cinema Novo é uma coisa que nunca existiu de fato”²⁶.

Segundo o cineasta, a geração que fundou o Cinema Novo brasileiro se caracterizava por duas coisas muito simples: 1) modernização da linguagem (em termos de modo de fazer, equipamentos, produção barata etc.), e que abordasse os problemas brasileiros, nesse caso, um cinema nacional popular; 2) o desejo de fazer um cinema brasileiro no Brasil – segundo Cacá, essa era a única unidade ideológica do grupo que pensava o Cinema Novo, mas, embora tal unidade pudesse parecer um monólito, era em sua matriz heterogênea e fragmentária, colocando em cena a liberdade de expressão artística do Cinema Novo sem necessariamente aderir a uma determinada cartilha ou programa. Esse era o ponto central, o cerne da entrevista e da crítica de Cacá, que via, naquele momento, uma disputa que se colocava entre uma unidade fragmentária – na defesa da liberdade de criação, não afeita a uma única forma de produção cultural – e uma unidade totalitária ou totalizante – em torno de um único compromisso ou pauta política.

O problema da monumentalidade, não apenas como ilusório ideal, colocava, em termos práticos, mesmo que o investimento de interesse fosse outro, isto é, mesmo que se assumisse um determinado compromisso, como o compromisso de classe, fundamentalmente como risco

²⁶ CACÁ Diegues: por um cinema popular, sem ideologias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1978. p. 16. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780831-31736-nac-0016-999-16-not>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

a totalização. Eis o perigo da supressão da diferença, da possibilidade de diferenciação, onde o afeto predominante das relações é aquele implicado na diminuição da potência de criação; a tristeza como posição de desejo fascista e de direita, mesmo e paradoxalmente afirmando-se de esquerda. Em suma, Cacá pretendia chamar a atenção, como uma espécie de diagnóstico da sua atualidade, para o perigoso caminho que certa esquerda poderia estar tomando, um caminho que privilegiaria, como força de majoração, a tristeza ao invés da alegria, o sofrimento ao invés do prazer, a razão ao invés da emoção, a derrota ao invés da vitória. “O que eu não posso responder é a essa espécie de religiosidade que tem uma certa esquerda do Brasil, que coloca o prazer à direita do sofrimento; que prefere o sofrimento ao prazer, a razão à emoção, a derrota à vitória”²⁷.

Atentos a esse acontecimento, um acontecimento nada novo, mas que retoma uma certa problemática para a esquerda brasileira, Carlos Alberto Pereira e Heloísa Buarque de Hollanda apressam-se em recolher as memórias, na urgência de seu tempo, de quem esteve implicado no debate que ganhou certa proporção, embora fosse, naquele momento, como dissemos, um evento menor na cena pública. Eles realizam uma série de entrevistas, incluindo uma outra com Cacá Diegues, comentando a entrevista publicada no jornal *Estado de S. Paulo*. Mais tarde, em 1980, os fragmentos recolhidos serão apresentados em livro: *Patrulhas Ideológicas marca reg.: arte e engajamento em debate*. A capa traz ao centro uma enorme estrela dourada num fundo vermelho, e nela, uma palavra: xerife. Um signo de ordem, autoridade, poder. Um signo militar de uma certa militância.

Gostaríamos agora de apresentar o que recolhemos durante nossos deslocamentos, durante as andanças pela superfície dos textos. Tal como um caranguejo, pinçamos alguma coisa aqui, outra acolá, mas com cuidado, para não nos tornarmos, inadvertidamente, o caranguejo de que falava Nietzsche, aquele que, buscando alguma origem, só anda para trás, olha para trás e acredita para trás²⁸.

Comecemos então pela entrevista de Cacá Diegues. Tratar-se-ia, portanto, de uma retomada da retomada, ou seja, a entrevista para o jornal que implicou, num primeiro momento,

²⁷ *Ibid.*

²⁸ NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos, ou como se filosofa com o martelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

a recolocação de algo que nunca se esgotou, e agora, num segundo momento, o convite para ampliar o debate sobre o problema das patrulhas ideológicas, como ficou conhecido.

Retomando a primeira entrevista, Cacá conta que não havia tido a intenção de utilizar a expressão “patrulhas ideológicas”, pelo menos não do modo como foi polemizado; essa expressão, usada um tanto ao acaso, mas que de modo algum deixava de ser provocante – a incisão do bisturi parece ter feito alguns cadáveres se contorcer –, correspondia a um sentimento difuso, experimentado pela cultura brasileira. Na verdade, esse fenômeno envolvendo o patrulhamento não era algo recente, se colocava como um fenômeno da cultura moderna mundial, inclusive Garcia Marquez, quando de sua visita ao Brasil, comentou com o cineasta sobre a existência desse fenômeno que se apresentava em toda América Latina.

Pois bem, ao pedido para que falasse sobre a diferença entre os dois polos, patrulheiro e patrulhado – quem seriam os patrulheiros ou as patrulhas ideológicas? – Cacá responderá que se trata de um sentimento difuso e que não se poderia efetivamente localizá-lo. “O patrulheiro de hoje é o patrulhado de amanhã e vice-versa. Porque isso não existe como uma categoria política, social, cultural”²⁹. Não se trataria de um grupo específico ou pessoas específicas, mas sim de um sentimento difuso, de uma força difusa que se alastraria e que mobilizaria o corpo e o espírito e os conduziria. Além disso, tratar-se-ia de uma posição: o patrulhado de hoje pode se tornar o patrulheiro de amanhã.

Posição e força difusa, ou poderíamos também chamar de contágio. Uma força de contágio capaz de operar um deslocamento de posição política e de desejo, e fazer com que os outros modos de mobilização e luta, também elas, à sua maneira, contra a força fascista da ditadura, fossem excluídas. Passamos para o reino da moral, onde toda manifestação cultural tenderia a passar pelo seu crivo, onde “tudo que escapa a essa codificação será necessariamente patrulhado. E quem exerce essa fiscalização é o patrulheiro”³⁰ – que teria como consequência, por sua vez, fazer com que aquilo que se desprende de certo auto de fé seja considerado e tratado como reacionário, até mesmo perigoso.

Mas a tarefa não estará completa sem um apelo muito específico, o “povo”, ou a ideia de povo como pura abstração – e que também será duramente criticado pelo cineasta. A nação e o povo são abstrações. Quem é meu povo? – pergunta Cacá. Quem entra no cinema para assistir meus filmes; não tenho outro povo senão este. E se o “meu povo” é aquele que se coloca em relação comigo, não se trata necessariamente de uma nação regida pelas fronteiras

²⁹ CACÁ Diegues: por um cinema popular, sem ideologias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 jan. 1978. *Op. cit.*, p. 18.

³⁰ *Ibid.*

geográficas, tampouco de uma abstração totalizante, porque o Brasil é antes de mais nada uma pura paisagem sendo montada e desmontada a todo instante.

A aposta não seria em um Brasil como nação ou povo, mas em uma cultura nacional-popular. É assim que Cacá nomeia esse Brasil menor, à imagem e dessemelhança de um Brasil maior, feito com quem implicado em sua realidade local. Nesse sentido, seria um tanto infundada a ideia de uma revolução nacional, onde o Cinema Novo serviria como arma de conscientização, como razão prática do imperativo categórico “povo”. A cultura nacional-popular é algo que está em movimento, e a ideia de nação, de povo, é algo que deveria ser explodida o quanto antes, antes que fosse tarde demais, pois entre o tarde e o tarde demais, figura sempre um incerto instante, arriscado, que pode fazer raiar o sol ou prevalecer a escuridão. “Um dia desses me perguntaram: ‘Não é cedo pra se debater com a esquerda?’ Aí eu disse: ‘Quando é que vou debater, quando o velho Stálin estiver no poder? É tarde demais’”³¹. Esse é um diagnóstico muito atento ao jogo de forças e ao perigo que se anunciava: a ideia de nação, de povo, como um ideal fascista alimentado tanto pela direita quanto por parte da esquerda.

Mas se toda essa história de patrulheiro e patrulado era algo verdadeiramente experienciado, Cacá não esperava que as pessoas levassem muito a sério o que havia dito; isso soava mais como uma brincadeira. Tratava-se, sem dúvidas, de um problema menor, que não merecia reflexão e nem atenção sérias, pois não seria esse o ponto central do debate. Havia muitas outras coisas mais importantes a serem ditas e construídas; um combate que pudesse ser travado não pela negação e nem pela unificação totalitária de um povo ou nação, mas pela afirmação e fragmentação, por dentro, produzindo estilhaços – uma tarefa certamente nietzschiana: “nesse mundo, a questão é explodir por dentro todas as construções ideológicas, prá ver se desses estilhaços pode nascer um pensamento novo, que possa explicar esse mesmo mundo”³².

Certamente que naquele momento o inimigo mais imediato era a direita e o regime militar, mas o cineasta afirma não poder se furtar àquilo que, diante dos seus olhos, o incomodava. E faz um último alerta para a esquerda: “é preciso tomar cuidado porque a democracia é uma coisa muito dolorosa. Confortável e cômodo é o fascismo, onde só há uma opinião”³³. Suas análises não deixam de ser um preciso e precioso diagnóstico: a urdidura sutil, silente e perigosa da tristeza como modo de vida, apesar dos militares, e sobretudo à esquerda.

³¹ *Ibid.*, p. 21.

³² *Ibid.*, p. 17.

³³ *Ibid.*, p. 22.

Um diagnóstico que, não temos dúvidas, estava à margem do olhar um tanto míope de sua época.

É muito interessante que as entrevistas que se sucedem tocam em pontos muito parecidos, como esse que viemos colocando: o problema das patrulhas ideológicas como algo menor. Glauber Rocha dirá o mesmo, que se trata de uma acontecimento menor, de circulação entre intelectuais alienados que não estariam de fato entendendo o que se passava no Brasil; Aldir Blanc, que seria um debate velho vestindo roupas novas; Waly Salomão, que não valia um mísero tostão furado, embora reconhecesse sua existência, uma existência parasitária por parte do que ele chamou de facções da esquerda, que exigiam dos artistas certa coerência política; Hélio Oiticica, categórico – não gosto, de nenhuma delas, nem do nome patrulha –, escapava o quanto fosse possível do problema, não porque não tivesse nada a dizer, mas porque achava uma chatice; Celso Corrêa, por sua vez, que haveria uma patrulha ideológica a nível de mercado sendo imposta pela classe média, de modo que qualquer outro tipo de patrulhamento, perto deste, tornava-se insignificante.

Fosse como fosse, cada um com sua interpretação mais próxima ou mais distante uma da outra, o que estava posto, sem dúvidas, era uma atmosfera um tanto esquisita e tenebrosa. E para além da menoridade e do problema do patrulhamento que compunham o clima da época, outros três pontos merecem atenção, embora já tenham sido, de um modo ou de outro, colocados anteriormente. São eles: as forças fascistas que operariam tanto na direita quanto em parte da esquerda; uma ideia comum em torno da fragmentação e da devoração; a alegria como vetor da arte e da política – a arte e a política entendidas aqui na sua relação com a criação de si e do mundo. Seguimos então com o livro *Patrulhas ideológicas*, destacando o que pinçamos desse emaranhado de linhas, a começar por Caetano Veloso.

Na entrevista, Caetano se pergunta o que foi que nos conduziu a essa abertura democrática; que forças seriam essas: econômicas, interesses das multinacionais, a CIA, o imperialismo norte-americano? Diz ter preguiça para pensar sobre isso a fundo, preferia fazer sua música, embora deixasse transparecer sutilmente uma certa desconfiança sobre a abertura. Estaríamos mesmo atentos ao processo? E nessa disputa política em que a abertura democrática era um sonho cada vez mais real, qual seria o papel da arte?

Para Caetano, a arte não seria alguma coisa apartada da política, como se, de uma certa maneira, o fazer político correspondesse às disputas em torno do Estado e de sua

governabilidade, sem considerar que as expressões artísticas não só não estariam fora do jogo como seriam fundamentais para que se pudesse criar as condições estéticas, psicológicas e sociais na alma do brasileiro para uma verdadeira transformação social.

O que é interessante aqui é a conexão entre arte e política sem colocar, no entanto, a arte como instrumento de um fazer político com suas etapas e seus objetivos programáticos. A arte seria o próprio fazer político, a própria expressão política, de modo que pensar em transformação social, ou, se quisermos, na revolução, seria pensar, antes de mais nada, em uma revolução estética, que teria como princípio e fim, como ponto de partida e de chegada, a vida. Como ilustração disso que defendia, Caetano recorre às suas memórias do tempo de faculdade, na época em que muitos de seus colegas estavam envolvidos com a política. Nessa época, havia alguma coisa no fazer político, no modo de lutar, que lhe causava incômodo, e por isso nunca fez questão de participar. Pairava um certo desprezo por tudo que não estivesse ligado à revolução como tomada do poder, tal como sexo, religião, raça. Tratava-se de questões menores? – perguntam os entrevistadores. Nem a isso chegava, responde. Tudo que não estivesse na cartilha revolucionária era desconsiderado, classificado como pauta pequeno-burguês.

Tu é sonhador, Caetano, um artista sonhador, diziam; às vezes eram mais agressivos: vadio irresponsável, sem futuro. Um pouco distante, mas atento, suas preocupações eram outras; tomava-lhe tempo certas curiosidades: se se poderia ter um relacionamento aberto com uma mulher, ou homem namorar com homem; questões que achava serem necessárias à esquerda. Mas a responsabilidade era sempre maior e tudo tinha que ser adiado para o futuro da revolução.

Para Caetano, falar em política e em revolução só seria possível na medida em que aquilo que historicamente foi desconsiderado pela esquerda, tornado menor, tomasse a centralidade do debate. A política deveria ser aquilo que se dá na vida, como modo de realização da vida sobre o planeta. É por isso que ela não é descolada da arte, e, nesse sentido, a arte é política, mesmo que não fale sobre ela. A arte, portanto, como política da alegria, e a política como arte de alegrar. Até meados dos anos 1970, lembra Caetano, havia uma onda alegre, “e isso no mundo todo... porque, naquela época, até a China era animadíssima... eu sei que a China encareceu... Eu acho que é uma coisa de respiração do planeta”³⁴. Inclusive, ele brinca, Fidel ainda não estava vestindo-se como militar.

³⁴ PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Caetano Veloso. In: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas Ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 110.

Na esteira dessa pista da alegria como *pneuma mundi*, o poeta Waly Salomão cita o caso da música Odara, de Caetano. Depois do seu retorno de Nova York, ainda no período ditatorial, passou um tempo em uma comunidade negra de Itapuã, Salvador. Lá, aprendeu o sentido da palavra Odara, que seria depois transmitido ao amigo – que por sua vez faria uma música em sua homenagem. Odara, em Yorubá, tem o significado de tudo que é bom, de tudo que é positivo. Essa música, segundo Waly, era uma música-manifesto, uma música livre e que, de repente, passou a ser considerada sinônimo de viadagem, de alienação política; não era engajada e por isso deveria ser desqualificada. Odara era uma música-manifesto da alegria, eis o problema.

Além de Caetano e Waly, acompanhemos outros dois nomes: Jorge Mautner, cantor, compositor e escritor; e a historiadora, filósofa e militante feminista, fundadora do Movimento Negro Unificado, “Célia” Gonzales. Mas, antes, gostaríamos de retomar uma passagem da entrevista com o dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, popularmente conhecido como Zé Celso.

Incomodado com esse negócio de patrulhas ideológicas, como vimos, Zé Celso vai dizer que esse seria um problema menor; mais urgente era atentar-se para um tipo de patrulhamento ideológico a nível de mercado propalado pela classe média. Estrategicamente, ela produziria determinados objetos de consumo, como a ideia de haver, no Brasil, uma forte polarização política e uma disputa dentro dos setores progressistas de esquerda em termos de modo de fazer política. Essa disputa ou polarização difundir-se-ia pela imprensa como polêmica, e a polêmica, como mercadoria, atingiria, por sua vez, o ponto de onde partiu; ponto a um só tempo de partida e de consumação: a classe média. “É ela mesma que fabrica essas merdas de Patrulha Ideológica ou não-Patrulha Ideológica”³⁵.

A visão de Zé Celso parece ser muito clara, com posições muito bem demarcadas, como é o caso da classe média, hábil em fazer qualquer coisa se tornar qualquer mercadoria. Mas não é essa a passagem que nos interessa propriamente e sim uma outra, na qual ele embaralha as posições bem delimitadas no jogo político. Ele diz o seguinte: se há um comportamento do tipo linha rígida, não se pode pensar que se trate da esquerda, mas sim da direita. “Quem precisa

³⁵ PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. José Celso M. Correa. In: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas Ideológicas**. *Op. cit.*, p. 76.

vigiar, estabelecer parâmetros, colocar as coisas de uma certa maneira não é a esquerda, mas a direita [...]. Eu acho que esquerda, comunismo, revolução, é outra coisa”³⁶. Ele não nega que esses comportamentos façam parte da esquerda, mas, nesse caso, a partir dessa colocação, tudo se complica, e o problema fica ainda mais sofisticado, isso porque mesmo assumindo um compromisso de classe, como no caso da esquerda, ao se agir como patrulheiro, a ação acaba sendo mais de direita que de esquerda. O problema que Zé Celso nos coloca, o paradoxo que ele nos força a habitar, é este: a possibilidade de sermos de direita mesmo quando dizemos ser de esquerda, ou de se ter uma esquerda de direita. Zé Celso tensiona o problema do fascismo ao seu limite, a ponto de nos questionarmos se ele não seria uma espécie de palíndromo: percorrendo de um lado a outro, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, lê-se como *o mesmo*, por mais que se queira e se estabeleça inúmeras diferenças a nível dos compromissos assumidos no nível dos investimentos conscientes de interesse.

Passemos agora para Jorge Mautner, o pensador maldito, como ele mesmo se intitula. E maldito não só por não pertencer a nenhum filão político, mas porque seu pensamento era atômico. Minha trupe era atômica, ele afirma, “eu me reunia apenas com cientistas atômicos, que eram os únicos que entendiam o meu papo, juro por Deus, Mário Schenberg entre eles”³⁷. O pensador maldito e atômico gostava também se habitar seus próprios paradoxos, apresentando seus códigos próprios para que fosse impossível ser codificado. Era intoxicado de Nietzsche, Heidegger e Sartre, mas também de Freud, Jung e Ferenczi.

Em 1964, Mautner fará um disco chamado radioatividade. Nara Leão perguntará posteriormente o que tinha a ver bomba atômica com o Brasil – ela não havia entendido a urgência nietzschiana da implosão, essa irrupção violenta provocada pelo pensamento-atômico, capaz de varrer impérios. Passeando por vários assuntos, que iam desde suas músicas, a sexualidade, até o problema das patrulhas, o pensador maldito vai dizer que as forças policiais presentes em parte da esquerda não entenderam o real sentido da revolução, por isso se tornavam assustadoras – isso não seria o caso exclusivo do Brasil. Perguntado sobre as formas de contestação não legitimadas como contestação, diz que elas seriam parte indelével do nosso século; a revolução passaria por aí, pelo menor, pela borda, e que estaria sendo reiteradamente desconsiderado: a revolução feminista, dos costumes, a telepatia, a revolução sexual, a negritude; tudo isso que provoca descentralização e que é anarquista – e portanto revolucionário. Em tom otimista, acreditava que as patrulhas estariam fadadas ao fracasso, pois

³⁶ *Ibid.*, p. 78.

³⁷ PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Jorge Mautner. In: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. *Op. cit.*, p. 127.

marchavam contra o pensamento que pensavam estar seguindo; logo, logo, estariam no ostracismo, já que a força insurgente do menor, do fragmentário, seria muito maior, alegre e poderosa.

Sobre a pergunta: você é marxista?, Mautner responde, enfático: de forma alguma! “Eu tenho partículas de marxismo, é marxismo, é Freud, é principalmente Einstein”³⁸. Isso tudo sem deixar de lado a cultura brasileira; uma refinada operação em que o que estaria em jogo não seria a negação, “ao contrário, vamos comer antropofagicamente as influências, digeri-las e atualizá-las na doçura do Odara”³⁹. E dirá que nesta terra Marx só tem sentido misturado com a umbanda, e Nietzsche com o poeta José Limeira. Oswald de Andrade seria peça fundamental para compreensão do Brasil, e que isso tudo deveria fazer parte, ser incluído por uma esquerda não-tradicional.

Quando abri o livro *Patrulhas ideológicas*, assim que ele chegou até mim, a primeira coisa que fiz foi ir direto para o sumário, para ver os nomes dos entrevistados. De todos eles, um me chamou particular atenção e me causou certo estranhamento: Célia Gonzales. Eu não conhecia nenhuma Célia Gonzales – isso não era um problema, afinal, não conhecemos todo mundo –, mas ao repetir algumas vezes o nome, Célia Gonzales, Célia Gonzales, a paronímia me fez lembrar rapidamente de outro: Lélia Gonzalez, o que acabou se confirmando quando fui ao texto.

Ao falar do modo como grande parte da esquerda encarava a luta pela redemocratização e o prospecto socialista de que o problema do racismo se resolveria ao resolver primeiro o antagonismo de classe, Lélia afirma que isso não seria suficiente; não bastaria, portanto, uma mudança de regime através da tomada do poder pelo proletariado. O que deveria ser colocado, antes de mais nada e no caso do Brasil, nas condições que o constituem, seria o problema da colonização. Isso não implicaria, por sua vez, o abandono da luta de classes como categoria de análise e luta, mas a ampliação do olhar sobre as forças em jogo na fundação desse país de proporções continentais.

A colonização e o racismo não seriam problemas menores no enfrentamento ao capitalismo, mas sim a condição de sua existência e reprodução. Além do mais, a consequência

³⁸ *Ibid.*, p. 128.

³⁹ *Ibid.*, p. 129.

de colocar a colonização e o racismo como problemas menores seria o de tratá-los como pautas de um grupo específico. A esse respeito, Lélia conta que quando ocorreu o movimento pela anistia, o Movimento Negro Unificado estava lá, e no momento de colocar suas reflexões, parte da moção foi censurada, sob a alegação de que representava a pauta de um grupo específico; leram apenas o trecho que cabia ao discurso geral, ao povo. “Nesse sentido, em termos da questão racial e cultural, a esquerda brasileira não difere da direita não. Eu não vejo grandes diferenças...”⁴⁰.

Muito atenta aos desdobramentos daquele momento histórico em que as lutas pela redemocratização ganhavam cada vez mais força e se tornavam uma possibilidade em breve alcançável, mas que por outro lado ignoravam o que de urgente precisava ser enfrentado, Lélia aponta para a contracultura, nas figuras principalmente de Gilberto Gil e Caetano, como uma das direções de enfrentamento à situação colonial – eles estão percebendo, estão sacando o problema do Brasil, dirá Lélia. Ao se referir a Gil, faz questão de enfatizar que seus discursos e suas performances possuíam uma profundidade política que ninguém ainda estaria percebendo. A esse respeito, podemos lembrar aqui a apresentação de Gil no Festival Internacional da Canção, que aconteceu em 1968, quando cantou a música *Questão de ordem* e a plateia jogou lixo no palco e o júri o desclassificou por ter se desviado ostensivamente das normas da música popular brasileira. Ele usava uma túnica que lembrava os dashikis da África Ocidental e uma trancinha de cabelo afro. O estilo tinha um significado muito profundo. Em uma entrevista resgatada por Christopher Dunn, Gil fala sobre esse significado: “A roupa é a minha nudez. Como não posso andar nu, como qualquer pessoa gostaria, então apresento minha nudez disfarçada. E estou certo se tento ser bonito dentro da minha negritude, em mim a roupa não cai como uma abstração...”⁴¹. A sua performance marcava uma inflexão de posição em relação à negritude, inspirado e muito por Jorge Ben. Foi a primeira vez que o tropicalista apresentou publicamente um discurso sobre a negritude relacionado à sua música.

O ponto que queremos alcançar com esses desdobramentos é precisamente o de uma diagramação que está se montando no período da ditadura militar, que vai desde a emergência de um dispositivo biomilitar, passando pela esquerda e pelas forças em jogo nessa atmosfera

⁴⁰ PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Célia Gonzales. In: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 208.

⁴¹ DUNN, C. Tropicália: modernidade, alegoria e contracultura. In: BASUALDO, Carlos (org.). **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira [1967-1972]**. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 73.

duplamente tensa, até se chegar à redemocratização. Primeiro, nos arriscamos a estabelecer uma distinção entre poder e violência, onde o problema da repressão, longe de ser negado, colocaria em questão, além deste, um outro, pouco presente nas leituras sobre o período, qual seja, o problema do caráter positivo de um poder não localizável propriamente no Estado e na figura dos militares, e que teria como meta a produção de subjetividade, funcionando mais pela incitação, proliferação discursiva e pelo desejo de confissão, e onde os saberes *psi* e a medicina tiveram papel fundamental.

Esse deslocamento de leitura faz surgir imediatamente dois problemas: o investimento fascista de desejo não só dos militares, mas da psicologia, psicanálise, psiquiatria e medicina, da sociedade em geral e inclusive da esquerda; o modo como o enfrentamento a esse regime estaria se dando em termos práticos. Segundo, se se concebe o poder em sua esfera jurídica, isto é, o Estado, há uma certa justificativa em a arte ser engajada e servir de instrumento de conscientização do povo, *leitmotiv* da revolução, como também se colocar como autoridade capaz de ditar o que seria mais adequado e que serviria a esse processo revolucionário da tomada do poder. Mas se, por outro lado, o poder for mais um jogo sutil em uma complexa trama discursiva e histórica na qual fazemos todos parte, sem distinção, o problema da revolução não estaria sendo, então, mal colocado? Seria suficiente, para fazer surgir a aurora redentora, ocupar o Estado e retomar a democracia?

Isso não quer dizer que ocupar o Estado e conquistar a democracia seria desimportante, pelo contrário, essa era sem dúvidas uma tarefa urgente. A questão é poder aqui problematizar alguns limites desse enfrentamento e de como o privilégio de uma determinada leitura do poder direcionou as estratégias de combate. Nesse sentido, era como se estivéssemos tomando o efeito do desdobramento de uma micropolítica do desejo como causa desse mesmo desdobramento; como se o ponto de estabilização do jogo de forças fosse a causa de termos vivido mais de vinte anos sob o tacão das botas, quando na verdade os militares e o Estado, enquanto figura e forma – e por isso estabilização do jogo de forças – são consequências, ou melhor, efeito efetuator desse processo.

Certamente que existe o Estado, os militares, e também a burguesia, a Igreja, a imprensa, os EUA, e a responsabilidade de cada um deles, mas o que estamos colocando em questão é precisamente a leitura que põe como primado a forma, e onde o jogo de forças aparece sempre como elemento secundário, seja na concepção do poder, seja nas estratégias de resistência. É isso que está sendo colocado no campo de disputa da esquerda; esse será o ponto de inflexão: se se deve tomar o poder ou se a luta passaria antes pela revolução estética, colocando como

direção a alegria como modo de vida. E é precisamente aqui, nesse ponto de bifurcação, que o maior se tornará menor, e o menor, maior; força de majoração.

Se era possível tratar o problema do patrulhamento como coisa menor, insignificante, era porque havia uma onda alegre transbordante, algo que só poderia ser concebido em termos de um *pneuma mundi*. A alegria como força muito poderosa, mesmo num momento tão triste como o da ditadura militar. Naquele momento, havia uma proliferação da alegria, uma afirmação alegre dos processos de diferenciação da vida disputando com as forças de entristecimento, inclusive na esquerda. E parece que, a partir desse ponto de inflexão, algo se fratura, tornando-se menor, e algo endurece, tornando-se maior.

O que nos cabe questionar é como isso que é menor se tornará força de majoração, especialmente em termos de narração das memórias desse período de nossa história; que relações estão em jogo que fará com que a esquerda reacenda o ideário de luta pela tomada do poder do Estado como sendo, senão o único meio, pelo menos o mais eficaz possível? E nos parece insuficiente atribuir a essa causa uma falta de tomada de consciência acerca da problematização do poder, porque mesmo que essa problematização já estivesse sendo feita tanto pela estética marginal brasileira quanto pela filosofia, elas não encontrarão condições para se tornarem enunciáveis enquanto verdade de sua época.

Os discursos sobre a sexualidade, o racismo, sobre o poder na sua dimensão não-jurídica no período que percorre o regime militar e a redemocratização, certamente falavam a verdade, mas não pertenciam, evidentemente, ao verdadeiro de sua época. E o problema que colocamos sobre o porquê daquilo que é menor se tornar força de majoração não está descolado do problema sobre as condições históricas que fazem com que certos discursos permaneçam operando com maior intensidade, e de igual modo, com que a ruína de outros seja inevitável – aqui se encontra a posição do intelectual. É que há sempre uma tensão interna à ordem discursiva que não cessa e jamais cessará; uma vontade de verdade que coloca sempre certos enunciados como mais verdadeiros que outros; que barra, veta certos discursos até mesmo onde se pretende lutar contra as formas de exclusão, censura e violência, e que organiza e orienta, nesse jogo, as reações e tomadas de decisão em cada época.

Seria preciso então ver aí a distinção que se faz entre teoria e prática, entre saber e prática, onde o saber aparece sempre como anterior e orientador da prática. Segundo Foucault, desde os gregos o mundo foi não só entendido, mas também tomado, como lugar onde se poderia colocar a vida à prova; lugar da experiência e prova de si em que a verdade era tomada como prova de si no mundo, como uma arte de viver (*tékhne tou bíou*). O cuidado de si, para

os gregos, pressupunha a prática e o saber como indissociáveis, mas onde o saber era submetido à prática.

Com o declínio do pensamento grego no período helenístico, essa relação entre arte e vida, estética e vida, prática e conhecimento tendo como ponto de partida e destino a vida no mundo, deixará de acontecer. Isso terá como consequência o modo de constituição da subjetividade ocidental. Nas palavras de Foucault, a subjetividade ocidental “constituiu-se no dia em que o *bíos* cessou de ser o que tinha sido por tanto tempo para o pensamento grego, a saber, o correlato de uma *tékhne*; quando o *bíos* (a vida) cessou de ser o correlato de uma *tékhne* para tornar-se a forma de uma prova de si”⁴². Arte e vida perdem o elo, e a vida não é mais o correlato de uma *tékhne*. A prática passa a ser submetida ao conhecimento, são antes de tudo polo distintos, e será necessário conhecer o fenômeno, isto é, a realidade, para somente num segundo momento intervir. Portanto, não mais uma arte de viver, mas a sobreposição do saber, em que o objeto desse saber passa a ser a vida; a arte de conhecer, ou o saber, passa a submeter a vida como objeto do conhecer, de modo que colocar a si como prova implicaria antes uma arte de conhecer.

No ponto que nos interessa, boa parte da esquerda atualizará esse modo de relação tanto com a arte quanto com a vida. O intelectual será o agente da consciência; aquele que, à frente das massas, ao lado delas, teria por função conhecer os fenômenos da realidade e conduzir o bom combate, o combate exitoso. Nesse sentido “os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do discurso também faz parte desse sistema”⁴³. É por isso que a arte deverá ser engajada, pois como prática, ela deve estar em sintonia com o saber sobre a realidade, a uma compreensão específica da realidade da qual o intelectual estará encarregado de revelar. Do mesmo modo a literatura: seu conteúdo deve ser engajado, deve fazer passar um saber sobre a realidade que oriente a ação revolucionária.

Essa posição do intelectual como consciência das massas precisa ainda ser entendido com o que, de certa maneira, naquele momento se desdobra e que reforça essa posição: o neoliberalismo e a redemocratização. São essas as três principais condições em jogo – a da arte engajada e do intelectual como consciência das massas, o surgimento do neoliberalismo, e a passagem da ditadura para a redemocratização – que farão com que a posição da esquerda inflexione justamente para um determinado modo de disputa, qual seja, a disputa em torno do

⁴² FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 437.

⁴³ FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. *Op. cit.*, p. 131.

poder do Estado, e, no limite, essa inflexão de posição vai ser também a de um modo de vida tomado pelo entristecimento.

6. Prólogo da redemocratização

6.1 O que diz *uma* psicologia?

No ano de 2013, o Conselho Federal de Psicologia, através da sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, lançou um livro de memórias de psicólogas e psicólogos que vivenciaram o período da ditadura militar entre 1964 e 1985. Os Conselhos Regionais de Psicologia assumiram a tarefa de localizar e convocar essas vozes para narrar suas histórias. Nem todas puderam dar o seu testemunho, pois foram silenciadas pelo regime ao serem sentenciadas à morte. No prólogo, nas últimas palavras, podemos ler: “Escutemos, para que nossas memórias possam emergir do íntimo silêncio e, ao se mostrar à sociedade, tornem-se memórias compartilhadas”¹.

Esse é o esforço que está em permanente construção: o de fazer falar, e igualmente o de poder escutar. É também o esforço de poder colocar um outro problema em relação à direção clínico-política dessa chaga de nossa história, dessa ferida que ainda permanece aberta, e que talvez permanecerá assim por muito tempo, sem que possamos alcançar um horizonte definido de quando ela cicatrizará e se esse dia chegará. A direção clínico-política pela qual somos convocados não é a de quem se fecha em quatro paredes e guarda para si as particularidades e os traumas de seus pacientes, mas de quem, de posse de uma marreta, derruba as paredes do consultório analítico para que a força das vozes ecoe ainda mais longe, e para que o grito ensurdecedor de quem o emite invada e perturbe o espírito daqueles que ouvem, mesmo que estes se esforcem para evitar ouvi-lo. É preciso concebermos a memória não unicamente na direção do privado e do particular, e isso não significa rejeitar o trabalho que se faz no âmbito privado, da análise particular. Não podemos e nem queremos, de maneira alguma, excluir a dimensão íntima da vivência de cada um, mas, como já dissemos, a memória é a matéria vívida que deve pertencer à história de todos nós, muito mais do que em termos daquilo que se passou, mas do presente e do futuro como aquilo que é e que corre o risco de continuar sendo. Portanto, não uma história e uma memória do passado, mas do presente e do futuro.

Um livro de memórias como esse só vem a público no ano de 2013, quase trinta anos depois do fim do regime militar e quase cinquenta anos desde que ele começou. Cabe nos perguntarmos por que ficamos por tanto tempo sem falar sobre o que aconteceu? Mas talvez este seja um falso problema, pois é evidente que a experiência do trauma tem como consequência o silêncio, como já havia constatado Benjamin em relação às experiências das

¹ Conselho Federal de Psicologia. **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília: CFP, 2013. p. 22.

guerras. A guerra e o trauma têm como efeito o silêncio, a pobreza da transmissão da experiência e a conseqüente pobreza de nossa cultura. A violência do trauma tem por função provocar um corte no sentido e na possibilidade de transmissão da história; ela nos coloca diante da morte sem que o derradeiro grito do moribundo possa permanecer com quem o contempla. Resta apenas o pobre olhar de um animal que agoniza diante do seu carniceiro e diante da plateia que nada pode dizer, que nada pode fazer, pois a ela nada foi transmitido. A experiência de transmissão da história implica um gesto político que envolve sempre e necessariamente uma geração e outra, politicamente, com o passado e com o presente – e o futuro que virá.

A pergunta feita por Benjamin em 1933 ainda permanece atual: “pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”². Surge então uma nova barbárie: a barbárie do ocaso da transmissão da experiência; uma pobreza, diz Benjamin, que não pode ser atribuída àqueles que vivenciaram o trauma, pois ela não é mais privada e sim de todos nós. E talvez o problema a ser colocado não seja bem o porquê de termos ficado por tanto tempo em silêncio, mas como esse silêncio se tornou instrumento para que dele se pudesse extrair proveito, para que dele se pudesse extrair a força de cada pequeno poder. Nesse sentido, como poderemos destituir, quebrar os alicerces da narrativa oficial se não conseguimos narrar para as gerações futuras os horrores cometidos?

Mas o silêncio não é propriamente a manifestação do esquecimento, daquilo que se tornou impossível de ser narrado porque recalcado, cabendo, como tarefa clínica, recordar. Por mais que a violência produza um trauma que tem por conseqüência a impossibilidade de se narrar a experiência, e, portanto, de transmiti-la, isso não quer dizer que o que não se fala deixa de ser dito, pois tanto a fala quanto o silêncio podem estar submetidos ao dito. Fazer desmoronar a ponte que permite a travessia da experiência não é o mesmo que impedir a circulação discursiva que sustenta certa organização política e social, e Foucault nos mostrou isso em relação à sexualidade. Por mais que não se fale dela, por mais que se diga que se trata de repressão, não é de outra coisa que nossa sociedade tem se ocupado há alguns séculos, esse dispositivo de produção de corpos onde o poder não cessará de incidir tanto como ponto de chegada quanto como ponto de partida. O discurso³ não é apenas palavra, mas o conjunto de

² BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. *Op. cit.*, p.115.

³ Em “A ordem do discurso”, aula inaugural proferida em 1970, no Collège de France, Foucault apresenta o discurso como correspondente a determinadas práticas. Para funcionar, precisaria de um conjunto de procedimentos tanto externos quanto internos. Externos: 1) a interdição ou a palavra proibida: não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, e nem qualquer um poderá falar qualquer coisa; 2) separação e rejeição, ou exclusão: por exemplo, entre razão e loucura, em que o discurso do louco não poderá circular como o dos outros; 3) a vontade de verdade: o modo como o saber aplica-se a determinada sociedade, apoiando-se em suportes institucionais, também com seu conjunto de práticas. Internos: o comentário e o autor; estes, com uma função

práticas que penetra os corpos, a arquitetura, as instituições, organiza as relações, a experiência, os valores e os juízos que fazemos.

E vimos bem como uma vontade de saber se relacionava com uma vontade de poder e produzia, como efeito de subjetivação, o subversivo como inimigo interno do Brasil no período militar. Esse discurso sobre o inimigo, alvo da ação do poder e do saber, e também da violência, precisará antes ser produzido; ele terá que passar por procedimentos que tem por meta a produção de uma verdade sobre sua existência, e se ele será alvo da violência, se será incitado e forçado a confessar, é porque ali se coloca toda uma tensão em termos de fazê-lo emergir como elemento perigoso, como inimigo. De igual modo, se o jogo de poder e de saber refere-se antes à ação, nesse jogo de produção de verdade o subversivo terá de encontrar meios, produzir seus meios de resistir e enfrentar. Mas se ele, no decurso da história se vê diante da impossibilidade de narrar aquilo que vivenciou; se a transmissão da história foi afetada a ponto de provocar um brutal silenciamento, temos que entender que os discursos não pararam de gritar no íntimo de suas e de nossas vidas. Mesmo que não se fale, mesmo que na impossibilidade de narrar a história, o discurso ainda permanece presente. Esse é o paradoxo que faz com que no silêncio das palavras o discurso faça sua morada.

Em relação ao trauma da ditadura, mesmo que a experiência ainda caminhe a passos lentos no que diz respeito à possibilidade de sua narração, o discurso sobre a ditadura, os discursos produzidos na ditadura e pela ditadura certamente continuarão a circular pelo campo social. Ele não é o conteúdo recalcado pela experiência traumática, pelo menos não totalmente recalcado, mas aquilo que nos constitui na arena de disputa desse jogo de forças históricas e que nunca foi esquecido, tão presente que é capaz de ditar os rumos do porvir, fundar um novo mito e um novo Estado, e colocar seus representantes para guiar a nação. Nós o encontraremos não propriamente naquilo que é falado, não propriamente nas palavras, pois na experiência do trauma, no hiato produzido entre uma geração e outra, pouco será deixado para ser narrado, mas nos saberes que circulam em determinado período, nos jogos de poder que ali se estabelecem, e nos efeitos de subjetivação daí decorrentes.

muito específica de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e a do acaso. Mais tarde, em uma entrevista concedida em 1977 e presente no volume IX dos **Ditos e escritos**, sob o título “As relações de poder passam para o interior dos corpos”, ao retomar a aula inaugural, Foucault dirá que esse foi um texto de transição, ainda muito preso aos mecanismos jurídicos, à lei, à proibição, exclusão, rejeição, barragem etc., mas que havia servido para a **História da loucura**, pois o poder se exerceu sobre a loucura sob a forma negativa e de exclusão; seria diferente em relação às prisões e especialmente sobre a história da sexualidade. Cabe assinalar, porém, que se é verdade que há modos distintos de tomar o discurso e seus procedimentos (exclusão, inclusão; negativo/positivo), isso não quer dizer que se trata de um abandono do primeiro em relação ao segundo, e nem que um anularia o outro. Se faz necessário, em cada análise empreendida, entender quais os meios empregados e como o discurso opera, seja de uma maneira *ou* de outra, seja de uma maneira *e* de outra.

Desde a redemocratização, não temos falado de outra coisa a não ser disso, mesmo através da barbárie da interrupção da narração da experiência. Como guardião da memória, a psicologia deve assumir a difícil tarefa de explicitar de que modo os traumas e os discursos de nossa história continuam manifestando-se, como sintoma, em uma repetição ininterrupta do mesmo. E se há um caminho a ser percorrido para que o silêncio seja rompido e a nudez das sombras que nunca se importaram em vagar ao nosso lado à luz do dia seja explicitada, como o grito de uma criança diante da multidão constrangida, há também um outro caminho que corre na mesma direção e que se refere ao modo como encararemos a materialidade dos poucos restos de experiências que ainda fazem a difícil travessia.

Cabe, a partir dos restos oferecidos pelos ecos do passado, olharmos para o seu conteúdo de forma crítica, pois muitos perigos ainda permanecem mesmo depois de feito os primeiros furos na contenção do silêncio. O perigo, por exemplo, de fazermos dos vencidos de ontem, heróis do amanhã, e de fundar, a partir de então, um novo mito, dar à luz um novo salvador. Na barbárie, não há vencedores, não há heróis. Compartilhamos todos de uma mesma derrota, nos encontramos todos prostrados diante de uma mesma vergonha, a vergonha do horror que fizemos nascer em nós e contra nós.

Mas é preciso dizer, ainda, que embora haja, a partir de Foucault e Benjamin, uma distinção ética entre discurso e narração, podemos ter acesso aos discursos por meio da narração, isto é, ter acesso, por meio dos restos que nos chegam através da memória oral, de documentos, da literatura, da música, da poesia, das disciplinas e seus saberes, das instituições e, especialmente através dos sintomas, aos discursos que dão consistência à determinada época. Da mesma forma, por outro lado, é possível produzir alterações na ordem discursiva por meio da narração da experiência; uma alteração do jogo de forças, dos saberes e do modo como as subjetivações se dão, através da tensão e dos desvios que a narração provoca.

Mas certamente que não estamos aqui defendendo uma força substancial da narrativa, e não nos parece suficiente que os fragmentos de memórias venham à tona; não basta que de agora em diante passemos a narrar as vivências de outrora, rompendo o silêncio, sem que, a um só tempo, avaliemos o modo como, nesse jogo de poder e de saber, enfrentaremos as forças de rebaixamento da vida e que discursos serão produzidos e ao mesmo tempo produzirão certas estratégias de resistência. É isso que pretendemos em relação às narrações que as vozes da psicologia fazem emergir, através das vivências daqueles que atravessaram a ditadura militar, e que nos permite abrir o flanco para três problemas que se relacionam entre si: as estratégias de combate e suas consequências; o poder e o modo como ele foi concebido e investido; e a esperança depositada na democracia, nosso último, ou talvez penúltimo grito heroico.

Quando o pesadelo se tornou realidade e essa realidade um pesadelo, a psicologia tomou rumos distintos. Houve aquela que desejou esse novo mundo, pois o considerava melhor, mais puro e mais belo, e lutou para que ele fosse realizado em sua plenitude. Ela se apaixonou pelo poder que lhe fora concedido, correspondeu a esse poder e quis mais. Mas houve também aquela que entendeu que esse pesadelo tornado realidade era ainda um pesadelo, e que não bastaria esperar o momento em que todos acordássemos, depois de uma longa noite de sono, como se nada tivesse acontecido. De fato, acordamos, mas não impunemente. O que ainda permanece são os traumas, e estes não param de retornar na forma de sintomas, como novos pesadelos, sempre na iminência de se tornar realidade.

A luta pelo despertar exigiu que uma psicologia enfrentasse o terror, e para isso precisou se arriscar. Ela organizou suas táticas de luta nos espaços que jamais imagináramos que pudesse estar. Esteve nas ruas, pegou em armas, mergulhou na clandestinidade, participou de protestos, foi torturada, humilhada e parte dela morreu nos porões. Ao acessarmos as suas memórias, através das inúmeras vozes que a povoam, além de todo sofrimento e horror, nos é revelado também o modo como se pôde resistir ao regime militar e de que maneira as estratégias de luta foram sendo montadas a partir dos discursos que percorriam o campo social, especialmente na esquerda. E quando falamos isso queremos dizer precisamente que essa psicologia estará ligada a uma perspectiva de esquerda, e, portanto, aos seus discursos. É que a ditadura militar, e os seus horrores, forçou essa psicologia a assumir um lado, um compromisso de classe e um compromisso com a democracia. E será nesse momento, ainda sob o tacão das botas, que uma nova psicologia social surgirá⁴, o que significou uma importante virada, uma vez que o político era tido como uma dimensão apartada de sua prática científica.

Mas é preciso termos cautela. Tocar as experiências narradas nos coloca diante do risco de sermos mal interpretados. E reconhecemos o risco: é muito mais fácil olhar para o passado com os olhos do presente, e julgá-lo, do que olhar para o presente que habitamos e enfrentá-lo. Não é o nosso caso, pois sabemos que o nosso presente guarda muito do que foi outrora; esse tempo que foi, é em grande medida o que ainda permanece, e se nos encontramos aqui, é também, em grande medida, por causa disso.

⁴ Nos referimos à Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso). A ideia de sua criação surge em novembro de 1979, no I Encontro Brasileiro de Psicologia Social, realizado em São Paulo. Em julho de 1980, ela será constituída, em assembleia realizada na 32ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Os estatutos da Abrapso foram referendados em assembleia, um ano depois.

O que permanece e se repete, como dissemos, para além dos traumas e horrores, é o discurso; ele atravessará a psicologia, organizará suas estratégias de luta, o seu compromisso ético-político e também a sua prática. Esse discurso envolverá uma concepção de poder, uma interpretação do regime militar, e também do que seria a democracia. Mais uma vez, é nisso que queremos nos deter, acessando, portanto, as experiências narradas.

O que essa psicologia narra, através de suas memórias, correlaciona o saber à posição do intelectual e este como ordenador do discurso sobre o poder, o qual, por sua vez, ensinará as ações sobre o real. O que aparecerá nas narrativas é a concepção de que a ditadura exerce um poder repressivo, localizado na sua forma-Estado e nas figuras que ali se presentificam: os militares. E isso se tornará força de majoração na esquerda, de modo que toda disputa passará a se concentrar com maior investimento na tomada do poder do Estado; por essa via é que se tornaria possível alcançar a redemocratização e conquistar as liberdades.

Essa psicologia fará alianças, seja com a luta armada, com partidos que foram colocados na clandestinidade, com sindicatos, e mesmo com a Igreja, e haverá esse plano comum entre ambos: o discurso. A ala da Igreja vinculada à Teologia da Libertação e às Comunidades Eclesiais de Base e Pastoral Operária, lutará pela garantia das liberdades, mas, também, e isso é muito importante, contra as desigualdades sociais e a favor dos direitos da população pobre e pela redemocratização. Havia ali um compromisso de classe e um objetivo em comum: derrubar a ditadura, e isso a ligava a uma psicologia e a uma esquerda. E não por acaso, todos serão tidos pelo regime como comunistas, pois o que se capturava desses três segmentos era o plano discursivo comum.

O outro componente de ligação entre esses três segmentos operava então pela exclusão como procedimento exterior do discurso: todas as demais tentativas de colocar como necessário à derrocada do regime os problemas em torno do racismo, do feminismo, do gênero, do direito ao aborto etc., ficarão em suspenso, pois a primazia, a questão central, seria a garantia da liberdade e de direitos via Estado, isto é, o Estado como garantia. A ordem discursiva verdadeira sustentava-se pela narrativa de que a luta pela transformação das estruturas do país deveria concentrar-se no nível macropolítico. Só poderia haver uma verdadeira transformação social se houvesse reformas nas estruturas do Estado, e somente uma classe consciente e organizada poderia cumprir essa tarefa.

A Igreja passará ao largo disso que era menor e que não lhe competia. É compreensível, uma vez que defender o direito ao aborto, por exemplo, seria colocar a própria verdade judaico-cristã em questão; por sua vez, grande parte da esquerda dirá que tudo deveria ser adiado para o futuro da revolução, e aqui não se trata propriamente de exclusão, mas de uma suspensão

indeterminada; e uma psicologia, especialmente a psicologia social, se voltará e muito aos problemas da luta de classe e da conscientização das massas.

O trabalho de uma psicologia social nas comunidades vai estar ligado à organização política. A população precisaria ser organizada, e ser organizada pressupunha ser consciente da sua realidade, aquilo que, de uma maneira ou de outra, pelos processos de alienação, colocava-se como elemento faltante, ao mesmo tempo que necessário; força motriz para a real tomada de decisão, de mobilização concreta contra a ditadura militar – o trabalho de produção de consciência contra o processo de produção da alienação. Portanto, a reação só poderia efetivamente acontecer se uma verdadeira consciência dos processos históricos adviesse.

Era uma revolução que não levava em consideração a margem, quer dizer, o que se situava à margem, porém no coração do próprio regime militar. Isso não era prioridade para os grupos e partidos que estavam na clandestinidade; inclusive, toda luta feminista era deslegitimada. Feminismo, para uma esquerda, não era pauta política, mas o que desviava o foco das verdadeiras pautas políticas. As mulheres que tinham filhos estavam, na maioria das vezes, impedidas de participar das discussões dos partidos e dos sindicatos, e de colocar seus problemas. O problema das creches, por exemplo, só surgirá por conta da insistência e participação das mulheres. A exploração do homem pelo homem era um problema muito presente na militância, mas não o da exploração da mulher pelo homem.

Os movimentos feministas na década de 1970 eram muito mal vistos no Brasil, inclusive pela esquerda que dizia sempre ser necessário antes a revolução. O ambiente em que vivia a mulher operária era hostil e desigual; recebiam menos para executar as mesmas tarefas, além de não se sentirem pertencentes ao sindicato. Quando as mulheres começam a discutir violência de gênero foi um escândalo, pois o casal operário era o casal ideal⁵. Quer dizer, falava-se em revolução, buscava-se derrubar o poder militar, dizia-se não só da opressão da Ditadura Militar, também do capitalismo de modo geral; fazia-se reuniões na clandestinidade, pensava-se estratégias – luta armada, conscientização de classe –, mas uma parte do proletariado permanecia tão conservador quanto a burguesia; uma parte da esquerda se mantinha tão reacionária quanto a direita que tanto criticava.

No que se refere à luta pela tomada do poder, à medida em que as organizações clandestinas passam a ser perseguidas, há um entendimento de que alguma coisa não está indo

⁵ “As mulheres dos operários dizem que apanham em casa, como fazemos? Recomendamos que continuem apanhando em silêncio até acontecer a revolução e depois vamos resolver?” (Conselho Federal de Psicologia. **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira [1964-1985]. *Op. cit.*, p. 662).

bem. Desconfiava-se de que o método de luta armada não estaria sendo eficiente, pois ao invés de se aproximarem da população e tê-la como aliada, à medida que as organizações foram sendo perseguidas e as principais lideranças assassinadas pelo regime, as próprias organizações ou desapareciam, ou seus membros acabavam se isolando cada vez mais, e isso implicava o comprometimento da aliança possível com a sociedade civil.

E depois, quando a ditadura se despedia, uma psicologia foi às ruas. Foi o momento das Diretas Já, entre 1983 e 1984. Era já possível dizer tudo o que se queria e precisava ser dito sem a repressão da polícia e, além disso, contando ainda com a sua proteção⁶. Tal visão, um tanto ingênua, fez parecer que a repressão em um determinado momento recuou diante da força do povo que, cômico de sua história, se insurgia nas ruas e acuava as fardas e botas. Algumas dessas memórias, narradas em 2013, depois de quase 50 anos desde que o golpe aconteceu, nos fazem crer que houve uma vitória heroica sobre o poder ditatorial, pois se tomar o poder era o objetivo primordial, a missão então havia sido cumprida.

A democracia prevaleceu, mas isso não foi o suficiente para acertarmos as contas com o nosso passado, e nem mesmo nos garantir o futuro. Por outro lado, não quer dizer que a mudança de regime não tenha produzido efeitos significativos. A redemocratização foi efetivamente uma conquista. O que queremos colocar como problema é menos o modo como a narrativa sobre o enfrentamento ao regime militar e a conquista da democracia se tornou, de certo modo, oficial, ancorada em uma determinada ordem discursiva que colocava o poder na sua dimensão jurídico-representativa, localizada na forma-Estado e sendo de caráter negativo, isto é, a repressão, mas precisamente por que esse discurso em torno do poder ainda permanece como uma verdade, como força maior de produção de verdade?

A questão que nos fica, então, é se esse discurso, que está no cerne das narrativas e que fez circular certa verdade sobre o poder, atravessando a psicologia e a esquerda, tem dado conta de responder aos problemas que estamos colocando e ao mesmo tempo enfrentando no contemporâneo.

6.2 O que dizem alguns economistas, e outros?

Se na década de 1970 assistimos ao esgotamento do modelo econômico nacional desenvolvimentista, isto é, o modelo de progresso e desenvolvimento consolidado sob as bases

⁶ “[...] eu me lembro muito dessa euforia de descer a Afonso Pena rindo e falando: ‘Pô, mas isso é demais! A gente poder fazer a passeata sem ser reprimido é um negócio muito interessante. Anos antes a gente tinha que correr’”. (*Ibid.*, p. 174).

do modo de produção industrial e que viria a degradingolar na década posterior, temos que ver nisso, antes de qualquer coisa, um esgotamento de outra ordem ou de uma ordem específica que está muito aquém das análises puramente econômicas. Se partirmos da leitura de que o capitalismo enquanto tal só pode se sustentar sob determinadas condições em jogo em determinado momento histórico, temos que considerar, como imanente às forças produtivas e as relações de produção que o sustentam no fluxo da história, a economia libidinal do desejo – esta, por sua vez, sendo sua dimensão material por excelência. Considerar a um só tempo e sem recair num falso paralelismo, os processos subjetivos implicados não apenas como efeito ou produto de uma produção distinta de si, mas como seu pressuposto. Precisamos analisar, portanto, os aspectos correspondentes ao modelo de subjetivação política e social em questão na chamada crise do modelo econômico industrial.

Como vimos, só foi possível manter, no período que vai da década de 1960 até final da década de 1970, o modelo nacional-desenvolvimentista através de um regime militar articulado com os saberes médico e *psi*, e capaz de montar um dispositivo tal que, para além da repressão, mantivesse ao mesmo tempo coeso certo regime de subjetivação – já muito fragmentado e na iminência do colapso – próprio ou correspondente ao modelo econômico vigente, portanto, manter funcionando o regime capitalista, ao passo que se prestaria a adiar ao máximo a crise do capitalismo até que um novo arranjo econômico, político e social fosse possível de ser estabelecido.

A crise do capitalismo, que se manifestará como sintoma do esgotamento do modelo de industrialização, tem antes como uma de suas causas a crise e o esgotamento do modo de subjetivação, especialmente no que se refere às forças insurgentes que estavam em curso não só nas inúmeras tentativas revolucionárias sob a inspiração da União Soviética, mas também aquelas que se colocavam um pouco à margem, um fenômeno com força de propagação e contágio viral, e que terá penetração em diversos espaços: a contracultura.

No caso do Brasil, imerso nessa atmosfera insurgente que toma o planeta, o que nos tem intrigado, especificamente no que tange o processo de formação de estados ditatoriais depois do pós-guerra e conseqüente guerra fria, é o fato de que a América Latina como um todo embarcará nessa nau dos insensatos e será praticamente tomada por esse fenômeno. As explicações para tal constituição quase sempre colocam como analisador a influência do imperialismo norte-americano e sua busca pela hegemonia em um mundo bipolarizado – nesse sentido, a hegemonia imperialista seria, a um só tempo, a hegemonia capitalista –, lançando mão de artifícios que vão desde investimentos econômicos pesados em outros países, de

preferência os periféricos, propaganda, treinamento militar, implementação de tecnologias de vigilância e controle, e tecnologias de tortura.

Mas se por um lado colocamos o capitalismo e o imperialismo norte-americano como fatores preponderantes na emergência do fenômeno ditatorial na América Latina, por outro, nos parece haver certa dificuldade para compreendermos as condições que nos fizeram passar da experiência ditatorial à democracia. Aqui no Brasil, por incrível que possa parecer e apesar de todos os fatos documentados, não são poucos aqueles que sustentam, como sua *narrativa* – essa palavra talvez nunca esteve tão em voga – que a ditadura foi necessária. Na verdade, ela teria sido uma contrarrevolução que teve como função exitosa livrar o país dos subversivos e da ameaça comunista que buscava instaurar uma ditadura do proletariado – o Brasil estaria prestes a se tornar Cuba, quem sabe Venezuela. E mesmo que nos questionemos se haveria realmente tal ameaça, para os defensores dessa narrativa, que tem encontrado certa força de propagação, tudo pode ser justificado, especialmente as violências, as torturas, os estupros, o terror psicológico, as centenas de mortes.

A outra versão da história, aquela que tem contado, apesar da dor e da dificuldade, com muitos depoimentos e documentos a real face mortífera do regime, ao discutir a abertura democrática e a conseqüente conquista da redemocratização, coloca a discussão em termos de uma luta onde só se poderia sair vencedor ou perdedor – triunfo heroico. E se passamos de um regime a outro adentrando o paraíso, só poderíamos ter sido heróis. Essa seria, também, a vitória contra o imperialismo ianque e a hegemonia capitalista; a renovação das esperanças aflorando ao passo que se vislumbrava, na retumbante retomada do poder às mãos do povo, a possibilidade de darmos novos rumos, nossos rumos à história que, até então, esteve irremediavelmente condenada à repetição do mesmo.

Mas o que aconteceria se colocássemos, como fator preponderante à redemocratização, a análise sobre a modulação do capitalismo e não a embriaguez da conquista que parecia ser o triunfo heroico e eterno? Esse problema, um tanto estranho, nos coloca diante de um estranhamento do estatuto da democracia. É que, se o capitalismo foi o responsável pelo fenômeno ditatorial na América Latina e em especial no Brasil, não poderia ter tido ele, também, grande influência em relação a outro fenômeno, qual seja, o da redemocratização? Que forças são essas que o capitalismo é capaz de mobilizar para escapar sempre de um limite suicidário que ele mesmo produz como condição necessária e permanente do seu próprio funcionamento?

Sob o ponto de vista econômico não faltam dados que demonstrem que a ditadura militar foi desastrosa em sua tentativa de fazer do Brasil uma grande potência. O seu legado teria sido

a incompetência econômica, somada a grandes dívidas e uma inflação galopante deixadas como herança aos heróis do novo mundo. Os governos militares teriam dado mostras de seu fracasso, principalmente no econômico, e a sua incompetência em termos econômicos é, por um lado, um mal indicativo para o capitalismo, uma vez que a sua razão de ser está condicionada necessariamente à produção e ao consumo. Esse é o problema que aparecerá no exato momento que o general Ernesto Geisel, então presidente do Brasil, anunciará, em 1974, a abertura democrática lenta, gradual e segura. É a deterioração da economia, e a certeza de que o Estado ditatorial não possuía mais as credenciais necessárias ao capitalismo, que o levará a fazer tal sinalização.

Sob o ponto de vista dessa nova modulação, o governo ditatorial não foi um fracasso, pelo contrário, foi peça fundamental. Como veremos, não há neoliberalismo sem, ao mesmo tempo, a constituição de sujeitos e nações endividadas. O capitalismo soube muito bem fazer a passagem da crise do capitalismo ao capitalismo de crise. Dívida e crise serão um dos ingredientes dessa atmosfera chamada Brasil. A economia ditatorial, cabe lembrar, só se manteve por meio da incessante produção de um certo modo de produção de subjetividade. Tanto o regime, e conseqüentemente sua economia, só pôde se sustentar através da montagem de um dispositivo biomilitar que contou com o protagonismo dos saberes médico e *psi*, em especial a psicologia, psicanálise e psiquiatria, e teve por função fazer com que as relações de poder passassem para o interior dos corpos, alcançando uma dimensão concreta, material da existência.

Cabe agora explorar os aspectos da crise mundial que fará com que o capitalismo, na iminência de um colapso, prescindia do regime militar, ao mesmo tempo que necessite de uma nova alteração do regime subjetivo que só poderá ser atualizado nas experiências democráticas.

Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil passou por um crescimento que ficou conhecido como milagre econômico, período esse que coincidiu com o maior recrudescimento do regime, especialmente sob o comando do general Garrastazu Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações, que governou de 1969 a 1974. Entretanto, mesmo nesse período, a economia brasileira começava a dar indícios de que alguma coisa não caminhava bem – o ocaso virá logo em seguida. No esforço para entender a crise que rachou as estruturas do governo militar e varreu de cima do altar o santificado milagre econômico, temos comumente centrado as análises nos determinantes puramente econômicos, tanto internos quanto externos.

No que se refere à análise dos fatores internos, isto é, as decisões mal tomadas e os erros estratégicos no que diz respeito à política econômica brasileira, o economista Nilson Araújo de Souza nos ajuda a entender a situação. Nele, dois importantes aspectos estão sendo colocados: a análise do crescimento econômico do período ditatorial, que será atribuído aos fatores econômicos anteriores à experiência da ditadura militar, decorrente portanto da base industrial nacional existente no período anterior aos governos militares. “A rigor, como veremos, as causas principais do crescimento acelerado do período podem ser encontradas no processo anterior de desenvolvimento – portanto, no período em que a característica independente predominou na economia nacional”⁷.

O segundo aspecto é o modelo de economia dependente adotado pelos militares. Quando eclode a crise mundial de 1973 para 1974, a situação brasileira é de uma economia dependente e, portanto, de um país que está absorvendo, graças ao chamariz da queda do salário real, os fluxos de capital estrangeiro que em seus países de origem não conseguiam aumentar suas taxas de lucro e crescimento. Aportando no Brasil, esse capital estrangeiro esteve no comando do setor mais dinâmico da economia – o setor de bens duráveis. Além do mais, o controle financeiro exercia-se desde fora, por meio de empréstimos e financiamentos, o que implicou uma rápida elevação da dívida externa. Com o agravamento da crise mundial, conseqüentemente o modelo de dependência econômica entrará em colapso, ao estar impossibilitado de absorver os fluxos de capital estrangeiro. “Em resumo, na conjuntura de 1974-1975 esgotou-se o padrão de reprodução do capital que vinha se desenvolvendo no Brasil”⁸. Desse modo, o que está sendo discutido é o primado dos fatores puramente econômicos, sendo estes desencadeantes das crises políticas e sociais. “As contradições sociais e políticas, nascidas no bojo da crise econômica, repercutiram no interior do regime, levando ao seu esgotamento”, e desse esgotamento econômico “abriu-se então um longo período (1974-1984) em que o regime ditatorial foi perdendo força – e até se modificando – e foram se fortalecendo as forças da democracia”⁹. Esses seriam os fatores internos preponderantes da queda do regime e do seu modelo econômico.

No que se refere aos fatores externos – e sua combinação com os fatores internos ou domésticos –, o economista Ricardo Carneiro fará um esforço para apresentar os processos que levaram o Brasil a entrar numa profunda recessão. Ele sistematiza o período de três décadas

⁷ SOUZA, N. A. A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, M. et. al. **Ditadura: o que resta da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 336.

⁸ *Ibid.*, p. 347.

⁹ *Ibid.*, p. 348.

que se refere à crise da seguinte maneira: anos 1970 e a derrocada do modelo nacional-desenvolvimentista; anos 1980 e a crise da dívida nos países periféricos, hiperinflação, e transferência de recursos para o exterior; anos 1990 e a redefinição do Estado e do seu papel diante do (neo)liberalismo econômico.

Apresentando alguns dados no que se refere à economia brasileira, Carneiro mostrará como tivemos, de 1929 a 1980, uma taxa de crescimento na média de 6% ao ano, ao passo que nas duas décadas seguintes, o crescimento médio ficou em 2,3%. É que, a partir da década de 1980, a América Latina sofrerá um corte abrupto dos fluxos de capitais: os bancos suspenderão os empréstimos que até então vinham realizando, e isso deveu-se, segundo o economista, a fatores puramente subjetivos, o que podemos entender, também, que o que estava em jogo para além da situação puramente econômica nisto que será chamado de fatores subjetivos, a diferença intransponível estabelecida entre países de primeiro e terceiro mundo. A consequência para o Brasil será o mergulho na crise da dívida, conhecida também como a década perdida.

A partir desse período de interrupção drástica ocorrerá uma mudança não menos drástica das relações econômicas do Brasil com o exterior. Se antes os recursos reais ou financeiros movimentavam-se do exterior para o interior como meio de inserção da economia brasileira no cenário global e de seu desenvolvimento, a direção desses fluxos reverteu-se, transformando-se em transferência para o exterior, com a finalidade de pagar serviços e amortização parcial da dívida externa. Inicialmente, essa transferência é supervisionada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que ainda assim dispunha de algum crédito, mesmo que de forma racionada. Depois de 1985, ocorrerá a suspensão absoluta de novos financiamentos, e o Brasil terá que transferir cifras estratosféricas ao exterior para o pagamento das dívidas. A consequência será o declínio da taxa de crescimento do país.

Tal declínio ocorre em dois subperíodos: 1980, marcado pela crise da dívida, e em 1990, caracterizado pela reinserção externa da economia brasileira. “Durante os anos 80, a ruptura do financiamento externo e, mais que isso, o pagamento da dívida explicam a brusca desaceleração do crescimento brasileiro”¹⁰. E esse fenômeno de redução da taxa de crescimento não se restringe apenas ao Brasil, ele é global. Poucos foram os países que, enfrentando a crise provocada pelo esgotamento do modelo industrial conseguiram, após os anos 1980, fazer a economia de seu país crescer, como é o caso, apenas para citar dois, da China, que de 1929 a

¹⁰ CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002. p. 32.

1980 possuía uma taxa de crescimento em torno de 3%, e depois, nas décadas seguintes, saltou para 9,7% ; dos EUA, que teve um crescimento um tanto insignificante, passando da taxa anual de 3,0% para 3,1%, mas que evidencia, por sua vez, uma estabilização econômica mesmo com a crise.

Nos anos 1990, momento de ampliação dos fluxos de comércio e abundância de financiamentos internacionais, da aceleração global das taxas de crescimento, o Brasil mesmo assim ficou estagnado. Aqui entra, entre outros, o fator tecnologia, de importância vital para o crescimento das economias dos países asiáticos e sua inserção na economia global. “Como não há, nos países periféricos do sistema capitalista, um núcleo autônomo de inovação tecnológica, a diferenciação da estrutura produtiva ocorre pela cópia ou reprodução dos setores já existentes nos países centrais”¹¹. Impossibilitados de captar recursos para o desenvolvimento e produção interna de tecnologias e mergulhado numa crise de dívida, o descompasso dos países de terceiro mundo em relação aos países de primeiro mundo seria inevitável.

Mas não é somente a inovação tecnológica que está em questão; os fluxos de capitais se tornaram cada vez mais voláteis a partir de 1971, devido a ruptura arbitrária dos EUA do acordo de Bretton Woods, firmado depois da segunda guerra mundial e que instituiu o padrão dólar-ouro como moeda internacional, criando assim uma instabilidade impossível de ser revertida. “Pelo fato de os Estados Unidos serem a potência dominante em termos políticos e militares e possuírem os mercados financeiros mais amplos e profundos, a moeda americana constitui a principal reserva de valor da riqueza financeira global”¹². A moeda perde definitivamente o seu lastro, e o dólar se torna, então, a abstração pura e simples de toda abstração capitalista, tornando-se um puro fluxo financeiro abstrato deslocando-se pela superfície da terra¹³. Será preciso domá-lo, pois sua abstração e descontrole aumentam o grau de instabilidade das economias e a constante ameaça de crises cambiais e financeiras, na mesma proporção em que reduz a autonomia dos países periféricos, que passam a estar condicionados às taxas de juros e pela instabilidade da variação da taxa de câmbio, isto é, pela manipulação do câmbio e dos juros de acordo com o arbítrio de quem por direito “detém” o capital financeiro.

¹¹ *Ibid.*, p. 32-33.

¹² *Ibid.*, p. 118.

¹³ Aqui, como nunca, toda uma massa, toda uma potência é mobilizada ao mesmo tempo que desterritorializada e que, de agora em diante, passará a deslizar sob a superfície do planeta. Como afirmam Deleuze e Guattari, “pode-se fazer hoje o quadro de uma enorme massa monetária dita apátrida, que circula através dos câmbios e das fronteiras, escapando ao controle dos Estados, formando uma organização ecumênica multinacional, constituindo uma potência supranacional de fato, insensíveis às decisões dos governos” (DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 163).

Há um consenso entre os economistas de que a década de 1980 foi, especialmente para os países periféricos, um período que se convencionou chamar de crise da dívida, e que significou a exclusão desses mesmos países do circuito financeiro internacional. Ao invés do financiamento operar na via do desenvolvimento econômico, o que aconteceu foi exatamente o contrário: a dívida do financiamento externo fez gerar mais dívida, ao passo que não se conseguiu manter o modelo, já em crise, do nacional-desenvolvimentismo. Os países periféricos passam a ficar de fora do processo de globalização em curso.

A primeira etapa da globalização caracterizou-se pela exclusão da periferia, especialmente a latino-americana, e globalização, aqui, quer dizer algo muito específico: “Pode ser caracterizada como uma ordem econômica na qual são progressivamente eliminadas as restrições a essa mobilidade [dos capitais]”¹⁴. Mas tratar-se-ia de exclusão propriamente ou antes de um modo muito particular de inclusão, uma vez que o capitalismo necessita da relação centro-periferia e de seus desníveis econômicos, sociais e políticos que ele mesmo premedita e que são mantidos, a muito custo, ferro e fogo se preciso for? A relação centro-periferia e os desníveis daí decorrentes como efeito do capitalismo tem sempre, no seu cerne, a amplificação das disposições e dos desníveis centro-periferia em escala planetária. E mesmo que um determinado centro periférico se torne centro do mundo, ainda assim será necessário que se reproduzam outras periferias.

No que se refere ao papel do Estado, tendo em vista o modelo industrial desenvolvimentista, sua função mais imediata era de regulador e interventor na economia nacional através da criação do setor produtivo industrial estatal e de instituições especiais de crédito para o financiamento dos setores específicos e importantes da economia. “Esse foi, sem dúvida, um elemento essencial, pois permitiu ao capitalismo brasileiro ir além do que teria sido possível a partir das forças de mercado, em termos de dinamismo do crescimento e diferenciação da estrutura produtiva”¹⁵. É o caso do Estado ditatorial brasileiro que, diferentemente da década de 1990, já na redemocratização, terá suas funções regulatórias da economia reduzidas, muito através das privatizações dos setores que antes a ele concerniam. O problema com o qual nos deparamos nesse período de transição é justamente o de que o processo de ampliação cada vez maior da agenda neoliberal coincide, na experiência brasileira, queiramos ou não, com a redemocratização.

¹⁴ CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. *Op. cit.*, p. 116.

¹⁵ *Ibid.*, p. 40.

Retomemos um dos pontos centrais, talvez o central, da análise de Ricardo Carneiro sobre a crise: o esgotamento da onda de inovações tecnológicas. Segundo afirma, a desaceleração do crescimento do produto nos principais países industrializados, a perda do dinamismo do comércio mundial e aumento da inflação, a elevação das taxas de juros, tudo isso teve como uma de suas causas principais o esgotamento da onda de inovações tecnológicas, onde as economias capitalistas fizeram suas moradas no pós-guerra. A diminuição do ritmo de incorporação do progresso técnico fez com que a economia arrefecesse, rompendo a regra de crescimento proporcional entre salário e produtividade. Somado a isso, o choque de preços do petróleo, em especial, fez com que a parcela de lucros no produto despencasse, e com isso, aumentasse o desestímulo ao investimento.

O que chama a atenção, e isso parece não ser uma exceção, é que as leituras que analisam a crise privilegiam sempre fatores como este: a inovação técnica e tecnológica, a qual, por não ter se desenvolvido num ritmo cuja necessidade o capitalismo impunha, fez arrefecer o processo de produção e conseqüentemente a economia, mas acabam por excluir das análises, ou colocando sempre como secundário, outra dimensão material, concreta, que são os modos de subjetivação. Esgotamento do modelo de produção industrial, crise do petróleo, esgotamento de inovação tecnológica etc., aparecem sempre como fatores centrais nas análises. Há uma dificuldade de se perceber como a produção de subjetividade está implicada na infraestrutura produtiva do capitalismo, da sua expansão e também de suas crises; não vemos, ou vemos muito pouco, autores que partem desse ponto – geralmente eles vêm de outros campos que não o da economia propriamente dita.

Além disso, ficamos num grande impasse quando consideramos que o problema do neoliberalismo refere-se apenas a uma política com o objetivo inofensivo de estabilização econômica através de um conjunto de medidas que vão desde o equilíbrio das finanças pela redução do Estado – como se o real problema fosse concernente ao seu tamanho –, redução do aumento real do salário mínimo, aumento da carga tributária, especialmente os impostos, contingenciamento de empréstimos bancários, abertura do mercado interno aos investidores dos capitais estrangeiros, privatização etc. Desconsidera-se toda a atmosfera insurgente, as disputas que são travadas nos diferentes rincões do planeta, em cada país, em escala microscópica, e de forma muito diversa e fragmentária. Como dissemos, isso acaba sendo relegado ao segundo plano das análises.

Em novembro de 1989, na capital dos EUA, houve um peculiar encontro para tratar de um assunto não menos peculiar: a América Latina. Convocados pelo Institute for International Economics, funcionários do governo, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e economistas latino-americanos, promoveram um debate sobre as medidas econômicas empreendidas nos países da região. Embora o encontro, que ficaria conhecido como Consenso de Washington, não tivesse nenhum caráter deliberativo, as conclusões a que ali se chegaria teriam papel preponderante nas economias dos países da América do Sul.

Como nos conta o economista Paulo Nogueira, as conclusões daquele encontro apontavam para uma mesma direção: dali em diante, seguir a cartilha neoliberal que já havia sido recomendada pelo governo norte-americano. “Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral”¹⁶. Aqui no Brasil, por exemplo, até mesmo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) recomendará, na contramão dos seus próprios interesses enquanto entidade, e dos interesses nacionais, que o Brasil se inserisse na economia global através da revalorização da agricultura de exportação, como havia sido até 1950, e não da industrialização.

Segundo afirma, haveria uma correlação, no neoliberalismo, entre liberalismo econômico e político. Daí que a ditadura militar seria incompatível com esse novo modo de gestão do capitalismo, só podendo caber a democracia liberal. Essa análise é interessante especialmente em relação aos determinantes que fizeram com que fosse necessário o aval dos grandes representantes do capital financeiro para que os países periféricos adotassem as medidas econômicas reafirmadas no Consenso de Washington. Era preciso salvar o Império, e o que se fez crer foi que as medidas, tal como redução do Estado, estariam a serviço de uma ampla modernização econômica, política e social, em que os países periféricos que seguissem a cartilha estariam também na proa do progresso, a despeito da incontestável constatação de que desde a Revolução Industrial o Estado sempre ocupou uma função fundamental e estratégica para o funcionamento da economia.

O que não se dizia ou o que não se queria dizer é que a economia dos EUA estava na iminência de um colapso. Na tentativa de resolver o problema inflacionário crescente, os bancos credores elevarão as taxas de juros, já que depois da desvinculação da moeda ao padrão-ouro,

¹⁶ BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consulta Popular, cartilha n. 7, 1999. p. 11.

o dólar passou a ser a moeda internacional de mercados. A consequência disso será o endividamento dos países latino-americanos. “De um golpe, com a súbita elevação das taxas de juros [...] os países latino-americanos se veriam na impossibilidade de honrar o serviço de suas dívidas externas, serviço que passou a requerer, em média, a utilização de mais de 80% de suas receitas de exportação”¹⁷. O Brasil, por exemplo, perseguindo o ideal de progresso que acreditava ver nos centros do mundo, havia contraído empréstimos com o sistema financeiro internacional. “Os grandes *Money centers* dos Estados Unidos chegariam a emprestar, em média, mais de 60% do respectivo capital ao Brasil, não obstante a existência de teto legal naquele país, para cada banco, de 15% por país tomador”¹⁸. A operação, muito bem planejada, implicou a produção da crise da dívida nos países periféricos, ao mesmo tempo que ofereceu, como solução para a saída da mesma crise, a adoção da cartilha neoliberal.

O que acontecerá na América Latina em relação à dívida externa não encontra precedentes na história. Nem mesmo se comparado com a Alemanha, após a derrota de Hitler, a cobrança da dívida foi tão severa. “Enquanto o serviço da dívida renegociada desses países [latino-americanos] chegou a alcançar mais de 45% da receita de exportação de bens e serviços, a Alemanha nunca pagou, a título de reparações, mais de 18% do valor de suas exportações”¹⁹. A recuperação da crise inflacionária nos EUA e no resto do mundo passaria pela periferia global por meio da crise da dívida. Nesse cenário de crise e dívida, ou melhor, da estratégia da dívida que levava em conta somente a necessidade dos credores, mas nunca a capacidade dos devedores de cobrir seus passivos, os países latino-americanos “transfeririam para o exterior, entre 1982 e 1991, US\$ 195 bilhões de dólares, quase o dobro, em valores atualizados, do que os Estados Unidos concederam, como doação, à Europa ocidental entre 1948 e 1952, sob o Plano Marshall”²⁰. A implicação dessa operatória, segundo Paulo Nogueira, é que ela não passou de uma tática mais sofisticada das políticas colonialistas que ainda imperam, sem precisar, como foi outrora, da força das canhoneiras para abrir os portos de outros países.

É ponto pacífico entre os economistas que esse período da crise à reordenação do capitalismo é o período do chamado neoliberalismo econômico, e é consenso também que no

¹⁷ *Ibid.*, p. 24.

¹⁸ *Ibid.*, p. 25.

¹⁹ *Ibid.*, p. 27.

²⁰ *Ibid.*, p. 28-29.

cerne dessa política econômica neoliberal está o conjunto de medidas destinadas aos países de terceiro mundo. Esse ponto pacífico, podemos afirmar, é também o nosso. Mas, de todo modo, isso não é suficiente. Precisamos entender também, como destaca o filósofo Maurizio Lazzarato, que “a estratégia neoliberal não é ‘econômica’ sem ser ao mesmo tempo subjetiva (‘as ciências econômicas são o método, o objetivo é mudar os corações e a mente’, dizia Margaret Thatcher)”²¹.

Se a estratégia neoliberal é conquistar almas, isso implica, portanto, um método: a economia. Thatcher ressitua a meta, isto é, o objetivo: não é mais alcançar a economia propriamente, mas a economia como meio para alcançar os modos de vida²². Esse é o ponto-chave. Ironicamente, é Thatcher quem nos mostra efetivamente como fazer. Portanto, se há uma crise econômica que por sua vez fará surgir uma crise da dívida, o que Thatcher sinaliza é que, para enfrentá-la, será preciso antes repensar o método, o modo como a política econômica necessita ser alterada para dar conta não propriamente da crise econômica, mas da crise subjetiva, meta a que se destina as políticas econômicas. Por esse motivo, a análise da crise da dívida deve seguir na mesma direção, evitando o paralelismo entre economia e subjetividade, e colocando a primeira não como fim, mas como meio. Este será o esforço teórico de Lazzarato, especialmente no ponto que aqui estamos colocando em evidência: a crise da dívida.

Embora possa parecer estranho, o que é inovador nesse processo de modulação neoliberal é especificamente o fato de que na crise da dívida, a dívida passa a ganhar cada vez mais destaque no funcionamento do capitalismo e da sociedade. A dívida não é menos econômica que subjetiva; ela está referida antes ao governo do “homem endividado”. E consolidada a condição do sujeito endividado na crise, o que lhe restará, qual será sua atividade? A resposta é simples, afirma o filósofo: ele paga; deverá expiar sua dívida, a sua culpa, sobretudo através do imposto.

Se a espoliação no período fordista-industrial, ou nacional-desenvolvimentista, e sua relação com o tempo constituía-se por meio da medida do tempo de trabalho, na passagem do capitalismo industrial para o neoliberalismo essa espoliação se dá sucessivamente através da

²¹ LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 Edições, 2019. p. 31.

²² Margaret Thatcher, que foi líder do Partido Conservador e assumiu o cargo de primeira-ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990, dará uma entrevista para o jornal *Sunday Times*, em 1981, em que afirmará que a economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma. “E, portanto, não é que eu me debruce sobre políticas econômicas; é que eu realmente decidi mudar a abordagem, e mudar a economia é o meio de mudar essa abordagem. Se você mudar a abordagem, você realmente está atrás do coração e da alma da nação. A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma” (tradução nossa). (THATCHER, M. **Interview for Sunday Times**. London, 1981. Disponível em: <<http://www.margaretthatcher.org/document/104475>>. Acesso em: 12 jan. 2022).

medida pela renda financeira. Porém, na crise da dívida, a medida e apropriação se constitui cada vez mais pelo imposto. Uma vez que o mercado colapsa e a moeda não mais circula, “é o imposto que garante a equivalência de bens e de serviços que o mercado e a moeda não são mais capazes de garantir”²³. Aqui entram também os juros na mesma garantia de equivalência que o imposto, uma vez que, no limite dessa operatória, o que está em jogo é sempre a relação que se estabelece de dívida, seja entre Estado e cidadão ou entre países – nesse caso, conforme podemos perceber, a dívida determinará a reconfigurada das relações entre centro e periferia, norte e sul. Trata-se de uma dívida que não é mais individual, já que passamos todos a dever interna e externamente, seja para o Estado ou para bancos estrangeiros. No caso da dívida interna, ela será também em grande medida determinada pela dívida externa, fazendo com que o Estado nacional se constitua como um grande devedor internacional. A dívida passa a ser, portanto, pública, e sendo ela pública, deve ser expiada não mais individualmente – e nem assim será sentida –, mas coletivamente por meio de impostos e juros.

Pegando a análise que Deleuze e Guattari fazem das três cabeças da hidra capitalista, ou os três aparelhos de captura: renda, lucro e imposto, Lazzarato fará uma inversão de ordem; colocará primeiramente o imposto, depois a renda financeira – que aparecia antes como renda fundiária –, e por último o lucro. O principal aparelho de captura da crise passa a ser o imposto. Como bem analisa, no regime financeiro a apropriação passa a ser exercida pelo credor, e não mais pelo empreendedor. Esta é, certamente, uma ampliação não só da concepção, mas também do modo como o neoliberalismo funciona, isso porque há uma ampliação da análise acerca do modo com que passamos a nos subjetivar sob a égide do neoliberalismo. Lazzarato introduz, na análise sobre a produção de subjetividades neoliberais, o papel preponderante do credor e da dívida pública, e não somente do empreendedor ou empresário de si.

No caso do Brasil, como dissemos anteriormente, além do imposto que recairá progressivamente sobre o corpo civil, temos a instauração da dívida externa e sua expiação através de juros e moratórias cada vez maiores; uma dívida infinita na qual constituirá subjetivamente as gerações por vir. Como explica Lazzarato, “no interior da crise, os governos técnicos agem para construir uma memória da dívida não dos indivíduos, mas de povos inteiros”²⁴. Assim, o sistema financeiro levará às últimas consequências o que o cristianismo iniciou; fez da dívida uma dívida infinita interiorizada²⁵. Somos todos devedores e sujeitos à

²³ LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. *Op. cit.*, p. 34.

²⁴ *Ibid.*, p. 39.

²⁵ “A astúcia do cristianismo, aí também muito ligado ao seu devir, é que não só nos põe sob o regime da dívida infinita, senão sob o regime da dívida infinita interiorizada” (tradução nossa). (DELEUZE, G. **Derrames II:** aparatos de estado y axiomática capitalista. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2017. p. 135).

expição compulsória da dívida. A financeirização da dívida é, em última instância, uma das faces sob a qual a produção e distribuição de culpa opera. Portanto, somos todos culpados e sujeitos à expiação compulsória da culpa.

Embora não mencionado, essa relação entre capitalismo e dívida, capitalismo e culpa é formulada por Walter Benjamin em 1921, num fragmento chamado *O capitalismo como religião*. Nele, Benjamin dirá que o capitalismo não deve ser pensado como uma religião, mas como essencialmente religioso, isto é, *cultural*, não tendo, porém, nenhuma dogmática e nenhuma teologia, e onde todas as coisas só adquirem significado na imediata relação com o culto, um culto sem trégua e sem piedade, portanto, de duração permanente. Esse culto de duração permanente é culpabilizador, sem a possibilidade de se poder expiar a culpa, pois se antes era possível recorrer a Deus para que ele perdoasse todas as dívidas, agora o próprio Deus é envolvido na dívida, torna-se um devedor. “Uma monstruosa consciência de culpa que não saber como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação”²⁶. Não podemos esquecer que Benjamin é um pensador alemão, e, sendo assim, as palavras utilizadas muitas vezes têm mais que um sentido. É o que acontece com a palavra dívida, que em alemão é *Schuld*, e que designa também a culpa moral. Assim, há um jogo que Benjamin faz para mostrar que no capitalismo dívida e culpa se fundem.

O que está em jogo é o modo como a dívida e a culpa serão interiorizadas não apenas pelo sujeito, mas pelas populações – daí a relação entre o biopoder e a dívida –, de modo a constituir um certo regime subjetivo em que o controle não se exerce mais do exterior, mas do interior da própria sociedade – a sujeição se torna a realidade concreta de nações inteiras. Quanto mais certa de sua culpa e de sua dívida, mais disciplinada uma sociedade será, e isso tem lá suas razões econômicas, mas antes e como meta suas razões subjetivas. Como bem lembra o economista Samir Amin, ao resgatar uma fala de Gianni Agnelli, um dos principais acionistas da Fiat à época, de que valeria mais a pena fabricar os Fiats em um lugar como Togliattigrado, onde o proletariado é mais disciplinado, do que em um lugar como Turim. Nessa operação que envolve e conjuga a um só tempo crise, dívida, subjetividade e economia, o elemento Estado ocupa uma importante função. O efeito produzido é muito preciso e, no limite, “o que os liberais visam por meio da crise não é um Estado mínimo, mas um Estado livre da

²⁶ BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 22.

influência da luta de classe, da pressão das reivindicações sociais e da ampliação dos direitos sociais”²⁷.

Em *Mil Platôs*, especificamente no volume cinco, o bicéfalo Deleuze-Guattari escreve algo interessante: “sob todos esses aspectos, dir-se-ia que o capitalismo desenvolve uma ordem econômica que poderia passar sem o Estado”²⁸. Uma interpretação apressada desta afirmação poderia, é verdade, dar a entender que estariam repetindo a já caduca ideia de que o capitalismo na sua forma neoliberal pressuporia a ausência total de Estado ou a ela tendesse. Mas não é isso. O Estado é, para o capitalismo, um dos seus meios principais de realização, e mesmo quando se fala em Estado mínimo, o que temos é sempre um governo máximo das existências e de toda infraestrutura desejante. Toda forma de Estado, seja ele democrático, totalitário, liberal, tirânico etc., coloca-se como meio sem o qual o capitalismo não pode realizar-se. Todo Estado – mesmo os ditos socialistas –, embora distinto em seu modo de governo, tende ao que os autores chamam de princípio de isomorfia, pois há um só mercado mundial.

Ora, o que eles estão querendo dizer, e é essa a nossa sustentação analítica, é que embora haja diferenças dramáticas entre um Estado totalitário e uma socialdemocracia, a nível de realização capitalística nos deparamos com faces distintas da mesma moeda, embora haja, também, a advertência de que os Estados não são todos equivalentes entre si e homogêneos. “De outro modo, o isomorfismo de maneira alguma implica homogeneidade: há isomorfia, mas heterogeneidade entre Estado totalitários e sociais-democratas, toda vez que o modo de produção é o mesmo”²⁹. Portanto, não há e nem podemos descrever o quadro geral dos bons Estados, os sociais-democráticos, tampouco dos maus Estados, os totalitários e fascistas. Aliás, quando avançamos um pouco mais, introduzindo aí o elemento fascismo, tudo se complica, e veremos que ele opera inclusive no interior das sociais-democracias.

Essa leitura é endossada também por Lazzarato: “O capitalismo pode funcionar dentro de diferentes sistemas políticos: democracia constitucional, Estado centralizador e autoritário como na China, na Rússia ou nos regimes fascistas. A ideia segundo a qual o capital está sempre

²⁷ AMIN, S. Uma crise estrutural. In: AMIN, S. (org.). **A crise do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. p. 51.

²⁸ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. *Op. cit.*, p. 164.

²⁹ *Ibid.*, p. 178.

acompanhado pela democracia é desmentida a cada dia”³⁰. No nosso caso em particular, a última afirmação precisa ser reformulada, ou melhor, invertida – muito embora é ele quem faz uma primeira inversão exatamente para problematizar as demais formas de Estado para além da socialdemocracia. Diríamos então, retomando o ponto que nos é comum, que a ideia segundo a qual o capitalismo não estaria sempre acompanhado pela democracia é também desmentida a cada dia. Isso porque, considerando a realidade brasileira, a reconquista da democracia foi, em certo sentido, a ilusão inebriante de uma cisão não só com nosso passado autoritário, mas em grande medida a também ilusória possibilidade de criar fissuras no próprio funcionamento da máquina capitalística, especialmente a partir de 2002, quando Lula será conduzido pelos braços do povo ao governo federal.

Para entender o funcionamento desse princípio de isomorfia que tende sempre à realização do capitalismo, os filósofos franceses, muito atentos ao que está se passando no quadro geral do planeta, tomarão o Brasil como emblemático: “um exemplo típico seria o Brasil atual, com sua alternativa ambígua ‘totalitarismo-socialdemocracia’”³¹. Essa passagem, presente em *Mil Platôs*, portanto datada do ano de 1980, coincide com o período em que por aqui caminhávamos para a redemocratização, exatamente no momento em que o governo militar chegava ao paroxismo de sua política econômica, mergulhando o país na crise da dívida. A transição do regime ditatorial à social-democracia brasileira é um bom exemplo de como o ponto de saturação do capitalismo o força a uma reconfiguração que implica uma alteração também do Estado, isso porque, ao se chocar com os limites que ele impõe a si, se vê obrigado a deslocá-lo cada vez mais. E não nos enganemos, esse deslocamento é condição permanente do seu funcionamento.

Retornamos então ao ponto em que anteriormente passamos rapidamente: a relação centro-periferia. Se durante o pós-guerra o capitalismo operou uma bipolarização entre Leste e Oeste, com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, uma nova reconfiguração emerge, mas agora entre Norte e Sul global. Fazendo referência ao economista Samir Amin, Deleuze e Guattari dirão que “o capitalismo central tem necessidade dessa periferia constituída pelo terceiro mundo, no qual ele instala uma grande parte de sua indústria mais moderna, onde ele não se contenta em investir capitais, mas que lhe fornece capital”³². Cabe ressaltar, como vimos, que a num segundo momento o fornecimento de capitais logo se

³⁰ LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. *Op. cit.*, p. 55.

³¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 5. *Op. cit.*, p. 177.

³² *Ibid.*, p. 179.

converterá em dívida, e o fluxo se inverterá precisamente no ponto de incidência que é a da dívida: não mais fornecer capitais, mas explorar o capital da dívida.

Essa será, portanto, a mobilização máxima, na relação centro-periferia, da herança colonialista, fundante do mundo ocidental, e que fará funcionar uma nova divisão internacional do trabalho e por isso mesmo uma nova economia global. A designação Norte-Sul, assim como centro-periferia, serve para delimitar a relação de interdependência entre primeiro mundo e terceiro mundo. É verdade que ela sempre se fez presente no ocidente desde que as caravelas se arriscaram para além da borda da terra. Nas terras do Além-mar, o respeito ao velho mundo, à velha anciã Europa, foi imposto à força ao novo mundo, à jovem e ignorante América. Mas essa distinção não pode mais ficar circunscrita à ordenação geopolítica e econômica; não é mais somente um problema de origem ou nacionalidade, portanto, de extensividade, é também e sobretudo um problema subjetivo, portanto, de intensividade.

Esse funcionamento opera ao nível mais imperceptível de nossas relações, de modo que as fronteiras são permanentemente borradas; centro e periferia emergem como focos de poder, reduplicando-se, deslocando-se pelo tecido social, numa interpolação incessante. Todo centro passa a produzir suas zonas periféricas, muitas vezes no mesmo lugar, e que por sua vez organiza seus centros e novas periferias, e novos centros e periferias, seja na própria esquerda, nos sindicatos, na militância ou nos movimentos sociais.

Acompanhando a crise do capitalismo no final dos anos 1960, no calor do momento, Samir Amin escreverá, em um texto chamado *Uma crise estrutural*, datado de 1977, que a saída possível para o capital seriam duas perspectivas, que ele chamou de perspectiva 1984 A, e perspectiva 1984 B – alusão ao célebre livro de George Orwell intitulado *1984*. No caso da primeira, referente à divisão internacional do trabalho, os centros exerceriam atividades parasitárias em relação às periferias cada vez mais proletarizadas, e onde estas últimas seriam responsáveis pelo fornecimento, para os primeiros, de produtos agrícolas e industriais clássicos, como a siderurgia. Essa saída, segundo o economista egípcio, repetiria o modelo sul-africano. “O *apartheid* que ele supõe, longe de ser um vestígio do passado, é, ao contrário, uma exigência deste tipo de ‘capitalismo avançado’: a única justificção ideológica do intercâmbio desigual [...] só pode ser do tipo racista”³³. No caso da segunda, o capitalismo teria como saída possível

³³ AMIN, S. Uma crise estrutural. In: AMIN, S. (org.). **A crise do Imperialismo**. *Op. cit.*, p. 21.

a extinção da divisão internacional do trabalho tipo apartheid, e onde todas as indústrias clássicas se concentrariam nos países centrais, restando à população periférica a marginalização e total inutilidade. “Esta perspectiva comandaria, necessariamente, o genocídio, sob uma forma ou outra, da população do Terceiro Mundo atual, tornada perfeitamente inútil, senão perigosa, para a reprodução do sistema capitalista”³⁴.

Embora o texto seja datado e escrito no calor dos acontecimentos, e certamente pode-se contestar algumas coisas, nele algumas previsões são lançadas no que ainda estaria por vir, e a despeito de saber se elas se concretizaram ou não a partir de 1984, há uma importante contribuição sobre a operatória de modulação do capitalismo: o racismo. Em ambas as previsões, Samir Amin aponta para o racismo como motor de redistribuição desigual da economia-mundo e do genocídio como estratégia de controle dos fluxos de trabalhadores nus cada vez mais ameaçadores ao capitalismo. Embora o racismo esteja em uma das perspectivas e o genocídio em outra, tanto em uma quanto em outra é o racismo que faz funcionar também a redistribuição do proletariado global e sua aniquilação se preciso for. Não é possível pensar o genocídio sem o racismo que é sua condição e, desse ponto de vista, é o racismo que aparece no coração da crise da dívida nos países periféricos, redistribuindo, a partir dessa matriz, a relação desigual entre centro e periferia global, além de organizar os fluxos de capitais, especialmente na década de 1980 em diante.

Se no ciclo de expansão do capitalismo, que foi de 1948 a 1967, os regimes autoritários foram necessários, a partir daí o meio para conter a crise e fazer funcionar a nova redistribuição da economia-mundo não seria mais pelo autoritarismo, mas através de uma neo-social-democracia autoritária. Muito atento ao devir do fascismo, Samir Amin prevê algo que somente muito mais tarde começamos a desconfiar, isto é, que a social-democracia não é, e talvez nunca tenha sido, um contraponto ao fascismo – chamado por ele de regime autoritário –, mas o fascismo como modo de funcionamento das novas sociais-democracias. Esse diagnóstico é um tanto sombrio, bem diferente da euforia que tomava as ruas por aqui. E se para ele o capitalismo necessita do Estado, pois é fundamental para sua sobrevivência que determinados regimes assumam sob determinadas faces – totalitária, fascista etc. –, a saída da crise e o enfrentamento ao modelo neoliberal que começava a ganhar força não seria através da face social-democrata do Estado, mas pela revolução. “A saída revolucionária permitiria a superação dialética das sociedades de classes pré-capitalistas e da sociedade capitalista, constituindo o momento da

³⁴ *Ibid.*, p. 22.

negação, pelo comunismo”³⁵. Não conseguimos acompanhar muito mais do que essa pista por ele deixada, a do comunismo, e isso por ora pouco importa. O que nos interessa mesmo é poder problematizar a ideia sob a qual a redemocratização poderia ser o contraponto ao capitalismo e a oportunidade de retomarmos o poder às mãos do povo; a saída – *ausgang*, como diria Kant – resolutive de todas os problemas que até aquele momento havíamos passado.

Para o espanto de muitos e distante do que se poderia imaginar, a posição do economista considera o racismo e o genocídio como operadores também das sociais-democracias, portanto, uma articulação e uma relação de determinação recíproca entre social-democracia, racismo e neoliberalismo, fazendo funcionar a economia-mundo e a distribuição desigual entre os centros e periferias global. Na realidade brasileira atual e talvez mundial, essa relação de determinação recíproca entre social-democracia, racismo e neoliberalismo ganha mais um componente de análise: o fascismo. E será preciso avaliarmos nossa situação atual a partir desse ponto de tensão que Samir Amin provoca e que ficou um tanto à margem.

O problema que anteriormente colocamos foi: como uma certa concepção de poder, um certo modo de luta, uma certa posição do intelectual e do artista se tornaram força de majoração num momento em que essa mesma concepção do poder, de luta e de posição do intelectual e do artista estão sendo questionadas tanto pela filosofia quanto pela estética marginal brasileira? Que condições históricas estavam em jogo e que fizeram com que isso se tornasse força de majoração?

A pista que perseguimos foi a da relação entre uma certa ordem discursiva que colocava o intelectual e o artista engajado como capazes de conhecer a realidade e por isso enunciar certas verdades sobre ela. Mas essa posição tanto do intelectual quanto do artista engajado só poderia ser entendida nas condições que a tornava possível para que emergisse como força de majoração. Acreditamos ser o momento de retomarmos esse ponto.

São dois acontecimentos que estão implicados e que fizeram não só com que a leitura dos economistas em relação ao problema do racismo fosse ignorada, mas também com que a posição de contestação do modo como o poder operava tanto pela filosofia quanto pela estética marginal arrefecesse em detrimento do engajamento do artista e do intelectual como

³⁵ *Ibid.*, p. 43.

consciência da massa na luta pela tomada do poder do Estado: a redemocratização e o neoliberalismo.

O período da redemocratização como primeiro acontecimento colocará o problema da democracia na esfera da garantia de direitos, logo, a democracia passa a ter uma concepção sobretudo jurídica. Tudo passa a ser referido ao Estado, e à Constituição como a grande guardiã da ordem. Essa é a concepção jurídica do poder, uma vez que, para que a democracia funcione, será necessário a ordenação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – este último como guardião da democracia através da Constituição – e não nos surpreende que tudo aquilo que fira a democracia ou o meu direito democrático passará a ser judicializado. Será preciso passar pela mediação representativa do poder para que os direitos sejam garantidos. Mas não só. É pela via do Estado que será possível a luta contra o fascismo, e também contra o neoliberalismo.

O segundo acontecimento refere-se ao neoliberalismo e o modo como ele colocará um falso problema para a esquerda. Se uma boa parte do combate acontecia à margem dos procedimentos já há muito consolidados: a consciência de classe e a tomada do poder do Estado, com o advento do neoliberalismo que teria por pretensão, segundo acreditava-se, fazer funcionar por meio da política econômica o Estado mínimo, boa parte da esquerda apressadamente entenderá que o bom combate deveria se dar no próprio Estado, jamais fora dele. Portanto, o neoliberalismo foi capaz de colocar um surpreendente falso problema àqueles que ousaram contra ele se insurgir, e assistiu, não de longe, mas bem de perto, de uma maneira muito íntima, o que esse falso problema foi capaz de fazer emergir, as forças que ele foi capaz de mobilizar, os cadáveres que ele foi capaz de ressuscitar para participar da luta contra essa força que pretendia tomar o Estado e destruí-lo. Pois se o neoliberalismo como modulação do capitalismo contemporâneo proporá um Estado mínimo como meio de sua própria subsistência, será preciso lutar, empreender esforços ali, nesse lugar privilegiado de onde tudo parte e para onde tudo retorna.

Este é um procedimento muito interessante, onde o neoliberalismo foi capaz de reativar, na própria esquerda, uma tradição do pensamento que tomava o poder em sua dimensão jurídico-representativa, e que necessitaria não só do intelectual como aquele capaz de fazer aparecer o discurso verdadeiro, não só de um conjunto de saberes e instituições, mas principalmente de fazer renascer a figura do herói como aquele capaz de representar o povo.

Daí em diante toda preocupação se voltará não só a Ele, o herói redentor, mas a Ele e ao seu poder de bem governar, tanto para garantir um estado de bem-estar social, uma vez que o Estado será o regulador por excelência da economia, como também, por essa mesma via, de fazer o fascismo assumir sua face mais violenta. É por isso, nos parece, que embora o problema

do racismo, da sexualidade, da experimentação-droga, do feminismo e de todas as lutas minoritárias esteja sendo colocado como central tanto pela esquerda cirandeira quanto por alguns economistas – e no caso dos economistas a leitura naquele momento é sem dúvida muito precisa –, não haverá a possibilidade desse discurso ser incluído no discurso da ordem. É como se o neoliberalismo nos colocasse frente a um impasse do qual somente a redundância fosse possível.

Em suma, na ordenação e circulação dos discursos, vemos que o dispositivo biomilitar tende a operar muito mais pela inclusão, pois é necessário, para o poder ser exercido em seu caráter mais positivo, que ele inclua; ao contrário, no que se refere ao modo de ordenação e circulação discursiva na esquerda, a operação é inversa, e o poder funciona muito mais pela interdição, pela exclusão, e em que o intelectual e o artista engajado são aqueles que detêm o direito e o dever de enunciar a verdade.

6. 3 Um só ou vários delírios? Crônica de uma repetição anunciada

Uma mesa, uma cadeira, uma estante velha com alguns livros, muitos já gastos pela ação do tempo, um relógio oval pendurado na parede, um caderno com anotações esparsas, uma janela de madeira antiga estilo veneziana, parcialmente devorada pelos cupins, e a porta, quase sempre entreaberta, porque os gatos gostam de transitar, geralmente para pedir comida, às vezes carinho. É ali que Santiago costuma passar as noites, muitas vezes absorto em lembranças, outras em sonhos, ou contemplando os prédios, as luzes que acendem e apagam, os transeuntes que circulam apressados ou sem pressa nenhuma, alguns carregando bugigangas, outros de mãos vazias. Volta e meia um cachorro late, os gatos passeiam pelos muros e telhados das casas. Alguém distante grita por socorro uma, duas, três vezes, e depois se cala. Na outra esquina uma discussão fútil parece se transformar em briga. A viatura passa e o som agudo da sirene ecoa uma só vez, indiferente a tudo aquilo, ela segue.

Era uma noite de verão de segunda-feira. Tudo estava quieto, bem diferente da turbulência do dia e dos finais de semana, onde a música e a cerveja formam a combinação perfeita para o riso, às vezes, explosiva. Como de costume, Santiago se encontrava no quarto, sentado na cadeira e com o olhar projetado para fora da janela. Cansado e com os pensamentos distantes, ele já não sabia precisar a hora, presumia ser passado de uma hora da manhã. Depois de algum tempo sentado no mesmo lugar e na mesma posição, com a perna esquerda cruzada sobre a direita, a mão direita apoiada na perna esquerda na altura do joelho, e o cotovelo do braço esquerdo sob a mesa de modo a servir de apoio para que a cabeça descansasse sobre a

palma da mão, ele começa a ter a impressão de que alguma coisa muito estranha acontecia. Era como se o tempo tivesse parado. Talvez estivesse enlouquecendo. E entre o questionamento da noite sem fim e a dúvida sobre sua sanidade, houve um intervalo considerável de que pouco se recorda. Lembra de ter ficado assustado quando não conseguiu mais escutar nem a própria respiração, e foi isso que o fez questionar se seria esse o fim da história. Seria isso morrer, afinal?

Naquela segunda-feira à noite, Santiago se encontrava sentado próximo à janela, distante e pensativo. O tempo parecia suspenso, como se ele estivesse experimentando a eternidade, ou a morte. Ele só podia pensar em Joseph Cartaphilus, personagem do conto “El inmortal”, de Jorge Luis Borges, quando decide partir em busca da cidade dos imortais, e, ao encontrá-la, percebe que os deuses que a erigiram haviam perdido a capacidade de proferir as palavras e de narrar a história, tal era o efeito provocado pela ação da eternidade. Poderia ser isso a eterna repetição de um eterno instante do qual jamais sairia?

Naquela segunda, quando eu penetrava a urbe pela janela do meu quarto e o relógio deixou de marcar o tempo e eu não conseguia mais sentir o barulho de minha respiração, a noite parecia ser sem fim em um tempo que parecia estar suspenso. Mas *parecer* não me parece adequado. A noite não parecia ser sem fim e nem o tempo parecia estar suspenso. A noite de fato era e o tempo de fato estava, posso jurar pela minha vida, a não ser que eu já estivesse morto e que agora narrasse minhas memórias póstumas tal como fez Brás Cubas. Não, eu não morri, e posso afirmar que tudo aquilo foi real.

Entre o questionamento da noite sem fim e a dúvida sobre sua sanidade, houve aquele intervalo considerável de tempo de que não se recorda muito bem. Um intervalo de tempo de que só se dá conta quando o som de sua respiração também cessa. E foi por esse motivo que decidi verificar o que parecia óbvio. Primeiro tentei gritar, em vão. As palavras se recusavam a sair. Depois decidi fixar meu olhar no relógio oval pendurado na parede. Ele estava parado, embora eu já soubesse disso, a marcar meia noite e meia, e algo mais acontecia: a parte de cima do relógio passou a inclinar para baixo, como se fosse feito de cera e que derreteria a qualquer momento. O ponteiro da meia noite estava prestes a tocar o ponteiro que marcava a meia hora.

Naquela noite de verão, o calor insistia em permanecer ali, mesmo o sol já tendo ido se deitar. As paredes, a laje e o piso do quarto trabalhavam para manter presente a calidez. Submerso em uma angústia lancinante, Santiago não se deu conta do efeito térmico em seu corpo e não sabia por que os poros da sua pele estavam tão dilatados. Ele decide fixar o olhar em seus braços, meio contrariado e já um pouco arrependido. Minha visão, até então míope, ganhou uma capacidade microscópica, e eu pude enxergar com perfeição a assustadora beleza

das cavidades porosas. Eram crateras enormes, vulcões prestes a entrar em erupção. Depois, decide levantar a cabeça e olha para o relógio pendurado na parede. Para sua surpresa, não havia mais o relógio, mas uma centena deles, a recobrir todos os cantos do quarto. Os ponteiros desses outros relógios se alinhavam com o primeiro, a marcar meia noite e meia e a se inclinarem, atraídos pela força da gravidade. Fiquei me perguntando se os relógios não pretendiam devorar toda superfície do meu corpo, a começar pelos braços. Sim, devorar, porque à medida em que a parte de cima vergava para baixo, quase tocando a outra extremidade, os relógios mais pareciam enormes bocas carnívoras. Mas eles se precipitavam não pra se tornarem bocas e sim uma enorme massa informe a escoar pra dentro dos poros e de todos os buracos do meu corpo, preenchendo e tamponando tudo. Morte por sufocamento e penetração, morto pelo tempo. Ao menos foi isso que ele imaginou que poderia acontecer.

Temendo ser morto pelo tempo, ele busca a janela novamente e vê ali a possibilidade de escapar desse terror. Pensou que a mudança de foco e de paisagem resolveria o problema. Avaliou também se jogar. Antes de ser morto, se mataria. E quando percebe que nem a mudança de foco e nem o gesto de se jogar resolveria, um desespero ainda maior que o de ser morto o invade. Ele se dá conta de que se aquilo era eterno, então não poderia nem morrer e nem se matar, e se a angústia e o terror não era o da morte, só podia ser o de ver se repetir eternamente o mesmo desespero e o mesmo terror. Talvez ser devorado, penetrado ou sufocado seria ainda um alívio, e desejou que isso acontecesse.

Quando o quarto de Santiago foi descrito, faltou uma coisa, ocasião que permite contar o que se sucedeu à cena dos relógios. Ali havia também uma réplica um pouco desbotada do quadro *A persistência da memória*, de Salvador Dalí, impressa em papel fotográfico de mais ou menos quarenta por trinta, pendurada do lado direito do relógio. A réplica, formada por quatro relógios em uma paisagem surrealista montanhosa e desértica, e meio morta, sendo um deles posicionado em cima de um paralelepípedo virado para baixo e tomado por formigas, é o único que aparenta estar íntegro, e íntegro quer dizer sólido. Os outros três compartilham de um mesmo aspecto flácido: posicionado ao lado do sólido relógio que ocupa o canto esquerdo da paisagem, parte de um deles permanece sobre a superfície do paralelepípedo, onde uma mosca descansa, enquanto a outra parte escorre pela borda, prestes a tocar o chão; um outro repousa sob o galho seco de uma árvore morta enraizada no mesmo paralelepípedo, estendido como se fosse uma toalha sobre uma corda de varal; e o último, ao centro, se espraia sob uma coisa formada por uma pálpebra cerrada, uma espécie de Gregor Samsa, a inominável monstruosidade kafkiana.

Por um instante, um instante dentro desse outro eterno instante, ele se detém no quadro da parede, afastado do desespero e do terror que momentos antes o dominavam. Ele passa a contemplar a estranha beleza que a imagem suscita. Uma beleza que eu não conseguia descrever, uma beleza herética contida no gesto de Dalí: pintar a substancialidade do tempo cronológico sendo derretido pelos movimentos. Ou melhor, pintar a insubordinação dos movimentos ao tempo periódico. Em meio a essa persistência da memória, da memória que persiste, eu me perguntava que relação poderia haver entre memória e tempo e se seria possível chamar o tempo de memória, ou a memória de tempo. No lugar de Dalí, eu não teria hesitado em chamar a pintura de *A persistência do tempo*.

Mas se havia um gesto herético de Dali, Santiago logo se dá conta do paradoxo que habita: ao invés de libertador, o tempo poderia ser uma prisão. E nesse momento o instante dentro desse eterno instante se desfaz. Ele então recua o olhar uma vez mais e mira fixamente para onde estava o relógio oval a marcar meia noite e meia. No seu lugar, uma serpente se movimenta em círculo, com a boca prestes a devorar o próprio rabo. Os olhos da serpente se conectam com os olhos de Santiago. Ela para a repetição do movimento e vai em sua direção. Quanto mais próxima, mais atônito ele ficava. Eu fechei os olhos, estava paralisado e sem reação, e foi aí que senti o contato gélido do seu corpo no meu. Ela dá uma volta e enlaça o seu pescoço, se aproxima do seu ouvido e emite um sussurro fraco e profundo: tudo vai, tudo volta; eternamente gira a roda do ser. Tudo morre, tudo refloresce, eternamente transcorre o ano do ser. Tudo se desfaz, tudo é refeito; eternamente constrói-se a mesma casa do ser. Tudo se separa, tudo volta a encontrar-se; eternamente fiel a si mesmo permanece o anel do ser. E a terrível sensação de estar preso em um eterno instante o assalta novamente.

Da janela do apartamento, os olhos de Santiago acompanham os movimentos do bar. Lá dentro, uma luz amarela rodeada por bichos, que ele deduz serem alguns mosquitos taludos, ilumina um pedaço da calçada em frente e permite a ele ver as cadeiras vazias e os copos de cerveja vazios e as garrafas vazias nos isopores espalhados sobre as mesas. A tevê do bar que pouco antes transmitia o clássico permanece ligada, a interromper o silêncio da noite com o eco distante do jornal da tevê global anunciando o balanço do dia e a principal notícia da noite, um prenúncio do que estaria por vir: o carro abre-alas da escola de samba Beija-Flor, que tinha ao centro o Cristo Redentor vestido de mendigo, é impedido de desfilar por ordem judicial mediante petição feita pela arquidiocese do Rio de Janeiro, a mesma que anos antes esteve na

vanguarda da luta contra a ditadura e a favor da liberdade democrática. O enredo preparado por Joãozinho Trinta “Ratos e urubus, larguem minha fantasia”, fez seu desfile com o Jesus mendigo coberto por um plástico preto e uma enorme placa: “Mesmo proibido, olhai por nós”. A Beija-Flor amarga a segunda colocação e vê a Imperatriz Leopoldinense ser a campeã com o seu “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. Na sequência, o jornal anuncia que na volta do intervalo mostrará os detalhes da operação de combate à peste gay que prendeu cinco travestis e matou outras duas na troca de tiros, segundo a polícia.

Não há mais ninguém lá dentro, a não ser o garçom e o dono do bar e o herói vencido que se prepara para ir embora depois que o garçom lhe entrega a conta. Com a carteira na mão, ele conta algumas notas de reais, as últimas que sobraram depois da aposta malsucedida. O amargor do último gole de cerveja e da última tragada no cigarro é denunciado pela sua expressão melancólica, expressão de um torcedor que não engoliu direito a derrota de pouco antes, mas que tem fé que seu time vai ser campeão esse ano se Deus quiser e ele quer! Até lá, terá que aguentar pacientemente as piadinhas dos colegas, antes de poder saborear o maná do deserto.

Faz calor. As eleições se aproximam. Logo alguém também vai levantar a taça do outro campeonato brasileiro. São três fortes promessas: o do pdt, o do pt e um outro que diz que o seu partido é o Brasil; ele é patriota e honesto, como todo bom patriota honesto é. As eleições ainda não começaram, mas os três candidatos são os mais prestigiados. Muitos ainda não escolheram o seu time e figuram entre os indecisos. As pesquisas até o momento colocam o patriota que diz que o seu partido é o Brasil na liderança disparada do primeiro turno, seguido de empate técnico entre o pedetista e o petista, ora um assumindo a segunda colocação, ora outro. O curioso disso tudo é que as projeções dos institutos indicam que mesmo que o patriota ganhe no primeiro turno de larga vantagem, ele poderá perder caso o pedetista vá para o segundo, e ganhará caso o petista seja seu adversário. No meio dessa incógnita eleitoral, os jornais noticiam a possibilidade de aliança entre petistas e pedetistas, mas a bem da verdade é que se fosse para isso acontecer, já teria acontecido.

Falta menos de uma semana para a homologação das chapas e nem petista nem pedetista baixaram a guarda, pelo contrário, se aporrinham pelas esquinas como selvagens, como se estivessem numa rinha de galos, a brigar para ver quem tem mais razão que o outro, quem é mais verdadeiramente de esquerda que o outro, quem tem mais competência e experiência que o outro, quem falou isso ou aquilo há dez, vinte, trinta anos atrás.

Nesses dias, Santiago nem sai mais de casa, sente uma impossibilidade de diálogo e um temor de ser tachado disso ou daquilo e até de apanhar ou levar um tiro de algum torcedor

fanático. Fica na janela, seu único refúgio, observando tudo, absorvendo tudo, tão absorto que só percebe que a semana acabou e que as eleições já começaram porque vê as torcidas se deslocando pela rua em frente à sua casa distribuindo panfletos e adesivos e conversando com o povo. As eleições deste ano prometiam uma fragmentação enorme de partidos e concorrentes por conta do período turbulento que a república havia passado, mas apontava para somente três candidatos com reais chances de vencer. Três candidatos, porque nem petistas nem pedetistas chegaram a um consenso e não quiseram fazer aliança.

O primeiro turno acontece e a votação define os dois finalistas. O patriota tinha vaga garantida, restava a decisão da segunda colocação da disputa, que ficou nas mãos dos petistas. Agora os petistas terão que remar contra a corrente dos institutos de pesquisa que até o momento decretaram a derrota certa no segundo turno e também dos pedetistas que estão falando que se o patriota vencer, não cansarão de dizer eu avisei, agora embala que o filho é teu! No segundo turno, o apoio do candidato pedetista ao candidato petista é tímido. Quem se aproveita é o patriota, que desponta ainda mais nas pesquisas e diz que se vencer, vai mandar para Cuba e para Venezuela todos os comunistas.

A campanha do patriota é pela família, pela moral e bons costumes, e contra os vermelhinhos. Também contra a roubalheira do erário e a corrupção que assola a classe política. Era preciso dar um basta nisso tudo. E como ungido de deus pai todo poderoso, varão mensageiro da verdadeira palavra de fé, ele se mantinha inabalável do início ao fim. Sua retidão e honestidade acendia nos corações dos brasileiros uma fagulha de esperança. O povo merecia alguém santificado e honesto para guiar a nação pelo deserto do Sinai. E tudo vai se encaminhando para o final. Estamos a um passo de ver se tornar realidade a profecia dos institutos de pesquisa considerados até o último minuto como veículos a serviço da elite dominante do país na busca pela perpetuação de seus privilégios às custas da ignorância do povo que não consegue se unir para derrubar o Estado burguês e tomar definitivamente o poder pela revolução socialista do proletariado de todo o país!

Já começa a escurecer quando a votação é encerrada e logo mais será aberta a primeira urna eleitoral. O herói vencido do clássico parece agora estar feliz. Envolto na bandeira do Brasil, de pé em frente à tevê, exprimido pela multidão que se amontoa na calçada e na rua, ele está no mesmo bar que outrora marcou o duelo histórico do seu time do coração. A família brasileira tomou conta. Crianças estão sob os ombros de seus pais. As bandeiras tremulam num frenesi incontrolável. As cores verde e amarelo cobrem as ruas e o hino nacional é entoado num coro vivaz que se mescla com o barulho dos fogos e dos carros adesivados que passam

buzinando com suas bandeirolas. A lua desponta imponente sob o alto dos prédios da metrópole e a apuração dos votos começa.

Como numa reprise, de luz apagada e de costas para a tevê ligada no volume mais baixo possível a ecoar murmúrios, a mesma janela que lhe permite o acesso ao mundo, Santiago acompanha a movimentação lá embaixo e o resultado desse outro jogo. Seu corpo palpita, as mãos e os pés suam. Faz muito calor. Qual vai ser a próxima carta a virar sobre a mesa? Um calafrio violento surge do estômago e desce pelas pernas até os pés. Respira fundo. Sente a vertigem. Ele está com medo. Como muitos, fez uma escolha e apostou todas as suas fichas naquela mão. O tempo não passa. Ele pega o telefone e faz algumas ligações. Repete sempre a mesma pergunta, quer saber O que faremos se o resultado que já passa dos 70% confirmar o que parece ser iminente? Todos presentem o mesmo. O tempo parece eterno. Pouco depois, recebe algumas ligações quando as urnas já contabilizam mais de 90% da apuração.

Já passa das 10h da noite. A derrota está consumada. Os institutos de pesquisa se mostraram corretos do começo ao fim. E agora? Petistas acusam pedetistas. Pedetistas acusam petistas, e enquanto pt e pdt montam seus tribunais, o povo de todo o Brasil pinta a noite de verde e amarelo, festejando a vitória. Os comunistas foram vencidos pelo bem da nação que enfrentou bravamente nas urnas o perigo da revolução socialista que iria instaurar um regime de poder autoritário. O Brasil não poderia se tornar uma Cuba. Se assim acontecesse, nem aqueles que possuíssem uma casa, mesmo que alugada, ou um carro, mesmo que financiado, ou alguns trocados na poupança do acerto do último ano de carteira assinada, estariam a salvo de ter que partilhar cada tostão, cada bem, e talvez até o marido ou a esposa, com os comunistas que vivem às custas do cidadão trabalhador e honesto pagador de impostos ao Estado, e que jamais ousaria sonegar uma moeda sequer porque além de ser patriota, é cristão, e de muita fé, que seja dito! Ele e sua família vão sempre à igreja, sempre bem apresentados, porque a comunidade cobra recato e boa aparência para poder dar graças a Deus. Até contribui quando pode com a festa do padroeiro da vila com alguma coisa, às vezes um bolo ou algum trocado.

As forças armadas também comemoram. Elas estão nas ruas antes mesmo de clarear o dia, prontas para enfrentar qualquer ameaça e negar-lhes o poder que sem dúvidas seria utilizado para acabar com o resto de esperança ainda existente nos corações dos brasileiros, caso o resultado da eleição pendesse para o lado esquerdo da balança. Desfilam com seus carros militares e seus armamentos de guerra, símbolos da força patriótica e do respeito histórico pela democracia desde os tempos da proclamação da primeira república.

No meio desse turbilhão, Santiago permanece ali, imóvel, acompanhando aquele resultado escatológico e a fumar já não se sabe quantos maços de cigarro durante o dia todo,

desde antes de clarear o dia, desde antes do primeiro tanque ocupar a rua bem ali, pertinho de sua casa. Ele assiste às comemorações da mesma janela que lhe permite olhar e penetrar na porosidade da urbe, em seus movimentos e todas as disputas do dia a dia. Disputas travadas todo santo dia pela massa anônima que atravessa a rua na frente do prédio onde mora e que jamais verá de novo. Amor à última vista. O sono não chega, e para ser sincero tem dias que ele não dorme direito. Olha para o relógio na parede, ele está marcando a mesma hora de ontem e de antes de ontem e de antes de antes de ontem e de antes de antes. O ponteiro se nega a dar um passo adiante enquanto o silêncio chega de mansinho junto aos raios esplendorosos do grande astro. É o luto do amanhecer, a coroar os vencidos e também os vencedores. Vencidos e vencedores que não sabem, porque ninguém nunca sabe e ninguém jamais saberá, que isso tudo não passa de um inferno onde tudo se repete e onde tudo se repetirá. Porque tudo não passa de um jogo de derrotas jogado por jogadores condenados pelas memórias da história em repetição; condenados a acreditar na ilusão da última carta a virar sobre a mesa, ao sabor excitante do improvável, quando na verdade o improvável e a expectativa da vitória são já partes da mesma derrota, do mesmo jogo. E embora o passado não condicione a aposta do presente, o futuro parece sempre se repetir, e o fim parece marcar novamente o começo de um novo fim.

E assim termina o segundo turno, naquele dezessete de dezembro de 1989, emblemático dezessete. Brizola, candidato do pdt, que venceria as eleições no segundo turno, viu Luiz Inácio Lula da Silva despontar na segunda colocação. O sapo barbudo, como foi chamado por Brizola, não quis aliança no primeiro turno mesmo sabendo que no segundo a derrota seria iminente, nem Brizola quis dar o braço a torcer e se aliar ao petista, já que as pesquisas indicavam a vitória certa no segundo turno. O fato irrevogável da nossa história é que o patriota Fernando Collor sai vitorioso da dura batalha contra as forças do mal.

7 – Fascis, feixe

Basta pousar os olhos, por um minuto, sobre aqueles rostos para ver que aquela multidão não existe mais, que estão mortos, que estão enterrados, que são nossos avós. Basta isso para entender que aquele fascismo não se repetirá jamais. Por essa razão boa parte do antifascismo de hoje, ou pelo menos daquilo que é chamado de antifascismo, ou é ingênuo e estúpido, ou é falacioso e de má-fé: porque luta, ou finge lutar, contra um fenômeno morto e enterrado, arqueológico precisamente, que não mete medo em ninguém. É, resumindo, um antifascismo totalmente confortável e totalmente sem risco.

Pasolini

(Escritos corsários)

7.1 Fascismo histórico e neofascismo

Talvez um dos problemas contemporâneos mais prementes a ser posto em questão, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, seja especificamente o problema do fascismo. Ora, este não é, sem dúvidas, algo novo, mas talvez o que seja novo é precisamente o modo como ele vem se apresentando e tornando-se enunciável socialmente, e a que se refere o seu enunciado. De saída, temos dois problemas nisso que se coloca como um possível problema contemporâneo – e possível problema porque é ainda necessário investigar em que medida ele pode abarcar a complexidade de outras questões também colocadas ao nosso tempo. Por exemplo, o racismo, a xenofobia, a misoginia, a transfobia etc., poderiam ser entendidos como variações do fascismo? Ou, por outro lado, esses não seriam problemas que poderiam recair, se colocados sob essa perspectiva, num certo esvaziamento, ou numa planificação que desconsideraria as especificidades de cada uma dessas questões?

O esforço de colocar o problema do fascismo no que se refere à realidade brasileira não é fácil e nem pacífico, porque isso depende, ao ganhar estatuto de enunciado coletivo como aquilo que se torna possível de ser dito e que entrará na ordem discursiva, das condições que vão sendo postas em cada época, isto é, os jogos de saber e de poder que ali se fazem presente. Bem, o que se coloca como dois problemas que emergem desse possível problema contemporâneo é, por um lado, o momento em que ele se torna dizível socialmente; o momento em que ganha uma proporção de tomada de cena pública, ou, se quisermos, um estatuto coletivo. E nesse sentido temos a impressão que as jornadas de junho de 2013 são esse ponto de inflexão enunciativo. Por outro lado, como dissemos, o que se coloca é a sua circunscrição conceitual: a que fascismo nos referimos quando esse discurso emerge como qualificador de algo?

O primeiro ponto a ser posto é a marcação de uma diferença relativa entre as formas históricas do fascismo, e relativa não porque tenderíamos a colocá-lo sob o signo da semelhança, reduzindo o próprio conceito e suas variações históricas aos seus aspectos análogos. É justo o contrário; o que nos interessa à problemática do fascismo é aquilo que concerne à sua própria diferença e respectivamente às condições que estão postas nesse tempo presente. Daí então um outro problema: se o fascismo contemporâneo não é o mesmo que o fascismo histórico, isso que um dia foi o fascismo histórico, qual a pertinência desse discurso no que se refere à atualidade?

Nossa intenção não é o de respondermos a todos esses problemas que emergem quando o fascismo é trazido à cena. Todavia, como ele se apresenta no contemporâneo – e nesse sentido

somos por ele envolvidos –, nos colocamos a tarefa de perscrutá-lo a partir de determinado ponto de vista, o que nos força a analisarmos as condições históricas a partir da posição que tomamos frente à realidade brasileira. Sem nenhuma pretensão exegética daquilo que seria o fascismo, nos interessa antes a colocação de alguns problemas que possam nos servir diante da tarefa de colocarmos o nosso presente em análise.

O fascismo de ontem não é o mesmo de hoje, e estaríamos incorrendo em erro se tentássemos analisar o presente tendo como ponto de partida unicamente as experiências italiana e alemã. Essa é a argumentação de Márcia Schuback, ao pôr em questão o fascismo histórico e o modo como ele se apresentaria no contemporâneo. Primeiro, antes de chegar a posicionar os acontecimentos que dizem de um Brasil fascista, ela retomará o que foi o fascismo histórico. Depois, marcará não só as suas diferenças, mas a modulação que lhe é própria. É só a partir disso que se poderia pensar, sob o ângulo do fascismo, o problema contemporâneo, ou melhor, de colocar o contemporâneo como problema.

Há um momento de inauguração do fascismo: o século XIX. Ele surge com Mussolini, em 1915, para designar a doutrina de seu partido, o Partido Revolucionário Fascista. O termo fascismo, que vem do latim *fascis* e significa feixe, remete a um objeto símbolo de poder e autoridade utilizado pelo lictor, magistrado na Roma antiga. O emblema que lhe é próprio, portanto, são as varas de lictor agrupadas e amarradas num machado de bronze. É esse o sentido que Mussolini queria dar ao movimento fascista que depois se tornaria partido: a unificação total da nação italiana em torno de si.

O fascismo surge como uma doutrina da ação, como uma necessidade de agir que pressupunha a mobilização das emoções, isto é, de sua capacidade de pôr em movimento. Para que isso efetivamente acontecesse, a relação entre o povo e seu Duce, o seu condutor, deveria ser estabelecida de modo que o Duce fosse a representação do povo, e o povo, por sua vez, encarnasse a figura de seu condutor. A doutrina fascista não seria teórica, e Mussolini tratou de estabelecer essa diferença: enquanto na doutrina teórica haveria um conjunto de saberes que precisariam ser transpostos à prática, na sua doutrina a ação é o fundamento; ela passa antes pelo *páthos* que pelo *logos*, daí que a doutrina fascista jamais recairia em contradição em relação à sua filosofia.

Mas essa mobilização teria por finalidade o quê, propriamente? Ou melhor, ela agiria de que maneira? A resposta é direta: a doutrina fascista age belicamente, isso porque só a guerra

é capaz de mobilizar toda força e emoção humanas, e reunir a todos em uma mesma unidade. “O *Duce*, o grande condutor, é o condutor eletrizante de toda energia humana que somente na guerra – ou seja, no ódio – alcança a sua máxima tensão”¹. Como afirma Mussolini, na doutrina fascista não é a nação que gera o Estado, “ao contrário, é o Estado que cria a nação, conferindo volição e portanto vida real a um povo consciente de sua unidade moral”; e mais: “o Estado fascista, como expressão mais alta e poderosa de personalidade, é uma força, mas uma força espiritual, a soma de todas as manifestações da vida moral e intelectual do homem”². Seu objetivo seria o de remodelar o homem no seu caráter e sua fé, usando a disciplina e a autoridade, passando para o interior dos corpos, governando suas almas de modo inquestionável.

O fascismo implicaria então seu condutor, o *Duce*, o Estado e o povo. O *Duce* é o Estado e o mobilizador da força do povo; ele é a própria força de mobilização de outras forças à construção de uma nação forte. Portanto, a economia da nação fascista necessariamente passaria pela mobilização da força; é esta quem dá o tom daquela. O *páthos* mobiliza a força, que é o motor da economia, mas isso não ocorre sem passar pelo racismo. Nesse sentido, o fascismo seria antes de tudo o produto do racismo, pois a mobilização total da nação só seria possível a partir do momento em que o inimigo é produzido. O Estado, para Mussolini, é a pedra fundamental da doutrina fascista; é possuidor de uma essência, como ele mesmo afirma. “Para o fascismo, o Estado é absoluto, os indivíduos e grupos são relativos. Indivíduos e grupos são admissíveis na medida que venham no bojo do Estado”³. Eles devem demonstrar sua paixão verdadeira na medida em que são capazes de oferecer suas próprias vidas pela vida de sua nação, isto é, devem demonstrar o seu amor à vida eterna do fascismo mesmo na morte⁴.

Do fascismo histórico ao neofascismo, a diferença não residiria no modo comparativo, mas justamente pela mutação não reconduzível à primeira forma. Tratar-se-ia de uma nova

¹ SCHUBACK, M. S. C. **O fascismo da ambiguidade**: um ensaio conceitual. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021. p. 13.

² MUSSOLINI, B. A doutrina do fascismo. *In*: **Textos fundamentais e históricos do século XX**. Fascismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 18-19.

³ *Ibid.*, p. 33.

⁴ Em sua conferência sobre o fascismo eterno, Umberto Eco narra como ganhou, aos 10 anos de idade, o primeiro prêmio para jovens fascistas italianos: “[Eu] tinha trabalhado com virtuosismo retórico sobre o tema: ‘devemos morrer pela glória de Mussolini e pelo destino imortal da Itália?’ Minha resposta foi afirmativa. Eu era um garoto esperto” (ECO, H. **O fascismo eterno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 09).

experiência. Essa mutação poderia ser acompanhada por Pasolini, que vai propor uma alteração da concepção do fascismo, não mais pelo modo que tradicionalmente teria se apresentado, isto é, através da figura do líder, do Estado e da simbiose com o povo.

Ele se mostraria, em sua nova face, através de uma relação outra com o capitalismo, ligado às novas formas de tecnologia de sua época, isto é, a televisão, o que teria como resultado a produção de uma cultura de massa. O neofascismo seria uma ruptura com as formas de organização do fascismo histórico e especialmente em relação ao seu discurso, tendo em vista a substituição da cultura popular pela cultura midiática – uma nova forma de genocídio cultural. Nas palavras de Pasolini: “eu acredito, e acredito profundamente, que o verdadeiro fascismo é aquele que os sociólogos, com excessiva indulgência, chamam ‘a sociedade de consumo’”⁵. Para ele, o neofascismo telemidiático prescindiria de valores como tradição, família e religião.

Do neofascismo telemidiático de Pasolini, Schuback faz um salto, muito embora ela se sirva das contribuições de Pasolini para dizer que o novo fascismo não está apartado de um modo capitalista tecnomidiático, e que opera em seu interior. O novo fascismo, não mais aquele de Mussolini e Hitler, passaria por outro aspecto: a ambiguidade; um fascismo da ambiguidade que não é propriamente ambíguo, mas que produz “excesso de sentido, esvaziamento de sentido: esse é o ritmo de uma operação de sentido, que esvazia o sentido pela sua exacerbação, pela sua hipérbole”⁶. A ambiguição das formas de sentidos e valores seria o motor da nova forma de fascismo contemporâneo.

Alguns exemplos do que seria essa nova operatória são apresentados: o sentido político do voto e o exercício da cidadania; a liberdade de expressão; as relações e a hiperconectividade; o esvaziamento pela exacerbação do valor de uso dos bens pela operatória do capitalismo. O voto perde seu sentido político pela exacerbação, pois, se o fascismo se pretende mais democrático que a democracia, as redes sociais levariam à cabo esse objetivo – o suposto exercício da cidadania. “Em lugar da histórica mobilização das massas, as ‘redes’ atraem indivíduos atomizados, consumidores isolados e empobrecidos para ligações sem ligações, relações sem relações, sentidos sem sentidos, valores sem valores”⁷. A liberdade de expressão, pela exacerbação, perde seu sentido; a preocupação do fascismo não seria o de censurar, mas hiperbolizar a liberdade de expressão, de modo a ser mais livre e democrática que a liberdade de expressão da democracia. E esse excesso de liberdade de expressão se traduz no direito para expressar posições racistas, homofóbicas, violentas, e que colocam o outro na iminência da

⁵ PASOLINI, P. P. *Escritos corsários*. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020. p. 270.

⁶ SCHUBACK, M. S. C. *O fascismo da ambiguidade*: um ensaio conceitual. *Op. cit.*, p. 42-43.

⁷ *Ibid.*, p. 44.

aniquilação. As relações, pela exacerbação, também perdem o sentido de relação; a hiperconexão tem como efeito a desconexão, e isso ficaria evidente nas relações mediadas pelas redes sociais. Uma hiperconectividade que desconecta todos pela exacerbação.

Os sentidos no fascismo da ambiguidade são esvaziados, de modo a provocar um curto-circuito. Qualquer sentido de qualquer coisa passa a ser equivalente a qualquer coisa que se queira. Como vimos, o racismo se torna rapidamente liberdade de expressão, assim como defender o nazismo. Desse modo, haveria uma operatória do fascismo que é própria do capitalismo, e, podemos entender, seria o próprio capitalismo que realizaria a modulação do fascismo no contemporâneo, uma vez que ele funcionaria pela ambiguição das formas de sentidos e valores. Nele, o sentido de valor de uso das coisas se torna sentido de valor de troca, perdendo assim o sentido do seu valor ao mesmo tempo que ganhando uma nova forma de sentido de valor. “O dinheiro faz isso, ao esvaziar o sentido de tudo, tornando tudo equivalente a tudo. Com isso, torna todos os sentidos equivalentes e ambíguos. Misturando o sentido de igualdade ao de equivalência, confunde o sentido de valor ao afirmar que tudo tem o mesmo valor”⁸. A ambiguição ocorre quando todas as formas perdem o seu sentido ao mesmo tempo que ganham sentido. É como se o sentido das coisas fosse desterritorializado e no seu lugar qualquer reterritorialização de sentido pudesse se dar.

Mas o que nos parece é que o modo de funcionamento ambíguo fica ainda um tanto preso às formas: uma forma de democracia que, exacerbada e esvaziada, dá lugar a uma outra forma qualquer, sendo ela mais democrática que a forma de sentido da democracia – e assim também em relação ao sentido político do voto, da liberdade de expressão etc. Tensionada ao máximo, a forma de sentido perde o seu sentido e valor pelo modo como o método da ambiguidade opera, e formaliza outro sentido qualquer, abrindo espaço para que as forças passem, como, por exemplo, a força do ódio. Para que o afeto de ódio em relação ao outro possa ganhar terreno, seria preciso antes que a ambiguição das formas de sentido operasse a perda e reconfiguração do sentido. Nesse caso, liberar a forma do seu sentido primeiro, para liberar a força do seu contágio.

A ambiguição das formas de sentido remete a três distinções: o sentido como significado, isto é, a atribuição de significação pela via da representação palavra; sentido como sensação afetiva pela via dos sentidos sensíveis, o corpo; e sentido como direção ou rumo. E essas três dimensões das formas de sentido, embora distintas, operariam no fascismo da ambiguidade. Mas o que viria primeiro, segundo Schuback, é o terceiro sentido que diz, antes

⁸ *Ibid.*, p. 50.

de qualquer significação, de uma direção enquanto experiência no mundo; é ela que produziria, num segundo momento, as significações; o modo como a experiência no mundo se encaminharia seria ambígua, produzindo a ambiguidade das significações.

Aqui uma ressalva precisa ser feita em relação à concepção de perda de sentido pelo processo de exacerbação. A perda de sentido não é propriamente algo negativo; ela é muitas vezes necessária, isso porque diz de um acontecimento que varre as certezas que se mantêm como eternas. A questão é que o que está em jogo no fascismo da ambiguidade é o seu inverso, o negativo: a exacerbação das formas de sentido produz um colapso em que dois polos são constituídos como diferença. O colapso das formas de sentido reduplica as formas de sentido como polos ao mesmo tempo que excludentes, paradoxalmente inclusivos um do outro. Embora a autora coloque um certo primado da direção no sentido, vemos que o que está em jogo é precisamente as significações. Assim, a exacerbação da forma de sentido de liberdade de expressão, por exemplo, e que possui uma significação específica, entra em colapso, produzindo uma diferença, ou uma nova direção da significação de liberdade de expressão que se opõe à primeira ao passo que com ela compõe. São direções de significação que se tornam opostas e ao mesmo tempo complementares uma da outra, sendo que só se pode negar uma das significações à medida em que ela for afirmada. É preciso afirmar o sentido de democracia para negá-lo pela exacerbação. O procedimento não é o de produzir um paradoxo em relação às formas de sentido, mas de fazer do próprio paradoxo do sentido, isto é, de ser e não ser, uma ambiguidade. Ele é de tal maneira que deixará de ser, sendo. O problema do fascismo não se colocaria em termos de uma contradição entre liberdade e censura, onde o fascismo se afirmaria pela censura da liberdade, mas justamente por tornar a forma de sentido de liberdade uma forma de censura, de tal maneira que será necessário afirmar uma liberdade ainda maior que a liberdade censora. A ambiguidade “substitui o sentido de liberdade de expressão por uma prática de libertarianismo de expressão, orgulhando-se da coragem de dizer o que o politicamente correto censura dentro de si mesmo”. Assim, “é o politicamente correto que exerce censura, a autocensura, ao passo que a fala fascista aparece como excesso da liberdade de expressão”⁹.

A contribuição dessa análise sobre o fascismo, mesmo que colocada sob o ângulo das formas de sentido e suas significações, opera um deslocamento da perspectiva do fascismo histórico, que veria na figura do Duce e do Estado, e de um conjunto de valores, a sua forma. No fascismo histórico, a imagem do líder é fundamental, enquanto no fascismo da ambiguidade

⁹ *Ibid.*, p. 45.

as imagens são também levadas à sua exacerbação, de modo a se tornarem imagens de imagens, máscaras de máscaras, caricaturas de caricaturas, ao ponto de se poder dizer que uma caricatura é e não é uma caricatura. Nesse deslocamento de perspectiva, sob os efeitos de uma alteração do próprio funcionamento do fascismo, o que está sendo posto é que não há mais possibilidade de enunciar uma forma específica de fascismo que se limitaria à figura de um líder e na forma de Estado; isso implica dizer que não é possível atribuí-lo às posições bem delimitadas do jogo político, como, por exemplo, uma direita fascista e uma esquerda antifascista. A ambigüização pode operar tanto num lado quanto noutro, de modo a exacerbar os sentidos tanto de um quanto de outro.

Esse nos parece ser o ponto de passagem para avançarmos um pouco mais na discussão sobre o fascismo contemporâneo, qual seja, o de um deslocamento de perspectiva que se limitaria à figura do líder e na forma de Estado, sem que, no entanto, desconsideremos as fundamentais contribuições sobre essa nova diagramação do fascismo e seu procedimento de ambigüização.

7.2 Micropolítica do fascismo

Se há um deslocamento na perspectiva do fascismo contemporâneo, ainda assim não poderíamos desconsiderar a emergência de um líder fascista como figura de Estado. No caso brasileiro, isso é muito perceptível, e é possível até falar em um fenômeno chamado bolsonarismo – Bolsonaro como atualização das figuras históricas do fascismo. E não há dúvidas que ele elevou, desde a redemocratização, ao grau máximo o assombro tropical que até então não havíamos percebido que existia – talvez por também estarmos tão dentro dele. Também não faltariam elementos que nos conduzisse a uma análise das semelhanças desse nosso fascista tropical e Mussolini ou Hitler – e nem mesmo a presença da ambigüização das formas de sentido que lhe caracterizariam.

O grande problema é que tudo vai se complicando à medida em que as análises avançam. E são justamente os problemas mal colocados que nos impedem de formular outros um pouco mais adequados. O primeiro deles se limita a enxergar o fascismo como uma atualização do fascismo histórico; quer dizer, do modo como o fascismo histórico foi concebido, centrado na figura do líder e na forma de Estado. Nesse caso, só pode haver fascismo se o líder ascender ao poder, e a implicação disso é que desconsideramos todo investimento de desejo que povoa o campo social e que lhe é primeiro. É como se a emergência do líder fascista fosse a causa do fascismo, o que poderia nos levar a crer que a simples presença do Duce por si só autorizaria

todos aqueles identificados a ele, a saírem de seus esconderijos sombrios. O segundo falso problema que essa perspectiva coloca é a de que bastaria, então, trocar a figura do poder, o representante. A equação se torna simples e cômoda: ao tirar o líder fascista, a massa identificada tenderia a recuar. Nada como a vitória de um pleito eleitoral e a tomada do poder para lavar a alma de todo antifascista. E se poderá ouvir com muita segurança: vencemos! Vivas à democracia. A redemocratização nos fez crer nisso, e novamente aqui estamos. Talvez então caberia dizer que ainda estamos em transição e que a própria transição é eterna; nunca saímos da ditadura e talvez nunca sairemos. Isso nos obrigaria a também dizer que os governos de esquerda fracassaram, que nós fracassamos.

E se invertêssemos a perspectiva, quer dizer, se sustentássemos que o líder só emerge como efeito de um campo social fascista, quais problemas seríamos forçados a enfrentar? Podemos dizer que pelo menos dois: seríamos forçados a investigar em que momento essa inflexão acontece, e, segundo, obrigados a considerar o fascismo na sua dimensão desejante; nesse sentido, que as massas não foram enganadas, elas desejaram o fascismo. A bruma então se torna mais espessa à medida em que não paramos de proliferar os problemas, mas com o cuidado para não exacerbá-los. Pois que introduzimos mais um: haveria mesmo a necessidade de o fascismo se atualizar na figura do líder ou na forma de Estado?

Embora não faça menção às contribuições de Deleuze e Guattari, vemos razões para continuar com o problema enunciado pelo fascismo da ambiguidade, isto é, a crítica e deslocamento da perspectiva que se limitaria às referências ao fascismo histórico.

Quando Foucault escreve o prefácio de *O anti-Édipo* na tradução em inglês, em 1977, publicado no EUA, ele dá uma importante chave de leitura da obra: o fascismo. O anti-Édipo seria uma ferramenta de combate ao fascismo; não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, “mas também o fascismo que está em todos nós, que persegue nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar essa coisa que nos domina e nos explora”¹⁰. O trabalho de Deleuze e Guattari seria uma introdução à vida não fascista. Assim, logo de saída, Foucault faz desabar toda solidez das certezas, e como Pasolini, nos obriga a sair do conforto e assumir os riscos. O antifascismo passa então a ter de se colocar à prova, atento aos perigos de poder oscilar de um polo ao outro quando menos se espera. Pois que o problema não se coloca mais, ou se coloca muito pouco na verdade, em termos de uma circunscrição óbvia do visível e do dizível. Ele se refere antes à posição de desejo.

¹⁰ FOUCAULT, M. Prefácio (Anti-Édipo). In: **Ditos e escritos**. v. VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 105.

Se podemos dizer que os fascistas assumem tal posição de forma consciente, há que se fazer uma primeira distinção entre o que seria os investimentos pré-consciente de interesse e os investimentos inconscientes de desejo. É que o modo como o desejo investe o campo social e por ele é investido precipita-se em uma lógica de funcionamento que contraria, muitas vezes, os interesses de um indivíduo, grupo ou classe. “Uma forma de produção e reprodução sociais, com seus mecanismos econômicos e financeiros, com suas formações políticas etc., pode ser desejada como tal, no todo ou em parte, independentemente do interesse do sujeito que deseja”¹¹. Essa questão é retomada por Deleuze num diálogo com Michel Foucault, em *Os intelectuais e o poder*. Ali, dirá que é a natureza dos investimentos de desejo que explicaria, por exemplo, “por que partidos ou sindicatos, que teriam ou deveriam ter investimentos revolucionários em nome dos interesses de classe, podem ter investimentos reformistas ou perfeitamente reacionários no nível do desejo”¹².

Se pode haver, a nível dos compromissos ético-políticos que assumimos com determinado programa político, partidário, de classe social ou profissional – uma distinção radical que nos colocaria em dimensões antagônicas –, por outro lado o modo como se investe as relações pode nos fazer oscilar e nos posicionar num outro polo que a princípio nos seria totalmente alheio, atribuído a um outro, esse outro que não sou eu. E nesse caso, quando se trata de investimento de desejo, não há nenhuma contradição. A oscilação de posições não traz consigo nenhuma garantia de estabilidade, e podemos passar de um polo esquivo-revolucionário a um polo paranoico-fascistizante muito rapidamente e de modo imperceptível, isso porque o deslocamento, a passagem, é mais veloz que a consciência, está aquém dela.

A preocupação com o modo como o desejo investe o campo social, oscilando ora num polo, ora noutro, constitui, segundo os autores, um dos objetos principais da esquizoanálise, e foi precisamente isso que Foucault compreendeu. Se o fascismo diz especificamente de um polo no qual podemos rapidamente estar incluídos, é porque diz de um certo modo de funcionamento, uma ação, uma prática e, nesse sentido, nem mesmo as organizações de esquerda e nem mesmo os antifascistas estão a salvo. O desejo investe o polo fascista a despeito dos compromissos que assumimos a nível dos interesses de um grupo específico, e que remete, portanto, às relações, isso quer dizer que o registro da linguagem e de suas significações nem sempre está presente no modo de funcionamento fascista, o que traria limitações às análises

¹¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 143.

¹² DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. *Op. cit.*, p. 140.

sobre o fascismo da ambiguidade, uma vez que elas se detêm com maior ênfase aos enunciados da linguagem. E não seria antes o próprio polo de investimento fascista, que não é nada ambíguo, que ensinaria a ambiguidade das formas de significação?

Reencontramos então Schreber, o grande paranoico – mas também o grande esquizo. É que não se trata de identidade ou estrutura, mas de processo, e como tal, de oscilação permanente. Ora, mas a identidade existe, evidentemente, e isso tanto à nível de uma reiterada e consistente ficção-fixação, quanto de uma ficção-mutação. Schreber não é ou paranoico ou esquizo, ele não está ou num polo ou no outro, e mesmo que fixado num dos polos, o fascista, os conjuntos de investimento libidinais históricos e políticos não param de atravessá-lo, seja para achatá-lo ainda mais, seja para arrastá-lo. No delírio de Schreber há sempre um deus superior e um deus inferior que o acompanham. “A capacidade de realizar o mencionado milagre da emasculação é própria dos raios do deus inferior (Ariman); os raios do deus superior (Ormuzd) têm a capacidade de restabelecer a masculinidade em determinadas condições”¹³. Ariman, o deus inferior da raça morena, os semitas; Ormuzd, o deus da raça superior ariana, a raça loura¹⁴. Mas, em todo caso, nesses investimentos que ora o aproximam de um, ora de outro, “o psicanalista diz que se *deve* descobrir o papai sob o Deus superior de Schreber e até mesmo o irmão mais velho sob o Deus inferior”¹⁵. Freud não entendeu que o próprio Hitler prestava culto a Ormuzd, e muito em breve tentaria instaurar o reino da raça ariana.

Não há dúvidas de que se trata de um componente racista muito presente no delírio de Hitler, “enfim, e talvez isso seja o essencial, um delírio racista, uma energia paranoica louca, que o colocava no diapasão da pulsão de morte coletiva que havia exalado dos ossários da Primeira Guerra Mundial”¹⁶. Aí está: a psicanálise concebe Schreber como um caso assentado no registro de Édipo; nós o concebemos circunscrito num regime histórico-político. Mas nem todo paranoico é um fascista, ou, ao contrário, nem todo fascista é um paranoico. A questão é outra. Se se pode falar em polo paranoico não é porque se veria operando ali as determinações familiares, muito menos que se trataria de um transtorno psicopatológico. O polo é paranoico-fascistizante precisamente porque se fecha e evita toda e qualquer possibilidade de abertura que possa submetê-lo a um desmoronamento de sua existência. Ele teme a morte, mas igualmente

¹³ SCHREBER, D. P. *Memória de um doente dos nervos*. *Op. cit.*, p. 75.

¹⁴ “Sobre o significado preciso dessa bipartição nada posso acrescentar, a não ser que o deus inferior (Ariman) parece ter se sentido atraído de preferência pelos povos originariamente de raça morena (os semitas), e o deus superior, de preferência pelos povos originariamente de raça loura (os arianos)”. (*Ibid.*, p. 50).

¹⁵ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. *Op. cit.*, p. 27.

¹⁶ GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 183.

a loucura, pois tanto um quanto o outro o levariam à ruína do seu império interior e exterior. Ele então se protegerá, levantará os muros de sua fortaleza.

O muro é uma espécie de contrafuga paranoica que impede tanto as saídas quanto as entradas. E não nos espantamos nenhum pouco quando vemos as fronteiras que se levantam, as zonas militarizadas quando os fluxos migratórios que percorrem todo o globo ameaçam a garantia de estabilidade econômica, política e sobretudo subjetiva – é a ameaça sentida ao nível das identidades, o temor paranoico de perder o chão, o solo. A contrafuga fascizante opera com toda a sua força contra os fluxos loucos que ameaçam de dentro e de fora – o inimigo está em toda parte, inclusive dentro de cada um. De certa maneira, parece que estamos descrevendo um processo de defesa conservador, reduzindo o fascismo a um recrudescimento identitário. Isso acontece, evidentemente, mas não podemos nos prendermos a uma única imagem do fascismo. Veremos que tudo se complica à medida em que o fascismo vai se modulando também com os movimentos da própria história, tomando uma forma compatível com o neoliberalismo – um fascismo que se exerce, paradoxalmente, na e pela liberalização generalizada.

O problema de oscilação de polo e dos investimentos pré-consciente de interesse e inconsciente de desejo faz emergir o problema de grupo. Ora, um grupo pode assumir um compromisso que esteja alinhado ao polo revolucionário a nível do interesse, mas estar funcionando no polo do investimento fascista de desejo. É a distinção, portanto, entre grupo sujeitado e grupo sujeito, em que o primeiro, embora consciente do seu compromisso, faria passar toda subordinação ao campo social, toda difusão da antiprodução do desejo revolucionário, isto é, as hierarquias, os narcisismos, a repressão, e isso diz precisamente de um sistema que sente e se quer como imortal.

Embora presente no *O anti-Édipo*, publicado em 1972, essa preocupação com o modo como os grupos se formam e operam perpassa o trabalho de Guattari muito antes do encontro com Deleuze. Por exemplo, no texto *A transversalidade*, escrito em 1964, ele abordará o problema de grupo e os riscos que o atravessam: o sem sentido e a morte. O grupo sempre está diante desses dois problemas, e tendo que se haver com eles a todo instante. O sem sentido, ou *nonsense*, emerge quando o grupo passa por um deslizamento em que as determinações dos papéis e da própria função do grupo rui. Aquilo que dava sentido ao grupo e a cada um desmorona; as palavras perdem a significação, o líder sai de cena, o bode expiatório se esfumaça, e inclusive o analista é destituído da sua posição de autoridade. Um Partido, por exemplo, que assume a nível do interesse uma certa missão salvadora e revolucionária, pode fazer emergir uma gama de sintomas que revelam uma pulsão totalmente mortífera e que

contraria o que a nível do interesse fora assumido como compromisso. E o grupo poderá, ainda assim, preferir manter, como assinala Guattari, o balbuciar das palavras de ordem que enfrentar a perda do sentido do grupo e das funções ali existentes.

O problema do *nonsense* tangencia, de certo modo, a loucura, na medida em que a fantasia de estilhaçamento interna ao grupo opera. Mas o *nonsense* e a loucura não estão apartados do problema da fantasia de morte, ou de estilhaçamento, tão presentes nas psicoses. Essa fantasia perpassa as relações do grupo, e lança-se mão de todo um conjunto de meios que obturam e o impedem de poder enunciar um outro modo de existência que não aquele já determinado. “Ele terá de secretar sem parar mecanismos de defesa, de denegação, de recalque, phantasias de grupo, mitos, dogmas etc.”¹⁷. É quando ele se sente e se quer eterno, e isso implicará em algum grau a sujeição ao seu modo de funcionamento, mesmo que isso signifique a mortificação do próprio grupo. E foi desse modo na Alemanha, como assinala Guattari: “assim, as massas alemãs, na época do nazismo, viveram sob o domínio de um fantasma de fim de mundo associado a uma mítica redenção da humanidade”¹⁸. Então vemos que o problema do fascismo enquanto polo de investimento de desejo não se liga a sujeitos específicos, mas os toma, especialmente no seio dos grupos. Isso significa, para além de qualquer figura de grupo, por exemplo Hitler, que há toda uma micropolítica atuante em todos os espaços de relações sociais, e que concerne ao nosso tempo, não sendo algo que ficou no passado.

Entre um regime totalitário e um fascista, o que está em jogo é o modo como o investimento libidinal opera. É que uma distinção entre um regime e outro se faz necessária, mesmo que os métodos repressivos, as torturas etc., sejam semelhantes. Paul Virilio já havia dito – e Deleuze e Guattari retomam esse ponto muito bem – que o fascismo não é um Estado totalitário, mas sim suicidário. Não é mais o Estado que se apropria da máquina de guerra e faz funcionar todo tipo de violência em proveito de seu poder total, mas a própria máquina de guerra fascista que se apropria do Estado e faz passar através dele o fluxo da guerra absoluta que resultará, no limite, no suicídio do próprio Estado. Mesmo que dele prescindia, todo perigo aumenta quando a maquinaria fascista se apropria do Estado, pois que nesse momento estaremos mais perto do nazismo do que possamos imaginar. A esse respeito, a passagem do regime fascista a um totalitário ou mesmo a uma democracia burguesa se dá devido ao fato de que o fascismo desperta um desejo demasiadamente poderoso nas massas, um desejo de

¹⁷ GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. *Op. cit.*, p. 94.

¹⁸ No original: “Así, las masas alemanas, en la época del nazismo, vivieron bajo el dominio de un fantasma del fin del mundo asociado a una mítica de redención de la humanidad”. (GUATTARI, F. **Plan sobre el planeta**: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares. I. ed. Argentina: Tinta Limón y Traficantes de Sueños, 2019. p. 128-129).

destruição que ameaça a própria existência das democracias burguesas – isso era claro em relação a Hitler e Mussolini: “de fato, o que estava, na ocasião, em questão, era a *seleção* de um bom modelo. A fórmula fascista ia de mal a pior. Tornara-se necessário eliminá-la e encontrar uma melhor”¹⁹.

O problema do fascismo é que ele surfa numa linha de fuga suicidária; ele é, com efeito, uma máquina mortífera. “É que, diferentemente do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras”²⁰. O telegrama 71 enviado por Hitler quando a Alemanha está prestes a perder a guerra é taxativo: se a guerra está perdida, que pereça a nação. O homenzinho de mãos trêmulas, diz Foucault, “no fundo do seu bunker, coroadado por quarenta milhões de mortos, não pedia mais que duas coisas: que todo o resto fosse destruído acima dele e que lhe trouxessem, até ele arrebentar, doces de chocolate”²¹. Hitler somará seus esforços aos esforços do inimigo para consumir a destruição do seu próprio povo. “Era já essa reversão da linha de fuga em linha de destruição que animava todos os focos moleculares e os fazia interagir numa máquina de guerra, em vez de ressoar num aparelho de Estado”; era, além do mais, “*uma máquina de guerra que não tinha mais objeto a não ser a guerra*, e que aceitava abolir seus próprios correligionários antes do que deter a destruição”²².

A distinção entre Estado totalitário e Estado suicidário coloca o ponto da mortificação absoluta como central. No caso da ditadura militar brasileira, tem-se em comum com os regimes fascistas as práticas de aniquilação, que são elas próprias fascistas, mas o Estado manteve-se como totalitário, pois quando da iminência do colapso total da economia, a passagem para a democracia foi feita – era preciso deter a crise econômica e conseqüentemente salvar a nação. É essa passagem o indicador da diferença entre os dois regimes, totalitário e suicidário, e que nos faz sustentar o regime militar como um regime totalitário.

7.3 Microfascismo tropical

¹⁹ GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. *Op. cit.*, p. 183.

²⁰ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 3. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 123.

²¹ FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 13.

²² DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. *Op. cit.*, p. 125.

Se Foucault entende que *O anti-Édipo* é uma ferramenta útil para uma vida não fascista, para combater as paixões pelo poder, isso que nos explora e nos domina – a advertência é direta: não caiam apaixonados pelo poder –, temos que ver aí os perigos que estavam em jogo desde o final do século XX em escala planetária. Além do mais, se o problema é antes relacionado ao modo como oscilamos ora num polo, ora noutro, isso não quer dizer necessariamente que se trate, como dissemos, de sujeitos – o eu que oscila. É antes um problema político-social: o campo social pode oscilar num polo ou no outro, ser reticulado por esse polo de investimento, ou mesmo manter a coabitação de ambos.

O problema não é algo que ficou na história, acidentes há muito superados, como afirma Guattari, senão o que continua a habitar nossos universos de virtualidade. Ele é, com efeito, uma realidade como qualquer outra, possível de ser atualizada, a depender do modo como o desejo investirá o campo social. Sendo assim, a história jamais nos garantirá que tenhamos cruzado definitivamente os limiares progressistas que nos distanciariam para sempre desses acidentes do passado, como se se tratasse de um erro de trajetória. E nisso, no que concerne à nossa realidade, temos que concordar com a análise feita em 1992, no ano de sua morte: “um microfascismo, sob distintas formas, prolifera nos poros de nossas sociedades, e se manifesta através do racismo, a xenofobia, o ressurgimento dos fundamentalismos religiosos, do militarismo e da opressão das mulheres”²³.

No ponto que nos interessa, tomando as indicações que nos acompanham, trata-se de dizer que há uma inflexão em curso de um assombro que chamamos de fascismo, um assombro tropical, e que ele se constitui como plano de imanência sob o qual nos complicamos – dobra de dobra. Colocar o problema do fascismo, portanto, nos é útil para além da qualificação de alguém, um grupo ou um Partido; ele nos serve para nomear uma força que tem se alastrado de modo quase imperceptível e que não está presente neste ou naquele, mas entre este e aquele. E se há referência a alguém, um grupo ou Partido, é somente na medida em os tomamos como sintomas desse assombro, independentemente do modo como se configuram as diferenças no plano do interesse.

O fascismo continua sendo um feixe, mas, ao contrário do modo como anteriormente se manifestava, através de uma forma bem definida, isto é, as varas de lictor que se agrupavam ao machado, ele é, em sua modulação atual, uma espécie de feixe assombroso que não mais se

²³ No original: “Un microfascismo, bajo distintas formas, prolifera en los poros de nuestras sociedades, y se manifiesta a través del racismo, la xenofobia, el resurgimiento de los fundamentalismos religiosos, del militarismo y de la opresión de las mujeres” (GUATTARI, F. **Plan sobre el planeta**: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares. *Op. cit.*, p. 131).

agrupa em torno de uma unidade, mas propaga; uma força de propagação que penetra ali onde ninguém poderia imaginar, tal como um vírus – ou uma bactéria.

Em um texto publicado em 1935 por Oswald de Andrade chamado *A retirada dos dez mil*, ele fará uma crítica ao movimento integralista brasileiro. O tom com que trata a questão é de uma lasciva ironia. Sarcástico como ninguém, ele se dirige ao Sr. Plínio Salgado, o grande fascista tropical de até então, que havia convocado um desfile de dez mil atletas integralistas para o dia 16 de junho de 1935, mas que, ao final, precisou ser cancelado.

À medida em que a crítica é tecida, a ironia ao integralista aumenta. Ora o chama de Plínio Tômbola, ora Plínio Farol, ora Plínio Rifa, ora Plínio Sorteio... E não para por aí: Plínio, um nacionalista ferrenho, queria tomar o poder do Estado e enfrentar as forças armadas nacionais, mas de um modo esquisito; ele dizia contar com um exército de dez mil atletas em São Paulo, e, segundo Oswald, a aritmética integralista anunciava 400.000 fardas assombradas pela cínica ingenuidade. “Podendo concentrar 10.000 camisas-verdes em São Paulo, restaria a Plínio Boliche achar 390.000 nos outros Estados ou cerca de 20.000 por Estado. Caudaloso movimento espírita!”²⁴. Mas a questão é que Plínio contava não com a força do seu exército de camisas-verdes; ele esperava que o poderio estrangeiro o acudisse. Por não reunir a força nacional necessária, o grande espírito patriota que tanto dizia ter ao seu lado, ele adiava o encontro para dias melhores.

Na sequência, Oswald simula o que seria a fala de Plínio sobre a tomada de poder pelos integralistas e a ajuda estrangeira: “já entraram na conspirata o fascismo italiano e o fascismo alemão por quem sinto imensa ternura. Estou também namorando o imperialismo nipônico. E mais, já possuo pontes na direção dos banqueiros ingleses e americanos!!”²⁵. Irônico, o antropófago quer revelar aos seus leitores que a força nacionalista do integralismo é na verdade uma fraqueza inconfessa, e Plínio, àquela altura, não podia contar nem mesmo com o Exército nacional, o maior depenador de galinha-verde que se conhecia. A ironia consistia, além disso, em mostrar que ao insuflar os integralistas com a força fascista estrangeira que viria ao seu socorro, ele se esquecia que, se aqui aportassem, a primeira coisa que fariam seria devorar o próprio Plínio e seus camisas-verdes. Oswald arremata com uma pergunta, não menos irônica, referindo-se ao consulado italiano no Brasil: será que os camisas-pretas do consulado italiano defenderiam a causa nacional do que eles consideram uma nova Etiópia?

²⁴ ANDRADE, O. de. **Obra incompleta**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. p. 637.

²⁵ *Ibid.*, p. 638.

Se bem que era provável que os alemães e italianos temessem o integralismo, pois dada a sua degeneração sifilítica, poderiam contaminar o verdadeiro espírito fascista. É que o Sigma (Σ) do integralismo e orgulho do seu chefe era nada mais, nada menos, que o símbolo médico da sífilis. É este o diagnóstico sarcástico que faz o antropófago, ao colocar a força fascista do integralismo como uma força de degeneração sifilítica. “O embotamento que produz a demagogia microbiana do Sigma não deixa ver claro, as contradições sujas do chefe que o trai”²⁶. Mas o interessante é que a sífilis data do final do século XV, com o início das grandes navegações no período do capitalismo expansionista. E vemos então, sem sermos forçosos, que ela surge com o projeto de colonização. Mais além, que o germe do fascismo está presente desde que as caravelas aqui aportaram.

O fascismo tropical em Oswald de Andrade ganha o tom microbiano – a sífilis. Com isso, inaugura-se uma perspectiva do fascismo que passa pelo campo microscópico, operando, portanto, em uma dimensão imperceptível. Ele pode manter-se latente por muito tempo e manifestar-se através de sintomas, e é quando os sintomas aparecem, a única manifestação visível da infecção, que se poderá inferir que ali há algo de estranho acontecendo, algo perigoso e temível. Por exemplo, os camisas-verdes do integralismo eram o sintoma do fascismo sifilítico, mas, até a sua manifestação, o contágio se dava de modo silencioso.

Mas não só as infecções microbianas ameaçam a nossa existência. Os vírus também. Uma bactéria não é um vírus, certamente: bactérias são seres vivos, os vírus não – embora haja cientistas que não os considerem seres vivos. Nem toda bactéria causa infecção como os vírus; e os vírus, diferentemente das bactérias, precisam de um hospedeiro: ao se instalar nas células, ganham vida, reprogramando-as para a sua reprodução, até o momento em que serão liberados na forma de partículas infecciosas. Além do mais, a mutação do vírus é tamanha que torna difícil encontrar meios para combatê-lo.

Na década de 1930, o Integralismo era essa força fascista sifilítica, mas não podemos insistir que ele é o mesmo hoje em dia. Na verdade, para a sífilis a penicilina foi o antídoto. Agora, o problema do fascismo é outro; ele não é mais microbiano, mas viral e pandêmico. Isso é importante ser destacado, na medida em que marca uma distinção entre uma forma e outra de fascismo, uma força e outra de contágio e propagação. É isso que está sendo colocado, quase

²⁶ *Ibid.*, p. 640.

um século depois, em relação à realidade brasileira. Há uma modulação do fascismo brasileiro, onde o tempo entre o contágio, a manifestação dos sintomas e o perecimento é muito mais curto e insidioso. Oswald foi capaz de escrever com sarcasmo e ironia sobre o Integralismo porque a força protofascista naquele momento não havia reunido as condições para contaminar e se apropriar do aparelho de Estado. No estado em que nos encontramos, por outro lado, o enunciado carrega muito mais o temor que a zombaria, pois que a força viral do fascismo penetra e se apropria cada vez mais do aparelho de Estado, e os perigos que nos cercam são cada vez maiores.

Em um importante texto chamado *Epidemiologia política*, publicado durante o período em que fomos surpreendidos com a chegada da covid-19, e que mudou radicalmente os modos de organização da vida em sociedade, Danichi Mizoguchi e Eduardo Passos fazem uma análise do fascismo tropical tendo como mote o vírus, este não mais circunscrito somente ao campo da biologia. O problema colocado ganha contornos políticos: o vírus da covid-19 recolocou a nossa relação com morte não mais como um acaso, mas, tal como havia acontecido com a experiência de guerra narrada por Freud, como um acontecimento incontornável em que “a morte já não se deixa mais renegar [*verleugnen*]; temos que acreditar nela”, e onde nos deparamos com a terrível constatação de que “os seres humanos realmente morrem, e não mais um a um, mas muitos, às vezes dezenas de milhares num só dia”²⁷; muitos deles, pessoas próximas, inclusive nós. É evidente, por outro lado, que nos regimes coloniais a morte sempre esteve presente, não como um acaso. Mas, ao mesmo tempo, o que se colocava para nós até então como uma realidade impossível de ser ignorada, passou a significar um perigo ainda maior, pois a força mortífera do vírus nos chegava de quem menos esperávamos, e não mais somente do Estado ou da polícia.

Juntamente à chegada do vírus da covid-19 que tanto nos preocupou devido a sua letalidade, o cenário pandêmico brasileiro é marcado tragicamente também pela pandemia do fascismo. Resgatando a etimologia grega de epidemia, formada por dois termos: *epi* (sobre ou acima de), e *demos* (povo), Mizoguchi e Passos mostram como o uso dessa palavra quer nos dizer, sobretudo, que algo se coloca sobre ou acima do povo, não sendo, portanto, uma ocorrência exclusiva da biologia. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, foi o lema da campanha eleitoral de Bolsonaro nas eleições de 2018; um signo de advertência de que algo também estava sendo colocado sobre ou acima do povo: uma epidemiologia política que não

²⁷ FREUD, S. **Cultura, sociedade, religião**: O mal-estar na cultura e outros escritos. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020. p. 120.

tem outro nome a não ser fascismo. O sentido infectológico e o sentido político da epidemia se sintonizam de tal modo que se pode assistir “o contágio biológico da doença e da morte espalhando-se em um governo não menos mortífero – um governo que, mais do que isso, ecoando todos os lemas fascistas, é apaixonado pela morte”²⁸.

Ao olhar surpreso e indignado, o fato de que o governo foi contra as medidas restritivas do começo ao fim causou espanto. Mas não há nenhum espanto quando o problema do fascismo entra em cena. Apaixonado pela morte – pois é assim que a força fascista se manifesta –, o que sempre esteve em questão era a união dos esforços de destruição à força de destruição do inimigo, acelerando ao máximo o contágio viral e a consumação total da vida. E se houve espanto até dos mais entusiastas do governo, foi porque a força mortífera do fascismo que antes se restringia às minorias e às existências dissidentes, especialmente a população negra, indígena, lgbt, e a esquerda, agora se alastrava de modo irrestrito.

O efeito operado por essa máquina que soma seus esforços mortíferos ao do vírus ele mesmo mortífero é o de produzir um outro modo de subjetivação política do desejo. Para além da morte iminente, nos vemos mergulhados em afetos tristes, em que a perspectiva de futuro desmorona e as saídas permanecem suspensas, impossíveis de serem atualizadas. Nessa nova modulação viral, que reunia o biológico e o político, o cenário pandêmico brasileiro constituía-se como uma política suicidária. E aqui precisamos levar a sério o que disse Foucault na última aula do curso *Em defesa da sociedade*, ministrado no Collège de France entre 1975 e 1976: a guerra e o racismo operam na biopolítica de modo que, para fazer viver, será preciso fazer morrer. A biopolítica está condicionada ao paradoxo tanto da vida quanto da morte, de tal modo que “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”. E sendo assim, “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”²⁹.

No limite, a pureza de uma raça que sustenta a guerra total contra o inimigo, no fascismo, funciona de modo que não há outro objetivo a não ser a sua destruição, e a operação, como se mostrou na experiência nazista, foi que a força de destruição total do outro fez com que esse outro, na iminência da aniquilação, mobilizasse também forças para destruir aquele que se colocava como seu inimigo. Nesse sentido, o liame entre forças a princípio antagônicas

²⁸ MIZOGUCHI, D.; PASSOS, E. Epidemiologia Política. In: **Pandemia crítica outono 2020**. São Paulo: Edições SESC; n-1 Edições, 2021. p. 84.

²⁹ FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). *Op. cit.*, p. 215.

é precisamente a força de separação e destruição própria do racismo enquanto tecnologia. Portanto, o que os liga é o que os separa, e o que os separa, é o que os liga. É pela disjunção da raça que se faz uma junção pela guerra. De que modo isso seria possível?

No caso nazista, a máquina de guerra não tinha outro objetivo que não a guerra total, enquanto do outro lado a guerra tinha como objetivo a destruição da máquina de guerra total. É por isso que Foucault dirá: “em consequência, não é simplesmente a destruição das outras raças que é o objetivo do regime nazista. A destruição das outras raças é uma das faces do projeto, sendo a outra face expor sua própria raça ao perigo absoluto e universal da morte”³⁰. É, pois, necessário, para que o biopoder se exerça e o capitalismo se sustente, que o fascismo ressurgir de tempos em tempos em sua face sombria, uma vez que combater a máquina de guerra que ameaça a destruição total da vida é garantir que a vida possa continuar existindo. Nesse sentido, o biopoder e o capitalismo são, eles próprios, os produtores do fascismo que eles combatem e conjuram.

³⁰ *Ibid.*, p. 218.

8. Novo milênio (Parte II)

8.1 Crônica de uma repetição anunciada?

Se nossa discussão passou pelo período da ditadura militar e pela redemocratização, não é porque estivemos verdadeiramente interessados com o passado. Sempre nos interessou o momento histórico atual, o que sem dúvidas pressupõe diversas espessuras de tempo, as suas camadas históricas. E se houve um esforço de retorno ao passado, é porque só nos interessava o presente. Por esse motivo, um salto se faz necessário; uma ligação direta do ponto em que paramos, a redemocratização, ao ano de 2018, um momento emblemático da história brasileira, ao mesmo tempo que paradoxal. Tudo mudou, mas ao mesmo tempo tudo parece ser o mesmo.

Há uma relação um tanto curiosa quando olhamos para os acontecimentos da história recente brasileira, especialmente os anos de 1989 e 2018. Tanto naquela ocasião quanto nessa, muitos aspectos sugerem que permanecemos presos a uma repetição, de maneira a impedir que a diferença se introduza no processo. Teríamos, de um lado, a repetição, e de outro, a diferença, como polos antagônicos um do outro e relativamente autônomos um em relação ao outro; duas naturezas distintas do político, do social e da história.

Em relação ao problema que colocamos, o da repetição que excluiria a diferença¹, podemos ver claramente os traços de uma repetição do mesmo, e a construção narrativa teve exatamente essa função, estabelecer uma comunicação entre um momento e outro, de maneira que, ao olharmos para 1989, era como se estivéssemos vendo refletivo 2018, e vice-versa: a disputa presidencial, as figuras partidárias nessa disputa, as projeções eleitorais etc. E essa foi a configuração tanto naquela ocasião como nessa – e a derrota também.

São muitas as semelhanças que nos fazem pensar em uma relação análoga entre os momentos históricos, e partindo dessa analogia, a terrível sensação de que não saímos do mesmo e que não paramos de verificá-lo. E apesar de quase três décadas que separam um acontecimento do outro, o instante sugeriria ser o mesmo, configurando-se como uma eterna repetição do mesmo.

Mas isso não é verdade, e os traços possíveis de serem reduzidos à semelhança não guardam nenhuma relação entre si, apesar de termos nos utilizado deles para operar um gesto de estranhamento no que se refere à democracia e o jogo político. Se submetêssemos os dois períodos às suas diferenças, chegaríamos a um efeito completamente oposto ao que foi operado na narrativa sob o signo da semelhança. O problema é mal colocado quando a cisão entre diferença e repetição permanece como reguladora de qualquer análise, pois embora possamos

¹ Cf. Cap. 06 – Crônica de uma repetição anunciada: um só ou vários delírios?

aproximar muitos acontecimentos e ver ali semelhanças, de igual modo podemos introduzir o seu avesso.

No que se refere ao problema da esquerda, quatro momentos traçam um panorama das disputas. Cabe retomarmos mais uma vez: o CPC e a arte engajada, a qual excluiria todos os modos de enfrentamento que não passassem necessariamente pelo compromisso a certo programa político-revolucionário; os movimentos contraculturais e a sua qualificação pejorativa – esquerda cirandeira, esquerda Paissandu; o movimento black Rio e o rechaço à sua produção estética e musical, a qual seria uma mera cópia do que vinha acontecendo em termos de produção cultural norte-americana, o soul music, e a qualificação, aqui no Brasil, de um movimento que, por ser norte-americano, reproduziria a sua ideologia imperialista; o retorno, em 1978, do problema da arte engajada e das Patrulhas ideológicas, especialmente em relação à polêmica envolvendo o cineasta Cacá Diegues, e que tomará a cena pública através da difusão polêmica pelos jornais, o que fez com que aqueles que se colocassem à esquerda se sentissem convocados a participar do debate.

Isso tudo percorre os antecedentes tanto do golpe de 1964 quanto da redemocratização, entretanto, em 1978, embora as forças reativas eram presentes na esquerda, havia uma onda alegre que se insurgia, o que tornava possível dizer que esse problema, o problema de uma esquerda triste, era menor. O ponto de inflexão, quando aquilo que é menor se torna força de majoração – e isso inclui a propagação de uma esquerda triste –, se dá na abertura democrática, e no momento em que seria possível, a partir de então, escolhermos nossos próprios representantes. A esquerda se voltará cada vez mais ao problema do Estado; ocupar o poder passará a ser então o meio mais imediato de se criar as condições para transformar a sociedade. Esse investimento na representação do poder se tornará ainda mais forte quando o problema do neoliberalismo, entendido como a tentativa de se instituir uma política de Estado mínimo, passa a ser colocado e a fazer parte das discussões. Daí em diante, o que se tornará primeiro será sempre o Estado, e as disputas em torno dessa esfera. Inclusive será possível chegar ao absurdo de se dizer que o poder deve ser reformado.

É como se houvesse, pouco a pouco, a passagem para um fechar-se sobre o poder na sua forma representativa, e então de fato não importará muito as diferenças históricas, uma vez que tudo passa a ser reduzido a ele e a ele submetido. O Estado passa a ser o significante mestre, capaz de organizar a vida e pôr em funcionamento o campo social. Sem o Estado, teríamos o caos, ou a loucura. E não é o caso aqui de negarmos sua importância e de como poderíamos fazê-lo funcionar dessa ou daquela maneira; sabemos bem que ele é uma máquina de máquina,

entre tantas. O problema se coloca quando tudo é reduzido à sua dimensão, especialmente quando se trata das forças históricas em jogo e da construção das estratégias de resistência.

Se colocamos para funcionar na narrativa uma relação de analogia entre tempos históricos distintos e que delimitaria muito bem, no jogo de disputas em torno do poder representativo, o campo em que cada um operava, à esquerda ou à direita – a defesa da democracia, o rechaço à democracia; a defesa pelas liberdades, o recrudescimento das liberdades etc. –, e esses lugares muito bem delimitados em função dos compromissos que cada um assumia a nível de interesse, talvez seja necessário adentrarmos um pouco mais quando tais delimitações passam a ficar opacas; quando elas vão sendo embaralhadas a despeito do que pensamos e dizemos.

8.2 Vertigem da democracia

O ano de 2018 foi um ano emblemático porque marca uma guinada em termos de política de desejo. Alguns acontecimentos podem ser citados, pois não devemos nos esquecer jamais, no que se refere a essa inflexão desejante: o assassinato da quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro, Marielle Franco, e de seu motorista, Anderson Gomes; o incêndio no Museu Nacional; a prisão política de Lula; a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República.

Naquele mesmo ano, no dia sete de abril, uma imagem mostra o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, e uma multidão que toma conta das ruas em volta e em frente à sede. Ao fundo, o noticiário informa o fim do prazo dado pelo juiz de Curitiba, PR, Sérgio Moro, para que Lula se entregue voluntariamente ao cumprimento da prisão no caso do tripléx de Guarujá. Essa é a cena de abertura do documentário *Democracia em vertigem*². A voz ao fundo é da diretoria e roteirista Petra Costa, uma voz que parece estar cansada, narrando o que se consumou como tragédia.

Um ex presidente preso, uma presidenta que sofreu um golpe, e o país avançando rapidamente em seu passado autoritário. Petra dirá: temo que nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero. Na sequência, um corte de cena é feito; as imagens e a voz deslocam-se para a vida da roteirista e diretora. Ela está narrando sua história e de sua família, e essas duas dimensões, a vida política e a vida privada, vão se conectando pouco a pouco, não só com o passado, mas com o futuro do país.

² DEMOCRACIA em Vertigem. Direção: Petra Costa. Brasil: **Busca vida filmes**, 2019.

Petra vem de uma família tradicional do ramo da construção civil, Andrade Gutierrez S.A. Seus pais lutaram contra a ditadura militar e foram presos. À medida em que a narrativa avança, fragmentos dessa sua história vão sendo colados, até chegar ao ponto que é talvez o mais emblemático: ela anda pelo Alvorada, e depois de algum tempo filmando a imensidão soturna daquele lugar, encontra duas placas, uma em cada lado do Palácio. O close da câmera foca no nome de sua família, homenageada tanto no governo Collor quanto no governo Lula. A vertigem é inevitável, e Petra sente o impacto. Ela, que sempre foi uma ferrenha militante de esquerda, que esteve nas ruas, embarcou em caravanas, gritou “ele não”, “não passarão”, e tantas outras palavras de ordem.

De um lado, uma placa colocada no governo Collor, em 30 de junho de 1991; um presidente de direita, dizendo que o Palácio da Alvorada, residência presidencial, havia sido restaurado por ação voluntária das empreiteiras homenageadas. Ao todo, quatro: Camargo Corrêa S.A., Andrade Gutierrez S.A., Mendes Júnior S.A., Norberto Odebrecht S.A. De outro lado, uma placa colocada no governo Lula, um presidente de esquerda, com o mesmo enunciado: o Palácio da Alvorada fora restaurado por ação voluntária de... E seguem-se os nomes das empresas – dentre eles, alguns que foram homenageados no governo Collor. São empresas que estão ali desde antes da Ditadura militar, que nela permaneceram e a apoiaram³, e que depois, quando os ventos da democracia já sopravam, se mantiveram, seja com governos de direita, seja de esquerda. E apesar dos governos, apesar de toda polarização política, apesar de toda retórica que coloque o povo como carro chefe, o poder em suas mãos, apesar disso, essas empresas continuam ali, as mesmas famílias, independentemente de quem entra e quem sai.

Mas ao apresentar essa imagem, seria a intenção de Petra denunciar a corrupção sistêmica que atravessa a história do Brasil e que se instala inclusive nos governos ditos de esquerda? Acreditamos que não é isso que está em jogo. A questão é mais profunda que a relação entre política e corrupção – embora isso também esteja sendo denunciado –, pois o mesmo congresso que tirou Dilma sob a alegação de corrupção manteve Michel Temer, seu vice, mesmo com todos os escândalos quando do seu mandato como presidente. Era preciso estancar a sangria.

³ “Os grandes conglomerados econômicos atuantes hoje se fortaleceram, ademais, sob a proteção do Estado ditatorial, como foi o caso das construtoras (Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht), da indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares), e, por fim, do sistema bancário (Unibanco, Bradesco e Itaú)”. (Coletivo Centelha. **Ruptura**. São Paulo: n-1 Edições, 2019. p. 48).

É visível, ao longo do documentário, a polarização que se intensifica especialmente depois das jornadas de junho de 2013 e em 2015 com o golpe sofrido por Dilma Rousseff, mas a imagem emblemática das construtoras homenageadas em dois governos distintos, um declaradamente de direita, e outro declaradamente de esquerda, faz com que esses lugares bem delimitados da polarização, as bandeiras e suas cores tão contrastantes, percam a forma e o sentido. Encontrar essas imagens, uma de cada lado do Palácio, nos faz sentir uma certa vertigem em relação ao senso de localização. De onde se está posicionado, pode ser que a placa que esteja situada à esquerda pareça estar à direita, e a da direita, pareça estar à esquerda.

O documentário também mostra os bastidores do Sindicato do Metalúrgicos, onde Lula se reunia. Todos prestam solidariedade. Há muita emoção. A multidão presente está decidida a impedir que Lula se entregue à polícia. Depois de dois dias entrincheirado no sindicato, Lula participará da missa em homenagem à sua falecida esposa. Em seguida, discursará para a multidão que o acompanha. Petra mostra fragmentos desse discurso, que foi feito no mesmo lugar, palco da maior greve contra a ditadura militar, em 1980, onde Lula realizava uma importante passagem como líder sindical, ao se conectar com aquela multidão reunida. Naquela data, logo após ter discursado, ele foi preso – e seria assim novamente, quase trinta anos depois. Mas o que fica ausente no documentário é uma fala de Lula, num tom de despedida: eu não sou mais um ser humano, eu sou uma ideia misturada com as ideias de vocês⁴.

A sua fala tem o poder de operar uma outra transformação incorporal. Ele não é mais um ser humano, mas uma ideia, e uma ideia nunca morre, porque ela é eterna. E era preciso operar essa passagem antes de se entregar, pois que ele sairia dali pronto para uma morte heroica que, se fosse consumada, teria o potencial de destruição de seus próprios inimigos, ao passo que elevá-lo à condição de mártir.

Lula não será mais um sujeito; elevar-se-á à condição transcendente do próprio ser; desprender-se-á do plano terreno que o colocava, num primeiro momento, na posição de chefe sindical, a arrastar a matilha proletária da urbe de São Paulo e de todos os movimentos minoritários que pululavam pelo campo social. De lá para cá, não se pode negar que houve uma passagem de uma posição a outra, e isso não implicaria afirmar que a própria matilha fez uma passagem de um conjunto de intensidades a outro? Quer dizer, não estaríamos diante dos riscos

⁴ “Eu não sou mais um ser humano, eu sou uma ideia misturada com as ideias de vocês”, proclamou. “Minhas ideias já estão no ar e ninguém poderá encerrar. Agora vocês são milhões de Lulas”. (LULA: “Eu não sou um ser humano, sou uma ideia. E não adianta tentar acabar com as ideias”. *El País*, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/08/politica/1523145272_467301.html>. Acesso em: 12 de jan. de 2022).

de um bando de outra natureza, onde a posição do líder dá lugar à de um herói-mártir, cuja salvação a ele é dirigida como um apelo a um Santo?⁵

Seis meses após a prisão de Lula, Bolsonaro é eleito presidente. Petra então se dá conta de que esse avanço das forças sombrias só causou surpresa aos desavisados, e estejamos certos de que estávamos todos desavisados. Mas apesar da dura constatação sobre o nosso tempo e de parecer que não há saída possível, ao final, ela coloca um problema importante: como lidar com a vertigem de ser lançado em um futuro que parece tão sombrio quanto o nosso passado mais obscuro?

Como lidar? Eis o problema que tem a força de nos tensionar em direção ao reposicionamento de nossas lutas, de nossa militância, e do gesto clínico a ser operado a partir de então. Mas qual reposicionamento? A resposta não é dada. Ela não existe *a priori*. E será preciso ficar com o problema: que reposicionamento clínico-político será necessário operar para enfrentarmos o panorama sombrio do contemporâneo que tem a força de propagação e contágio de um vírus?

No mesmo ano que *Democracia em vertigem* foi lançado, aconteceu o XX Enabrapso – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, em São Paulo, na PUC. O evento teve como tema: *A Psicologia social frente aos autoritarismos, polarização social e crise sistêmica do capitalismo: em defesa da democracia e da emancipação humana*. O tema estava alinhado ao compromisso da Psicologia Social com a democracia; o compromisso ético-político que a definia como frente de luta desde sua fundação. E não por acaso: 2019 foi o primeiro ano de mandato de um presidente eleito democraticamente e que era declaradamente contra a democracia, a favor de todo autoritarismo de Estado. Seus heróis, torturadores como Brilhante Ustra e Augusto Pinochet.

A abertura do evento aconteceu no teatro da PUC, o Tuca, o mesmo local que foi palco, em 1968, do Festival Internacional da Canção, em que Gil e Caetano se apresentaram, um com sua canção *Questão de ordem*, o outro, com seu *É proibido proibir*, e onde Caetano fez um discurso que ficaria para a história, após o público ter jogado lixo no palco e Gil ter sido desclassificado pelos jurados por se desviar ostensivamente das normas da música popular

⁵ Há um elemento muito presente na cultura brasileira, porém não muito comentada, que se refere ao Sebastianismo, a crença profética de forte ligação judaico-cristã de que um novo messias retornará para salvar a nação. Essa crença remete ao Rei Dom Sebastião de Portugal, que governou entre 1554 e 1578, e que desapareceu em uma batalha no norte da África, na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Segundo a crença, ele não havia morrido, mas se retirado para esperar o momento oportuno do seu retorno redentor.

brasileira⁶. Eu estive presente – não em 1968, mas em 2019. Como muitos, entendi que deveríamos ocupar esse espaço que historicamente foi um espaço de luta para construir estratégias de resistência. E tive a impressão de que seria um acontecimento muito diferente dos demais, quando a atmosfera era marcada muito mais pela descontração, pela despreocupação e pela festa – para mim, estar ali sempre significou entrar em contato com os signos da diversão e da alegria. Essa impressão se confirmou na abertura do evento.

O teatro estava cheio. Faltavam lugares para acomodar o público ali presente: estudantes de psicologia, professores, pesquisadores, mestres e doutores, mestrandos e doutorandos em psicologia, gente da militância, do sindicato, dos movimentos sociais. A mestre de cerimônia se dirige ao púlpito para dar início à abertura do evento, mas antes de anunciar os nomes que fariam parte da mesa soberana, sua fala é interrompida, e todos nós somos pegos de surpresa por um apito que começa a soar. Todos se voltam para trás, em busca do silvo que mimetizava o hino nacional. Dois palhaços começam a percorrer o espaço do auditório: o primeiro, com um apito, marchava como um militar; o segundo, Sr. Schmidt, como era chamado, carregava três balões brancos. Enquanto marchava, o palhaço autoritário vez ou outra olhava para alguém da plateia, parava e batia continência. Os palhaços tinham só o rosto de palhaço: a cara pálida e o nariz vermelho oval; não a sua vestimenta.

Depois de um breve discurso, o palhaço autoritário estoura os balões do Sr. Schmidt, e eles começam um diálogo. O Sr. Schmidt reclama que suas pernas doem, ao que o palhaço autoritário sugere que elas sejam cortadas. O apito imita o barulho de uma motosserra, enquanto o Sr. Schmidt tira seu casaco e revela o que está por baixo: a camisa da seleção brasileira. Todos nós rimos. Todos nós entendemos o que a camisa da seleção representava naquele momento. Depois foi a vez dos braços serem cortados, e por último, o cérebro. À medida em que cada membro era cortado, o Sr. Schmidt sentia um alívio. Sem pernas para se mover e se sustentar, sem braços para se defender e defender suas posições, sem o cérebro para pensar. O Sr. Schmidt aceita tudo o que o palhaço autoritário lhe diz; defende todo seu autoritarismo mesmo que isso custe a sua própria vida; é racista, xenófobo, misógino e transfóbico assim como seu líder. Na sequência, o palhaço autoritário pergunta ao Sr. Schmidt se ele acredita na democracia, ao que o Sr. Schmidt responde que não, e que se fosse pelo bem da democracia, ela deveria ser cortada também. A motosserra é ouvida novamente. A cena seguinte é o Sr. Schmidt enfurecido com o palhaço autoritário, que ali revela ser Bolsonaro. Rimos e batemos palmas, e gritamos, junto

⁶ Cf. Cap. 05: 1968 – A esquerda à esquerda da esquerda.

com o Sr. Schmidt, num tom de deboche e escárnio: mito traidor, mito traidor. Mas o Sr. Schmidt logo se resigna, e apesar de tudo, permanece ao lado do seu Duce.

Dada a nossa derrota, era somente isso que podíamos fazer. Só nos restava o riso entristecido de quem buscava culpados pela própria tragédia. Ali não havia alegria, pelo contrário, estávamos todos ressentidos; acusávamos um outro um tanto estereotipado; criávamos a figura do fascista: ele, esse outro que não sou eu. Todos ali sabiam quem era o inimigo, qual a sua forma, o que pensava ou deixava de pensar, o que defendia e deixava de defender, como se vestia, qual a sua classe social. Não era nenhuma surpresa que ali estávamos traçando o seu perfil psicológico; o perfil do fascista brasileiro. E se ele fosse o próximo acometido pelo mal que causou, tanto maior seria o nosso gozo. Quanto mais esse outro se arrependesse, mais alto gritaríamos “eu avisei”. E não fazíamos nada além de dizer que nossa luta deveria se concentrar na derrota desse outro que não sou eu. Apesar dos risos, nossa militância parecia aceitar que era preciso ser triste e ressentido para ser um militante.

O evento teve duração de quatro dias. No último, enquanto a programação acontecia, um burburinho percorre os corredores. Ele é baixo e não será ouvido por todos; não chegará a todos. Não saberemos o seu desfecho. Em uma das salas, preparada para discutir a história social da psicologia, três estudantes negras sofrem racismo e têm suas falas e seu trabalho deslegitimado pelo grupo de trabalho. Somente alguns dias depois do encerramento a diretoria da Abrapso se pronunciará, através de uma nota⁷.

Como sabemos, tudo cala frente ao fato de que o rei é mais bonito nu, quando a forma se desfaz e deixa ver o que nossos olhos se recusam. A nudez tem essa força: causar constrangimento, o que nos faz geralmente desviar o olhar, na tentativa de retornarmos ao ponto anterior. Seria melhor que não tivéssemos visto, muito menos ouvido. Porém, a imagem permanecerá conosco. Afinal, esse eu que é o outro se revela de tal maneira que o terreno das certezas se desfaz. O rosto desse eu que não é o outro não resistirá à primeira nudez que, como uma onda, o arrasta. Ele é tão fugaz quanto um desenho na areia do deserto.

8.3 Maria, Maria, Maria

No romance *Cinco ou seis dias*, de Danichi Mizoguchi, vemos que tudo se desenrola a partir de dois personagens principais: Dante e João. Mas uma terceira personagem permanece

⁷ Disponível em em: <https://site.abrapso.org.br/nota-da-diretoria-da-abrapso-sobre-denuncia-de-racismo-no-xx-enabrapso/>

ofuscada, um tanto imperceptível aos eventos narrados; ela aparecerá sempre em momentos muito precisos, o que a faz estar em um lugar de importante destaque na trama, embora esse lugar seja menor. Trata-se de Maria. Ela reaparecerá em um outro momento, em um conto que leva o seu nome: *Maria*, publicado em 2020⁸.

Entre a personagem do romance e a do conto, vemos que, no romance, Maria é ainda jovem, vivendo as dores e as delícias da faculdade. Já no conto, ela encontra-se em sua fase mais madura, assumindo os compromissos que a vida adulta impõe. Poderíamos nos perguntar se se trataria da mesma personagem, transitando por diferentes narrativas. Talvez. Talvez o escritor quisesse mesmo operar um efeito que poderia ser visto de modo anacrônico, se nos prendêssemos às datas de publicação, uma vez que Maria aparecerá primeiro no conto, em sua fase adulta, e depois no romance, em sua fase mais jovem; ou que nos faria crer que não se trata da mesma personagem. A dúvida se coloca, e não nos interessa persegui-la – a personagem, seu nome próprio, é apenas o índice de uma atmosfera. Trataremos de seguir os percursos de Maria, a começar pelo conto.

Tudo acontece nas manifestações de junho de 2013, na luta contra o reajuste de 20 centavos do transporte urbano, mas que transcendeu a reivindicação do coletivo Passe Livre, fez com que um conjunto de outras reivindicações comesçassem a ocupar as ruas e depois se espalhou pelo Brasil todo. Este momento da história ficou conhecido como Jornadas de Junho. Quando tudo começou, os telejornais e as manchetes afirmavam se tratar de uma classe média que verdadeiramente não necessitava dos 20 centavos; uma classe média que estava na rua com um único objetivo: vandalizar. Ali no meio dos vândalos não havia nenhum pobre que precisasse dos 20 centavos, e os mais pobres eram os policiais apedrejados. Apedrejados e mal remunerados. Depois, vendo que as manifestações persistiam, os telejornais que antes adotavam o discurso contra, passaram a ser favoráveis: democracia é isso, e ela se aperfeiçoa.

Maria entendia o que estava acontecendo, aquilo era maior. Bisneta de escrava e professora de uma universidade federal, tendo a resistência e a militância correndo em suas veias, ela não esperaria acontecer. Nas turmas em que dava aula, induzia a discussão até chegar no assunto da vez, e dizia aos seus alunos com muita força e convicção que “era fundamental que eles, que eram jovens, estivessem na rua naquele momento, pois quem sabe faz a hora, não

⁸ Trata-se de um conjunto de contos, lançado em 2020, chamado **Fake fiction**: contos sobre um Brasil onde tudo pode ser verdade. O primeiro conto do livro se chama *Maria*, do escritor Danichi Hausen Mizoguchi.

espera acontecer, e quem não fosse, iria se arrepender porque não poderia contar para os netos que tinha ajudado a construir um país melhor”⁹.

Ela também irá, também não poderá perder o trem da história, também fará a hora, também estará lá com todos aqueles jovens, crianças, adultos, todos alegres por construírem algo melhor, um Brasil melhor. Faria acontecer. Ela vai à Cinelândia, ponto de concentração do ato. Admira aquele cenário que se forma, as pessoas que chegam, os papéis picados, as bandeiras que tremulam. Escuta atenta as palavras de ordem, tanto da direita quanto da esquerda, os enunciados que marcavam uma insatisfação; de um lado, a esquerda, e do mesmo lado, a direita.

Maria observava ali uma disputa que se montava na cidade; uma disputa na cidade e da cidade. Não havia hegemonia, tanto da esquerda quanto da direita, burguesia e proletariado ocupavam as ruas, independentemente de ter mais ou menos consciência de classe ou do que estava acontecendo, mais ou menos propriedade argumentativa para debater e explicar aquilo, até mesmo justificar a sua presença ali. As ruas estavam tomadas. Era uma cidade em disputa, embora todos estivessem aparentemente do mesmo lado.

As bandeiras vermelhas, umas dez ou onze bandeiras enormes, tremulavam. Maria reconhece logo que bandeiras eram aquelas, signos que avivavam suas memórias de lutas. E ali, junto a elas, havia aqueles que não as queriam, não aquelas bandeiras em específico, mas todas elas. O tom com que pediam para baixá-las era agressivo; eles não eram policiais, estavam dentro do ato, falavam de dentro dele, de quem participa, de quem protesta, de quem está junto. Estavam apenas vestidos de preto; não era possível saber se eram de fora, embora estivessem ali. Mas do que se poderia tratar? Uma dessas pessoas de preto saca uma faca e ameaça outra que está segurando uma bandeira; a polícia chega e todos começam a se dispersar em alvoroço. Maria nada entende: “que faca era aquela, quem eram aquelas pessoas e o que queriam ao ameaçar assim aquelas bandeiras que por tanto tempo foram seu norte na militância, a imagem mais precisa que ela tinha de um Brasil melhor”¹⁰.

Se por um lado era visível decifrar, no meio daquela massa, os signos que identificam os grupos, as classes, as pautas, as militâncias desse ou daquela organização política, naquele momento tudo ficou confuso, embaralhado. Aquela cena desconcertante de violência, de agressão gratuita de alguém de dentro, não passou incólume, pois não era da polícia que se tratava, nem dos fascistas que também ocupavam seu espaço e pediam a volta do AI-5 e da

⁹ MIZOGUCHI, D. H. Maria. In: DANTAS, J.; Rosp. R. (org.). **Fake fiction**: contos sobre um Brasil onde tudo pode ser verdade. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2020. p. 16.

¹⁰ *Ibid.*, p. 18.

ditadura militar; não era alguém que facilmente poderia se pensar e dizer: eles – contra nós. Era algo mais sutil, uma força um tanto ilocalizável; uma força que se manifestava de dentro, por mais que se pudesse e se quisesse pensá-la de fora.

No dia anterior, eles haviam combinado de dormir sem ter hora para acordar, almoçar qualquer coisa, um lanche ou uma besteira qualquer, aproveitar para relaxar, assistir um filme, passear com o cachorro, pegar uma praia ao entardecer, ver o pôr-do-sol e depois voltar para casa, mas sob hipótese alguma falariam de política ou da academia, ou de política e academia. Nada atrapalharia aquele domingo de sossego, afinal, eles já estavam saturados de tanta discussão dentro e fora da sala de aula, dentro e fora do partido, dentro e fora da militância, em casa e na rua, na família dela e na dele, nos artigos submetidos para as revistas, nas conferências, congressos, no bar com os amigos e até mesmo depois de transar. A bem da verdade é que o clima entre eles começava a pesar.

*

Se você falar em retrocesso mais uma vez eu juro que saio. A voz agastada de Maria interrompeu o discurso de Ricardo, o terceiro em menos de meia hora naquela tarde em que eles combinaram de não falar sobre política e academia, do Lula e do Bolsonaro, daquele vizinho filho da puta que pendurou a bandeira do Brasil na sacada do apartamento e ficava gritando vez ou outra em alto e bom som Mito, mito, aqui é mito, vão pra Cuba. Maria tinha sido paciente com Ricardo, pelo menos até o segundo discurso repetido como um mantra, palavra por palavra, sem alterar o *script*. Era do seu feitio tolerar as angústias e irritações alheias uma, duas, três, quantas vezes fosse preciso, ela era um poço de paciência, uma ilha de continência, mas não naquele dia.

Ele não esperava por isso, essa resposta tão dura e repreensiva, como ousava falar comigo desse jeito, e nesse tom? Quer dizer que o que eu te digo te dá vontade de sair, se afastar? Maria não teve tempo de se desculpar, de dizer que a vontade de se afastar não era bem dele, que o amava e muito, mas de tudo isso, dessas discussões que pareciam não ter fim e não levar a nada, que serviam mais para entristecer do que alegrar e que não via mudança nenhuma em ficar repetindo esse discurso sem parar, Até meus pacientes só falam disso e eu tenho que aturar Lula e Bolsonaro o dia inteiro e não basta a minha orientadora do doutorado pedindo pra eu reconsiderar as minhas críticas, dizendo que esse não é o momento pra isso, que precisamos mesmo é nos unir e lutar contra os fascistas que estão no poder, que a crítica à esquerda

agora não é construtiva, que é válida sim e necessária, mas não agora porque isso pode servir pro desmonte, agora precisamos é nos concentrarmos nas discussões que possam problematizar os retrocessos políticos desse desgoverno, e eu dizendo que era o meu último ano, que se não fizesse agora, no quente, talvez depois seria tarde demais, e ela insistindo que o acerto de contas vai ter que ficar pra mais tarde, infelizmente, que não era isso que realmente queria, mas que nós, professores e acadêmicos, que estamos nessa posição de poder, de poder produzir conhecimento, temos um compromisso ético com aquilo que escrevemos e que recuar em certos momentos é ser estratégico e que isso não significa abandonar a crítica, mas reposicionar, saber jogar, fazer um bom combate.

A última vez que eles tinham brigado fazia uns sete anos, e por um motivo semelhante, fútil, uma divergência sobre a leitura política de cada um sobre as jornadas de junho de 2013. Ricardo esbravejava contra aqueles moleques que nunca tiveram que lutar por liberdade, que reclamavam de barriga cheia, Esses ingratos, que só podem ir pra a rua protestar porque é um governo de esquerda que tá permitindo isso, porque nós demos as condições pra eles poderem ir às ruas hoje, essa juventude burguesa, essa classe média podre, esse câncer que nós ajudamos a criar, que acha que é boa demais, superior demais, abastada demais pra ser pobre e pobre demais, medíocre demais pra ser rica, que acha que é detentora dos meios de produção mas que não é detentora nem daquele apartamento velho fedendo a mofo financiado em prestações a se perder de vista, e que só puderam financiar porque um governo de esquerda permitiu isso. Se fosse na União Soviética essa burguesia já teria sido mandada pra Sibéria, e eu tenho é que concordar com os camaradas, Stálin matou foi pouco, o *paredon* foi pouco! Maria ponderava, dizia que não era bem assim, que alguma coisa não cheirava bem, que não aceitava essa postura reativa de Ricardo e que ele era melhor do que isso, que era preciso encarar os fatos com seriedade e não ser isentos das responsabilidades, a acusação de serem burgueses não colava naquele momento, Você lembra do Danilo e da Lúcia na reunião do Partido dizendo que os movimentos sociais estavam se organizando e que essa greve estava prestes a explodir? O Danilo e a Lúcia não são nenhuns burgueses e nem podem ser chamados de esquerda caviar, se te ouvirem falar isso vão se chatear contigo, eu vou me chatear contigo se você continuar com essa história, porque eu não sou nenhuma burguesa, ou agora eu também sou só mais uma burguesa, uma preta burguesa? Todos nós sabíamos que isso iria acontecer, mas o Partido riu, fez pouco, e tinha gente do nosso meio que não estava gostando nada daquela postura da direção, uma postura escarnecedora como a sua, e disseram que as informações de Brasília era de que estava tudo sob controle, que nada abalaria o governo, o problema estava no Congresso e as forças deveriam ser canalizadas ali, nas pautas da esquerda e não nas ruas, ainda mais por

greve puxada pelo nosso pessoal, isso era realmente impensável, era remar contra a maré, dar força pro inimigo. Ele dizia que ela precisava estar mais atenta ao que estava acontecendo, porque a direita estava preparando um golpe, e era verdade, ela também sentia isso, sabia que tudo ia mal, tudo mesmo, tanto pela esquerda e pior ainda pela direita que aproveitava o embalo para mobilizar toda força contra a primeira mulher eleita democraticamente na história desse país. No fim das contas, Maria só queria que Ricardo percebesse que aquilo era um campo em disputa sendo travado em todo o país e que ver inimigo em todo mundo que ousasse criticar o governo só fazia crescer o ódio, prato cheio para a direita.

Quando a greve estourou em 2013, puxada pelo Movimento Passe Livre, a jovem Maria estava nas ruas, ali era seu habitat, ela insistia em fazer convergir em um mesmo corpo militância e pesquisa. Os eventos daquele ano foram tão intensos para ela que aquela imensa quantidade de focos incendiários inevitavelmente acabou fazendo parte de sua pesquisa. Maria e Ricardo se conheceram nas reuniões do Partido, e naquela época ele acompanhou de perto as greves e a pesquisa dela, tinham algumas divergências sobre tudo aquilo, mas nada que pudesse atrapalhar o carinho que nutriam um pelo outro, nem mesmo aquele empurrão, quando ela ousou dizer que o pt estava usando o Estado como aparato para agir com truculência e violência contra os manifestantes inclusive contra os professores e alunos que estavam nas ruas, foi o bastante para estragar aquele início de relação. Daquela vez, Maria o perdoou, disse que era a última, a primeira e última vez que aquilo tinha acontecido, e que não toleraria mais crises de fúria, nenhum tipo de machismo para cima dela. Ele não falou nada, depois pediu desculpas, chorou, disse que a situação estava lhe fazendo muito mal e que não se reconhecia mais. No fundo, Ricardo era uma boa pessoa, um companheiro exemplar e um professor dedicado, e Maria sabia disso.

*

A militância estava em seu sangue e ele dizia que a sua vida só tinha sentido se fosse ali, na luta, e que tinha sido assim desde sempre, desde criancinha. Cresceu ouvindo as histórias sobre a Campanha da Legalidade, do tio gaúcho que percorreu o Estado do Rio Grande do Sul com os amigos recolhendo combustível de carros, caminhões, motosserras, A gente enfiava uma manga lá no fundo do tanque e sugavam a gasolina até sair, pegava o que podia, enchia os galões e partia pra outra cidade, muitos de tão exaustos por não dormirem e fracos pelo efeito que a gasolina provocava no corpo, vômitos e desmaios, ficavam pelo caminho e as senhoras, sempre bem dispostas, nos mandavam partir, eles ficariam em boas mãos, o estoque de combustível era mandado para o palácio Piratini, pra abastecer o comboio que iria marchar até Brasília e tirar os golpistas do poder assim que Jango colocasse os pés em Porto Alegre, mas

no final aquele arregão deu pra trás, quis fazer acordo com aqueles milico pé-de-porco e anistiou todos os golpistas. Se recordava, quando criança, do primo do seu pai narrando aquele momento histórico em que Brizola tinha montado um QG no palácio e construído nos porões a rádio da legalidade que transmitia para todo o Brasil e alertava o povo sobre o golpe, convocando a todos para a luta, e depois de tomar umas, ele reproduzia alguns trechos do discurso fielmente, aquele era o momento em que toda a família esperava. Com a voz firme, o sotaque carregado, o r arrastado como o de Leonel, a postura imponente, a cara fechada e com o cigarro na mão esquerda e um guarda-chuva preto embaixo do braço direito simulando a metralhadora que Brizola sempre carregava consigo, ele começava: Peço a vossa atenção para as comunicações que vou fazer. Muita atenção. Atenção, povo de Porto Alegre! Atenção Rio Grande do Sul! Atenção Brasil! Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela que há de ser heroica, uma cidadela da liberdade, dos direitos humanos, uma cidadela da civilização..... ele adorava essas histórias, como era bom, como era divertido tudo aquilo, era um misto de gargalhadas e arrepios. E se Ricardo acumulava histórias para contar desde os tempos de JanJan e de todo o período da ditadura e das lutas pela redemocratização, esse mesmo espírito combativo e irrequieto não sossegaria, ainda mais depois do golpe sofrido por Dilma Rousseff e depois que o fascismo tomou o poder com o apoio massivo de uma classe média branca que foi às ruas vestida de verde e amarelo. Alguma coisa precisava ser feita, e urgente.

Entre os professores e alunos, Ricardo sempre foi muito querido. Ele era alguém que os amigos de trabalho podiam contar e os alunos se espelhar. Tá certo que às vezes ele se ofendia quando um mestrando ou doutorando publicava um artigo sem tê-lo chamado, sem ter considerado colocar o seu nome, porque isso é uma coisa um tanto óbvia, publicar sem o orientador? Uma falta de consideração, um descaso, e ele falava, na primeira oportunidade ele falava, em tom sempre de brincadeira, com um sorrisinho lacônico e uma piadinha oportuna sobre a falta de consideração, sempre deixando muito claro que estava tudo bem, porque embora magoado, embora ressentido, ele sabia levar tudo da melhor forma, afinal, Ricardo era muito mais do que qualquer mesquinhez acadêmica, qualquer disputa por prestígio, por atenção, bajulação, status, poder. Tá certo que às vezes ele pegava no pé de algum colega de trabalho, coisas que existem em todo programa de graduação e principalmente de pós-graduação, como aquela vez com a Rebeca, que teve filho, Eu entendo, todo mundo no programa entende, mas ser mãe não é desculpa, ser mãe não é doença, se não for capaz de cumprir as exigências de produção, eu sinto muito, não podemos fazer nada, o colegiado ainda pegou leve, só não vai poder abrir vagas na pós-graduação no próximo semestre, ou é isso ou daqui a pouco estamos

sem programa. Tá certo que às vezes se irritava com alguns alunos estrangeiros, especialmente quando sentia um quê de superioridade, do fato de virem aqui para aprender um pouco sobre a nossa cultura, conhecer o exótico, o destino dos seus primos pobres. Foi assim com aquele italiano e depois com o alemão que andava sempre com um livro do Nietzsche na mão lendo no original e se sentindo o próprio, com um bigode que fazia qualquer um ver o retrato do filósofo em cores. E foi logo na primeira aula, na primeira discussão, quando falavam sobre a colonização e os seus efeitos, do quanto é difícil nos percebermos nesse processo que é vivo e muito presente ainda hoje, o alemão metido a Nietzsche quis falar, quis se colocar, quis assumir a dívida histórica, a culpa, dizer que sabia o que seus antepassados fizeram, tanto aqui quanto lá com os judeus e que tudo isso tinha sido uma tragédia sem precedentes. Como estrangeiro, ele compreendia muito bem a língua, mas tinha dificuldades para pronunciar e um pouco de vergonha de errar as palavras, e no calor daquela discussão perguntou se podia falar em inglês, se o senhor professor permitisse, já que o professor sabia inglês, e não seria um problema se fosse em alemão também, Ricardo era fluente, depois era só traduzir para a turma, então ele perguntou Eu posso, professor?, meio desajeitado, meio envergonhado, e Ricardo não titubeou, Fala como você conseguir, mas fala na nossa língua. O alemão corou, assentiu com a cabeça, falou duas ou três frases mal articuladas e silenciou. Ricardo olhou para ele, olhou para a turma que gozava em silêncio, e continuou a aula do ponto em que tinha parado, como se nada tivesse acontecido. O alemão, que ninguém sabia o nome e pouco importava, precisava saber que esse território não era o seu, que ele e seus antepassados já tinham falado demais, agora era hora de calar a boca, ficar quieto, escutar, aprender.

8.4 Onde tudo (supostamente) começou

Deslocamento, circulação, travessia, passagem. Esses são modos de nomear os fluxos que fazem a cidade ser o que ela é. A urbe se desloca diariamente, embora temos a sensação de que ela permaneça sempre a mesma. Em cada período do dia, luzes e sombras e fluxos que a percorrer, seja de automóveis, animais ou pessoas produzem atmosferas distintas. O deslocamento do trabalhador até o seu trabalho envolve um itinerário específico, e ele percorre as diversas paisagens que formam a cidade – ele a produz à medida em que por ela é produzido. É precisamente o fluxo que faz a cidade ser cidade.

O que faz convergir capitalismo e urbe é o fato de ambos necessitarem, para sua sobrevivência, da circulação. Evidentemente que o modo como a circulação de um funciona difere da circulação do outro, mas, em certo sentido, elas convergem, já que, em dado nível a

circulação na cidade faz também com que a circulação do Capital se realize. A questão é que, quando se trata da circulação do transporte, o deslocamento que um trabalhador faz de um ponto ao outro da urbe implica um *quantum* de tempo; é um fluxo que se desloca e, em potencial, um fluxo capaz de ser integrado à circulação do Capital – ele se tornará uma mercadoria. Assim, não é só a mercadoria que circula, mas a própria circulação se torna uma mercadoria. Condiciona-se à necessidade da circulação, seja para trabalho ou lazer, um valor, o qual será apropriado como mais-valia. A circulação pode ser considerada um excedente, produzida pelo trabalhador, a princípio sem valor, do qual ele não será remunerado – ao contrário, pagará. Interessante paradoxo, em que o deslocamento para o trabalho se faz pagando; paga-se para receber.

Para cada deslocamento será preciso pagar, e é assim que o capitalismo converte a circulação na urbe em circulação de Capital, a circulação na urbe em dívida. Para cada deslocamento, há uma dívida que lhe é própria; ela é anterior à própria circulação. Sem pagá-la, o que no limite se torna impossível, não se circula, e os dispositivos estarão lá para fazer funcionar o que se estabeleceu como verdade. Eis a catraca, uma das formas de fronteiras que serão distribuídas pela cidade, de modo a barrar todo fluxo rebelde que não tenha aceitado, como bom cidadão resignado, o pagamento de sua dívida; e ela serve, para além disso, como meio de exclusão: não será possível a todos transitar por qualquer lugar, e o valor de cada passe não é mais que a materialização dessa verdade.

Mas há aqueles que nem a resignação e nem a catraca impedem a livre circulação, e quando nem a culpa e nem a catraca dão conta, o Estado, a polícia e os juízes estarão presentes para desempenhar o seu bom papel, e para lembrar que somos todos sujeitos da dívida. Há ainda momentos em que nem o Estado e seus guardiões conseguirão barrar a circulação dos fluxos que não se ligam aos fluxos do Capital; ou, o que é pior e mais perigoso, quando o bloqueio da circulação do fluxo de Capital é contraefetuado justamente por aqueles que foram barrados. É o exemplo do Movimento Passe Livre, que ocupou um importante lugar na cena pública nas jornadas de junho de 2013, que se iniciou com as reivindicações contra o aumento dos 20 centavos no preço das tarifas de ônibus, metrô e trens de São Paulo. Bondes virados, trens apedrejados, ônibus em chamas, catracas, muros “pixados”, barricadas erguidas em diversos pontos da cidade eram a expressão de uma revolta ao modo como a circulação ordenava-se pela lógica do Capital.

Embora tenha ganhado visibilidade em 2013, não foi ali que tudo começou. Há pelo menos dois grandes momentos que o constituem. O primeiro, em 2003, no que ficou conhecido como Revolta do Buzu, iniciada em Salvador, e que arregimentou cerca de 40 mil pessoas

durante o mês de agosto. O segundo, em 2004, na cidade de Florianópolis, e que ficou conhecido como Revolta da Catraca. Esses dois acontecimentos formaram as condições para que em 2005, no V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, surgisse o MPL. “Surge então um movimento social de transporte autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central”¹¹. A partir de então, uma série de outras revoltas foram acontecendo, até o ano de 2013, quando ela ultrapassa o próprio movimento. E caberia nos perguntar, sem a pretensão de responder, o que aconteceu para que somente em 2013, e não nos anos anteriores, essa atmosfera insurgente envolvesse quase todo o Brasil?

Em São Paulo, onde tudo começou, as redes sociais tiveram um papel importante, especialmente o facebook e o twitter, no que se refere à arregimentação de forças nos protestos que começavam a surgir; as redes sociais invadem as ruas. À época, o governador era Geraldo Alckmin, tido pela esquerda como um político de direita – agora parecem aceitar que ele nunca foi de direita, e sim de esquerda, e tudo não passou de um grande equívoco –, e o prefeito da cidade, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores. Quando tudo começou, tanto Alckmin quanto Haddad trataram de deslegitimar o movimento, e houve uma demora tanto de um quanto de outro em estabelecer o diálogo, o que contribuiu para que a proporção do ato fosse ficando cada vez maior.

As manifestações não tiveram como origem, como se pensou num primeiro momento, ou como se fez crer posteriormente, os grupos conservadores de direita, mas sim de esquerda. É que soava estranho: como uma manifestação, que tomaria tal proporção, poderia ser puxada por parte significativa da esquerda, ainda mais em São Paulo, onde o prefeito era Fernando Haddad, e na presidência tínhamos Dilma Rousseff? Engana-se quem pensa que se tratava de uma massa fascista e homogênea, muito embora as jornadas de junho foram também o momento em que a direita foi às ruas defender o que anos antes seria impensável; quer dizer, a partir das manifestações de junho se tornou possível que uma parcela da sociedade se enunciasse como sendo de direita e conservadora. Ao mesmo tempo, acreditou-se demais em uma certa perspectiva puritana de esquerda, em que ser de esquerda seria necessariamente estar vinculado a determinado partido ou instituição. E foi assim que um paradoxo se instaurou no sentido consensual de até então: ser de esquerda contra a esquerda? Isso beirava o absurdo. Mas, como destacou Sakamoto, “a revolta desses contra quem portava uma bandeira não foi

¹¹ Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. [et al. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 15.

necessariamente contra o sistema partidário, mas sim contra as instituições tradicionais que representam a autoridade como um todo”¹².

A mídia, de modo geral, reagiu de maneira ostensiva aos protestos. Ela havia tomado uma posição contrária. Um caso emblemático aconteceu no programa televisivo *Brasil Urgente*, apresentado por Datena. Ele vociferava contra as manifestações: tratava-se de baderna; manifestação deveria ser pacífica. Como todo bom programa sensacionalista, o que não poderia ficar de fora era uma enquete, feita ao vivo: você é a favor desse tipo de protesto? A convicção do apresentador de que o seu público iria dar crédito às suas posições contra as manifestações caiu por terra quando os números começaram a aparecer. Incrédulo, ele se questionava se a pergunta havia sido mal formulada, afinal, dissera que votaria “não”, já que não era favorável às manifestações. Datena então reformula a pergunta: você é a favor de protesto com baderna? O resultado se mantém igual. “E então, o ‘povão’ ou, mais precisamente, aquela audiência específica, habituada a temer fantasmas de Vândalos e Bandidos, se mostrou teimosa na resposta que, a essa altura, só poderia ser lida como uma reação irracional”¹³. Mas o erro não estava na pergunta mal formulada e sim nas ruas.

Mas não só a mídia, devemos escavar um pouco mais se quisermos entender de que modo o discurso sobre o fascismo tomará a cena pública, e isso implica analisarmos o modo como o próprio campo da esquerda avaliará as jornadas de junho quando ela se amplia, sendo não mais um problema circunscrito a algumas metrópoles, mas um problema de Estado propriamente.

Em entrevista para a revista *Cult*, que aconteceu no último domingo do mês de junho de 2013, Marilena Chauí falará sobre as manifestações. Ao ser questionada sobre sua primeira reação, dirá: levei um susto. Não esperava a adesão tão forte da população às manifestações, especialmente puxadas pelas redes sociais. Chauí chegou a participar do Conselho da Cidade, convocado por Haddad, para discutir a revogação da tarifa. Intuiu que, caso não fosse revogada, haveria uma mobilização ainda maior. “E não deu outra. Algumas pessoas ficaram perplexas; eu não. Diziam: ‘Como pode haver manifestação? A inflação está sob controle; o desemprego diminuiu; os programas sociais funcionam; há estabilidade econômica e política!’”¹⁴. O problema é que tudo isso não estava em questão. Na verdade, o que estava em jogo, e Chauí

¹² SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. [et al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. *Op. cit.*, p. 98.

¹³ VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. *Op. cit.*, p. 54.

¹⁴ CHAUI, M. Marilena Chauí fala das manifestações de junho e da reforma política (p. 06-15). In: **Revista Cult** nº 182, ano 16. Agosto de 2013. p. 10.

entendeu o problema num primeiro momento, era o caos urbano; o inferno urbano – como afirma – que São Paulo estava se tornando.

O outro problema relacionado às manifestações dizia respeito à recusa da política. Segundo a filósofa, foi precisamente a recusa da política fez surgir, como efeito da negação, o golpe militar em 1964, o fascismo de Mussolini na década de 1920, e depois, o Nazismo de Hitler. Mas o que seria essa recusa? A resposta é direta: a ausência de mediação, de mediação do desejo. A satisfação imediata do desejo, fruto de uma sociedade consumista, implicaria na ideia inadequada de que uma manifestação teria como fim a mesma imediatez. Assim, a falta de mediação do desejo “é uma das raízes da violência, porque anula a mediação, quando, na verdade, o desejo precisa de mediação. No âmbito das manifestações, isso se expressa pela recusa da mediação política”¹⁵. O desejo teria necessariamente que passar pela mediação, e ela pressupõe a representação, isto é, a política. A política seria o meio sem o qual o desejo não existiria na sua forma plena, tendo como consequência o seu negativo. Ao se tirar a mediação institucional, seria como se estivesse pedindo a ditadura, o fascismo.

Se o desejo necessita da representação para não ser fascista, a representação pressupõe o Estado e suas instituições, e os partidos; ambos operando a mediação do desejo e realizando a política – a democracia. A esquerda, nesse sentido, só pode ser esquerda e realizar a política se passar pela mediação representativa, isto é, o Partido, e este, por sua vez, governar, o que pressuporia a realização da democracia. Não há outro jeito, fora do jogo instituído, tudo há de ser fascista. A entrevista prossegue com a filósofa retomando alguns pontos de sua posição, inclusive sobre o pt e sobre a classe média que, segundo sustenta, seria a causa da crise política. Em relação ao pt, trata de desfazer alguns mal-entendidos sobre sua posição, que na realidade seria crítica. Ela cita dois episódios: o primeiro, em 1993, quando participou de um congresso do partido e, toda vez que pedia a palavra nas salas onde estavam acontecendo as deliberações, era interpelada: a companheira é delegada? Então não pode falar. “Fui, então, para o meio do pátio e comecei a gritar: ‘Destruíram o PT! O PT acabou! É preciso refazer o PT!’”. Fui levada para fora do recinto, porque ‘a companheira não estava entendendo o congresso’”¹⁶. O pt teria se tornado uma máquina burocrática. O segundo episódio, quando ocorre o escândalo do mensalão, em 2005, e um grupo surge, chamado Mensagem ao PT, com o intuito de refundar o Partido, e no qual ela esteve presente.

¹⁵ *Ibid.*, p. 09.

¹⁶ *Ibid.*, p. 11.

Retornando ao ponto de tensão, isto é, a representação do desejo, a entrevista se encaminha para o problema da violência, e, nesse caso, o da revolução. Os processos revolucionários, segundo Chauí, foram historicamente marcados pela violência, pois é um movimento que destrói as instituições para reconstruir outras, mas a violência não é o seu fim, ela é o meio para a revolução, a qual teria metas e objetivos bem definidos. “Primeiro, a classe revolucionária tem de estar organizada e saber quais são as metas e quais são os alvos físicos. Você não quebra qualquer coisa”¹⁷. Ao contrário, o que se viu nas manifestações de junho foi uma violência que se colocava como fim em si mesma, uma vez que ela não teria metas, isto é, objetivos e alvos bem definidos, e nem seria organizada – portanto, não se caracterizaria como uma revolução, e nem assim poderia ser concebida. Desse modo, estabelecida a diferença excludente entre a verdadeira revolução e o simulacro, esta última se caracterizaria como fascista. “Se não se está em um processo revolucionário, se não há uma organização da classe revolucionária, se não há a definição de lideranças, metas e alvos, você tem a violência fascista!”¹⁸. Por um lado, a recusa da política seria fascista, por outro, o modo como supostamente se estaria fazendo a revolução, também. Não há como escapar. Quando a Ideia se interpõe, tudo será simulacro – e não no seu sentido afirmativo.

Pouco mais de dois meses após o início das jornadas, Chauí participará de um ciclo de conferências sobre violência para cadetes e oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, na Academia da Polícia Militar do Rio¹⁹. Em sua fala, fará uma articulação entre a violência e os acontecimentos da ordem do dia: as manifestações que ainda persistiam e que teriam focos pelo país o ano todo. A mesma análise é colocada: as manifestações têm inclinação fascista; não apresentam nenhum plano de organização e objetivos definidos – mais uma vez, o problema do desejo e da representação. Em seguida, se atém ao movimento black blocs. Seriam eles também fascistas. A questão aqui não é tanto o modo como ela analisa o acontecimento e o qualifica; há muita lucidez em suas análises, especialmente pelo fato indiscutível de chamar a atenção para alguma coisa que seria da ordem do assombro e que poderia tomar uma direção perigosa, muito embora possamos problematizar alguns pontos de sua análise, especialmente a desqualificação e o despeito quase que total das insurgências em proveito de uma ideia de esquerda, uma ideia de revolução, uma ideia de política e uma ideia de democracia. O que queremos colocar como problema e a implicação de uma filósofa da envergadura de Marilena Chauí, que ocupa uma

¹⁷ *Ibid.*, p. 14.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1332434-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofa-a-pms-do-rio.shtml?origin=folha>

importante posição como intelectual de esquerda, ir até a Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro, da polícia que, se não for a mais, é uma das que mais matam no mundo, e sinalizar a essa instituição que aqueles que estão nas ruas praticam a violência de caráter fascista, portanto, intolerável, e não a revolucionária, isto é, aquela que tem um caráter positivo e libertário?

Algumas páginas adiante, na mesma edição em que a entrevista com Chauí aconteceu, Safatle colocará em questão o ponto que para nós é central na discussão sobre as jornadas de junho: a representação. Fazendo um contraponto não com Chauí, mas com o psicanalista Christian Dunker, que havia declarado que as manifestações de junho seriam perigosas e preguiçosas por não terem um líder, um porta-voz, um partido, o filósofo dirá que tudo se passa como se fora dos padrões da representação da política – e isso envolveria as instituições e os partidos –, o caos reinasse. “Estamos tão presos ao ‘fetiche da representação’ que só enxergamos um acontecimento com os olhos de quem se amedronta com o irrepresentável e com o indeterminado”²⁰. O momento presente – referindo-se às jornadas –, seria o momento de uma crise de representação, e não apenas uma crise de representação política, que envolveria os partidos e o governo, mas também uma crise de representação da mídia, dos movimentos sociais tradicionais, isto é, o sindicato, os movimentos estudantis institucionalizados etc.

O problema da representação se coloca como uma antinomia. De um lado, a crise da representação teria um caráter fascista, uma vez que tenderia à negação e recusa total das instituições representativas; por outro, o fechamento sobre a representação é também um meio de se chegar ao fascismo, pois impossibilitaria a passagem de outros modos de tomar a política que não passe necessariamente por essa dimensão.

Em um texto publicado na *Folha de S. Paulo* (anota aí: *eu sou ninguém*) e que depois integrará o livro *Ensaio do assombro*, Pelbart fará uma interessante análise das jornadas de junho. Naquele momento, era difícil responder ao problema que comumente estava sendo colocado: o que representaria junho de 2013? Quais suas motivações e o que querem aqueles que estão nas ruas? Perguntas sem respostas, mas que indicava algo mais importante: as manifestações estariam passando por uma guerra de interpretações, e isso seria inevitável; interpretações que se moveriam muito mais pelos jogos de saber e poder e pelo modo como se

²⁰ SAFATLE, V. Diálogos na transversal. In: **Revista Cult** nº 182, ano 16. Agosto de 2013. p. 52.

situariam nessa disputa de narrativas. Antes de saber o que queriam os manifestantes, suas pautas e objetivos bem definidos – na verdade isso seria um falso problema –, era preciso indagar o que esse acontecimento poderia desencadear dali em diante, pois o que estava em curso era um deslocamento, não mais ao nível das representações – esse ou aquele partido político, esse ou aquele personagem –, mas ao nível de uma potência coletiva, uma atmosfera contagiante. Seria o momento de um corte na continuidade do tempo político. A política, tomada como representação e os eleitos que dela participam, se impôs de modo hegemônico de vida até então, um horizonte quase intransponível. Para onde iríamos depois não seria possível saber; as ruas estavam tomadas tanto por forças ativas quanto reativas, tanto à esquerda quanto à direita. “Infiltrados de todo tipo veem nessa movência uma ocasião única para emplacar o ‘Fora Dilma’! Mas não deveríamos deixar um movimento tão rico na mão da direita organizada ou dos fascismos que grassam por toda parte”²¹.

Tal análise sobre a crise de representação encontra ressonância também com a posição da filósofa anarquista Camila Jourdan, que teve uma participação ativa nos protestos; esteve nas ruas e mais tarde será presa politicamente e condenada no processo que ficou conhecido como Processo dos 23. As acusações: formação de quadrilha e corrupção de menores. Segundo afirma, muitos daqueles que foram às ruas tinha como pontos de crítica a denúncia das mortes pela polícia nas favelas e periferias, através da palavra de ordem que ganhou o mundo: “Cadê o Amarildo?”, um pedreiro negro que foi sequestrado e assassinado pela polícia do Rio; a denúncia das remoções de milhares de pessoas quando da execução do projeto de reforma urbana, chamada de revitalização; a denúncia da farra dos megaeventos. “Nós lutávamos contra o pior e mais caro transporte público do mundo, contra seus aumentos sucessivos e abusivos, contra seus esquemas de corrupção com o poder público, que inclusive já foram descobertos e processados”²².

A crise de representação não ficaria restrita a 2013; ela continuará em pelo menos mais dois momentos: em 2014, quando da Copa do Mundo de Futebol, realizado no Brasil, e em 2016, nas olimpíadas Rio 2016, período em que Dilma sofreria o processo de impeachment. Em 2014, as ruas foram tomadas pelos protestos contra a Copa no país do futebol, o mesmo país que precisou, para que o evento ficasse belo, limpo e atrativo aos olhos e gostos estrangeiros mais exigentes, que uma massa urbana periférica fosse desocupada, e onde os muros foram erguidos para criar uma fronteira entre o que se podia ver e o que se deveria

²¹ PELBART, P. P. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1 Edições, 2019. p. 116.

²² JOURDAN, C. **2013: memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018. p. 16.

esconder. Em 2015 houve a tentativa de remoção na favela conhecida como Favelinha do Metrô-Mangueira, situada ao lado da UERJ. Os estudantes foram apoiar a resistência à desocupação. O efeito dessa mobilização conseguiu impedir a desocupação, e as famílias conseguiram permanecer no local. Logo depois, começou-se uma investigação para apurar a participação dos estudantes da UERJ, uma vez que, fugindo da violência policial, muitos retornaram à instituição e lá se iniciou um confronto com os seguranças, que impediam a entrada dos estudantes. Nesse confronto, os seguranças utilizaram mangueiras para conter os estudantes com a força da água, o que fez com que a vidraça da instituição quebrasse. Na investigação, buscava-se identificar os responsáveis pela depredação do patrimônio público – os estudantes de saída eram os culpados. E não só: a investigação apurava uma suposta denúncia sobre tráfico de drogas. Na verdade, a intenção era menos a investigação e mais a criminalização, uma interessante coincidência com os métodos utilizados do período ditatorial.

O ano de 2013 foi o momento em que houve uma recusa ao modo tradicional de fazer política, inclusive por boa parte da esquerda. Como resposta a essa recusa, “partidos de esquerda lançaram notas se desvinculando [das manifestações] e criticando a ação dos anarquistas, alguns ajudaram mesmo a criminalizar e entregar pessoas para a polícia”²³. E não foi nenhuma surpresa que esse mesmo posicionamento de certos grupos de esquerda convergisse tanto com o modo com que o Estado e a própria polícia atuavam. “O inquérito chega a dizer que ‘a organização não eleitoral se afasta do viés político-ideológico legítimo em nosso sistema democrático’”²⁴. É, portanto, uma esquerda que se desvia ostensivamente das normas do jogo democrático.

A análise sobre a prisão dos 23, em 2014, nas vésperas da final da Copa do Mundo, mostra que essa foi uma reação a 2013 e ocorreu antes do processo eleitoral. A intenção seria impedir tanto a revolta popular quanto garantir os lucros da FIFA e as eleições sem protestos. Esse foi o primeiro grande processo após as jornadas de junho; um modo de punição exemplar, por meio da lei antiterrorismo, e a ironia desse projeto que qualifica como terrorista os movimentos sociais é que ele foi apresentado por um governo que nasce dos movimentos sociais, e por uma presidenta que foi presa politicamente e torturada durante a ditadura por ser considerada uma terrorista.

Passados quase nove anos do acontecimento de junho, a filósofa retoma as análises sobre o período, tocando em dois pontos importantes: o problema da crise de representação, e a

²³ *Ibid.*, p. 89.

²⁴ *Ibid.*, p. 91.

disputa de narrativa em torno do acontecimento. Por um lado, “as formas tradicionais de organização foram recusadas, partidos políticos foram rechaçados, toda ideia de instituição e representação estava em questão”²⁵; por outro, a narrativa oficial de que 2013 abriu as portas para a extrema direita. Entendido como um processo de abertura à extrema direita, a interpretação que se faz é de que 2013 provocou um dano, qual seja, a ascensão do fascismo, e todos os envolvidos seriam seus responsáveis; a esquerda que foi às ruas era, então, profascista. Mas essa narrativa, segundo Jourdan, eximirá a esquerda institucional e partidária de suas responsabilidades de ter aberto as portas para a serpente fascista da qual pretenderia agora combater, especialmente com medidas que à época foram tomadas, como a Operação de Garantia da Lei e da Ordem, e a Lei Antiterrorismo. “Se sempre que nos revoltamos, o que temos é um mal ainda pior, melhor aguardar 2022 para votar, quando o então suposto messias voltará para nos salvar, perdendo os rebeldes que não sabiam o que faziam e redimindo nosso maior pecado, que foi a revolta”²⁶.

Uma outra leitura desse mesmo acontecimento, que tem como gesto menos a retomada do acontecimento 2013 e mais o encaminhamento de problemas ao presente – afinal, é sempre dele que falamos, mesmo quando percorremos uma longa história –, vai colocar as revoltas como legítimas por si mesmas; elas tiveram tamanha força de contágio que foram capazes de fazer do Brasil um caldeirão. É certo que não houve *um* 2013, mas muitos. Nesse sentido, o esforço da filósofa anarquista é o de mostrar que, nesse fractal insurgente, as ruas também foram palco de disputa e de recusa da própria direita que se pretendia a solução, inclusive pela via da representação – foi o caso das palavras de ordem que pediam o impeachment de Dilma.

Diferentemente do que se operou na ditadura, em que o comunista fora produzido como inimigo, a partir das jornadas de junho a própria esquerda contribuiu para que se criasse as condições institucionais de retorno do inimigo à cena política, especialmente através da lei antiterrorismo, que teve como consequência a criminalização da multidão, impingindo-lhe a pecha de terroristas. Para muitos, a multidão nas ruas representava nada mais, nada menos, que fascismo, e a esquerda introduzirá o substantivo na ordem do discurso antes para qualificar a própria esquerda. A consequência dessa narrativa faz com que, novamente, toda possibilidade de produção do real seja esmagada por uma concepção representativa, a qual se torna força de majoração discursiva. Retornamos então ao mesmo ponto: para que haja uma verdadeira transformação social só há uma única via; fora dela, há o caos, há o fascismo. Temos, então:

²⁵ JOURDAN, C. O que tem 2020 com 2013? Ensaio sobre pandemias e insurreições. **Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, nº 70, 2021. p. 153-167. (p. 154).

²⁶ *Ibid.*, p. 156.

uma posição de esquerda, o partido; uma concepção de poder, a representação; e o estatuto da democracia, o governo. Ou, o que dá no mesmo: uma posição de esquerda, a representação; uma concepção de poder, o governo; e o estatuto da democracia, o partido. Ou ainda: uma posição de esquerda, o governo; uma concepção de poder, o partido; o estatuto da democracia, a representação. Esse será um dos grandes problemas que tem atravessado boa parte da história brasileira e principalmente da esquerda. O discurso que se coloca como força de majoração tem seus procedimentos de exclusão que impossibilitam a enunciação de outras formas de veridicção, ao passo que não permite a colocação de novos problemas inclusive para a esquerda.

Mas será que 2013 foi realmente o momento histórico que fez com que o fascismo emergisse na cena política? Não estamos totalmente convencidos, e precisaremos recuar um pouco mais. Como dirão Deleuze e Guattari, quando falam que na psicanálise se passa o mesmo que com a Revolução Russa – nunca se sabe muito bem quando tudo começa a ir mal; há sempre a necessidade de recuar um pouco mais. “Com os americanos? Com a primeira Internacional? Com o Comitê secreto? Com as primeiras rupturas que marcam tanto a renúncia de Freud como as traições dos que rompem com ele? Com o próprio Freud, desde a ‘descoberta’ de Édipo?”²⁷. Com o problema do fascismo brasileiro se passa algo parecido, nunca sabemos ao certo quando tudo começa a ir mal: com Bolsonaro e seu clã miliciano? Com as jornadas de junho? A ditadura militar? Com a migração europeia fruto de uma política pública de embranquecimento da raça da primeira República? Com o integralismo? A independência? E antes disso, a própria colonização não seria fascista antes do fascismo propriamente dito?

²⁷ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. *Op. cit.*, p. 78.

9. Novo milênio (Parte I)

E por acaso a gente não chegou junto à
conclusão que aquilo era raro, que aquilo não
acontecía com todo mundo, que aquilo era
uma baita de uma oportunidade, porque tinha
gente que vivia a juventude sob fascismo, sob
guerra, sob ditadura, e a gente vivia a
juventude quando o futuro se abria de novo
pro país, tantos sonhos, tantas promessas,
tantas reparações, e que aquilo era lindo, e que
aquilo era a vida, e que aquela era a nossa
hora, que aquela era uma chance que a história
nos dava, cara?

Danichi Hausen Mizoguchi
(*Cinco ou seis dias*)

9.1 Sintomas

As três epígrafes no começo do romance *Cinco ou seis dias*, de Danichi Hausen Mizoguchi, dão o tom, logo de cara, do gesto a que o autor se esforçará para dar forma; elas são o ponto chave da leitura. Ali são apresentadas três citações sobre o problema da geração, de três autores diferentes. A primeira citação, de Roberto Bolaño, diz da escrita como gesto de amor e despedida à sua geração; a segunda, de Paulo Scott, diz de uma sensação de paralisia quando parece não ser mais possível ver qualquer saída, no presente, em relação ao futuro, e igualmente a percepção que daí emerge de que as coisas são o que são e que continuarão sendo: gerações derrotadas e a dor na qual acabamos por nos acostumar; a terceira, de Walter Benjamin, diz de um apelo que o passado faz ao presente, no caso, de uma geração a outra, e que não poderá ser rejeitado impunemente.

Cinco ou seis dias foi publicado em 2022, e como tal, é um gesto em relação ao nosso passado recente. A história situa-se nos anos 2000 e 2001, em Porto Alegre, mas o lugar é menos importante, o que interessa mesmo é o momento histórico em que ela acontece. Menos importante certamente não por causa do lugar e sim precisamente porque o lugar é apenas uma espécie de alegoria que tem por objetivo último traçar um panorama geracional, um panorama de época. Nesse sentido, são dois os problemas ali implícitos, e são eles que o autor constantemente nos força a retomar a cada capítulo. O primeiro, de ordem pessoal, pois convoca o leitor: como é ler *Cinco ou seis dias* nesse momento de nossa história? O segundo, da ordem do estranhamento, não tanto pessoal, mas justamente geracional, isto é, em relação àquela do início de século e esta, duas décadas depois – e certamente as que virão: como é chegamos até aqui? Então, o que somos forçados a sustentar como problema muito mais que responder é: que efeitos a narrativa provoca na geração que a lê, e igualmente, que momento é esse que atravessamos e que faz com que emergja a necessidade de uma narrativa como essa?

O romance nos coloca diante dos sonhos de uma juventude, de suas expectativas, dos projetos, daquilo que caminhava para dar certo, do amanhã do qual todos que haviam sucumbido durante o período da ditadura e as gerações que haviam se ido não chegaram a vislumbrar. E é precisamente por isso que a narrativa provoca um estranho efeito; um mal-estar toma conta, provocado pelos sentimentos de frustração e tristeza. Duas décadas depois, ao nos depararmos com os fragmentos daquele período, a primeira impressão que nos toma é a de que o que está sendo refletido no presente é o espelho invertido do passado, como se a alegria de outrora refletisse a tristeza do agora. Como pudemos, na alegria, estarmos tão desatentos à

tristeza, termos celebrado a vitória e as conquistas construídas sob castelos de cartas, termos sonhado tanto e esses sonhos se transformarem em pesadelo? Ora, mas tratar-se-ia de um espelho invertido ou de sintomas cada vez mais agudos?

Para construir esse panorama geracional, Mizoguchi monta a narrativa em cima de três personagens, três amigos que se conheceram na faculdade de psicologia, três amigos que partilhavam de uma mesma utopia revolucionária: transformar o mundo. Mas esses três personagens não são propriamente sujeitos, e mesmo que se queira, é difícil tomá-los por seus aspectos individuais, psicológicos. Eles são antes uma espécie de atmosfera afetiva; carregam, para além do nome próprio, as luzes e as sombras de um dado momento histórico. Dos três personagens, Maria ocupa uma certa zona de indeterminação entre João e Dante, uma zona limiar entre os dois. Ela ficará um tanto ofuscada durante a narrativa – e deveremos voltar a ela se quisermos avançar na construção de nossa argumentação. Por outro lado, Dante e João funcionam quase como uma polarização geracional entre a alegria e a tristeza, entre o sucesso e o fracasso, entre a esperança e a desilusão.

Dante, nome que faz lembrar o autor de *A divina Comédia*, Dante Alighieri, e não por acaso, pois se havíamos passado pelo inferno da ditadura e saíamos do purgatório com Fernando Collor e FHC, a virada de século certamente era a promessa da conquista enfim do paraíso, a salvação de sua geração. A narrativa que acompanha a vida de Dante por diversas vezes coloca um tom sutil de ironia, especialmente quando trata da tecnologia e do surgimento das redes sociais – o Orkut e suas comunidades, o MSN e as conexões com pessoas tão distantes e tão diferentes, os blogs e todo seu teor revolucionário de fazer ver, em tom de denúncia, o que antes era invisível aos olhos da sociedade; a possibilidade, enfim, de experimentarmos verdadeiramente valores como igualdade, fraternidade, um mundo comunal, feliz, alegre, onde todos os sonhos teriam espaço para se tornar realidade; uma verdadeira fábrica de utopias, da revolução feita por dentro do próprio sistema, de fazer o próprio mercado funcionar em favor de um mundo melhor, “porque quem deve se impor são as pessoas, e não o mercado, e que era isso que queriam fazer, um mundo em que as pessoas fossem protagonistas, uma parada inovadora, autêntica, que possa gerar um impacto positivo na cadeia de produção, no mercado, nas pessoas”, e porque se tudo muda “a esquerda também tem que mudar, se atualizar, porque o mundo já é outro, e que uma das coisas que tinha aprendido com João é que é preciso ocupar os espaços, disputar os sentidos, porque se as pessoas interessantes ficarem só no próprio mundinho nada vai mudar”¹.

¹ MIZOGUCHI, D. H. **Cinco ou seis dias**. Porto Alegre: Dublinense, 2022. p. 27-86.

Mas a assustadora realidade é que se trata menos de ironia. Trata-se, na verdade, de um sincero testemunho da geração que no começo do século XXI acreditou que ali talvez seria o novo espaço de disputas, uma nova maneira de construir outros mundos possíveis; uma geração que imaginou que se o jogo em torno do poder representativo estava saturado, um pouco desconfiada com os rumos que a democracia tomava depois de vinte e um anos de ditadura e de dois governos que privilegiaram muito mais as elites – embora tivesse acreditado e muito no jogo democrático –, que ali, nesse interstício das redes, algo de revolucionário se insinuava, e seria imprescindível construir a partir das bordas do sistema. Aqui encontramos a primeira citação-epígrafe: o testemunho do autor que percorre os anseios de sua geração, ao passo que é também uma carta de amor ou de despedida a ela.

João, por outro lado, um nome muito comum, mas também muito especial, “porque João era John Lennon, João Goulart e João Cabral de Melo Neto, porque João era João Gilberto, porque João era o Brasil que rebentava no começo dos anos 80, um Brasil que renascia democrático, bonito, igualitário e popular como deveria ser”². Mas João é também nome bíblico: São João, discípulo amado de Jesus – e nesse aspecto João era muito amado, tal como o discípulo; tido pelos amigos como um grande líder, sábio e inteligente, alguém por quem Dante nutria grande afeto, alguém que despertava muita admiração, e tal como no evangelho de São João, ele também parecia saber e ser o caminho, a verdade e a vida, e não foram poucas as vezes que o próprio Dante se assustou com a radicalidade do amigo, sempre cheio de certezas, sempre firme, “com balizas muito claras do que era certo e do que era errado, com limites muito cristalinos do que se deveria e do que não se deveria fazer, quem era amigo e quem era inimigo, tudo aquilo que não era assim tão fácil para ele”³.

João é um jovem de classe média, um pequeno burguês. Cresceu em um meio politizado, envolto em histórias de luta contra a ditadura – seus pais participaram da resistência contra a ditadura e pela redemocratização. Tal como a geração que o precedeu, uma geração que foi vitoriosa, ele também buscará um sentido real para sua vida, pois se a geração dos seus pais pelo menos tinha algo para contar como vitorioso, a sua parecia estar perdida. E é impressionante a capacidade da narrativa nos fazer questionar se talvez João não desejasse que o pior acontecesse – quem sabe uma nova ditadura –, para que assim pudesse ter um motivo à altura da geração precedente para viver e para lutar. Aqui está a segunda citação-epígrafe: a

² *Ibid.*, p. 43-44.

³ *Ibid.*, p. 73.

vida é o que é, engajamento, gerações derrotadas, e a resignação a essa dor; parece não haver saída.

À medida em que a história avança, João vai se ressentindo cada vez mais. A saída que encontra a essa frustração da qual ele não consegue entender muito bem é primeiramente localizar o suposto inimigo, a suposta causa do mundo estar do jeito que está. E ele a encontra: a burguesia. Ali está o problema de toda uma sociedade, a causa de toda desigualdade social, de toda violência, de todo fascismo; o inimigo fácil de ser localizado faz com que ele acredite ser capaz, como Marco Polo, personagem de *Cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, de reconhecer quem e o que no meio do inferno é ou não inferno; ele acredita saber o modo de funcionamento do inimigo, e ser capaz de combatê-lo. O primeiro passo será a recusa do seu próprio estatuto, do seu lugar de pequeno-burguês. Decidirá viver na rua, pôr o corpo para jogo, desprender-se daquelas normas, ficar pela cidade só, ou quem sabe em bandos, como os Gaminos de Bogotá⁴, formação comunal específica, com seus ritos iniciáticos, suas regras e condutas, e com seu modo de antecipação e conjuração das forças burguesas e do Estado.

João levará ao limite essa recusa, de maneira que o seu modo de ação sobre as ações dessa burguesia se constituirá como recusa; a negação se tornará o único modo de vida possível, e isso que num primeiro momento é imprescindível – a ruptura, a recusa –, recairá rapidamente numa negação pela negação. A posição que João assume muito lembra a passagem do *Zarathustra* de Nietzsche, sobre as três metamorfoses do espírito: o camelo (ou burro), o leão, e a criança. João acredita pretensamente ser a criança, aquela que afirma a vida na sua inteireza e é capaz de criar, pois “para o jogo da criação é preciso dizer um sagrado ‘sim’: o espírito, agora, quer a *sua* vontade, aquele que está perdido para o mundo conquista o *seu* mundo”⁵. Mas ele é ainda o leão, aquele que afirma o não, que quer conquistar a sua liberdade, ser senhor do seu próprio deserto, mas que não conseguiu ainda criar novos valores.

E se num primeiro momento João é capaz de delimitar o problema e o inimigo, ele logo começará a ter a percepção de que na verdade o mundo e a própria existência humana coloca-se como um problema. Não que ele não tivesse razão em suas críticas; ele é astuto o suficiente para captar os perigos que seu amigo, acreditando que seria possível fazer o mercado funcionar

⁴ “[...] os Gaminos têm de cinco a quinze anos de idade. São sujos e desgrenhados. Perambulam nas ruas. Dormem em qualquer lugar: nas calçadas, sob os pórticos, nos terrenos baldios... Roubam e mendigam. São instáveis, rebeldes, sonhadores, aventureiros, arrojados, insolentes, meigos e reconhecidos para com as pessoas que os ajudam; podem se mostrar grosseiros, obscenos e muito agressivos contra aqueles que os maltratam. O que prezam acima de tudo é a liberdade” (MEUNIER, J. **Os moleques de Bogotá**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978. p. 16).

⁵ NIETZSCHE, F. **Assim falou Zarathustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 44-45.

a seu favor, estaria em vias de se embrenhar, na armadilha que estava construindo para si, e no risco de que a revolução, a nova revolução, a revolução do silício, se tornasse apenas uma retórica encarquilhada, ocupando ele mesmo a posição que tanto combatera; astuto o suficiente para perceber que também na universidade havia muita coisa errada, muita coisa errada nos seus próprios pais, nas instituições, nos governos e na própria esquerda. O problema, que é o sintoma que o romance põe em evidência, é que a militância de João passa a ser triste, como se a tristeza fosse um imperativo para ser de esquerda.

Maria, que pouco aparece, estará ao lado de João em toda sua aventura; ela é sua namorada desde os tempos de faculdade e não o abandonará. Mas há uma cena que talvez seja a mais importante, e que talvez coloque a personagem como a real protagonista, que acontece quando ela resolve, num gesto de amor, falar francamente a João. Ela então dirá a João que ele agia como se fosse herói de sua geração, uma espécie de salvador, sentia-se melhor que todos e no direito de acusar fosse quem fosse, “mas que era muito estranho que essa perfeição toda coubesse em alguém que ficava de pau duro toda vez que a namorada chorava, que não adiantava dizer que não, porque ela sentia, tinha sentido várias vezes” – curiosamente João se excitava com a tristeza –, e que era estranho que essa singularidade que ele exaltava em si mesmo “coubesse em alguém que sempre gostou de gurias com uma beleza óbvia, dentro da norma, nem uma coisinha estranha, um cabelinho assimétrico, um olho meio vesguinho, uma mancadinha”⁶; era também estranho que ele ficasse na rua dizendo que não iria se entregar para o sistema, para o mercado, para a burguesia. Conta outra, dirá Maria, eu te conheço, cara!

Se Maria habitava uma zona limiar entre Dante e João, é porque ela não comprará nem o ufanismo de um em relação à aposta na revolução computacional, e nem o derrotismo do outro em relação ao mundo; não se situará nem no polo da desistência e nem no polo do otimismo volúvel. Ela atinge, com sua fala, o cerne do problema: o jogo de forças que envolve a sua geração e percebe, com muita agudez, que se a tristeza é um sintoma, não é possível, como pensava João, distinguir o que ou quem é ou não inferno, mas que somos todos agidos por tais forças que também nos constituem; que as posições se interpolam a todo momento e que podemos ser tão fascista quanto os fascistas que julgamos combater, tão burgueses quanto a burguesia que se acreditava cancerosa, tão violentos quanto a violência que denunciámos. Maria. E embora a narrativa termine com uma certa desistência de João, uma desistência que é a ruína dos sonhos de uma geração, a frustração de uma geração, há nisso tudo também a insistência, e é Maria quem dá o tom: eu te conheço, cara! Não você, e sim as forças que te

⁶ MIZOGUCHI, D. H. *Cinco ou seis dias*. *Op. cit.*, p. 153-154.

constituem, que me constituem, e que será preciso sustentar outra coisa, insistir em uma outra posição que não a negação reativa se quisermos fazer a ultrapassagem desse momento. Aqui aparece então a terceira citação-epígrafe: o passado dirigindo um apelo ao nosso presente, e a necessidade de estarmos sensíveis aos seus fragmentos e sintomas, os quais não deixarão de fazer pressão sobre nós e tampouco de nos inquietar; fragmentos e sintomas que são a um só tempo sinais de alerta sobre os perigos que nos espreitam ao ignorá-los e possibilidade de inflexão ao acolhê-los.

Lançado em 2011, o romance *Habitante Irreal* opera uma curiosa e estranha ligação entre o ano de publicação e a história recente da redemocratização; curiosa e estranha ligação que não pode ser desconsiderada, pois esse era um momento em que a esquerda conquistava pela terceira vez as eleições presidenciais: todo poder ao povo, todo poder à classe trabalhadora, todo poder à esquerda – no seu duplo sentido, o do campo de disputas e também o da inflexão que o país sofria rumo ao progresso. E não seria nenhum espanto, tendo sido publicado num momento em que tudo supostamente ia bem, se Paulo Scott fosse considerado um escritor de direita; um autor quiçá conservador, quiçá fascista, pois se o Brasil caminhava sem muitos problemas e com tantas conquistas, era um tanto evidente que qualquer crítica só poderia ser feita por um inimigo.

No romance podemos acompanhar algumas linhas que vão sendo tecidas sobre os acontecimentos desde o período da redemocratização: a faculdade de direito e o estágio num escritório de advocacia que lhe faz duas recomendações: jamais expor o nome da empresa em declarações e discursos, e não se envolver em práticas subversivas a militância política; o Partido e a organização trotskista; o encontro do personagem principal com a população indígena vivendo à beira da rodovia, o seu desejo de fazer algo por eles, mesmo não se dando conta de que suas intenções, suas boas intenções, intenções verdadeiras de um militante de esquerda, levava muito pouco em consideração as intenções dessa população, acabando por reproduzir a invasão, a imposição e a violência de uma visão de mundo sobre outra na convicção de estar fazendo o melhor, de estar abrandando os efeitos históricos da colonização; e Londres, sua ida para lá e o seu retorno algum tempo depois.

Ao longo da narrativa, Paulo se reveza entre a faculdade, a militância, o estágio no escritório de advocacia e as idas até uma aldeia indígena. É como se os aspectos de sua vida e do contexto político – a militância, o estágio, o partido, a redemocratização etc. –, fossem

adjacentes e convergissem para o problema da colonização – esse é o problema maior do romance. Mas seguindo a recomendação de um amigo, que disse certa vez que não devemos acreditar em tudo o que o autor diz, especialmente quando ele comenta sobre sua obra – e já tive a oportunidade de ver e ouvir Paulo Scott comentando a respeito de *Habitante Irreal* –, cabe inserir algumas dessas adjacências, que em princípio são problemas menores, como centrais. Posto isso, o problema que o romance nos força a colocar como ponto de partida é precisamente o problema do campo de disputas de quem historicamente esteve ao lado da defesa da democracia, dos direitos humanos, das liberdades, da igualdade social, do compromisso ético-político com a classe proletária, com os pobres de nossa nação, contra a predação e exploração do capitalismo, contra a política neoliberal do Estado mínimo, contra o monopólio dos meios de comunicação, contra o monopólio dos grandes latifundiários, contra as privatizações; enfim, o problema da esquerda brasileira.

Se em *Cinco ou seis dias* João percebe, no começo dos anos 2000, na passagem de século, que algo não ia bem, é Paulo, personagem de *Habitante Irreal*, homônimo do autor, nascido em 1968, filiado ao pt desde 1984 e vinculado à organização de base trotskista desde 1986, quem apresenta um incômodo, uma desconfiança e uma melancolia de esquerda, apesar das conquistas de sua geração – a constituinte, as eleições diretas para presidente, a anistia, a retomada da economia, o restabelecimento das liberdades, os sonhos que se renovavam e as esperanças que se intensificavam.

Retornamos ao ano de 1989. É com essa marcação histórica que tudo começa, e não por acaso. A primeira fala, logo de saída, é razoavelmente tensa, e intrigante: “se tivesse de resumir seus dias de militante político Paulo diria que foi da idealização completa a um cinismo sem igual e, por fim, à melancolia escapista dos últimos meses”⁷. E se essa primeira fala toca num ponto delicado, sobre um ano tão decisivo e importante na história brasileira, o que vem na sequência é ainda mais desconcertante: “não deveria ser assim [o cinismo e a melancolia], logo agora que o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições à Prefeitura de Porto Alegre e ele se tornou uma referência estudantil importante no país inteiro”⁸. Paulo segue, com uma crítica aos companheiros que se jogaram na corrida atrás de cargos em secretarias, gabinete de prefeituras, fundações, empresas de economia mista, e que faziam questão de dizer que estavam ali unicamente para salvar o Brasil da exploração capitalista.

⁷ SCOTT., P. **Habitante irreal**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 11.

⁸ *Ibid.*

A crítica não é só um descontentamento em relação ao Partido, à organização, à militância; é um sintoma que se expressa como impossibilidade de continuar. Paulo deixou de acreditar. “Não vejo democracia, a democracia que deveria ser o básico, a base. Estou preocupado, envergonhado, com as alianças, concessões e vistas grossas que estamos instituindo como prática padrão do Partido dos Trabalhadores”⁹. Era como se estivéssemos, nas palavras do próprio personagem, exercendo uma liberdade quase cega, já que havíamos passado pela experiência da ditadura, e onde todos deveriam “prometer a si mesmos que podem ser justos e emancipados e felizes a ponto de aceitar o mais óbvio determinismo, no qual os inimigos são fáceis de reconhecer e a verdade, uma descoberta amistosa, cômoda, predestinada a resistir contra tudo”¹⁰.

Ele larga a faculdade, se desfaz do carro e não aparece mais em casa. Sai do emprego, se desliga da militância e do Partido, e parte para Londres. E se antes a urgência, o tempo da urgência de Paulo, compunha com a urgência da redemocratização, com a urgência da revolução, com a urgência do Partido e da militância, com a transformação social que a sua profissão estaria ao cabo de fazer acontecer, por dentro da máquina burocrática, esse tempo se esvai, e agora a urgência é outra. “Não há mais Porto Alegre, notícia sobre o provincianismo imperdoável de Porto Alegre, e não há mais a tarefa de aprontar tudo para ontem, nem a droga da revolução proletária do Brasil”. Então “deixará que tudo o que aprendeu se transforme numa grande ignorância. Aí sim está a urgência”¹¹. É em Londres que ele sente o primeiro impacto e para; é lá que ele pode pensar nessa sua recusa, nesse seu *não* a tudo e a todos.

No dia 17 de dezembro de 1989 ele está em frente ao Consulado brasileiro em Londres. Um pouco distante, acompanha a movimentação das bandeiras do pt que tremulam em frente ao prédio, as pessoas gritando palavras de ordem, dizendo que o pt não precisava pagar militância porque militante petista trabalha com o coração, que era a hora da virada, hora da transparência, da honestidade, hora de os trabalhadores ditarem os rumos do país; alegria, esperança – e uma tragédia anunciada. Paulo retorna ao Brasil em 1995, volta a estudar Direito e a dar aulas num programa de conscientização social. Sente-se um fracasso, mesmo quando olha para os seus amigos, os novos empresários, juízes, desembargadores que se tornarão ministros do Supremo Tribunal de Justiça, atores, escritores, acadêmicos, donos de blogs de muitos acessos, diplomatas, publicitários, ele só consegue ver ali fracasso; que essas conquistas, em que cada um busca o seu lugar ao sol, conquistas pessoais que teriam para cada um uma

⁹ *Ibid.*, p. 21.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*, p. 88.

satisfação, um gozo exclusivo, é ainda algo de fracasso. E não que ele sinta um fracasso porque compara a sua trajetória a de seus amigos, as conquistas deles em relação às suas; ele poderia ter sido um desses novos juízes, delegados, promotores, empresários; poderia ter dado continuidade à sua luta política e à militância e ter se tornado um grande representante. O problema para Paulo é que tudo parece retornar ao mesmo ponto de partida, como se tudo não passasse de um eterno *verifique se o mesmo* – para usar a expressão do artista plástico Nuno Ramos¹².

A melancolia, a tristeza, a frustração que Paulo sente, o coloca numa posição de impossibilidade. Mas não podemos tomá-lo simplesmente como um sujeito; assim como João, Dante e Maria, ele carrega os afetos de sua época. Para além do nome próprio, está povoado pelas intensidades ali em jogo. A diferença é que *Cinco ou seis dias* narra uma certa euforia de sua geração, os anos 2000, a partir de um momento marcado pelo entristecimento e pela sensação de impossibilidade, isto é, 2022. Por sua vez, *Habitante Irreal* narra os sintomas que persistem apesar da redemocratização – a colonização, o entristecimento como modo de vida e uma certa impossibilidade de dobrar essas forças de sujeição –, a partir de um momento marcado por uma certa euforia de esquerda, isto é, 2011. Os pontos de partida são distintos, mas os pontos de tensão são os mesmos, pois se em 2011 ainda havia algo para se acreditar – embora o autor captasse os signos de um perigo iminente –, em 2022 temos a impressão de que essa euforia não passou de um devaneio que ficou soterrado num passado muito distante.

9.2 Acontecimento Lula

Muito atento ao que se passava por aqui – o início da abertura democrática, a criação do Partido dos Trabalhadores, a figura de Lula como porta-voz do operariado do ABC paulista capaz de aglutinar a força dos movimentos minoritários –, Félix Guattari virá ao Brasil algumas vezes, e em uma dessas vindas, realizará uma entrevista com Lula, que será publicada em 1982. Seleccionamos algumas passagens dessa entrevista, com o objetivo de estabelecer uma ressonância entre o período de abertura democrática e agora, passados exatos quarenta anos desse encontro entre o psicanalista francês e o líder sindicalista do ABC paulista, realizado em São Paulo.

¹² “*O Mesmo. Aqui, neste andar. Sim, antes de entrar. Verifique.* A imprecisão em relação ao sujeito da frase (o elevador ou o ‘mesmo?’)” (RAMOS, N. **Verifique se o mesmo**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019. p. 07).

A primeira passagem que pinçamos, logo no início da entrevista, refere-se ao comentário de Guattari sobre o enunciado presente em uma faixa, em uma apresentação pública dos candidatos do pt: nós sabemos trabalhar, nós sabemos governar. Não há pergunta, mas uma afirmação em que o enunciado é introduzido. Ele parece querer tensionar o seu entrevistado para responder sobre a possibilidade de rompimento com a suposta ideia de que o proletariado não seria capaz de governar. Lula então formula o seu próprio problema; ele dirá, nesse sentido, que a questão é saber de qual lado está o Estado, dos trabalhadores ou do poder econômico. Na sequência, Guattari retoma a convenção do pt que ocorreu em julho de 1982, quando Lula reafirmou que o Partido não faria nenhum acordo com o pmdb e nem pretendia uma coalisão com a esquerda tradicional. A posição seria mantida? Ao que Lula responde, primeiro em relação à coalização de esquerda, dizendo que não seria possível conciliar interesses tão divergentes, e depois em relação à governabilidade em aliança com o pmdb: “eu não acredito que o avanço de uma classe possa depender simplesmente do fato de que alguns de seus membros ocupem cargos oficiais”¹³.

A entrevista segue, até que, interpelado por Lula, Guattari assume a posição de entrevistado. Depois de uma extensa fala, Lula diz, categórico: “a grande força, a melhor arma do PT é justamente isto – o não dogmatismo”¹⁴. A partir de então, Guattari retoma a posição de entrevistador e pergunta – após comentar sobre o seu contato com o Partido e a militância em diferentes lugares do país – se Lula não teria a impressão de que no interior do próprio Partido coexistiam muitos componentes tradicionais, dogmáticos. “Será que os velhos grupelhos que também investiram no PT, estão evoluindo do seu lado?”. Lula retruca, retomando uma expressão que chegou a tomar a cena pública alguns anos antes: “a tendência é, antes de tudo, à sua ‘diluição’ no interior do PT, sem que haja, no entanto, ‘*patrulhas ideológicas*’”¹⁵.

Em 1982, mesmo ano em que a entrevista com Lula foi publicada, Suely Rolnik convida Felix Guattari para um passeio por algumas regiões do Brasil, que naquele momento estavam sendo tomadas pelo clima de eleições para governadores, deputados e vereadores. O regime militar ainda estava de pé, embora alguma abertura já se iniciava, o que despertava um intenso sentimento de revitalização – especialmente do inconsciente. Suely sabia que essa atmosfera

¹³ GUATTARI, F. **Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 17.

¹⁴ *Ibid.*, p. 35.

¹⁵ *Ibid.*, p. 36.

atraía Guattari e ele aceitou prontamente o convite. Ela então organiza uma série de conferências, debates e entrevistas, especialmente o seu encontro com o pt e com Lula, respectivamente, e que foram gravadas para posteriormente ser transformado em livro. A escolha tanto dos temas quanto dos lugares se deu privilegiando o encontro com grupos e sujeitos que se constituíam naquele momento como subjetividades dissidentes. Mas é claro que, entre o passeio que fizeram por alguns Estados brasileiros e a feitura do livro, muita coisa aconteceria.

Algo que geralmente fica oculto num livro são as formulações, as edições, os trajetos que são realizados até a sua formatação final; e também as angústias, as preocupações, as vacilações e os temores. Por algum motivo, Suely decidirá publicar isso que na maioria das vezes não nos chega. Num determinado momento, ela demonstrará uma preocupação com o tratamento a ser dado no livro que sairia; o que seria relevante entrar como registro, como impressões de viagem? A dúvida dirigida em correspondência ao amigo, um tanto ambígua, pois carregada a um só tempo de certezas e incertezas, era de que não seria tão interessante apresentar o lado “campanha eleitoral”, referindo-se aos encontros que tiveram, entre outros assuntos, a pauta eleitoral, uma vez que naquele momento essa pauta teria perdido a sua atualidade. Por outro lado, interessaria mostrar o que, para Guattari, era central: visar não o pt como entidade sacralizada, “mas a mídia que o PT estava sendo naquele momento. Mídia para as questões relativas às formações do desejo no campo social; mídia, sobretudo, para a articulação desse plano de realidade com o das lutas que requerem grandes aglutinações”¹⁶.

Apesar da dúvida, Suely também entendia que o conteúdo dessas discussões era importante, mas a sua preocupação era de que nada garantiria que o pt continuasse sendo um grande aglutinador, um vetor das forças minoritárias e portanto estivesse ocupando essa posição de articulador, no plano político, com os movimentos sociais, e sendo mídia, ou melhor, propagador, caixa de ressonância dessas reivindicações e lutas menores e a possibilidade dessa posição ser uma grande aposta nos efeitos de desestabilização de certas lógicas segmentarizadas, duras, de composição do cenário brasileiro. O momento agora é outro, afirma Suely, e isso tornaria questionável a presença e a atualidade desse assunto no livro. Guattari lhe responde: é importante esconder o menos possível a problemática da organização, da constituição de uma máquina de luta de um novo tipo. O que conta não é o resultado, mas a problemática e como ela emerge; é antes o processo, a deriva desse foco revolucionário que põe a nu os problemas enfrentados pela população brasileira. Os desdobramentos dessa

¹⁶ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 174.

problemática que emerge podem ser muitos e efetivamente não haveria garantias. Se tudo for para o brejo, escreve o psicanalista, se o pt se transformar em pmdb e Lula não mais se colocar como um eleito desse processo no qual ele é o efeito, “isso apenas vai querer dizer que a consistência do processo não pegou nesse tipo de agenciamento. E que as lutas de revolução molecular vão seguir por outras linhas, por outras vias. Com otimismo ou pessimismo o problema se recolocará de qualquer maneira”¹⁷.

Posteriormente, em uma outra correspondência, uma carta datada de 24 de maio de 1983, Guattari pergunta: e o pt, a quantos anda? Dá para esperar algo ainda? As perguntas ficarão em aberto, sem que Suely as responda, ou melhor, sem que o registro histórico esteja no livro. Esses problemas, do modo como permanecem em aberto, tem o efeito, quando retomados, de serem ainda atuais. Afinal, e o pt, a quantos anda? Ainda podemos esperar algo?

No mesmo ano em que Lula sobe a rampa do Planalto como presidente da república, em 2003, Suely Rolnik publica um texto chamado *Acontecimento Lula*, na revista Glob(al) – Global América Latina, no que foi a edição de número zero, lançada no Fórum Social Mundial, que aconteceu em Porto Alegre. Sob o efeito desse acontecimento, ela afirmará: “Mais precisamente, Lula encarna a dissolução da subjetividade lixo e sua posição de vítima, que na versão brasileira é resultante de 500 anos de uma política de subjetivação colonial, escravocrata, ditatorial e capitalista”¹⁸. O acontecimento Lula seria a deserção da figura de vítima. Nas falas de Lula, analisa Rolnik, não havia nem um lamento ressentido e nem um ataque vingativo, “nada a ver com marketing para forjar uma figura light de ‘paz e amor’ que tranquilizasse a elite, como quiseram seus opositores”¹⁹. O sentimento que esse acontecimento fazia emergir na maioria era o de que “ele é como nós”.

E embora o elogio seja à figura de Lula, não é a ele que Rolnik se dirige propriamente, mas àquilo que ele encarna enquanto fenômeno de borda, eleito da matilha, ou como chefe de bando: operário metalúrgico, migrante nordestino, morador da periferia de São Paulo, que fala o português “errado”. Nada poderia nos deter. A partir daquele momento, tudo seria uma questão de ajuste, de apertar parafuso, melhorar o que já começava bem, afinal, a democracia

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ ROLNIK, S. Acontecimento Lula. In: **GLOB(AL.), Global América Latina/Brasil**, Rede Universidade Nômade, LABTeC/UFRJ número (0), janeiro 2003. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Ed. DP&A. p. 10.

¹⁹ *Ibid.*, p. 3.

havia sido reconquistada e os percalços superados – Fernando Collor, FHC. Ali havia uma alegria, pois era a primeira vez que um representante legítimo do povo subia a rampa do Planalto. *Lula lá, brilha uma estrela/ Lula lá, cresce a esperança/ Lula lá, o Brasil criança/ Na alegria de se abraçar*²⁰.

Mas ela pondera, pois que essa alegria traria consigo um elemento perigoso, e “pode confundir-se com esperança, afeto triste que alimenta messianismos, populismos e toda espécie de ideal de um mundo fusional sem crueldade, sem resistência e sem criação – ou seja, um mundo sem vida”²¹. O acontecimento Lula, sua alegria, segundo Rolnik, estaria justamente no esvaziamento desse inconsciente colonial-escravocrata-ditatorial-capitalista. Seria por essa via que se abriria uma nova possibilidade para a política do desejo; e termina, com uma pergunta otimista em relação ao futuro: não seria essa a tão esperada abertura que desde os tempos da ditadura tem se chamado democrática?

9.3 Mudança de regime, constância de natureza

É verdade que na maioria das vezes somente depois de algum tempo é possível olharmos para os acontecimentos de nossa história, especialmente os acontecimentos de nossa história recente, e percebermos que junto à esperança, os sonhos e a alegria, também estivera à espreita o pesadelo, a desilusão e a tristeza, as quais talvez pouco atento estávamos. O perigo que nos acompanhava não estava tão distante quanto imaginávamos. E foi pressentindo um certo perigo que Suely Rolnik chamará a atenção à modulação subjetiva que a virada de século ensejava, e o que ela poderia carregar em seu bojo.

Essa nova modulação subjetiva estaria se dando via globalização da economia, dos avanços tecnológicos e do neoliberalismo em curso. Devemos lembrar que no Brasil, na virada de século, ainda dávamos os primeiros passos em termos de uma nova experiência democrática, ao passo que experienciávamos uma modulação neoliberal do capitalismo que se apresentava cada vez mais como uma sólida realidade. Antes era possível pensarmos a subjetividade dentro de uma lógica bem delimitada, uma subjetividade que compunha com o capitalismo industrial e seu regime fabril, e, nesse sentido encontramos uma das funções que o dispositivo biomilitar desempenhou em termos não só de produção de subjetividade, mas também no sentido de

²⁰ Jingle da campanha presidencial de Lula em 1989.

²¹ ROLNIK, S. Acontecimento Lula. In: **GLOB(AL.)**, **Global América Latina/Brasil**. *Op. cit.*, p. 5.

prolongar a ruptura desse modelo para que uma nova reconfiguração planetária fosse possível, sem pôr em risco o funcionamento da própria máquina capitalística.

Essa subjetividade agonizante, que teve seu estatuto questionado na deriva da experiência sessentista – e agonizante porque em vias de se dissolver –, passa a dar lugar a uma outra experiência sensível. Se antes a fragmentação, a proliferação dos modos de vida eram uma ameaça ao capital, e isso porque punha em xeque uma determinada organização social, política e principalmente econômica, essa ameaça passará, pouco a pouco, a não ser mais assim sentida; a desterritorialização que em determinado momento torna-se uma ameaça – e os militares entenderam muito bem, pois quando da prisão de Caetano Veloso e Gilberto Gil dirão que o movimento tropicalista tinha uma força desestruturante, e que as músicas e as performances eram desvirilizantes –, passa a ser cada vez mais a condição mesma de um novo funcionamento do próprio capitalismo. O que o regime militar – e em todo caso o dispositivo biomilitar – produz no período de vinte e um anos é o prolongamento da agonia de um modo de subjetivação específico, e foi preciso lançar mão de estratégias para que esse processo fosse adiado ao máximo, até que não se tornasse mais um risco iminente.

Uma passagem interessante de um texto menor de Rolnik dá o tom dessa nova modulação subjetiva: “Tudo leva a crer que a criação individual e coletiva se encontraria em alta, pois muitas são as cartografias de forças que pedem novas maneiras de viver, numerosos os recursos para criá-las e incontáveis os mundos possíveis”²². Nessa nova maneira de constituir relação por meio das infovias, outras experiências de vida tornar-se-iam possíveis. Assim, à medida em que uma desterritorialização econômica planetária está em curso, produzindo o que Guattari vai chamar de Capitalismo Mundial Integrado – CMI²³, uma outra desterritorialização, que funciona como sua infraestrutura, uma desterritorialização subjetiva, acompanha esse mesmo processo, de maneira a possibilitar conexões antes inimagináveis, locais inéditos de reterritorialização em rede. Através das infovias, haveria a possibilidade de intercambiar modos

²² ROLNIK, S. Toxicômanos de Identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 19-20.

²³ Apresentamos aqui sua conceituação num texto de 1980 e que integra o livro *Revolução Molecular*: “O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle” (GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. *Op. cit.*, p. 211). Essa colonização potencial operada pelo CMI implica uma modulação do seu próprio processo expansionista geopolítico, característico das fases coloniais e imperiais, para uma recomposição interna, intensivista; ele precisa lidar na impossibilidade da expansão – o que implica não haver mais um fora, com seus limites internos, como se ele precisasse, conforme coloca Guattari, se reinventar e inventar novos espaços subjetivos internos, funcionando tal como um palimpsesto. Nesse sentido, o que entra em jogo é o modo como a gestão dos fluxos de desejo se dará. “Esta é a única preocupação que o leva a se apoiar em regimes relativamente democráticos e, alhures, a impor ditaduras” (*Ibid.*, p. 214).

de vida de um lado a do planeta de um modo antes inimaginável. A esse respeito, o problema colocado é interessante: “estariamos assistindo à emergência de uma democracia em tempo real, administrada por um sistema de autogestão em escala planetária?”²⁴. Esse problema recolocado hoje talvez soe um pouco ingênuo, e é preciso desconfiar de toda aposta também ingênua de uma democratização em escala planetária no contemporâneo. Fato é que naquele momento boa parte da geração realmente acreditou que a saída estaria exatamente ali, na revolução informática, nessa nova experiência subjetiva que foi o surgimento não só da internet, mas de toda tecnologia do silício e das múltiplas conexões que ela começava a possibilitar.

Essa desterritorialização planetária, não mais circunscrita às fronteiras geográficas de cada território nacional e que se acelera com a entrada das tecnologias, já estava em curso desde o fim da segunda guerra mundial e desde o momento em que o dólar perde o seu lastro no ouro (padrão dólar-ouro), em 1971 – momento em que os EUA rompem o acordo de Bretton Woods –, passando a ser um puro fluxo de moeda desterritorializada que, ao mesmo tempo que possibilitava uma integração global da economia e transações mais fluidas entre capitais, tornava-se uma constante ameaça, pois muito mais propícia à precipitação de crises econômicas.

Acompanhando o argumento de Rolnik, vemos que na realidade o problema não seria tão simples. Se a desterritorialização planetária e a entrada das infovias se apresentam primeiramente como possibilidade de uma democratização planetária, o problema logo se desloca da seguinte maneira: a liberdade que nos coloca diante da possibilidade de inventarmos outros modos, infinitos modos de vida e, portanto, de experimentação, apresenta-se realmente como forma de resistência? Se é verdade que a desterritorialização das identidades locais fixas está em curso, não correríamos o risco de toda essa desterritorialização se conectar ao plano do Capital?

No século passado os conflitos giravam em torno da estabilidade e instabilidade das identidades. Estas, por sua vez, faziam reverberar uma determinada estabilidade ou instabilidade econômica – o momento de maior estabilidade subjetiva no governo militar é o momento em que se realiza ao mesmo tempo o chamado milagre econômico. Quando o neoliberalismo e as tecnologias começam a ser uma realidade, toda instabilidade subjetiva que estava posta sobretudo na experiência sessentista e que ameaçava a economia, passará a ser a nova condição de sua existência. As identidades locais fixas estariam pouco a pouco

²⁴ ROLNIK, S. Toxicômanos de Identidade: subjetividade em tempo de globalização. In: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. *Op. cit.*, p. 20.

desaparecendo, para dar lugar a identidades globais flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado.

A mesma globalização que pulveriza as identidades e mantém constante um coeficiente de heterogeneidade, traz consigo uma implicação sorrateira que é a de produção do que Rolnik vai chamar de kits de perfis-padrão, que oscilam de acordo com os movimentos do mercado, e que serão consumidos independentemente do contexto nacional, político e cultural. Haveria uma produção ininterrupta e em larga escala de modos inimagináveis de subjetividades, pequenas identidades, pequenas tribos na qual aquele que não se identifica com uma poderá escolher outra, isto é, se subjetivar, e é aí que entra a função distributiva e organizadora desses pequenos clãs, dessas pequenas comunidades. O ardil do processo é que embora à primeira vista esse movimento seja o de um rompimento com certa lógica identitária, com certo referente identitário, o perigo é justamente o de ser reconduzido ao mesmo princípio, ao mesmo referente – não se sairia das identidades e das identificações. A esse processo Rolnik chamará de toxicomania de identidades – proliferação de uma tendência em escala global de busca, ou melhor, de consumo de identidades. Mas essa modulação subjetiva que precipita um processo de dissolução das identidades regionais fixas não é o abandono total em detrimento de um modo global e flexível, mas coexiste, formando uma complexa trama. No limite, quanto mais as subjetividades tendem à flexibilização, à desterritorialização, mais fixas e endurecidas poderão ser as reterritorializações.

Aqui chegamos ao ponto que nos interessa de uma maneira particular. No limite, o movimento de desterritorialização dos processos subjetivos e ao mesmo tempo de pulverização das identidades locais fixas, que era o motor do próprio capitalismo, só pode acontecer em uma situação tal que as liberdades sejam de um modo ou de outro garantidas. É, pois, muito mais rentável ao sistema financeiro e à própria sobrevivência do capitalismo, nesse momento de nossa história, que se preserve as liberdades – portanto, as democracias, mais que os regimes autoritários que têm como característica um controle muito mais rigoroso do coeficiente de liberdade. Liberação, via regime democrático, de um coeficiente de liberdade necessário à desterritorialização dos modos de subjetivação; alteração dos dispositivos de controle e de produção de subjetividade – torna-se desnecessário a função, a atuação de um dispositivo biomilitar –, com a entrada das infovias e de toda tecnologia do silício. Nesse sentido, quanto maior for o coeficiente de liberdade, é precisamente aí que os tentáculos do Capital serão lançados. Mas essa liberdade não é só em termos de possibilidade de criação, é também o da exposição: quanto mais exposição, quanto mais luz for projetada sob cada singularização, é aí também que o controle das subjetividades incidirá, não de fora, mas de dentro.

O capitalismo, como muitos creem, não é um sistema de produção, mas aquilo que se assenta sobre toda produção. O capitalismo é uma força antes de antiprodução; ele não produz nada; não é sequer o produto do trabalho, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino; forma uma superfície onde se distribuem as forças produtivas e os agentes de produção. Ele é, como disseram Deleuze e Guattari, uma superfície onde tudo se registra e é distribuído, consumido, consumado; onde a produção passa a estar acoplada à antiprodução, de modo que toda produção tem como referente a antiprodução, rebate-se sobre a antiprodução, ou, se quisermos, o Capital enquanto superfície de imanência. Toda produção, seja do que for, é rapidamente devorada por essa superfície capitalofágica, de modo que toda produção passa a ser produção de reprodução, em última instância, do Capital. A produção de subjetividade realiza o Capital à medida em que por ele é realizada, e se há uma relação imanente entre produção e antiprodução, há também o efeito dessa relação imanente, que é o esvaziamento: à medida em que a produção esbarra o seu processo criativo na reprodução pura e simples do Capital, o efeito provocado é o de um esvaziamento, ou melhor, de uma insuficiência que se traduz como falta. É como se, ao pôr em funcionamento o próprio processo, algo viesse a se insinuar como falta, como esvaziamento e insuficiência, como se houvesse um Deus que o sabotasse.

Se a função do capitalismo é realizar a gestão da produção, submeter os fluxos desejanter ao seu processo de reprodução, o que é sentido nessa relação em termos de subjetivação é o esvaziamento. A falta é organizada no seio da produção desejanter, “é contraproduzida pela instância de antiprodução que se assenta sobre as forças produtivas e se apropria delas”; ela nunca é primeira, isto é, “a produção nunca é organizada em função de uma falta anterior; a falta é que vem alojar-se, vacuolizar-se, propagar-se de acordo com a organização de uma produção prévia”²⁵. A falta, aqui, corresponde ao seu duplo sentido: tanto como fracasso, quanto como dívida. Como vimos, para Benjamin o capitalismo é essencialmente religioso, pois cultural – é a ele que nos dirigimos, mesmo que o reneguemos, como aquele que salvará nosso destino, nos dará alguma recompensa; conquistaremos a sagrada elevação, o sagrado prestígio entre os mortais, se a ele formos bons servos – e sem a possibilidade de expiação da culpa – portanto uma dívida sem possibilidade de expiação da dívida, já que o próprio Deus foi destituído de seu trono, de sua função de absolvição e incluído no destino da humanidade; para Lazzarato a modulação da dívida ganha contornos financeirizados, em que a relação estabelecida entre economias de primeiro mundo e de terceiro

²⁵ DELEUZE; GUATTARI. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. *Op. cit.*, p. 45.

mundo configura-se em uma relação entre credor e devedor, constituindo subjetivamente as gerações por vir – uma consciência universal devedora e culpada.

Retornamos ao ponto que Rolnik provoca: a produção ininterrupta dos modos de subjetivação, ou mesmo de toda fragmentação das identidades locais fixas. É que, a cada vez que algo rompe, essa ruptura enquanto potência de criação que se expressa a princípio como fuga, como resistência, corre o risco de se tornar o mais novo kit na prateleira da economia mundial, e esse kit, o seu valor, é medido não pelo seu código, isto é, pelo seu caráter singular, mas entra em relação com uma quantificação abstrata própria do sistema financeiro; seu valor é medido pela integração a esse fluxo que é o fluxo monetário ou sistema de equivalência – eis por que haverá a ininterrupta *necessidade*, que se introduz como falta, de se levar cada vez mais longe a desterritorialização e fazer as subjetividades flexíveis apresentarem-se ao mesmo tempo que como produção, também como produto. E estejamos certos, como bem percebeu Benjamin, que nem mesmo as imagens do passado estarão a salvo; convertem-se rapidamente, no capitalismo, em souvenirs vintage – nem a memória comunista escapa²⁶. Mas isso não implica dizer que o capitalismo homogeneiza as subjetividades; ele mantém em aberto os processos de diferenciação pelo próprio processo de produção. O que ele faz é submeter toda diferença ao significante monetário, que é a linguagem do capital econômico, soldá-lo a ele, formando assim um sistema possível de equivalência, onde tudo é rebatido e traduzido por esse significante monetário, dando um sentido às existências. Já dizia Guattari, o capital econômico é expresso em linguagem monetária, contabilizável, bolsista. Quanto vale o teu desejo?

Ora, mas essa integração das subjetividades flexíveis à lógica do capital é precisamente uma integração à lógica do capitalismo neoliberal. Cada modo de vida que emerge a partir dessa nova reconfiguração é uma nova individualidade, e como tal, exclusiva, única, capaz de oferecer-se ao mercado. Certamente que não é verdade que a partir de então tudo estaria fadado à integração à máquina capitalística, realizando-a – e portanto ao fracasso. O que está em jogo é a sofisticação do funcionamento maquínico que nos força a uma sofisticação também da montagem tanto dos problemas do contemporâneo quanto dos processos de resistência.

O problema aqui não é saber se essa nova configuração subjetiva é boa ou má. Não se trata de um problema moral; trata-se de buscar entender de que modo esses processos de

²⁶ “Tudo que é soviético está de novo na moda. Por exemplo, os cafés ‘soviéticos’, com nomes soviéticos e comida soviética. Apareceram doces ‘soviéticos’ e *kolbassá* ‘soviética’, com o cheiro e o gosto que conhecíamos desde a infância. E, claro, a vodca ‘soviética’. Na televisão, dezenas de programas, e na internet dezenas de sites de nostalgia ‘soviética’. Você pode visitar como turista os campos stalinistas – SOLOVKÍ, Magadan. O anúncio afirma que, para uma sensação plena, você vai receber um macacão de campo, uma picareta. Mostram os barracões restaurados. E no fim organizam uma pescaria...” (ALEKSIÉVITCH, S. **O fim do homem soviético**. *Op. cit.*, p. 29).

flexibilização e pulverização das identidades entram em relação com outras instâncias, sejam elas sociais, políticas, econômicas, e acompanhar os seus efeitos; até onde eles podem chegar, quais rupturas provocam e o que isso implica em termos de possibilidade de existir sobre o planeta. O que está em jogo é a sofisticação dos procedimentos de integração das subjetividades ao capitalismo, e pouco importa quem é você e o quão singular é o seu modo de vida, o quão diferente ele é e como essa diferença seria uma resistência a um mundo branco-europeu-cis-heteronormativo; o capitalismo está mais interessado em como isso que emerge como diferenciação passará a integrar as quantidades abstratas próprias do seu funcionamento. Se antes era rentável manter o recrudescimento das subjetividades locais fixas, e isso justifica o regime militar, num segundo momento esse recrudescimento se tornará um entrave, e só a garantia das liberdades será capaz de dar novo empuxo à sua rentabilidade. Não há nenhum espanto quando vemos muitas das empresas que apoiaram o golpe militar de 1964 mais tarde entrarem na defesa pela redemocratização, precisamente no momento em que a economia estava indo à breca.

Se antes o regime militar contava, entre outras coisas, com uma malha distribuída recobrando todo território nacional através das Forças Armadas e do Serviço Nacional de Informações – o que propiciava as condições para vigiar, controlar, gerir os fluxos rebeldes –, com a constituição cada vez mais sofisticada das tecnologias digitais, com a ajuda de algoritmos também cada vez mais sofisticados, o controle passa a prescindir desse outro modelo e do dispositivo que lhe é próprio. E isso é tanto verdade que podemos nos questionar o porquê, dada as condições atuais em que o Estado brasileiro passa a lotar militares em praticamente todos os setores da máquina pública, um golpe militar não foi efetivado ainda; quer dizer, no momento mesmo em que nos deparamos com as condições de possibilidade para que um golpe militar fosse consolidado e as liberdades diminuíssem drasticamente seu coeficiente, isso ainda não aconteceu. É verdade que a retórica golpista não para de ser veiculada um instante sequer, mas isso não seria antes um meio de introduzir o medo, ao atualizar incessantemente a narrativa golpista, do que a real possibilidade de acontecer? E no caso de um golpe militar, em termos geopolíticos tal ato não seria rapidamente condenável, relações diplomáticas rompidas, e o Brasil não sofreria uma série de embargos econômicos? O modo como a máquina capitalística opera não tolera, nesse momento de sua história e da história brasileira, um regime que poderia fazê-la tangenciar um limiar de ruptura. E se tolera os regimes autoritários que ainda persistem em muitos países, é porque isso mantém o seu pleno funcionamento.

Ora, mas o perigo é iminente, sem dúvidas, até mesmo para o capitalismo, ainda mais que, se tratando de uma máquina fascista que tolera o aparelho de Estado na medida em que

dele se apropria para fazer funcionar sua política mortífera, mesmo que um golpe de Estado ocorra e como resultado se aplique os mais duros embargos econômicos, e mesmo que o efeito seja jogar a população à beira do perecimento, ainda assim os fascistas cantarão vitória, pois a paixão pela morte é o que os move – se tudo está perdido, que pereça a nação. Quem teme qualquer possibilidade de golpe são os estadistas, não os fascistas.

Ainda em relação aos sintomas que *Cinco ou seis dias* e *Habitante Irreal* fazem aparecer – a impossibilidade de seguir, a tristeza que se abate como uma torrente, o ódio latente –, eles em nada diferem dos sintomas que são engendrados pelo próprio CMI. A sensação de impossibilidade e de perspectiva é algo produzido como efeito do modo de funcionamento desse novo capitalismo. O capitalismo não é causa da produção, mas, por outro lado, produz certos efeitos, e não importa se somos de esquerda ou de extrema esquerda, políticos ou apolíticos, “temos a impressão de estar encerrados dentro de uma fortaleza, ou, antes, dentro de uma cerca de arame farpado, que se estende não apenas por toda a superfície do planeta, mas também por todos os cantos do imaginário”²⁷. Esse efeito é muito semelhante ao que constata Mbembe²⁸ em relação ao novo regime de historicidade que o capitalismo faz nascer, isto é, um regime *cronofágico*, pois devora o tempo em geral e em particular o futuro.

Fazendo um salto em relação à construção que veio margeando alguns textos e suas respectivas datações – elemento importante para a construção de nossa argumentação até aqui –, tomaremos emprestado algumas discussões que o filósofo camaronês Achille Mbembe vem realizando, especialmente em seus dois livros *Crítica da razão negra* e *Políticas da inimizade*, pois eles nos dão subsídios para a ampliação da discussão em torno das democracias, do neoliberalismo, do racismo e do fascismo, e dos processos de desterritorialização planetária – Mbembe chamará a atenção para os movimentos de desfronteirização e fronteirização, o que para ele terá um importante papel nas análises do contemporâneo.

No seu *Crítica da razão negra*, Mbembe afirmará que a modernidade surge no momento de triangulação do Atlântico; quando se estabelecem rotas de comércio dos povos de origem africana entre a Europa, a África, a América e o Caribe. É o mesmo momento em que as bases

²⁷ GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. *Op. cit.*, p. 224.

²⁸ MBEMBE, A. **Entrevista com Achille Mbembe**. Joseph Confavreux. Tradução: Ana Cláudia Holanda. Revisão: Haroldo Saboia. n-1 Edições, 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/133>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

do capitalismo começam a ser formadas, uma vez que, desde o século XVI, o comércio dos corpos nessa rota triangular acontecia com fins estritamente econômicos. É o momento, também, da emergência de um proletariado que se constituía sob bases escravocratas e raciais, e se mais tarde Marx vai mostrar como a burguesia europeia se constituía e consolidava o seu poderio através da extração da mais-valia, portanto, por meio da exploração da força de trabalho, Mbembe mostrará que a base desse modo de exploração teve como laboratório a triangulação do Atlântico.

O processo de emergência da modernidade e instauração do comércio de escravos não se deu ao acaso; foi preciso introduzir ali a noção de raça, a qual serviu primeiramente para nomear as humanidades não europeias. A conceituação da raça serviu, ao longo dos séculos, para fazer funcionar uma diferença intransponível entre o espírito elevado europeu e o não europeu, aquele reduzido à condição animal, pré-humana, inescapável. O negro precisou ser constantemente produzido, e produzido quer dizer subjogá-lo a um campo social historicamente determinado, a *plantation*, donde seria possível, de direito, após estabelecida a separação entre as raças, apoderar-se de seu corpo como objeto de extração de valor, de riqueza, e de fazê-lo peça fundamental da formação social capitalística.

Nas condições contemporâneas, a situação que começa a ser colocada em relação à possibilidade de manter operante o capitalismo deve levar em consideração a raça e a colônia. Isso sem esquecer dos fatores contemporâneos que se ligam a essas condições: as democracias e as tecnologias. Se Rolnik e Guattari começam a colocar o problema de uma desterritorialização subjetiva e sinalizam para a entrada cada vez mais intensa na vida cotidiana das tecnologias digitais, é Mbembe quem chamará a atenção para outro movimento implicado a ela: a emergência cada vez maior de Estados democráticos securitários que se organizam para combater, em um estado de guerra permanente já aceito, os novos inimigos fugidios, móveis e reticulares. Se há uma desterritorialização em curso no contemporâneo, e isso para Mbembe é ponto pacífico em relação às leituras que abordam esse aspecto, é preciso avançarmos um pouco mais, o que quer dizer precisamente que a desterritorialização planetária em curso implica, por um lado, os grandes fluxos migratórios, mas também a condição do negro, esse objeto fóbico e ameaçador, do qual será preciso se proteger, na impossibilidade de aniquilá-lo por completo; evitar que se aproxime, mantê-lo a uma distância calculada e segura.

O paradoxo desse processo é muito semelhante ao que Rolnik e Guattari percebem: quanto mais desterritorializado, maior é o risco de nos depararmos com reterritorializações fascistas. “Exatamente como no início do século XIX, o início do século XXI representa, dessa perspectiva, um importante momento de divisão, de diferenciação universal e de busca pela

identidade pura”²⁹. Eis que se faz necessário, daí em diante, embora algumas fortalezas tenham desabado, construir fronteiras.

Recuando um pouco em sua argumentação para podermos situá-la melhor, no capítulo intitulado *O devir-negro do mundo*, Mbembe apresenta três momentos da história que marcam a biografia do ocidente nesse processo histórico de fabricação, de ficção do negro e da raça, sob o qual difundiu-se não só o projeto de conhecimento, mas especialmente o de governo. O primeiro momento, o da espoliação, entre os séculos XV e XIX, em que os sujeitos originários da África foram transformados em corpos-objetos, corpos-mercadoria, corpos-moeda. O segundo momento, que ele chamará de nascimento da escrita, no século XVIII, quando os negros passam a articular uma linguagem própria e reivindicar o estatuto de sujeitos plenos do mundo vivo; linguagem própria que se expressaria nas incontáveis revoltas de escravos, na independência do Haiti em 1804, nos combates pela abolição do tráfico. O terceiro momento, que tem como ponto de inflexão o século XXI, é o momento da globalização dos mercados, do neoliberalismo e das privatizações, da economia financeira, dos complexos militares e das tecnologias eletrônicas e digitais. Nesse sentido, toda uma tecnologia implicada em diversas operações de abstração que teria por objetivo estabelecer uma racionalização do mundo a partir da lógica empresarial, sobretudo através de dívidas insolúveis tanto individuais quanto de nações inteiras – Mbembe retoma em especial as discussões de Lazzarato.

O sujeito contemporâneo passa a ser cada vez mais ameaçado pela tragédia do novo século em que o capitalismo que outrora explorava a força de trabalho agora já não explora a força de uma multidão; abandonada e quase sem utilidade alguma para o capitalismo, esses sujeitos, empreendedores de si mesmos, sujeitos do mercado e da dívida, estabelecem um certo tipo de relação onde “o seu gozo depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir sua vida íntima e de oferecê-la no mercado como uma mercadoria passível de troca”³⁰. Vidas que não estão descoladas das tecnologias contemporâneas, as quais fazem emergir, nessa relação um tanto híbrida, um tanto ciborgue, o homem-coisa, o homem-máquina, o homem-código, o homem-fluxo – para utilizar as expressões do filósofo.

Esses sujeitos não só procuram, como quem deseja no mais íntimo de seu âmago, mas também tem, independentemente de sua vontade, suas vidas reguladas pelo mercado. A vida do sujeito contemporâneo passa a ser regulada, controlada em função das normas do mercado. É que o neoliberalismo, antes de mais nada, é um modo de gestão das populações, um modo,

²⁹ MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 55.

³⁰ *Ibid.*, p. 16.

portanto, de governamentalidade. A governamentalidade como sendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma específica de *poder* que tem como alvo as populações, e tendo como forma de *saber* a economia política e como instrumentos técnicos os dispositivos de segurança. “É esse Estado de governo, que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”³¹. No neoliberalismo (americano) esse saber econômico e os dispositivos de segurança, que não pertencem à razão de Estado, se estenderão aos domínios não propriamente econômicos, como a família e a natalidade, a delinquência e a política penal.

O sujeito contemporâneo, vivendo sob o signo do neoliberalismo e das tecnologias do silício, está condenado a tornar-se constantemente um outro, mas um outro que ele não escolhe, um outro alienado aos movimentos do mercado e suas necessidades infinitas. E se os negros escravizados foram por longos séculos tomados como um outro aquém de todos os atributos que definiam uma verdadeira humanidade, essa condição tende agora à universalização. “Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, senão a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas”³². É o momento da história em que se funde, segundo afirma, capitalismo e animismo como a possibilidade de transformar os sujeitos em coisas.

Se Mbembe fala em desfronteirização, podemos entender que um dos sentidos que ele dá é precisamente este: o da desfronteirização da condição do negro, a qual tende à sua universalização. A essa desfronteirização e generalização de uma nova condição subjetiva a que o mundo está em vias de adentrar, Mbembe chamará de *o devir-negro do mundo*. “Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo”³³. Nesse processo em que a condição historicamente atribuída ao negro tende à universalização, as estratégias de controle e gestão da vida passam a operar, paradoxalmente, na intensificação de zoneamentos, militarização de fronteiras, repartição de territórios, etc. É a defesa cada vez maior contra um inimigo difuso, móvel e reticular.

³¹ FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 145-146.

³² MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. *Op. cit.*, p. 17.

³³ *Ibid.*, p. 19-20.

Em *Políticas da inimizade*, que podemos entender como uma ampliação dos problemas colocados no livro anterior, Mbembe chamará a atenção, neste início de século, para o problema do repovoamento da Terra. Um novo modo de circulação e formação de diáspora estaria em curso em escala planetária. É o século dos grandes deslocamentos pelo globo de contingentes populacionais, onde a circulação é talvez a única possibilidade de continuar existindo, e esse movimento, um tanto forçado, segundo afirma, passaria e muito por fatores como guerras, desastres ecológicos, catástrofes ambientais, transferências culturais etc. Como efeito desses intensos fluxos migratórios, nos depararíamos com o embaralhar dos critérios de pertença nacional e mesmo das identidades nacionais³⁴.

São quatro os traços que formam o cenário atual do que Mbembe chama de repovoamento da Terra. O primeiro, os fluxos migratórios. O segundo, a redefinição do humano; é o advento do “homem plástico”, essa massa passível de modelagem, que não guarda e que nunca guardou nada de propriamente humano, não havendo nenhum limite para se operar modificações na estrutura biológica e genética. O terceiro, a introdução de ferramentas e máquinas calculadoras ou computacionais na vida social contemporânea; é o fenômeno digital, a tela. O quarto traço refere-se ao poder efetivo do capitalismo articulado à capacidade de alterar voluntariamente a espécie humana. Mbembe dá um exemplo, dentre tantos, das operações das bolsas de valores, em que o tempo de processamento de informações para se fazer investimentos ocorre em uma escala muito ínfima (microtemporais), com a ajuda de algoritmos, de modo que é impossível estabelecermos uma distinção, mesmo que razoável, entre o humano e as tecnologias; já não é possível distinguir quem produz quem, quem é agido por quem.

³⁴ Esse mesmo problema é abordado contemporaneamente por Bruno Latour. Em *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*, publicado na França em 2017 e no Brasil em 2020, Latour segue no encaixe dos problemas da globalização, dos efeitos climáticos, das guerras e, especialmente, dos fluxos migratórios que têm por efeito a ruína das territorialidades, da pertença nacional e das identidades. “Em outras palavras, a impressão de vertigem, quase de pânico, que atravessa toda a política contemporânea deve-se ao fato de que o solo desaba sob os pés de todo mundo ao mesmo tempo, como se nos sentíssemos atacados por todos os lados em nossos hábitos e bens”(aqui seria p. 17, mas a coloquei mais abaixo por não saber como referenciar). Se na história do capitalismo expansionista a conquista das terras pelos colonizadores possibilitou que durante gerações se pudesse considerá-las como suas e estabelecer ali sua morada, constituir suas identidades, os fluxos migratórios deste novo século impõem aos herdeiros da colonização o mesmo medo de sofrerem invasões, de serem arrancados de seus lugares, espoliados de suas tradições e de seus vínculos; um medo muito parecido com aquele que seus avós e bisavós impuseram nas colônias. “Migrações, explosões de desigualdades e Novo Regime Climático: trata-se da mesma ameaça. E por mais que a maior parte de nossos concidadãos subestime ou mesmo negue o que está acontecendo com a terra, eles compreendem perfeitamente que a questão dos imigrantes ameaça seus *sonhos de uma identidade garantida*”. Grifo nosso. (Latour, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 17 e 19).

Esses quatro traços pertencentes ao novo século somam-se a outros dois: guerra e democracia. A guerra, por seu lado, foi historicamente a matriz do desenvolvimento econômico; ela guarda uma relação indissociável com o mercado e também com o desenvolvimento tecnológico. Desse modo, o que estaria posto seria a imbricação entre capitalismo, tecnologias digitais, a guerra e a natureza – esta, sempre sob a ameaça de aniquilação total, isto é, aniquilação da vida na qual estamos todos implicados e da qual dependemos para nossa sobrevivência. Mas essa imbricação se faria, desta feita, sob os governos democráticos. Segundo Mbembe, há um mito da democracia como um regime de pacificação e também de superação das formas anteriores de governo, uma vez que seria o povo quem governaria através de seus representantes, e que impede que os problemas possam ser efetivamente colocados. “De acordo com a narrativa oficial, as sociedades democráticas seriam sociedades pacíficas. É o que as distinguiria das sociedades de guerreiros. Nelas, a humanidade e a violência física teriam sido banidas, ou ao menos dominadas”³⁵.

Ele dirá, colocando as democracias senão no centro em um lugar muito privilegiado de suas análises, que a ideia sob a qual as democracias seriam fundamentalmente tranquilas e protegidas da violência não resistiria ao menor escrutínio³⁶. Não que ele negue que houve tentativas de reduzir, via Estado Democrático de Direito, as violências, as desigualdades, até mesmo o racismo; o que está em questão é justamente o mito, uma certa ideia quase transcendente ou mesmo substancial de democracia como condição de superação das formas anteriores, como no caso recente do Brasil: a ditadura militar. Essa crítica à democracia, diz o filósofo, não é recente, mas o que interessa é como, no seio das democracias contemporâneas, uma nova configuração subjetiva e planetária está em curso, e que política relacional emerge a partir de então.

Se por um lado o Estado democrático pressupõe a garantia dos direitos e com isso a garantia da segurança de todos, por outro essa garantia estaria constantemente ameaçada. É preciso salvaguardar a democracia para salvaguardar os direitos e a vida. A luta ou guerra contra

³⁵ MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020. p. 35.

³⁶ Os dados da Anistia Internacional de 2015 revelaram que entre 2004 e 2007 cerca de 170 mil pessoas morreram nos doze maiores conflitos mundiais. No Brasil, no mesmo período, foram registrados mais de 192 mil homicídios. “Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015) afirmam que em cinco anos o número de óbitos provocados por policiais brasileiros – 11.197, é maior do que o número de mortos pela polícia dos Estados Unidos em trinta anos – 11.090. Só no estado do Rio de Janeiro, em um período de 10 anos, entre 2005 e 2014, foram registrados 8.466 homicídios decorrentes de intervenção policial, conhecidos como ‘auto de resistência’”. As mortes, como se observa nas análises, corresponde majoritariamente à população negra e periférica. (GOMES, F. B. Escalas da Necropolítica: um ensaio sobre a produção do “outro” e a territorialização da violência homicida no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, 2017, n. 2, p. 46-60. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/27000/pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2022).

o terror se faz então presente nas democracias de forma paradoxal. “O ativismo terrorista e a mobilização antiterrorista têm mais de uma coisa em comum. Ambos acometem o direito e os direitos”³⁷. Assim sendo, se de um lado o projeto terrorista levaria à ruína a sociedade de direito, “de outro, a mobilização antiterrorista se funda na ideia de que apenas medidas excepcionais podem suplantar inimigos sobre os quais deveria poder se abater, sem reservas, a violência do Estado”. Essas medidas excepcionais, que teriam por objetivo “proteger o Estado de Direito contra o terror exigiria violentar o próprio direito, ou então constitucionalizar aquilo que até então pertencia ao âmbito da exceção ou do franco não direito”³⁸.

Mais adiante, Mbembe dirá que talvez as democracias sempre tenham sido comunidades de semelhantes e portanto círculos de separação. Porque se a Terra está repartida em Estados e as democracias se realizam nesses Estados – elas são esses Estados –, a sua política será a de distinguir com clareza os seus cidadãos – aqueles que fazem parte do círculo de semelhantes – e protegê-los daqueles que não fazem parte desse círculo, isto é, toda dessemelhança. Aqui encontramos o diagnóstico de nosso tempo: “nossa era decididamente se define pela separação, pelos movimentos de ódio, pela hostilidade e, acima de tudo, pela luta contra o inimigo”³⁹, e isso acontecendo sob a vigência das democracias.

Essa política de Estado democrático que se define pela separação e constituição de círculos de semelhantes não é uma novidade. A provocação “talvez sempre tenha sido assim”, nos remete à democracia grega, onde o cidadão, aquele que possuía o direito de participar da política, era qualquer um menos o estrangeiro, o escravo e a mulher. Mas não é com os gregos que Mbembe está preocupado, certamente; sua crítica passa em grande medida por essa nova fabricação subjetiva que faz emergir a figura do inimigo – móvel, reticular. É também verdade que a produção do inimigo não é uma novidade na história da humanidade, e mesmo os regimes não democráticos sempre tiveram que criar suas estratégias de fabricação. Na ditadura militar nos deparamos com a figura do comunista, sendo que o que estava na base dos discursos sobre o inimigo comunista era precisamente o racismo e a sexualidade; eram esses os elementos que davam consistência ao dispositivo biomilitar. Por um lado, todo um trabalho para produzir o subversivo enquanto tal; a preocupação em recuperá-lo quando se percebe o número de jovens classe média nos porões da ditadura – essa mesma classe média que estaria sendo preparada, pressupunha-se, para governar o país. Por outro lado, toda uma tecnologia ligada aos saberes *psi*, capaz de traçar o perfil do subversivo através de testes psicológicos, anamnese, escuta

³⁷ MBEMBE, A. **Políticas da inimidade**. *Op. cit.*, p. 61.

³⁸ *Ibid.*, p. 61-62.

³⁹ *Ibid.*, p. 76.

clínica, e a constatação de que se tratava de jovens ainda em processo de desenvolvimento e portanto mais suscetíveis ao aliciamento; o papel da mulher no que seria a tática de aliciamento através da sexualidade feminina, do sexo; a constatação de que entre os subversivos havia uma intensa promiscuidade – práticas homossexuais, ter tido mais que um ou uma parceira; a constatação de que o ambiente familiar era um fator preponderante no surgimento do subversivo (a família desestruturada); o uso de drogas etc.

O que Mbembe chama a atenção é que o inimigo vai se tornar pouco a pouco uma política não só de Estado, mas principalmente um modo de vida; ganhará um estatuto ontológico. O inimigo é o elemento constituinte da subjetividade contemporânea; será sempre necessário, ou ter um inimigo, ou ser um inimigo para alguém, de modo que pensar a impossibilidade da inimizade seria pensar a constituição subjetiva como se se trata-se de uma falta. Se a literatura *psi* e também a filosofia entenderam há muito tempo que para o sujeito advir é necessário o outro, esse outro no contemporâneo se define como aquele que para mim se apresenta como imagem da morte, da destruição, do aniquilamento, e onde a sobrevivência de minha existência paradoxalmente precisará passar pela sua aniquilação – aniquilação do outro que é a condição de minha existência. E que se possa hoje atribuir a qualquer um a pecha de comunista, fascista, pequeno burguês etc., quer dizer exatamente isso, que há sempre um outro, não importa como o chamemos, que me constitui subjetivamente como inimigo e que será necessário marcar uma diferença intransponível, portanto, os limites intransponíveis de fronteiras. Uma política de constituição subjetiva que Mbembe chamará de política da inimizade; ou melhor, uma micropolítica da inimizade, pois que atua numa dimensão microfísica, antes das forças que das formas, antes num regime afetivo e reticular que das imagens que historicamente foram reservadas única e exclusivamente a determinados grupos e povos.

A matriz de produção da inimizade passa sem dúvidas pelo modo como se constituem as democracias, mas há algo que lhe é anterior: o racismo e a colonização. Se o trabalho da colonização consistia em um esforço constante de separação, é essa mesma matriz que opera nas democracias contemporâneas, de modo que se pode então dizer que toda colônia e todo processo de colonização têm seu duplo, a democracia. “A democracia carrega a colônia em seu seio, assim como a colônia carrega a democracia, não raro sob a forma de máscara”⁴⁰. Se não compreendermos isso, não entenderemos o porquê de governos, inclusive aqueles que se colocam à esquerda, fazerem funcionar a lógica separatista da colônia – e da democracia,

⁴⁰ *Ibid.*, p. 53.

respectivamente. Não entenderemos por que será vetado, por um governo de esquerda, o kit anti-homofobia⁴¹ que seria distribuído às escolas de todo país, sendo considerado como inadequado e impróprio – feria os costumes da sociedade brasileira. Ficaremos sem ação quando o retorno da lógica manicomial⁴², através das comunidades terapêuticas, se dá em um governo de esquerda, com projeto enviado para ser aprovado pelo Congresso Nacional por esse mesmo governo. Não teremos respostas para um projeto de lei antiterrorismo, que criminaliza os movimentos sociais, enviado ao Congresso também por um governo de esquerda. Nos surpreenderemos ao vermos os muros que se erguem na cidade do Rio de Janeiro⁴³ e que têm por função ao mesmo tempo que esconder as favelas, isolar a cidade do seu elemento perigoso, o objeto ameaçador. E, nisso tudo, espantados e incrédulos, tenderemos a negar os fatos, esqueceremos o que se passou, e passaremos a acreditar que nos encontramos hoje, somente hoje, sob o signo do retrocesso. Mas seria mesmo possível falar em retrocesso, ou talvez o que sempre esteve em questão fora o avanço das práticas as mais violentas e fascistas, de diferentes modos, algumas mais sutis que outras, à esquerda e à direita, tanto por parte do Estado quanto de todo um investimento libidinal histórico-social?

A virada subjetiva desse novo século se dá certamente em 2001, embora Mbembe não mencione esse momento. É no romance *Cinco ou seis dias* que vemos, com uma sensível percepção sobre os acontecimentos da virada de século, que o ano de 2001 é precisamente o da virada subjetiva em relação à política da inimizade, o momento em que ocorre o triplo atentado

⁴¹ A matéria da Folha de S. Paulo do dia 25/05/2011 destaca: “Dilma suspende ‘kit gay’ após protesto da bancada evangélica”. Em 2011, o kit anti-homofobia, que havia sido preparado por ONGs que prestavam serviço ao Ministério da Educação para ser distribuído nas escolas de todo país, foi vetado pela presidenta da República. (DILMA suspende “kit gay” após protesto da bancada evangélica. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 25 maio 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/920652-dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2022).

⁴² Todo processo de regularização das Comunidades Terapêuticas se inicia em 2011. Dilma se reunirá com os representantes das Comunidades Terapêuticas, em sua maioria pastores evangélicos. No mesmo ano, o governo revogará a Resolução 101/2001 da Anvisa, que estabelecia regras mínimas para o tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência do uso e abuso de álcool e outras drogas. Em 2012, o governo abrirá 10 mil vagas para o curso de capacitação de profissionais de comunidades terapêuticas, chamado *Programa Crack, é Possível Vencer*. O Projeto de Lei, de autoria de Osmar Terra e enviado por Dilma ao Congresso, será aprovado, mas é somente em 2019, no governo Bolsonaro, que ele é sancionado (Lei N. 13.840). A Agência Brasil (Empresa Brasil de Comunicações), reúne um histórico de matérias sobre os desdobramentos desse processo. Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/assunto-galeria/comunidades-terapeuticas>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

⁴³ Um mês antes do início dos Jogos Olímpicos, em 2016, a Prefeitura do Rio de Janeiro começou a “envelopar” os painéis de três metros de altura que cobriam uma extensão de 7 km, sob o pretexto de embelezar a cidade e deixá-la no clima das Olimpíadas. Mas o que estava atrás dos painéis, isto é, dos muros, eram as favelas. O processo de colocação dos muros não começou em decorrência do evento; o seu início data de 2010. (RIO de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2022).

promovido pela al-Qaeda à democracia norte-americana, ao símbolo do seu poder econômico, o complexo empresarial World Trade Center, mais conhecidos como Torres Gêmeas, e ao seu sistema de defesa nacional, o Pentágono. Esse evento terá um impacto profundo no ocidente e confirmará a ideia de que há sempre um inimigo em potencial à espreita, do qual devemos nos proteger. Todos serão inimigos até que se prove o contrário. A política da inimizade será a condição primeira de toda e qualquer relação, e dará o direito aos Estados democráticos de criar suas estratégias de defesa, o que pressupõe a guerra contra o inimigo e sua aniquilação. É aqui que as fronteiras emergem de forma antes inimaginável, e uma micropolítica da inimizade passa a operar no cotidiano de nossas vidas. No caso do Brasil, a ameaça terrorista ou a produção do inimigo se tornará assunto de Estado e chegará ao seu paroxismo com o atual governo.

A política da inimizade de que fala o filósofo camaronês está no cerne da discussão contemporânea do fascismo; ela é, na realidade, a própria política contemporânea do fascismo. O seu fundamento é o racismo como estratégia de separação; é esse o amalgama entre o colonialismo, o fascismo e o nazismo. “A ascensão do fascismo e em seguida do nazismo, ocorreu em paralelo com a do colonialismo, e hoje se reconhece que o colonialismo, o fascismo e o nazismo tinham entre si vínculos mais do que circunstanciais”⁴⁴. Evidentemente que não é nenhuma novidade que a estratégia de guerra total de ambos os regimes, sejam eles totalitários ou mesmo fascistas, sempre tiveram como motor o racismo. Porém, a análise de Mbembe avança, incluindo as democracias ocidentais, as quais são, segundo afirma, fundadas por essa mesma estratégia.

No limite, o fascismo não está apartado das democracias, pelo contrário, opera no seu interior. E não se trata de comparação entre diferentes regimes, mas que a política que lhes é imanente é a inimizade, a qual tem como fundamento o racismo. O que vai ganhar contornos próprios a cada um desses regimes é o modo como a política da inimizade irá operar em termos de contágio e propagação, podendo escalonar ao ponto de atingir a sua máxima força de destruição: a guerra total.

É certo, também, que a democracia não se reduz a governo e a sua forma-Estado, mas, no que lhe concerne, a máquina fascista só fará funcionar a guerra total quando do aparelho de Estado se apropriar. E não há melhor forma de isso acontecer senão pela via democrática, conjugando as partículas de fascismo que correm soltas pelo campo social.

⁴⁴ MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. *Op. cit.*, p. 117-118.

Permanecer com o problema

Nosso ponto de partida, a atualidade, foi também ponto de chegada, e não seria possível colocar o problema do assombro brasileiro e que chamamos de fascismo sem que recuássemos até um outro ponto de partida: os anos de ditadura militar. Era necessário atravessarmos o assombro, uma travessia que implicou a colocação do problema do fascismo brasileiro. Nos perguntávamos como chegamos até aqui; ou melhor, como pudemos estar tão desatentos aos sintomas desse assombro que se manifestava bem ao nosso lado e mesmo em nós?

Não nos convencíamos de que se tratava de uma manifestação recente. Não nos convencíamos, também, de que seria possível localizá-lo facilmente. Era muito óbvia a ideia sob a qual os militares eram fascistas, e essa obviedade, que não temos razões para discordar, ao mesmo tempo ignorava os processos de produção desse assombro que eram anteriores aos próprios militares. Anterior não porque mais antigo, mas porque dizia precisamente dos investimentos de desejo do campo social. O que estava sendo colocado, portanto, era um problema de primado, e sendo assim, de que modo esse campo social estaria sendo produzido, ao ponto de nos fazer desejar isso que ao mesmo tempo combatíamos? O que estava em jogo era como os saberes *psi* e a esquerda se posicionavam nas disputas e nas narrativas de nossa história. Isso implicou, ao mesmo tempo, um desvio da concepção calcada na repressão: a ditadura fez mais que reprimir; havia toda uma tecnologia biomilitar que reticulava o campo social de um modo específico, fazendo operar o racismo e a sexualidade no interior dessa tecnologia. E eis que, a cada camada que revolvíamos, encontrávamos os *germens* que nos deixavam em alerta.

Se o problema do fascismo é um problema antes político-social, não havia como ignorar nem a psicologia e nem a esquerda. Transitamos, então, por diversas camadas que compunham a paisagem brasileira: a economia, a literatura, o cinema novo, a contracultura, os saberes *psi* e a medicina, a militância. Isso foi necessário para arregimentar forças que nos auxiliassem à colocação do problema do fascismo, do racismo, do ódio, da tristeza, da dívida e da culpa (*schuld*), e também da sensação que nos toma no contemporâneo: a impossibilidade de criarmos estratégias para contornar esses afetos de entristecimento e aniquilação da vida, e a necessidade que temos de repensar nossas práticas, as quais estão dentro e não fora do jogo.

A passagem da ditadura para a democracia é permeada por uma narrativa que se tornou oficial; uma narrativa heroica. Não há dúvidas, ressaltamos, de que essa passagem foi importante e necessária. Mas precisamos dizer, com coragem, que não foi suficiente, assim como a democracia não foi suficiente e não é garantia de muita coisa. Além do mais, o que

circula nessa narrativa é o discurso sobre o poder, um discurso que se tornou força de majoração, isto é, o poder em seu caráter negativo – a lei, a ordem, a repressão –, representado pela figura do militar e localizado em sua forma-Estado. É essa ordem discursiva que se manterá com a transição e que organizará de modo hegemônico as nossas pautas e programas de enfrentamento. O problema do poder organizará uma posição de esquerda e também uma concepção de democracia. Temos então o poder em sua forma jurídico-representativa, uma posição de esquerda que se organiza em torno do Partido, e o estatuto da democracia como governo.

As implicações desse modo de conceber o poder nos colocou diante de uma leitura vertical e hierarquizada do campo social e do que no contemporâneo é nossa questão central: o fascismo. Isso nos levou a assumir posições reacionárias e entristecidas, como foi em relação ao movimento tropicalista e às jornadas de junho, e nos conduziu a uma leitura equivocada a respeito da emergência do assombro tropical. Além disso, nos impediu de colocar os problemas concernentes à própria democracia, havendo ali uma oposição entre fascismo e democracia, entre progresso e retrocesso.

Essa concepção de retrocesso atinge diretamente o modo como temos organizado nossas estratégias de luta, pois se é verdade que retrocedemos e estamos habitando agora um tempo que pensávamos superado, bastaria que agíssemos de modo a recuperar aquilo que perdemos. Isso justificaria a reativação de um imaginário que apelaria para uma luta pela reconquista da democracia tal como em nosso passado recente, como se pudéssemos dar uma resposta a essa herança fascista do mesmo modo. Essa reativação apelaria para figuras que se tornaram, em nosso imaginário, ídolos, os quais não cansamos de estabelecer relações de filiação e devoção. Mas a bem da verdade é que não encontraremos respostas e nem soluções aos nossos problemas nas respostas e soluções dos problemas formulados em outros momentos por outros sujeitos.

Não há mais a possibilidade de sustentarmos, nesse nosso contexto histórico, um antagonismo entre fascismo e democracia. Não há oposição, e é justamente esse antagonismo que abre margem para cairmos na armadilha da democracia como transcendência. Por isso a provocação insistente sobre a conquista, ou suposta conquista do Estado Democrático de Direito. Devemos considerar esse processo de entristecimento que se tornou predominante na cena brasileira nos termos de uma *produção*. Não há falta, há transbordamento; investimentos de desejo microfascistas, tanto à direita quanto à esquerda – esse é o grande imbróglio quando o problema do fascismo é arrancado de sua obviedade.

Estamos convencidos de que estaremos às voltas e não encontraremos saídas para esse problema sem que disputemos as leituras em relação ao passado, distante ou recente, e isso

passa por uma inversão de sinal: não mais o outro, mas esse outro que sou eu. Pois se podemos afirmar que há um fascismo em curso que precipita-se em uma maquinaria que toma o Estado e faz funcionar toda sua força mortificante, é preciso reconhecermos que ajudamos a gestar o assombro que hoje queremos combater, e ajudamos a gestar com as moléculas de fascismo que nos povoam.

A luta na esfera do Estado e de sua representação não nos parece ser o único meio possível de construir outros regimes subjetivos. É preciso disputar o circuito dos afetos, o campo micropolítico do desejo, ou então estaremos fadados a atualizar sempre falsos problemas: verdadeira democracia x falsa democracia; democracia x fascismo; progresso x retrocesso. E a decepção é que não há método pronto; as cartilhas que até aqui foram seguidas não garantiram que o perigo ressurgisse em sua face sombria. Precisamos nos atentar para o modo com o desejo é investido e circula no campo social, configurando inclusive o jogo democrático de uma maneira ou de outra.

Por fim, me recuso a assumir qualquer posição derrotista, por mais trágico e triste que o contemporâneo se apresente. Embora o diagnóstico seja sombrio, é preciso insistir, e, nesse sentido, me posiciono do lado de Caetano Veloso e de Michel Foucault, ao lado de um pessimismo ativo “como estratégia de iniciação ao grande otimismo”¹, e de um hiperativismo pessimista, que certamente não quer dizer e nem sustentar que tudo é ruim, mas sim que tudo é perigoso, e “se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. Portanto, minha posição não conduz à apatia, mas ao hiperativismo pessimista”².

¹ VELOSO, C. **O mundo não é chato**. *Op. cit.*, p. 51.

² . Michel Foucault Entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 256.

Referências

- ALEKSIÉVITCH, S. **O fim do homem soviético**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALMEIDA, S. L. Prefácio. *In*: HAIDER, A. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- AMIN, S. Uma crise estrutural. *In*: AMIN, S. (org.). **A crise do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- ANDRADE, O. de. **Manifesto antropófago e outros textos**. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2017.
- ANDRADE, O. de. **Obra Incompleta**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Consulta Popular, cartilha n. 7., 1999.
- BENJAMIN, W. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas v. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. **Obras escolhidas**. v. I. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, J. L. **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé Editores S.A., 1978.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CARRANO, A. **O canto dos malditos**. Ed. rev. e alterada pelo autor. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- CHAUÍ, M. Marilena Chauí fala das manifestações de junho e da reforma política (p. 06-15). *In*: **Revista Cult** nº 182, ano 16. Agosto de 2013.
- COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da Ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COLETIVO CENTELHA. **Ruptura**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**: crise e insurreição. São Paulo: n-1 Edições, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogos e psicólogas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília: CFP, 2013.
- DELEUZE, G. **Derrames II**: aparatos de estado y axiomática capitalista. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2017.
- DELEUZE, G. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

- DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- DELEUZE, G. **Proust e os signos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**, v. 3. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1332434-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofo-a-pms-do-rio.shtml?origin=folha>
- DUNN, C. Tropicália: modernidade, alegoria e contracultura. *In*: BASUALDO, Carlos (org.). **Tropicália: uma revolução na cultura brasileira [1967-1972]**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- ECO, H. **O fascismo eterno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2015.
- FIGUEIRA, S. A. Psicanalistas e Pacientes na Cultura Psicanalítica. *In*: FIGUEIRA, S. A. (org.). **A influência da psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. *In*: **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 10. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- FOUCAULT, M. Michel Foucault Entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *In*: Dreyfus, H. L.; Rabinow P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. O que é um Autor?. *In*: **Ditos e Escritos v. III: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. Prefácio (Anti-Édipo). *In*: **Ditos e escritos. v. VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- FREUD, S. **Cultura, sociedade, religião**: O mal-estar na cultura e outros escritos. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020.
- GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GUATTARI, F. **Guattari entrevista Lula**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUATTARI, F. **Plan sobre el planeta**: capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares. 1. ed. Argentina: Tinta Limón y Traficantes de Sueños, 2019.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem**: cpc, vanguarda e desbunde: 1960/70. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- JOURDAN, C. **2013**: memórias e resistências. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.
- JOURDAN, C. O que tem 2020 com 2013? Ensaio sobre pandemias e insurreições. **Aisthesis Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, nº 70, 2021. p. 153-167.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo** (Nova edição). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LANCETTI, A. Clínica grupal com psicóticos: a grupalidade que os especialistas não entendem. In: LANCETTI, A. (ed.). **Saúde e loucura**: grupos e coletivos 4. São Paulo: Hucitec, 1993.
- LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LAUB, M. **Solução de dois Estados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução?** O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- LAZZARATO, M. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1 Edições, 2017.
- LEMOS, A. I. **Desafia o nosso peito**: resistência, tortura e morte durante o regime militar brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- LIMA PEIXOTO; SEBADELHE, Z. O. **1976 Movimento Black Rio**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- LOBO, A. **A hora do lobo, a hora do carneiro**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Poder Brutal, Resistência Visceral**. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

- MEUNIER, J. **Os moleques de Bogotá**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.
- MIZOGUCHI, D. H. **Cinco ou seis dias**. Porto Alegre: Dublinense, 2022.
- MIZOGUCHI, D. H. Maria. *In*: DANTAS, J.; ROSP, R. (org.). **Fake fiction**: contos sobre um Brasil onde tudo pode ser verdade. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2020.
- MIZOGUCHI, D.; PASSOS, E. Epidemiologia Política. *In*: **Pandemia crítica outono 2020**. São Paulo: Edições SESC; n-1 Edições, 2021.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. *In*: MARICATO, E. *et al.*. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MUSSOLINI, B. A doutrina do fascismo. *In*: **Textos fundamentais e históricos do século XX**. Fascismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos Ídolos, ou como se filosofa com o martelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- OLIVEIRA, M. V. Entrevista com Marcus Vinícius Oliveira. *In*: **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília: CFP, 2013.
- PASOLINI, P. P. **Escritos corsários**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2020.
- PELBART, P. P. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Caetano Veloso. *In*: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Célia Gonzales. *In*: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Chaim Samuel Katz. *In*: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. Jorge Mautner. *In*: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. José Celso M. Correa. *In*: PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RAMOS, N. **Verifique se o mesmo**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.
- ROLNIK, S. Acontecimento Lula. *In*: **GLOB(AL), Global América Latina/Brasil**, Rede Universidade Nômada, LABTeC/UFRJ número (0), janeiro 2003. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Ed. DP&A.
- ROLNIK, S. Toxicômanos de Identidade: subjetividade em tempo de globalização. *In*: LINS, D. (org.). **Cultura e subjetividade**: saberes nômades. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SAFATLE, V. Diálogos na transversal. *In*: **Revista Cult** nº 182, ano 16. Agosto de 2013.

- SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. *In: Maricato, E. et al.. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- SCHREBER, D. P. Schreber, D. P. **Memória de um doente dos nervos.** 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021.
- SCHUBACK, M. S. C. **O fascismo da ambiguidade:** um ensaio conceitual. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.
- SCOTT, P. **Habitante irreal.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SOUZA, N. A. A economia da ditadura e da transição. *In: PINHEIRO, M. et al.. Ditadura: o que resta da transição.* 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- USTRA, C. A. B. **A verdade sufocada:** a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Editora Ser, 2016.
- USTRA, C. A. B. **Rompendo o silêncio.** Brasília: Editerra, 1987.
- VELOSO, C. **O mundo não é chato.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VELOSO, C. **Verdade tropical.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VIANA, H. B. **Não conte a ninguém...:** Contribuições ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? *In: MARICATO, E. et al.. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

Artigos

- GOMES, F. B. Escalas da Necropolítica: um ensaio sobre a produção do “outro” e a territorialização da violência homicida no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 21, 2017, n. 2, p. 46-60. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/27000/pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- MBEMBE, A. **Entrevista com Achille Mbembe.** Joseph Confavreux. Tradução: Ana Cláudia Holanda. Revisão: Haroldo Saboia. N-1 Edições, 2020. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/133>>. Acesso em: 12 jan. 2022.
- MBEMBE, A. **Outras fitas:** Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com Achille Mbembe. A Fita, 2019. Disponível em: <<http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/>>. Acesso em: 10 jan. 2022. Originalmente a entrevista ocorreu na Noruega e foi publicada na revista New Frame, em 14 de setembro de 2019: <<https://www.newframe.com/thoughts-on-the-planetary-an-interview-with-achille-mbembe/>>
- MIZOGUCHI, D. H.; SOUZA, A. de M. P. de. A urgência das inquietações: uma improrrogável militância. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 25-48, abr. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2017000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2022.

THATCHER, M. **Interview for Sunday Times**. London, 1981. Disponível em: <<http://www.margareththatcher.org/document/104475>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

Jornais

A psicanálise foi tão autoritária quanto o regime. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 de out. de 1985. Caderno B, p. 31. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851023&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CACÁ Diegues: por um cinema popular, sem ideologias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1978. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780831-31736-nac-0016-999-16-not>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

EM questão a psicanálise. O país e seus problemas: prato para os analistas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 de out. de 1985. Caderno B. p. 04-05. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19851027&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DILMA suspende “kit gay” após protesto da bancada evangélica. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 25 maio 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/05/920652-dilma-suspende-kit-gay-apos-protesto-da-bancada-evangelica.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

LULA: “Eu não sou um ser humano, sou uma ideia. E não adianta tentar acabar com as ideias”. **El País**, 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/08/politica/1523145272_467301.html>. Acesso em: 12 jan. 2022).

RIO de Janeiro recebe maquiagem olímpica para os Jogos. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, 12 jul. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-norio/2016/07/1790702-rio-de-janeiro-comeca-a-passar-por-processo-de-embelezamento-para-os-jogos.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MURICI aponta aliciamento de jovens para o terror. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19-20 jul. 1970. Caderno 1, p. 5. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19700720&printsec=frontpage&hl=en>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MURICY: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1971. p. 10. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019711112>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

O orgulho (importado) de ser negro no Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1976. Caderno B, p. 01-06. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&hf=memoria.bn.br&pagfis=75343>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

Documentários

DEMOCRACIA em Vertigem. Direção: Petra Costa. Brasil: **Busca Vida Filmes**, 2019.

ROGÉRIO Duarte, o Tropikaoslista. Direção de José Walter Lima. Belo Horizonte: VPC Cinema Vídeo, 2016. [88min.].